

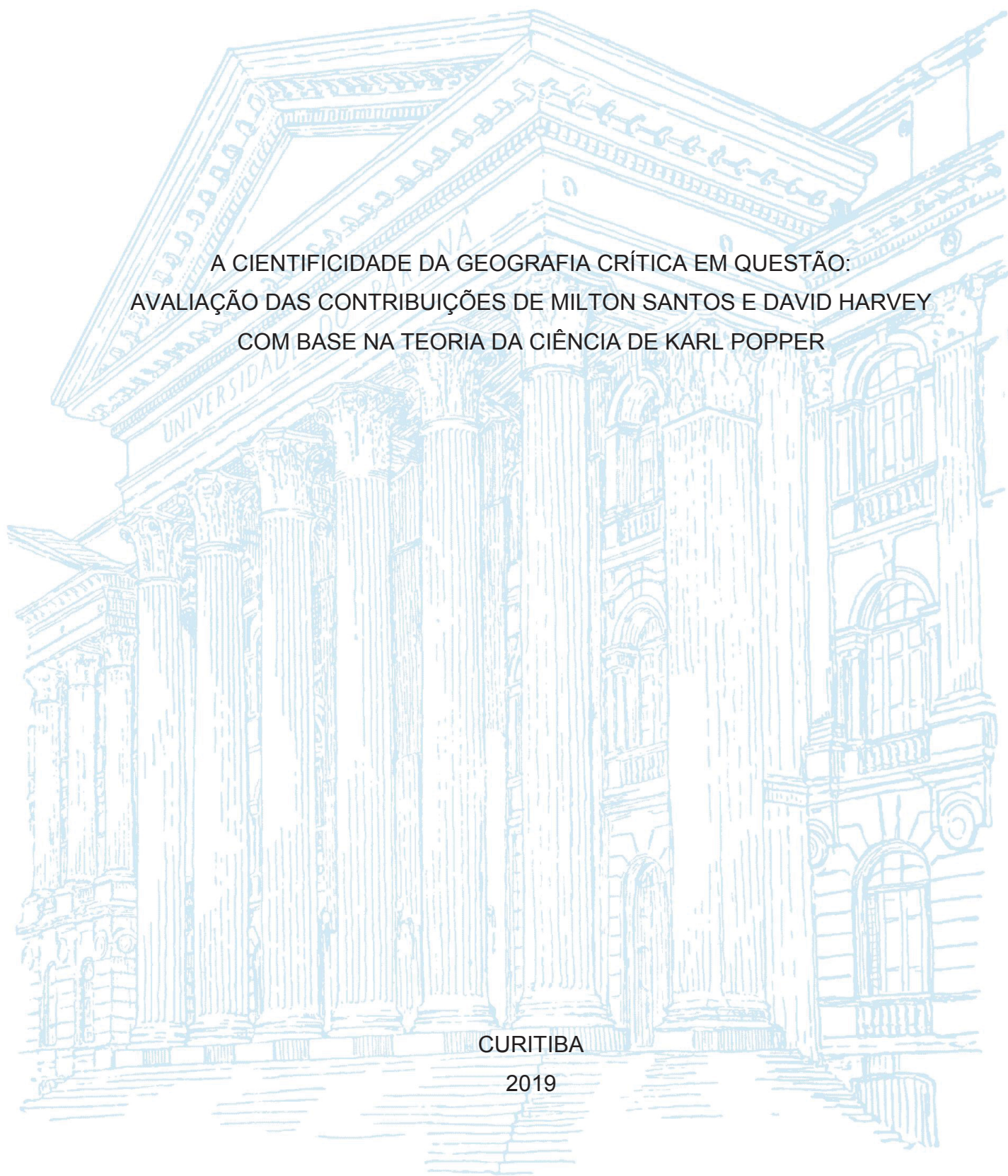
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIZA FERREIRA DA SILVA

A CIENTIFICIDADE DA GEOGRAFIA CRÍTICA EM QUESTÃO:
AVALIAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DE MILTON SANTOS E DAVID HARVEY
COM BASE NA TEORIA DA CIÊNCIA DE KARL POPPER

CURITIBA

2019



MARIZA FERREIRA DA SILVA

A CIENTIFICIDADE DA GEOGRAFIA CRÍTICA EM QUESTÃO:
AVALIAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DE MILTON SANTOS E DAVID HARVEY
COM BASE NA TEORIA DA CIÊNCIA DE KARL POPPER

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Luis Lopes Diniz Filho

CURITIBA

2019

Catálogo na Fonte: Sistema de Bibliotecas, UFPR
Biblioteca de Ciência e Tecnologia

S586c Silva, Mariza Ferreira da
A cientificidade da geografia crítica em questão: avaliação das contribuições de Milton Santos e David Harvey com base na teoria da ciência de Karl Popper [recurso eletrônico] / Mariza Ferreira da Silva – Curitiba, 2019.

Tese - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-graduação em Geografia.
Orientador: Prof. Dr. Luis Lopes Diniz Filho

1. Geografia. 2. Epistemologia. 3. Ideologia. I. Universidade Federal do Paraná. II. Diniz Filho, Luis Lopes. III. Título.

CDD: 910

Bibliotecária: Roseny Rivelini Morciani CRB-9/1585



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GEOGRAFIA -
40001016035P1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **MARIZA FERREIRA DA SILVA**, intitulada: **A CIENTIFICIDADE DA GEOGRAFIA CRÍTICA EM QUESTÃO: AVALIAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DE MILTON SANTOS E DE DAVID HARVEY COM BASE NA TEORIA DA CIÊNCIA DE KARL POPPER.**, sob orientação do Prof. Dr. LUIS LOPES DINIZ FILHO, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 26 de Agosto de 2019.

LUIS LOPES DINIZ FILHO
Presidente da Banca Examinadora

SYLVIO FAUSTO GIL FILHO
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

SALETE KOZEL TEIXEIRA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

EDU SILVESTRE DE ALBUQUERQUE
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE)

SERGIO FAJARDO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE)

Dedico esta tese à minha família e ao
Prof. Dr. Luis Lopes Diniz Filho, meu orientador.
A vocês, toda a minha gratidão, respeito e admiração.

AGRADECIMENTOS

Meu maior agradecimento a Deus que está sobre todas as coisas, pela dádiva graciosa da vida e pelo dom de excelência: o Amor.

Aos meus pais, avós, a todos os meus familiares e a todos os que fazem parte do meu círculo de amizade, eternamente presentes em meu coração e que são insubstituíveis para mim, toda a minha gratidão.

Ao meu digníssimo orientador científico, mestre e doutor geógrafo Prof. Dr. Luis Lopes Diniz Filho que aceitou o desafio de caminhar lado a lado comigo, iluminando o meu caminho e mostrando-me a direção certa, até alcançar o objetivo. Exemplo de sabedoria, inteligência e paciência. Vi o quanto dedicou à leitura do meu trabalho, parágrafo a parágrafo, vírgula por vírgula, respeitando a minha liberdade de expressão, criticidade e discernimento, enquanto lapidava o meu texto e aperfeiçoava o estilo. Com muita competência, larga experiência pessoal e profissional, ajudou-me a construir o edifício teórico-metodológico e a crítica epistemológica dessa tese, adotando-a como se fosse sua. Senti-me segura em todos os momentos. Sou eternamente grata. Presente de Deus na minha vida – Anjo Bom que chegou na hora certa. Exatamente no momento em que mais precisei de apoio, no ato de pensar a cientificidade da geografia crítica. Agradeço muitíssimo a Deus por sua vida, pela sua família e pelo exercício de sua profissão.

À UFPR – Universidade Federal do Paraná, instituição que tem como metas o ensino, o conhecimento e a pesquisa, mas também a formação humana, espiritual e psicológica. Especialmente, ao PPGGEO – Programa de Pós-Graduação em Geografia, meus sinceros agradecimentos. É um prazer enorme estar nesse lugar agradabilíssimo: porta aberta que me fez entrar e viver em Curitiba, onde ganhei amizades sinceras. Sinto-me confiante e muito feliz.

No ambiente acadêmico universitário – lugar de debates profícuos – eu aprendi que a crítica é filosófica e que essa potencialidade sempre esteve latente em nós. Razão de ser exercitada em todas as artes: arte de pensar, ler e enxergar o mundo; investigar e fazer ciência; debater ideias e saber argumentar. O senso crítico, fonte de lucidez e discernimento, propicia o diálogo do saber emancipador.

Com muito carinho, deixo registrado os meus agradecimentos aos docentes com os quais cursei disciplinas, no PPGGEO. Para mim, representam grandes exemplos de compromisso, dedicação, respeito e solidariedade: Prof. Dr. Francisco

de Assis Mendonça; Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho; Prof. Dr. Luis Lopes Diniz Filho; Prof. Dr. Adilar Antonio Cigolini; Prof. Dr. Eduardo Vedor de Paula; Prof. Dr. Miguel Bahl (*in memoriam*); Prof. Dr. José Manoel Gonçalves Gândara (*in memoriam*); Prof. Dr. Douglas Pearce; Profa. Dra. Cicilian Luiza Löwen Sahr; Profa. Dra. Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski; Profa. Dra. Ângela Massumi Katuta; Profa. Dra. María Elina Gudiño; Prof. Dr. Alessandro Filla Rosaneli; Prof. Dr. Jorge Ramón Montenegro Gómez; Prof. Dr. João Carlos Nucci; Prof. Dr. Eduardo Salinas.

Com muito carinho dedico também, meus agradecimentos aos professores do curso de Filosofia, ministrantes da Disciplina Transversal Filosofias da Ciência e da Tecnologia: Prof. Dr. Eduardo Salles de Oliveira Barra (UFPR); Prof. Dr. Ronei Mocellin (UFPR); Prof. Dr. Alex Calazans (UTFPR); Profa. Dra. Veronica Bahr Calazans (UTFPR) e demais professores convidados que colaboraram com essa disciplina, durante a minha formação filosófica e tecnológica: Prof. Dr. Alberto Cupani (UFSC); Dr. Daniel Tozzini (UFPR); Prof. Dr. Dimas Floriani (UFPR); Prof. Dr. Eladio Constantino Pablo Craia (PUCPR); Prof. Dr. Gilmar Evandro Szczepanik (UNICENTRO); Profa. Dra. Halina Macedo Leal (FURB); Prof. Dr. José Borges Neto (UFPR); Prof. Dr. José Carlos Cifuentes (UFPR); Profa. Dra. Leyla Mariane Joaquim (UFBA); Profa. Dra. Luciana Zaterka (UFABC); Prof. Dr. Marcos Rodrigues (UEL); Prof. Dr. Mauro Condé (UFMG) e Profa. Dra. Patrícia Kauark Leite (UFMG).

Expresso aqui, a minha gratidão aos coordenadores do PPGGEO, aos representantes discentes, aos membros do colegiado, aos profissionais da secretaria e das bibliotecas, da equipe de serviços gerais e segurança. Por estarem sempre dispostos a nos atenderem com respeito, carinho e eficiência.

Um agradecimento especial à Ivandra Alves Ribeiro por sua contribuição à normalização da tese. Tarefa realizada com dedicação e competência.

Meus sinceros agradecimentos à Profa. Dra. Cicilian Luiza Löwen Sahr e Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho, que participaram da banca de qualificação e aos professores: Prof. Dr. Edu Silvestre de Albuquerque, Prof. Dr. Sérgio Fajardo, Profa. Dra. Salete Kozel Teixeira, Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho e Prof. Dr. Luis Lopes Diniz Filho, que participaram da banca de defesa dessa tese. Com certeza, a avaliação desses especialistas foi de grande relevância e contribuição científica para que eu aprimorasse ainda mais, a análise epistemológica e a avaliação da cientificidade da geografia crítica.

Agradeço à PUCMINAS – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais pela primorosa formação em Geografia nos cursos de Bacharelado, Licenciatura e Mestrado em Tratamento da Informação Espacial. Registro, aqui, uma homenagem especial ao Prof. Dr. Oswaldo Bueno Amorim Filho por sua honrosa, dedicada e competente orientação à minha Dissertação de Mestrado. Agradeço também, à Faculdade de Ciências Humanas da FUMEC – Fundação Mineira de Educação e Cultura pela formação primorosa em Pedagogia, curso de Licenciatura Plena com Habilitações em Administração Escolar, Orientação Educacional e Supervisão Escolar; e ao Centro de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais do IEMG – Instituto de Educação de Minas Gerais onde me tornei Especialista em Educação.

À UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, especialmente ao CENEX/FALE – Centro de Extensão da Faculdade de Letras, onde aperfeiçoei conhecimentos de línguas estrangeiras nos cursos de Espanhol, Inglês e Francês, bases fundamentais de internacionalização da minha carreira profissional-acadêmica, registro com satisfação meus agradecimentos.

À Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, à Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, à Secretaria Municipal de Educação de Ibirité, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Urbano e à Editora Lê, instituições que possibilitaram o meu exercício profissional e legitimaram o meu compromisso com a Educação e com a Sociedade, dedico homenagens de reconhecimento.

Agradeço a CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela concessão de bolsa de estudos, por mérito, e por sua importância em nos avaliar e nos incentivar a fazermos pesquisas que demonstrem ótimo desempenho e grau de excelência.

“[Funes] Tinha aprendido sem esforço o inglês, o francês, o português, o latim. Suspeito, entretanto, que não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No abarrotado mundo de Funes não havia senão pormenores, quase imediatos”. BORGES, J. L. **Ficções**. 6. Ed. São Paulo: Globo, 1995, p. 117 – Tradução Carlos Nejar.

RESUMO

Esta tese, de natureza analítico-interpretativa e descritiva, tem como objetivo avaliar a cientificidade da geografia crítica tendo por base a teoria da ciência de Karl Popper e as críticas desse autor ao marxismo. A geocrítica é uma tendência do pensamento geográfico que se define pelo objetivo de elaborar uma crítica radical ao capitalismo pelo estudo do espaço e das formas de apropriação da natureza e, em que pese sua elevada heterogeneidade teórico-metodológica, tem no marxismo o seu referencial epistemológico, político-ideológico e ético mais importante. Nesse sentido, a pesquisa selecionou os trabalhos de dois geógrafos bastante representativos dessa corrente, Milton Santos e David Harvey, como foco de uma avaliação crítica cujos parâmetros são o critério da falseabilidade de Popper e as contestações desse autor ao método marxista. As teorias desses geógrafos críticos constituem referências privilegiadas para o entendimento dos efeitos das influências marxistas, no pensamento crítico radical. A tese propõe ainda esclarecer qual é a visão sobre a geografia crítica guiada na análise desses autores, tendo em vista que tal exercício possibilitará compreender as interpretações sobre essa corrente que ao realçarem sua heterogeneidade e centrarem foco em questões epistemológicas (como a de saber se o espaço é apenas um reflexo da sociedade ou se possui também um papel ativo) diminuem a disposição para que se efetue uma reavaliação profunda dessa corrente à luz da crise do marxismo e das experiências socialistas.

Palavras-chave: Epistemologia. Geografia Crítica. Ideologia. Milton Santos. David Harvey.

ABSTRACT

This thesis, of an analytic-interpretative and descriptive nature, aims to evaluate the scientificity of critical geography based on Karl Popper's theory of science and his criticism of Marxism. Geocriticism is a tendency of geographical thought that is defined by the objective of elaborating a radical critique of capitalism through the study of space and the forms of appropriation of nature and, in spite of its high theoretical-methodological heterogeneity, Marxism has its epistemological reference, political-ideological and most important ethical. In this sense, the research selected the works of two very representative geographers, Milton Santos and David Harvey, as the focus of a critical evaluation whose parameters are the criterion of Popper's falsifiability and the author's challenges to the Marxist method. The theories of these critical geographers are prime references for understanding the effects of Marxist influences on radical critical thinking. The thesis also proposes to clarify what is the view on critical geography guided by the analysis of these authors, considering that such an exercise will make it possible to understand the interpretations about this current which, by emphasizing its heterogeneity and focusing on epistemological questions (such as whether the space is merely a reflection of society or if it also has an active role) diminish the willingness to undertake a profound reevaluation of this current in light of the crisis of Marxism and socialist experiences.

Keywords: Epistemology. Critical Geography. Ideology. Milton Santos. David Harvey.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - FILOSOFIA DA CIÊNCIA DE POPPER	72
Figura 2 - TEORIA DA EXPERIÊNCIA: VISÃO CRÍTICA	74
Figura 3 - EFEITOS DISTRIBUTIVOS	277

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - POPULAÇÃO MUNDIAL VIVENDO EM EXTREMA POBREZA	222
Gráfico 2 - POPULAÇÃO TOTAL EM EXTREMA POBREZA EM REGIÕES.....	227
Gráfico 3 - PARTE DA POPULAÇÃO EM EXTREMA POBREZA: REGIÕES	228
Gráfico 4 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB – 2003 A 2017.....	281

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - CONTRADIÇÕES FUNDAMENTAIS E ANTICAPITALISMO.....	183
Quadro 2 - CONTRADIÇÕES MUTÁVEIS E ANTICAPITALISMO.....	186
Quadro 3 - CONTRADIÇÕES PERIGOSAS E ANTICAPITALISMO.....	188
Quadro 4 - PERIODIZAÇÃO DA OBRA DE HARVEY NA VISÃO DE CLAVAL (2013)	197
Quadro 5 - TRAJETÓRIA INTELLECTUAL DE DAVID HARVEY (1990-2000).....	200
Quadro 6 - CONCEITOS DE ABORDAGENS QUANTITATIVAS	212
Quadro 7 - ETAPAS DA INTERDISCIPLINARIDADE NA GEOGRAFIA.....	232
Quadro 8 - TRAJETÓRIA EPISTEMOLÓGICA DE SANTOS (1926-2001).....	291

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - EVOLUÇÃO DO PIB: DEMANDA – 2014 A 2017	282
Tabela 2 - EVOLUÇÃO DO PIB: OFERTA – 2014 A 2017	283

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

AGB	- ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS
CEP	- COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO
CNG	- CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
FBCF	- FORMAÇÃO BRUTA E CAPITAL FIXO
IBGE	- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IHME	- INSTITUTO DE MÉTRICA E AVALIAÇÃO EM SAÚDE
INSS	- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
IPEA	- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
LIP	- LINHA INTERNACIONAL DE POBREZA
ODI	- ÍNDICE DE DADOS ABERTOS
ODS	- OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PIB	- PRODUTO INTERNO BRUTO
PNADC	- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA
PND	- PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
SUDENE	- SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
TLP	- TAXA DE LONGO PRAZO
UGI	- UNIÃO GEOGRÁFICA INTERNACIONAL

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – CRÍTICAS FILOSÓFICAS À RACIONALIDADE MODERNA E CONTRIBUIÇÕES DE KARL POPPER À EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS.....	37
1.1 NATUREZA FILOSÓFICA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO.....	37
1.1.1 Epistemologia e rupturas epistemológicas	44
1.2 BASES FILOSÓFICAS DOS MÉTODOS E DISCURSOS PARADIGMÁTICOS ..	48
1.3 FUNDAMENTOS CRÍTICOS DO RACIONALISMO NA CIÊNCIA MODERNA ...	53
1.4 RACIONALISMO CRÍTICO E CONCEPÇÕES CIENTÍFICAS DE POPPER	59
1.4.1 Genealogia e lógica científica de Popper	67
1.4.2 Dos limites da “experiência” de Hume à “demarcação” de Kant: a origem do conceito de falseabilidade	71
1.4.2.1 O problema da indução	75
1.4.2.2 O problema da demarcação	79
1.4.2.3 Conceitos de falseabilidade e de falsificação	82
1.5 DA CRÍTICA DA CIÊNCIA RACIONALISTA ÀS CRÍTICAS RADICAIS DO CAPITALISMO: O PARADIGMA DA GEOGRAFIA CRÍTICA.....	86
1.5.1 A aclamação por uma “geografia nova” e por uma “geografia crítica”: a crítica geográfica e a geografia crítica de Milton Santos.....	96
1.5.2 Análises geográficas de sustentação filosófica e teoria social crítica nas geografias pós-modernas.....	104
1.5.3 Marxismo e teoria social crítica da sociedade capitalista	118
1.5.4 Epistemologias pós-modernas: críticas à racionalidade do modelo normativo de ciência.....	127
1.5.5 A crítica pós-modernista e a discussão marxista do capitalismo: o ponto de partida do geógrafo crítico David Harvey	128
CAPÍTULO 2 – A INFLUÊNCIA DAS TEORIAS CRÍTICA DO CAPITALISMO E REVOLUÇÃO SOCIAL NAS VISÕES DO GEÓGRAFO CRÍTICO MARXISTA DAVID HARVEY	133
2.1 A CONDIÇÃO PÓS-MODERNA E A TRANSFORMAÇÃO POLÍTICO- ECONÔMICA DO CAPITALISMO DO FINAL DO SÉCULO XX.....	134
2.2 ABORDAGEM ECONÔMICA DE PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO NA RELEITURA DE HARVEY (1975-2001).....	150

2.2.1 A geografia da acumulação capitalista	153
2.2.2 Teoria marxista do Estado.....	156
2.2.3 Implicações da geografia da história do capitalismo: geopolítica e geografia do poder de classe	162
2.3 17 CONTRADIÇÕES E O FIM DO CAPITALISMO: O COROAMENTO DO PROJETO MARX IN HARVEY (2016 [2014]).....	175
2.3.1 Contradições fundamentais.....	180
2.3.2 Contradições mutáveis.....	184
2.3.3 Contradições perigosas.....	187
2.3.4 Diretrizes derivadas das contradições para uma política anticapitalista e fim do capitalismo	188
2.4 A LOUCURA DA RAZÃO ECONÔMICA: MARX E O CAPITAL NO SÉCULO XXI – VISÃO MAIS RECENTE DE HARVEY (2018 [2017]).....	190
2.5 PROBLEMATIZAÇÃO DA OBRA DE HARVEY A PARTIR DE SUA INTERPRETAÇÃO MARXISTA DO CAPITALISMO	196
CAPÍTULO 3 – CRÍTICAS RADICAIS DE MILTON SANTOS À GEOGRAFIA CLÁSSICA MODERNA, AO POSITIVISMO DA GEOGRAFIA TEORÉTICA QUANTITATIVA E SEUS DESDOBRAMENTOS EM GEOGRAFIAS CRÍTICAS..	210
3.1 O CONTEXTO DA RENOVAÇÃO QUANTITATIVA E A CRÍTICA DO QUANTITATIVISMO: A NEW GEOGRAPHY NA VISÃO DE MILTON SANTOS....	210
3.1.1 Crítica miltoniana às teorias “behavioristas” e às teorias da “percepção”: implicações da psicologia social na interpretação do espaço	217
3.1.2 A exaltação da tendência positivista na “ <i>New Geography</i> ”: a crise da geografia e a geografia da crise	220
3.1.3 As relações da geografia com a sociedade e o espaço e as “escolas nacionais de geografia”	229
3.1.4 As relações interdisciplinares na geografia: o dilema da história em etapas..	231
3.1.5 A tentativa miltoniana da definição de espaço: reflexo da sociedade ou fato social, fator ou instância social?.....	236
3.2 TEORIAS GEOGRÁFICAS ECONÔMICAS DE MILTON SANTOS E SUA VISÃO DE ECONOMIA ESPACIAL	243
3.3 A QUESTÃO GEOGRÁFICA DO SUBDESENVOLVIMENTO E OS CIRCUITOS DA ECONOMIA.....	248

3.4 A NATUREZA DO ESPAÇO: O FUNDAMENTO CRÍTICO COMO ALICERCE DO SISTEMA DE PENSAMENTO DE MILTON SANTOS	253
3.5 O APELO DE SANTOS POR UMA GEOGRAFIA CRÍTICA NA BUSCA DE UM NOVO PARADIGMA	262
3.6 A UTOPIA MILTONIANA POR UMA GLOBALIZAÇÃO SOCIAL	267
3.6.1 A lógica do pensamento de Milton Santos e suas três visões de globalização: uma lógica científica ou política?.....	270
3.7 ABORDAGENS BIBLIOGRÁFICAS E HISTORIOGRÁFICAS DE MILTON SANTOS E DESDOBRAMENTOS EM GEOGRAFIAS CRÍTICAS	284
CAPÍTULO 4 – AVALIAÇÃO DA CIENTIFICIDADE DA GEOGRAFIA CRÍTICA À LUZ DE KARL POPPER.....	296
4.1 A QUESTÃO FILOSÓFICA DO MÉTODO CIENTÍFICO E A REFUTAÇÃO DO POSITIVISMO	297
4.2 IMPLICAÇÕES ÉTICAS E POLÍTICAS NA FILOSOFIA DA CIÊNCIA E REFUTAÇÃO DE POPPER AO MARXISMO.....	302
4.2.1 Sociedade aberta e falibilismo.....	304
4.3 AVALIAÇÃO DAS TEORIAS ECONÔMICAS PRODUZIDAS OU UTILIZADAS PELA GEOGRAFIA CRÍTICA.....	308
4.3.1 Implicações científicas das teorias econômicas produzidas ou utilizadas pela geografia crítica à luz de Karl Popper	318
CONSIDERAÇÕES FINAIS	323
REFERÊNCIAS.....	339

INTRODUÇÃO

Essa tese, cuja metodologia é de natureza analítico-interpretativa e descritiva, visa à construção de um paradigma crítico para a geografia crítica brasileira, de influência marxista e neomarxista. Tem como objetivo a avaliação da geografia crítica – também conhecida como radical ou marxista, libertária ou emancipatória.

É necessário tornar explícito que embora a geografia crítica tenha influência de origem marxista, nem todo geocrítico é marxista. A geografia crítica se desenvolveu muito a partir do marxismo, mas antes mesmo do pensamento marxista adentrar e influenciar a geografia (humana) com mais força, a partir da década de 1970, houve muitos precursores do pensamento crítico na geografia e atualmente, a sua heterogeneidade é bastante evidente.

É relevante lembrar-se de William Bunge, ou mesmo das obras que seriam vistas como transição para a geocrítica, tal como a geografia ativa de Pierre George, Gluglielmo, Bernard Kayser, Yves Lacoste, entre outros. Mesmo o radicalismo de teóricos como Richard Peet a partir da década de 1970 tiveram precursores não necessariamente marxistas. Até porque, dentre as ciências humanas a geografia foi uma das que a teoria social crítica de base marxista influenciou mais tardiamente, diferentemente da sociologia, história e antropologia, ciência política, por exemplo.

No Brasil, temos exemplos como Manuel Correia de Andrade e Orlando Valverde, em suas fases de produção intelectual crítica que participaram ativamente dos momentos de transição que precederam o marxismo na geografia.

Diante desses esclarecimentos torna-se imprescindível também dizer que a geografia crítica, se de fato for ciência e justamente por ser de natureza crítica, não deveria se constituir como uma unidade de coesão hegemônica ou instituição preconizada a um determinado grupo em particular, seja de natureza acadêmica ou política. Nem antes e nem depois da crise do marxismo. Nem deveria se identificar como sistema fechado, endógeno ou acrítico. Deveria sim, criar novas perspectivas para superar de fato os problemas sociais atuais e testar teorias falseáveis, em confronto com a realidade. Isso eliminaria o mito das verdades inquestionáveis e revelaria outras formas de produção e aplicação de sua cientificidade com utilização de padrões ou paradigmas mais abertos e flexíveis de atuação.

Falar de geografia crítica para Rodolphe Koninck (2005, p. 185) em seu artigo *La géographie critique* é muito mais dar um significado a um processo ou a um ponto de vista, do que dar significado a um campo de conhecimento a ser pensado, como argumentou esse autor.

Há realmente quem questione o sentido e utilidade da expressão geografia crítica, assim como a própria existência, ao menos no Brasil, de uma corrente de pensamento geográfico que possa ser designada dessa forma (DINIZ FILHO, 2013, p. 15 apud MOREIRA, 2002, p. 47). Outros preferem falar na existência de várias geografias críticas, já que a expressão no plural seria mais adequada para expressar a grande diversidade de pensamento dos geógrafos que se dizem críticos e radicais (DINIZ FILHO, 2013, p. 15 apud VESENTINI, 2001, s. p).

Na concepção de Koninck (2005), as ciências críticas distinguem-se das ciências positivas e das ciências hermenêuticas. A distinção está na natureza dos conhecimentos que procedem respectivamente de um interesse “de ordem técnica” para as ciências positivas e de “interesse prático” para as ciências hermenêuticas. As ciências de natureza crítica procedem de um “interesse emancipador”. Sendo assim, no contexto científico as três atitudes não se opõem totalmente. São apenas, complementares. A geografia crítica faz uso de julgamentos de valores para criticar o existente e interessa-se na autocriação da humanidade e da sociedade em sua abordagem (KONINCK, 2005, p. 185).

Buscando conhecer a origem da geografia crítica, verificou-se na reflexão de Koninck (2005) que a sua prática não é tão recente. Ao criticar as representações dadas do mundo percebido, a fim de encontrar uma nova interpretação dele, Hérodote¹ no quinto século antes de nossa era já fazia isso. No início do século XIX. A. de Humboldt² também criticava o mundo, e em particular, a condição dos homens. No entanto, o primeiro representante de uma geografia crítica emancipatória foi E. Reclus³, sendo também o primeiro a usar o termo geografia social. Foi do desenvolvimento desse termo que a própria geografia se moldou (KONINCK, 2005, p. 186).

¹ Para essa referência em nota, no artigo original lê-se: Hérodote, 1951, *Découvert du monde*. Rencontre, Lausanne, p. 104 sq.

² Para essa referência em nota, no artigo original lê-se: Humboldt A. de, 1980, *Voyages dans l'Amérique Équinoxiale: II, Tableaux de la nature et des hommes*, Maspero, Paris, p. 58 sq.

³ Para essa referência em nota, no artigo original lê-se: Reclus E., 1979, *L'évolution, la révolution et l'idéal anarchique*, Stock-Plus, Paris

No período anterior à Segunda Guerra Mundial, na Inglaterra, a geografia foi chamada para contribuir com soluções sociais. Havia muitos problemas de desigualdade na distribuição de recursos e a geografia foi reconhecida em sua utilidade para identificar, descrever e mapear problemas socioeconômicos. Segundo informações de Koninck (2005, p. 186), com a *British Land Utilisation Survey*, liderada pelo geógrafo D. Stamp⁴ nos anos 30, a geografia ganhou seu status social.

Já no período pós-guerra, o termo geografia social tendeu a substituir o da geografia humana nas universidades inglesas, sem que houvesse mudança profunda no conteúdo da educação. Entretanto, os geógrafos passaram a considerarem e a testemunharem o peso das forças sociais em seus trabalhos. A geografia se voltou para a busca de leis, apesar de não negar suas inclinações para a pesquisa empírica. A nova geografia passou a buscar nas abordagens sociológicas e econômicas, modelos que se aplicavam ao exame de problemas sociais (KONINCK, 2005, p. 186).

Nesse contexto, a abordagem sistemática, com grande influência do estruturalismo e de suas formas representadas nas ciências da sociedade, tornara-se tendências do pensamento contemporâneo para iluminar todas as “formas de cultura humana a partir do conceito de estrutura como praticado por lógicos ou por linguísticas. Esse conceito de estrutura designa um arranjo de elementos ordenados para o funcionamento da montagem”, como descreveu Koninck (2005, p. 186). De acordo com a análise desse autor, muitos geógrafos sob essa influência se voltaram para a identificação de estruturas espaciais, atendendo às necessidades do planejamento estatal.

Foi, sobretudo, nos Estados Unidos, que deu início à formação da geografia mais quantitativa, avançando mais intimamente relacionada às outras ciências da sociedade. Entretanto, os problemas sociais que surgiram da distribuição de grupos étnicos nas cidades americanas evocados com o uso de modelos matemáticos foram insatisfatórios aos olhos daqueles, entre os geógrafos que construíam modelos da representação de problemas e que desejavam verdadeiras soluções aos problemas sociais. Esses modelos serviam apenas para reforçar a burocracia estatal em seus princípios de gestão e não para fazer uma análise crítica como desejado

⁴ Para essa referência em nota no artigo original lê-se: Stamp, D., 1947, *The Land of Britain, its Use and Misuse*, Longmans, Londres.

pelos geógrafos “radicais”. Esses geógrafos consideraram que a geografia quantitativa (da tendência liberal nos Estados Unidos) era usada frequentemente como uma ferramenta para justificar as formas questionáveis de planejamento espacial (KONINCK, 2005, p. 186-187).

De acordo com a descrição de Koninck (2005, p. 187), foi no solo de uma cultura de planejamento que nasceu nos Estados Unidos, no final dos anos 60, uma poderosa corrente de geografia crítica, cujo nascimento pode ser atribuído a dois fatores principais. O primeiro, a exacerbação dos problemas sociais americanos, especialmente nas cidades. Problemas muitos dos quais não estavam desvinculados das consequências locais da guerra americana no Vietnã. O segundo é o desencanto de um número crescente de geógrafos norte-americanos com a falta de relevância da geografia social e seu conluio frequente com os interesses dominantes, aqueles que desejam a manutenção do *status quo*. Isto é, o controle e não a resolução dos problemas sociais quando eles são distribuídos pelo território (KONINCK, 2005, p. 187). Em agosto de 1969, os geógrafos “raivosos”, como enfatizou esse autor, lançaram a revista *Antipode*⁵.

A primeira edição da revista começou com um breve editorial em que se afirmou que “a verdadeira questão, expressa pelo Doutor (Martin Luther) King não era se alguém deve ser extremista, mas que tipo de extremista deve ser” (KONINCK, 2005, p. 187). Esta declaração foi seguida por quatro textos nos quais posições muito diferentes foram tomadas. É importante mencioná-los brevemente como sugeriu Koninck porque eles anunciaram correntes que persistiram dentro da geografia americana radical da qual *Antipode* destacava-se como porta-voz.

Como esclareceu Koninck (2005), D. Stea insistia na necessidade de mudança e envolvimento revolucionários. R. Peet, que ocupou o cargo de editor, cargo mantido por dez anos, acrescentou: se ele pede uma mudança fundamental na sociedade americana, os geógrafos devem contribuir propondo novas teorias de organização, distribuição, ajudando as instituições. R. Morell, pertencente ao estabelecimento da geografia americana, emprestou seu apoio à primeira edição de *Antipode*. Esse pregava por soluções menos radicais, mais reformistas, onde é importante mudar progressivamente o conteúdo da sociedade, em vez de suas formas dominantes. Finalmente J. Blaut apresentou uma crítica do imperialismo,

⁵ Antipode: A Radical Journal of Geography, 1969, Première revue américaine de géographie critique.

anunciando uma preocupação que continuou a ser a marca registrada da revista e, acima de tudo, levar os funcionários a buscar inspiração em conceitos cada vez mais críticos e reivindicar o método de K. Marx, a falta de uma chamada geografia marxista (KONINCK, 2005, p. 187).

Entre os geógrafos que tiveram uma contribuição notável para o desenvolvimento da chamada geografia “radical” nos Estados Unidos como enfatizou Koninck (2005, p. 187-188), destacam-se W. Bunge⁶ e D. Harvey⁷. Durante a década de 1960, no entanto, ambos publicaram estudos altamente observados de natureza teórica e epistemológica, sem demonstrar grande espírito crítico, tendo em vista que a “conversão” ocorrida nos anos 1970 teve mais influência (KONINCK, 2005, p. 187-188).

W. Bunge se voltou para uma geografia efetivamente revolucionária ao analisar e denunciar a deterioração das condições de vida nos bairros pobres das cidades americanas. Organizou “expedições geográficas” nesses bairros, particularmente em Detroit. Enquanto W. Bunge ajudava a abalar a prática da geografia, Harvey desafiava os fundamentos ideológicos e teóricos. Mas Harvey preocupado com a justiça social procurou demonstrar que sua busca deveria se basear em uma interpretação da cidade, inspirada nas teorias de Marx (KONINCK, 2005, p.187-188).

Koninck (2005, p. 188) fez um breve relato histórico sobre a geografia e o marxismo. De acordo com seus argumentos, em meados do século XIX, Marx e F. Engels fundaram uma teoria social e um movimento político que influenciaria grandemente o desenvolvimento das sociedades e das ciências sociais. No entanto, conforme ressaltou esse autor, antes do final da década de 1960, isso era muito pouco para o caso da geografia.

Neste relato, Koninck (2005) enfatizou que geógrafos como E. Reclus e P. Kropotkin⁸, ambos de tendências anarquistas, foram muito influenciados pelas ideias de Marx. Mas enquanto esses geógrafos praticavam uma geografia muito crítica e comprometida, eles usavam poucos conceitos marxistas. Além disso, na França em

⁶ Para essa referência em nota no artigo original lê-se: Bunge, W., 1966, *Theoretical Geography*, Glerup, Lund.

⁷ Para essa referência em nota no artigo original lê-se: Harvey, D., 1968, *Explanation in Geography*, Arnold, Londres.

⁸ Para essa referência em nota no artigo original lê-se: Kropotkine, P., 1919, *Fields, Factories and Workshops*, XXX, Londres.

particular, um geógrafo como Pierre George⁹ poderia ter pretendido ser marxista para evocar categorias de análises do marxismo e fazer uso operacional de seu conteúdo crítico e revolucionário, em sua geografia ativa (KONINCK, 2005, p. 188).

Para esse autor, a distância que se manteve por muito tempo entre a geografia e o marxismo não tem explicação simples. As variadas formas de repressão política, social e profissional contribuíram para essa distância, bem como a persistência de uma corrente idealista ainda presente na década de 1970, que influenciava as múltiplas formas de geografia social, tanto nos Estados Unidos quanto em outros lugares. O idealismo caracterizado pela pesquisa e representação da harmonia, equilíbrio e ordem das formas espaciais, tinha como lógica inescapável bloquear o exame e a crítica dos desequilíbrios e desigualdades.

Em relação à questão espacial no padrão geral de interpretação marxista, no contexto de fraca influência do marxismo, anterior à década de 1970, houve quem se voltou para a busca de coerência interna nas estruturas espaciais, sem reconhecer a necessidade absoluta de explicação nos fundamentos materiais e sociais dessas estruturas. Havia também quem acreditava que, na geografia social o espaço deveria ser considerado como um produto social de modo que não poderia ser explicado sem recorrer ao estudo do funcionamento da sociedade (KONINCK, 2005, p. 188-190).

Por essa razão, a contribuição do marxismo lhes pareceu útil, pois os conceitos marxistas de interpretação societária forneceriam à geografia, ao contrário de outras teorias sociais, um método dialético materialista de afirmação das contradições que nos rodeiam, essencialmente crítico e revolucionário. Essas características fazem pensar em outro fator que, paradoxalmente, pode ter contribuído para a fraca extensão dos conceitos marxianos dentro da geografia (KONINCK, 2005, p. 189). Na avaliação desse autor, essa é a grande indigência, em termos de crítica, da própria geografia soviética que, baseando no método de Marx, poderia ter servido de modelo ou, pelo menos, de inspiração para uma geografia crítica renovada.

No entanto, conforme enfatizou Koninck (2005) essa geografia não era crítica, muito menos ainda revolucionária e, ao contrário de qualquer abordagem

⁹ Para essa referência no artigo original lê-se: George, P., 1945, *Géographie sociale du monde*, PUF, Paris.

marxista, procedeu de uma abordagem servil e instrumental, intimamente ligada ao aparato estatal. Ao fazer isso, seus métodos eram surpreendentemente semelhantes aos comuns na geografia dos sistemas dos Estados Unidos, geografia tão difundida pelos geógrafos críticos que escreviam em *Antipode*. Até provar ao contrário, essa interpretação da extinta geografia soviética permanecerá válida à geografia pós-soviética, tendo, além disso, fluído naturalmente para dentro do molde (KONINCK, 2004, p. 189-190).

Na França, assim como nos Estados Unidos com o lançamento da Revista *Antipode* em 1969, marco importante no desenvolvimento da geografia crítica, houve também o lançamento da revista *Hérodote*¹⁰ em 1976, primeira revista francesa de geografia crítica. Conforme relatou Koninck (2005) as ondas de críticas que estavam dentro de uma disciplina acadêmica se espalharam rapidamente na escala nacional francesa.

Na primeira edição de *Hérodote*, assinada por Yves Lacoste e seus colaboradores, a função estratégica da geografia crítica foi anunciada e bem ilustrada por um artigo de Yves Lacoste que enfatizou o uso militar da análise de mapas em suas diferentes escalas. Pensar as escalas espaciais em muitos temas fez aumentar a atenção dada à geopolítica e à geoestratégia enquadradas à organização e ao controle do espaço, além de uma ampla gama de questões transfronteiriças e de conflitos étnicos. Esse favorecimento às geopolíticas deu menos visibilidade aos estudos epistemológicos (KONINCK, 2005, p. 192-193).

De acordo com esse autor, a primeira edição de *Hérodote* deu início à consolidação das críticas à geografia colonial e ao imperialismo, críticas que já estavam bastante desenvolvidas em *Antipode*. No entanto, poucos foram os estudos publicados em *Hérodote* que mencionaram explicitamente os conceitos do marxismo, apesar de ser uma das principais correntes da geografia crítica.

Outra revista crítica francesa lançada em 1975 foi durante alguns anos, chamada mais abertamente ao marxismo. Menos influente e menos difundida, a revista *Espaces-Temps* deu muita importância à relação entre disciplinas geográficas e históricas. Sua busca primordial pela constituição de uma ciência social que transcendesse as fronteiras atuais levou à definição de espaço social,

¹⁰ *Hérodote*, *Stratégies, géographies, idéologie*, n. 1, janvier-mars 1976, première revue française de géographie critique.

definido por J. -P. Pfertzel¹¹ como um lugar de aglomeração e combinações dos elementos da produção e reprodução do capital, como relatou Koninck (2005, p. 193-194).

As reflexões desse autor revelaram as principais correntes, tendências e conceitos de geografia crítica contemporânea. Em geral, como avaliou Koninck (2005, p. 194) o marxismo ou as abordagens de inspiração marxista ou marxiana marcaram a geografia crítica profundamente. Mais precisamente, contribuindo de maneira determinante à crítica do neoliberalismo. Essa crítica ainda perdura, mas assumindo formas muito diferentes. Tratando-se da geografia, essas formas vêm de pelo menos cinco correntes críticas que são razoavelmente bem identificáveis e particularmente animadas.

A primeira delas tem por objeto a *mondialisation* e muito particularmente os seus efeitos perversos, são submetidos de críticas implacáveis (radicais). Na visão de Koninck (2005), o exame crítico da *mondialisation* tem relevância, pois fez tomar consciência de até que ponto a crítica do Estado é amplamente insuficiente, dada a sua crescente subordinação às multinacionais e ao capital financeiro, que, no entanto, se refere às críticas fundantes que os marxistas há muito se dirigiam ao imperialismo e a seus avaliadores modernos (KONINCK, 2005, p. 194-195).

A segunda tendência é denominada de “ecodesenvolvimento”. Essa se preocupa com os equilíbrios ecológicos e a busca do desenvolvimento sustentável. O alvo de suas críticas é o crescimento econômico exacerbado em relação aos impactos ambientais. Suas consequências desastrosas foram confirmadas em países industrializados, especialmente pela exploração de recursos naturais, desmatamento de florestas (KONINCK, 2005, p. 195).

A terceira corrente, de origem menos recente é a tendência, cujas raízes marxistas permanecem de forma mais aparente. Trata-se do que Koninck (2005, p. 195) denominou de *critique de l'urbanisation*. Essa corrente está em constante renovação epistemológica, tendo em vista os múltiplos problemas enfrentados pelas cidades, ao considerar questões como pobreza, tensões étnicas, por exemplo.

Segundo Koninck (2005, p 195), a geografia feminista, também pode ser considerada como geografia feminina ou geografia de gênero representa uma quarta

¹¹ Para essa referência em nota no artigo original lê-se: Pfertzel, J.-P., 1981, Marx et l'espace. De l'exégèse à la théorie, *EspacesTemps*, 18-19-20, p. 65-67 (p. 70).

corrente. Como enfatizou o autor, embora de origem relativamente recente, reconheceu grande crescimento, demonstrando grande vigor em suas análises.

De natureza resolutamente geopolítica, a preocupação com os problemas de fronteiras e territórios, grupos étnicos, nações e estados alimenta o que poderia ser descrito como a quinta corrente.

Apesar de apresentar as abordagens principais das cinco tendências de pensamento crítico, Koninck (2005, p. 1996), fez questão de explicitar que: É verdadeiro dizer que, a geografia crítica não poderia ser compreendida unicamente dentro de correntes específicas de pensamentos determinados, o que seria contrário à sua natureza libertária. Pois, uma abordagem emancipatória pode ser encontrada e se manifestar em todos os domínios e áreas de investigação geográfica, entendendo-se que esta abordagem permanece nela mesma, sujeita à crítica.

Na visão de Soja (1993, p. 77) a geografia humana crítica se reconstituiu na passagem para a pós-modernidade. De acordo com Gomes (2011, p. 12-13) há alguns anos, a ideia segundo a qual estaríamos no fim da modernidade ganhou terreno e, nesta via, se afirmou a emergência de um novo período, a pós-modernidade. Esse movimento foi identificado inicialmente na arquitetura. Depois em outros domínios artísticos. Hoje se fala mesmo de uma ciência pós-moderna. A natureza e a rápida difusão dessa denominação “tornaram difícil a diferenciação entre o que seria um simples efeito de moda superficial e o que revelaria uma verdadeira transformação de fundo na sociedade” (GOMES, 2011, p. 12-13).

No entanto, como avaliou Gomes (2011), isso não impediu que algumas características desse movimento fossem identificadas em diversas esferas de atividade. Uma das primeiras manifestações foi o questionamento do poder da razão em assegurar o prosseguimento do projeto da modernidade e, mais radicalmente, a legitimidade desse projeto.

O sistema da racionalidade, com todos os seus derivados, constituiu em verdade o grande mal-estar destes anos pós-modernos, derivando daí à filiação antirracional ou irracional alardeadas por diversas obras contemporâneas. O questionamento da ciência, de seus métodos, de seu poder hegemônico é imediato, e a refutação deste modelo é vista como a primeira condição para a superação que conduz do moderno ao pós-moderno (GOMES, 2011, p. 13).

Ficou patente, “a afirmação de um certo particularismo ou da intenção de criar elementos únicos, em oposição à antiga conduta, que produzia projetos em

séries baseados nos mesmos princípios gerais” como avaliou Gomes (2011, p. 13). Essa oposição à antiga conduta manifestada no pós-modernismo nega o universalismo, a generalização, qualidades e procedimentos básicos no modernismo. Ao valorizar o caráter único e excepcional, é necessário contar com outras vias de legitimidade diferentes daquelas abertas pela racionalidade como a inspiração, o sentimento, a indeterminação, a polimorfologia, a polissemia, ou seja, vias que negam a razão totalizante, condição de toda generalização (GOMES, 2011, p. 21).

Há uma forte diferença entre a proposta pós-moderna e os movimentos modernistas que faziam apelo a novos códigos de representação e inteligibilidade, pressupondo o papel mediador da razão e da lógica na representação das significações e dos conteúdos. Na proposta pós-moderna as significações sempre fluidas e reatualizadas passaram a aproximar dos mitos, onde os dramas a cada vez revividos tinham significações sempre em mutação. “Uma nova dimensão espaço-temporal é procurada, na qual as categorias apriorísticas são substituídas por “unidades fenomenológicas”, mutáveis e relativas” (GOMES, 2011, p. 21).

Foi no contexto da pós-modernidade que ocorreu a atualização do desenvolvimento da geografia marxista e de sua re teorização da geografia histórica do capitalismo. Apresentando-se de forma eclética e derivada de fontes diferentes a geografia marxista influenciou diversos panoramas pós-modernos. Nos variados panoramas pós-modernos da geografia humana crítica, Soja (1993, p. 78-82) identificou a convergência de três vias de espacializações, por ele chamadas de “pós-historicismo”; “pós-fordismo” e “pós-modernismo”.

O pós-historicismo está enraizado numa reformulação fundamental da natureza e da conceituação do ser social, numa luta essencialmente ontológica para reequilibrar a interação interpenetrável entre a história, a geografia e a sociedade (SOJA, 1993, p. 79).

O pós-fordismo ligado diretamente à economia política do mundo material e, mais especificamente, à “quarta modernização do capitalismo, à fase da reestruturação socioespacial”. O termo pós-fordismo foi escolhido para caracterizar a transição do regime de acumulação e do modo de regulação que se consolidaram, depois da Grande Depressão, nos sistemas verticalmente integrados de produção industrial em larga escala, no consumo de massa e na suburbanização

desordenada, no planejamento keynesiano centralizado do Estado previdenciário e no crescente oligopólio empresarial (SOJA, 1993, p. 79).

O pós-modernismo, segundo Soja (1993, p. 79) reveste-se de uma “reconfiguração cultural e ideológica, de uma definição modificada do sentido vivencial da modernidade, da emergência de uma nova cultura pós-moderna do espaço e do tempo”. Superpõe ao pós-historicismo e ao pós-fordismo como discurso teórico e como conceito periodizante em que a geografia tem importância cada vez maior como ponto de vista do discernimento crítico. Esse conceito periodizador levou à “reafirmção contemporânea do espaço na teoria social crítica e ao papel cambiante do desenvolvimento geograficamente desigual” (SOJA, 1993, p. 81).

A base de sustentação filosófica da geografia crítica, na visão de Diniz (2009) tem como pilares os fundamentos da teoria social crítica em seus dois campos analíticos: o marxismo e o pós-modernismo (DINIZ FILHO, 2009, p. 158), cuja orientação metodológica é o método histórico dialético, inspirado em Marx e Engels, mas de origem hegeliana.

Alguns geógrafos críticos marxistas defendem um “materialismo histórico e geográfico”, um “repensar radical da dialética do espaço, do tempo e do ser social”, a exemplo de Soja (1993[1989]). Harvey (2005[1978]) prefere sugerir um método dialético geográfico, na “reinvenção da geografia”.

Milton Santos (2012[1978]), geógrafo crítico radical brasileiro e não marxista explicitou como seus objetivos “renovar, reformular e reconstruir” a geografia, ao fazer críticas radicais aos fundadores da geografia clássica moderna e ao aspirar uma geografia nova e uma geografia crítica.

Na avaliação de Diniz Filho (2013, p. 16) “é possível afirmar que o elemento comum mais importante entre os geógrafos críticos é o objetivo manifesto de elaborar uma teoria crítica radical do capitalismo pelo estudo do espaço e das formas de apropriação da natureza”. Na elaboração dessa crítica, os geógrafos críticos marxistas refutaram o modelo normativo das ciências naturais, o paradigma da ciência moderna e sua racionalidade econômica. Refutaram ainda, os “postulados clássicos da geografia como ciência de síntese ou ciência de contato, classificando a geografia como uma ciência social” (DINIZ FILHO, 2013, p. 16).

Em contraposição a esses postulados, os geógrafos críticos “classificaram a geografia como uma ciência social, mas que tem no estudo do espaço organizado pela sociedade, das relações sociedade/espaço e das formas de apropriação da

natureza a base de sua autonomia epistemológica em relação às outras disciplinas da sociedade”, conforme esclarecido por Diniz Filho (2013, p. 16).

Um dos pressupostos centrais da geocrítica é a tese de que os problemas socioespaciais e ambientais são produto da “lógica da acumulação do capital” e das “contradições do capitalismo”. Nesse sentido, a essa corrente, embora tendo incorporado muito das críticas humanistas e pós-modernistas à ciência normativa, opera com raciocínios deterministas, relações invariáveis de causa e efeito. A geografia crítica se insere, pois, no universo da ciência explicativa.

Nesse contexto, o presente trabalho se utiliza da concepção de ciência de Karl Popper para avaliar a coerência da geocrítica em relação ao paradigma desse modelo de ciência, sem entrar no mérito de discutir a cientificidade das tendências do pensamento geográfico que, pertinentes, sobretudo à geografia cultural e social, trabalham com referências teóricas e metodológicas próprias da chamada “ciência compreensiva”, como é o caso, por exemplo, da fenomenologia.

Considerando que a geografia é uma ciência de influência filosófica, o critério estabelecido para a avaliação da cientificidade da geografia crítica foi fundamentado na filosofia da ciência e nas ideias científicas de Karl Popper (1902-1994), cujas contribuições influenciaram o debate da crítica à ciência moderna, na refutação do positivismo e na crítica dos conceitos totalizantes.

Na verdade, “a visão de Popper se opõe frontalmente ao uso de conceitos totalizantes”, como esclareceu Diniz Filho (2019). A disciplina geográfica se insere nesse debate, pois nasceu como ciência moderna¹². Por isso, o critério estabelecido para uma crítica epistemológica à geografia crítica tomou como referência, além do conceito de lógica científica de Karl Popper, as teorias elaboradas pelos geógrafos críticos David Harvey (1935) e Milton Santos (1926-2001). As discussões teóricas do racionalismo crítico de Popper e suas críticas ao marxismo também fazem parte desse contexto analítico de avaliação.

David Harvey é um geógrafo crítico, assumidamente marxista. Professor emérito de Antropologia do Centro de Doutorado da *City University of New York*. Foi professor de Geografia da *Johns Hopkins University* e professor de geografia na cátedra *Halford Mackinder da University of Oxford*.

¹² Sobre ao assunto ler no *Traité de géographie physique* de De Martonne o que ele escreveu na introdução, especialmente p. 22. E em *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica* in Capítulo 2 – A Herança Filosófica (SANTOS, 2012, p. 45).

Harvey assumiu fazer parte de um movimento crítico e radical por meio da geografia, em busca de uma sociedade mais justa e ecologicamente sadia e aberta, destacando a relevância das ideias e do método de Marx, como propostas experimentais de seu trabalho, da publicação de suas obras e da construção de seu pensamento. A partir da leitura de Marx, constatou as evidências de estabelecer uma teoria crítica da sociedade capitalista, consolidando profícua produção intelectual, sustentada nas ideias marxistas. Harvey (2005, p. 10-11) reconheceu também que “o ângulo específico do seu trabalho era, porém, algo incomum”, pois:

Era muito raro, tanto para aqueles que trabalhavam na tradição marxista se dedicarem a questões de geografia (ou de urbanização, exceto como fenômeno histórico), quanto para os geógrafos considerar a teoria marxista como base para seu pensamento. De certa forma, a tradição radical da geografia (que nunca foi muito forte) se relacionava aos anarquistas, especificamente aqueles do final do século XIX, quando geógrafos anarquistas, como Piotr Kropotkin e Elisée Reclus, foram pensadores ativistas proeminentes. Há muitos valores nessa tradição. Foi, por exemplo, muito mais sensível a questões do ambiente e da organização urbana (ainda que criticamente) do que o marxismo. No entanto, a influência de tais pensadores foi bastante limitada, ou foi transformada, por meio da influência de pensadores urbanos, como Patrick Geddes, num comunitarismo idealizado, em leve e aceitável oposição ao que Lewis Mumford, por exemplo, considerava a trajetória desutópica da mudança tecnológica sob o capitalismo. (HARVEY, 2005, p. 10-11).

Buscar conhecer as origens do pensamento crítico de Harvey é também compreender a sua trajetória profissional e pessoal e as suas influências marcantes na Geografia. Essa é uma razão de inserir as suas obras e teorias elaboradas, nesse contexto do trabalho. Ao fazer a leitura das obras de Harvey e adentrar no campo analítico de *A condição pós-moderna* e *A produção capitalista do espaço*, a intenção foi compreender a trajetória intelectual desse geógrafo crítico, que analisou e divulgou as ideias marxistas sobre o capital e a acumulação capitalista no período entre a década de 1960 e 2000.

Ao ser interrogado pelos editores da *New Left Review*, em entrevista, no ano de 2000, a respeito de seu primeiro livro, como “uma intervenção muito ousada e ambiciosa na disciplina”, mas que parecia “resultar de um cenário positivista muito específico – um horizonte de referência exclusivamente anglo saxão, sem percepção alguma das poderosas tradições alternativas da geografia na França ou Alemanha”, a resposta de Harvey foi:

A obra buscava uma resposta para o que eu considerava o problema central da disciplina. Geralmente, o conhecimento geográfico era extremamente fragmentado, dando grande ênfase ao que se chamava “excepcionalismo”. A doutrina estabelecida afirmava que o conhecimento produzido por cada investigação geográfica era diferente um do outro. Não podia ser generalizado, não podia ser sistematizado. Não havia leis geográficas; não havia princípios gerais para os quais apelar – tudo o que você podia fazer era partir, por exemplo, para a região seca de Sri Lanka, e passar a vida estudando e entendendo aquilo. Quis combater essa concepção de geografia, insistindo na necessidade de entender o conhecimento geográfico de um modo mais sistematizado. Naquele momento, pareceu-me que o recurso óbvio era o uso da tradição filosófica do positivismo – que, na década de 1960, ainda tinha um sentido de unidade muito forte, vindo de Carnap. Eis porque assumi Hempel e Popper de modo tão sério; considerei que deveria haver alguma maneira de utilizar a ciência da filosofia de ambos para sustentar a construção de um conhecimento geográfico mais unitário. Houve um instante em que, dentro da disciplina, ocorreu um forte movimento para a adoção de técnicas estatísticas de investigação e novos métodos quantitativos. Pode-se dizer que meu projeto era o de desenvolver o lado filosófico dessa revolução quantitativa (HARVEY, 2005, p. 16).

Ao ler as declarações do geógrafo Harvey (2005, p. 16) é notório a constatação do vínculo filosófico, na base original de suas ideias. Principalmente em relação à filosofia da ciência e em relação às ideias científicas do filósofo Popper, cuja inspiração o levou a construir um “projeto de desenvolver o lado filosófico da revolução quantitativa”. Poderia se dizer que suas análises de abordagens geográficas econômicas nasceram desse contexto de revolução quantitativa? Que ao tentar analisar a sociedade capitalista, consolidou suas propostas nas bases marxistas, que julgava experimentais e inacabadas?

As obras mais recentes marcaram o novo tempo de Harvey, que permanece marxista e ainda mais ortodoxo no retorno analítico às obras de Marx, com a crítica ao capital em sua luta anticapitalista.

São essas as razões para estabelecer os critérios de escolha em analisar a trajetória epistemológica desse geógrafo crítico marxista, nas discussões da tese proposta. O ponto de partida da análise será uma síntese das teorias elaboradas e presentes nas duas obras de referência, mais antigas de Harvey: *A condição pós-moderna* e *A produção capitalista do espaço* que demarcam o ponto de partida das leituras de Harvey, nas obras de Marx e de suas obras mais recentes: *Seventeen Contradictions and the End of Capitalism* [17 contradições e o fim do capitalismo], publicada originalmente, em 2014, em Londres e no Brasil em 2016 e *Marx, Capital and the Madness of Economic Reason* [A Loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI], publicada em Londres em 2017 e no Brasil em 2018. A

escolha dessas obras permite avaliar o contexto histórico-geográfico de sua atuação e de seu propósito de “reinventar a geografia” (HARVEY, 2005, p. 13).

Milton Santos foi um geógrafo crítico brasileiro. De natureza mais eclética influenciou a formação de graduados em geografia na Universidade de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, onde atuou. Quando esteve fora do Brasil, ensinou em diversas universidades na Europa, na África, na América do Sul e do Norte. Foi consultor da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de cujo Comitê para o Estudo da Urbanização e do Emprego foi membro diretor. É considerado um dos expoentes do movimento de renovação crítica da geografia.

O critério de escolha em analisar as teorias geográficas de Milton Santos foi em virtude de sua natureza política de enfrentamento às causas sociais, à densidade temática e conceitual de sua obra em relação às discussões referentes ao espaço geográfico e à originalidade de seu pensamento crítico-radical não marxista. Diferentemente de outros geógrafos críticos, adotou uma postura eclética, acreditando em suas próprias convicções teóricas e metodológicas, apesar de construir um repertório fundamentado em fontes analíticas de uma diversidade de autores geógrafos e não geógrafos: filósofos, antropólogos, sociólogos, economistas, entre outros que desenvolviam uma crítica radical da sociedade capitalista globalizada. A base analítica de sua discussão fundamentava-se na ontologia do espaço social e na constituição do ambiente técnico-científico-informacional nos domínios do “território usado” e na constituição de um conjunto de objetos (artefatos/materialidade) e ações (instituições de natureza diversas), no jogo contraditório de relações político-ideológicas. Ao ler e analisar as suas obras, a percepção que se tem é de que as suas construções intelectuais mesclam utopia e realidade, na formação de um arcabouço teórico original.

A metodologia utilizada no conhecimento da trajetória epistemológica desse geógrafo crítico radical, mas não marxista, objetivou fazer o levantamento de suas obras, tendo como referências principais a leitura e análise de: *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*; *Economia espacial: críticas e alternativas*; *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*; *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*; *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*.

As teorias dos geógrafos críticos David Harvey e Milton Santos constituem referências privilegiadas para o entendimento dos efeitos das influências marxistas, no pensamento crítico radical. A síntese das visões teóricas desses geógrafos será apresentada, de forma bem detalhada, com o objetivo de analisar as visões geográficas de abordagens econômicas desses autores.

A tese propõe ainda, esclarecer qual é a visão sobre a geocrítica guiada nas análises desses autores, tendo em vista que tal exercício possibilitará compreender as interpretações sobre essa corrente que:

Ao realçarem sua heterogeneidade e centrarem foco em questões epistemológicas (como a de saber se o espaço é apenas um reflexo da sociedade ou se possui também um papel 'ativo') diminuem a disposição para que se efetue uma reavaliação profunda dessa corrente à luz da crise do marxismo e das experiências socialistas (DINIZ FILHO, 2013, p. 15).

Para identificar as tendências atuais da geografia crítica e investigar as formas de legitimação do discurso científico dessa corrente de pensamento, foram lidos além de obras dos referidos geógrafos críticos, artigos científicos e teses defendidas recentemente. Esse critério foi estabelecido tendo em vista a hipótese dessa tese, de que “a geografia crítica tornou-se hegemônica no cenário brasileiro contemporâneo” (DINIZ FILHO, 2013, p.15) e “doutrinária no Brasil, tanto no ensino de geografia escolar da escola básica, quanto no meio universitário”, conforme confirmado nas teses de Correia (2015) e Costa (2016). Essa ocorrência de natureza didático-pedagógica foi confirmada também na tese de Soares (2011), que analisou os PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais, em relação ao novo paradigma produtivo, a partir da discussão do neoliberalismo e cuja matriz pedagógico-disciplinar tem referência analítica nos pilares da geografia humana crítica.

A problemática desta tese se insere nesse debate de hegemonia político-ideológica da geografia crítica, no meio acadêmico-científico e disciplinar. De acordo com Diniz Filho (2013), quando uma tendência se torna amplamente “majoritária dentro de uma comunidade profissional, a explicitação dos elementos epistemológicos, éticos e ideológicos que a constituem é essencial para pôr em evidência debilidades e contradições das quais já nem se tomam consciência”. (DINIZ FILHO, 2013, p. 15).

A condição de hegemonia de uma tendência faz com que suas teses fundamentais passam a ser vistas como verdades óbvias e por isso mesmo, inquestionáveis. Esse estado de coisas traz consequências ruins para a pesquisa e o ensino, por serem atividades totalmente incompatíveis com a ausência de questionamento e de autoavaliação. Nesse sentido, os primeiros passos para uma “crítica da geografia atual são reconhecer a hegemonia da geografia crítica ou radical no cenário contemporâneo e definir essa corrente segundo seus elementos de identidade e unidade” (DINIZ FILHO, 2013, p. 15).

É exatamente, nessa direção orientada por Diniz Filho (2013, p. 15) e Diniz Filho (2003, p. 307-321) que essa tese se propõe a avaliar a geografia crítica, tendo como referência de análise, teorias elaboradas por geógrafos críticos e teses de autores que fizeram o doutorado em geografia, cujos temas foram relacionados aos aportes teórico-metodológicos dessa vertente de pensamento, sendo ou não seguidores da geografia crítica marxista ou neomarxista.

Na revisão bibliográfica foi constatado que há rupturas recentes em relação às orientações teóricas e metodológicas da geografia crítica. Mas, que também, há continuidades, confirmando-se a heterogeneidade epistemológica e a existência do ecletismo nas abordagens de análises, com seus desdobramentos em geografias críticas.

O “movimento de renovação da geografia no Brasil que se iniciou na década de 1970, se mantém vivo em suas principais perspectivas, ainda atuantes”, conforme ressaltou Menezes (2016). A afirmação desse autor é verdadeira. Na USP, historicamente pioneira na formação de geógrafos críticos do país, encontra-se em sua estrutura, a entidade GESP – Grupo de Geografia Urbana Crítica Radical, de uma das vertentes marxistas, a marxista-lefebvriana, que visa integrar o debate entre as geografias.

Nessa universidade, “cujas bases foram lançadas pelo geógrafo francês Pierre Monbeig em 1934” (LIRA, 2017, p. 5) para a implantação e organização institucional da geografia em São Paulo (NOGUEIRA, 2013, p. 11), a geografia crítica se consolidou, mais precisamente, a partir de 1978.

De fato, há uma constatação precisa de que há influências do marxismo sobre a geografia na atualidade: “Não há dúvida de que a assimilação do marxismo foi a pedra angular na edificação da chamada geografia crítica, influenciando de

modo intenso todos os seus aspectos teórico-metodológicos e ideológicos”, como avaliou Diniz Filho (2002, p. 77).

Conforme ressaltou o autor sobre essa questão: “houve diferenças significativas nas formas dessa assimilação, dependendo do país, instituição ou mesmo das interpretações particulares de cada geógrafo sobre a obra marxiana, mas é inegável que o marxismo constituiu a principal fonte da geografia crítica ou radical” (DINIZ FILHO, 2002, p. 77).

Ao analisar teses de doutorado em geografia, defendidas recentemente, foi possível verificar a heterogeneidade temática analisada e as diferentes formas de orientação de geografias críticas, marxistas ou não.

Algumas teses examinadas confirmaram em resultados de pesquisas de alguns autores, processos de doutrinação e ideologias presentes no âmbito escolar (CORREIA, 2015; COSTA, 2016; SOARES, 2016), tanto na área de ensino dentro das salas de aula, quanto na utilização de livros didáticos, programas e propostas curriculares, tendo como principal fonte desses discursos, os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais (SOARES, 2011).

Abordagens econômicas geográficas associadas à questão política de formação de geógrafos e à aplicação de conhecimentos geográficos, inovação e tecnologia nas ações de planejamento de intervenção estatal, também foram confirmadas em teses de organização territorial e materialidade do território.

As teses de Contel (2006), Bomfim (2007), Grimm (2011), Tunes (2015) e Lira (2017) apresentaram elementos relevantes sobre isso. As propostas e planos econômicos, com forte influência do Estado, na aplicação de estudos acadêmicos econômico-geográficos, no período pós-64, materializaram-se nos I, II e III PND – Plano Nacional de Desenvolvimento, por exemplo. Mas, também, no planejamento regional, para o estabelecimento das grandes regiões e nas políticas regionais, nos sistemas de engenharia e na questão urbana (Bomfim, 2007, p. 68-76).

Nesse contexto historiográfico da geografia brasileira, o processo de formação do sistema bancário brasileiro, no fenômeno denominado “nacional-desenvolvimentismo” também se estabeleceu, conforme demonstrado na tese de Contel (2006, p. 39). Esse analisou o território e finanças, suas técnicas, normas e topologias no Brasil.

A ocorrência das abordagens econômicas geográficas, nas teses analisadas, demonstrara as evidências das ações do Estado, em parceria com os

departamentos acadêmicos das universidades na institucionalização de coleta e análise de dados geográficos, estatísticos e cartográficos, utilizados nos processos de regionalização, organização espacial e reordenamento do território.

Essas relações políticas não só ocorreram durante e depois do movimento de renovação da geografia crítica. Ocorreram também, em períodos antecedentes, como foi apresentado nas teses de Nogueira (2013) e Lira (2017) que analisaram o contexto cultural, histórico e político-geográfico de atuação do geógrafo francês Pierre Monbeig.

A autora Lira (2017) trabalhou com a ideia de formação da geografia brasileira, como ciência no contexto do capitalismo tardio, na biografia de Monbeig que sistematizou um método geográfico no período entre 1925 a 1957. Esse período foi analisado pela autora como a demarcação do processo de formação da geografia brasileira sob a liderança de Pierre Monbeig, como percurso material e simbólico, fundamentado na geo-história dos saberes (LIRA, 2017, p. 5).

Nogueira (2013, p. 13), sob outra perspectiva, partiu da biografia de Pierre Monbeig, como protagonista da institucionalização acadêmica do campo geográfico no país, na retórica territorialista do Estado Novo e na psicologia bandeirante para avaliar a relação existente entre a expansão espacial de povoamento ocorrida no Brasil na primeira metade do século XX.

Durante o processo de formação territorial do país, as relações sociais ocorriam na fronteira para a composição de uma explicação geográfica sobre o fenômeno de pioneirismo entre as décadas de 1930 e 1950. Esse processo também conhecido como expansão do colonialismo, impulsionou a fundação de cidades, o desmatamento de florestas e a abertura de campos de cultivo (NOGUEIRA, 2013, p. 13).

Por meio da avaliação das teorizações dos autores, a tese busca elucidar aspectos relevantes das abordagens analíticas da geografia crítica, em suas tendências recentes. Busca ainda, contribuir com o debate da epistemologia geográfica. O intuito é ampliar o horizonte proposto inicialmente, para a realização dessa tese, a partir da interpretação e da contribuição das obras desses autores de âmbito acadêmico-científico.

A tese está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta de forma geral as principais contribuições científicas de Popper sobre a natureza do conhecimento científico. De forma contextualizada e de âmbito epistemológico, foi

possível relacionar as ideias popperianas às ideias de autores filósofos, sociólogos e geógrafos que as interpretam, a partir da filosofia da ciência, do racionalismo crítico e da filosofia social.

Destaca-se, nesse capítulo, o critério de falseabilidade e a crítica dos conceitos totalizantes – elementos necessários para a avaliação da cientificidade da geografia crítica ou radical – à luz da lógica científica de Karl Popper. Esses conceitos permitem explicar que, uma teoria científica adequada não é aquela que explica uma vasta gama de fenômenos, mas aquela que “proíbe coisas de acontecer”, conforme esclareceu Diniz Filho (2018). Ou seja, aquela que faz previsões restritivas acerca da observação dos fenômenos.

Destaca-se ainda, as ideias de Karl Popper, em relação ao marxismo, depois de sua esporádica e frustrante experiência marxista, quando tinha dezesseis anos e antes de se doutorar em filosofia dez anos depois.

O segundo capítulo apresenta uma análise das visões do geógrafo crítico marxista David Harvey (1935). Objetiva analisar as teorias geográficas elaboradas por esse autor para construir uma crítica epistemológica entre a lógica científica de Karl Popper à racionalidade científica moderna e a lógica do capital, com base na filosofia da economia política de Marx adotada por Harvey. Utilizando-se dessa abordagem econômica marxista, esse geógrafo influenciou a formação de geógrafos críticos.

As análises geográficas de sustentação crítico-filosófica do referido autor, fundamenta-se na teoria crítica do capitalismo e na teoria da revolução social. Vale dizer que David Harvey teve uma fase marxista e depois se aproximou em certa medida do pensamento pós-modernista e da teoria da regulação, influenciando também, a geografia econômica. Entretanto, em suas últimas obras Harvey (2016; 2018) tornou em evidência seu retorno às ideias de Marx, de forma ainda mais ortodoxa, para explicar as contradições e o fim do capitalismo no século XXI. Dentre as suas convicções marxistas, seu maior empenho é defender e “descobrir novas formas de fazer política anticapitalista” (HARVEY, 2016, p. 286).

O terceiro capítulo apresenta uma análise das principais visões do geógrafo crítico Milton Santos (1926-2001). Vale notar que esse geógrafo brasileiro era assumidamente eclético em suas opções teórico-metodológicas. Seu ecletismo teórico-metodológico influenciou a formação de geógrafos, desdobrando-se na

diversidade de geografias críticas, cujas tendências de pensamento geográfico dessa natureza foram difundidas no Brasil, na atualidade.

Pode-se dizer que é possível traçar um quadro analítico estrutural para essa análise, a partir de “uma leitura da trajetória epistemológica” do geógrafo, tendo como foco “a gênese e evolução de conceitos e categorias que foram pilares de seu sistema teórico” (GRIMM, 2011, p. 261-262). Ou mesmo a partir de uma abordagem histórico-biográfica de interpretação da “filosofia da geografia de Milton Santos” (CONTEL, 2014, p. 393-409), com fontes documentais de depoimentos sobre a geografia e testamento intelectual (ASSIS; SPOSITO, 2004, p. 13-140) e ainda, descrição de entrevistas, com narrativas de encontros e cronologia da obra do autor (LEITE, 2007, p. 8-201).

A avaliação da cientificidade geográfica, à luz da lógica científica de Karl Popper e seus intérpretes, apresentadas no capítulo 1, das teorias elaboradas pelo geógrafo crítico radical marxista David Harvey, no capítulo 2 e das visões teóricas do geógrafo crítico Milton Santos no capítulo 3, assim como os efeitos da influência das ideias marxistas na ciência serão objetos de análise no capítulo 4.

É possível afirmar que o marxismo e o pós-modernismo, campos analíticos da teoria social crítica, que influenciaram as ciências sociais e a geografia crítica, fazem parte do sistema crítico-filosófico da ciência racionalista moderna de origem capitalista. Por essa razão, é possível estabelecer uma crítica epistemológica entre a lógica científica de Karl Popper e a lógica científica da geografia crítica radical, que têm em comum, a refutação do positivismo e do modelo normativo da ciência: críticas à racionalidade moderna e conseqüentemente à racionalidade econômica, cujo modelo paradigmático é de natureza tecnocientífica. Ou seja, verifica-se que é possível aplicar o conceito de falseabilidade sugerido pelo filósofo, aos conceitos totalizantes do marxismo estruturalista da sociedade capitalista e da economia espacial da geografia crítica – formas de legitimação e justificação do caráter científico de explicação da “perversidade” do capitalismo, da globalização e do mercado.

Essa é a base de sustentação para a crítica epistemológica à geografia crítica e a avaliação que se propôs fazer nessa tese, à luz da filosofia da ciência e do racionalismo crítico de Karl Popper.

CAPÍTULO 1 – CRÍTICAS FILOSÓFICAS À RACIONALIDADE MODERNA E CONTRIBUIÇÕES DE KARL POPPER À EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS

Nesse capítulo apresenta-se uma análise das principais contribuições científicas de Popper sobre a natureza do conhecimento científico. De forma contextualizada foi possível analisar as ideias popperianas e as críticas à racionalidade científica à luz de autores geógrafos, filósofos e sociólogos que as interpretam a partir da filosofia da ciência, do racionalismo crítico e da filosofia social. As ideias de racionalidade científica influenciaram a institucionalização das ciências, incluindo a ciência geográfica. Nessa análise destacam-se o conceito de falseabilidade e a crítica aos conceitos totalizantes, elementos necessários para a avaliação da cientificidade da geografia crítica ou radical, à luz da lógica científica de Karl Popper. Esses conceitos permitem explicar que uma teoria científica adequada não é aquela que explica uma vasta gama de fenômenos, mas aquela que “proíbe coisas de acontecer”. Ou seja, aquela que faz previsões restritivas acerca da observação dos fenômenos, como esclareceu Diniz Filho (2018).

1.1 NATUREZA FILOSÓFICA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

A visão da ciência como “filosofia da natureza” teve sua origem na Grécia. A questão do método entre os filósofos foi tratada principalmente por Platão, com o método dedutivo (conhecimento através da reflexão racional, prévia, anterior à realidade: parte de hipóteses e teorias; e é estruturalista) e Aristóteles, com o método indutivo (conhecimento através do contato com a realidade, de observação dos padrões, por meio da qual se criam modelos de explicação).

No entanto, a revolução científica só foi consolidada mais tarde no trabalho de aplicação da matemática ao estudo dos fenômenos físicos realizados por Isaac Newton. Seu sucesso em formular leis gerais explicativas de uma vasta gama de fenômenos físicos desencadeou uma série de consequências de grande alcance científico e cultural. Uma delas “foi ter aberto caminho para o fortalecimento, no âmbito científico de uma visão de natureza do tipo mecanicista e determinista, que já estava presente nos escritos de Galileu Galilei e de René Descartes” (DINIZ FILHO, 2009, p. 21).

De acordo com Diniz Filho (2009, p. 21-22) “foi do século XVIII em diante, que a metodologia científica se consolidou como base das ciências naturais, conforme acontece nos nossos dias”. Nesse contexto, a física se firmou como um modelo de ciência a ser reproduzido, utilizando-se da linguagem matemática como ferramenta básica para provar a cientificidade dos trabalhos, empregando métodos de pesquisa mais rigorosos. Tratava-se, de reconhecer na física, a mais paradigmática das ciências, a única capaz de seguir todas as etapas do método científico: observação, experimentação, verificação, formulação de leis e enunciação de teorias (GOMES, 2011, p. 37).

Nessa perspectiva, o pensamento seria um julgamento racional lógico sobre a realidade. A ciência constituiria a esfera onde as regras e os princípios deste julgamento seriam organizados sistematicamente, através do controle e domínio da linguagem e da lógica científica. De acordo com Gomes (2011, p. 31) o método lógico racional, considerado como único meio de oferecer todas as garantias lógicas da relação entre pensamento e realidade atingiria a objetividade e garantiria condições mais justas e mais corretas do julgamento científico.

Dessa forma, a ciência racionalista enfatizava fundamentalmente as questões metodológicas construindo sistemas explicativos, de duplo alcance. O primeiro originário do objeto de observação, que é particular, concreto e dado. O segundo, ao contrário, é geral, abstrato e construído pelo raciocínio. Esse tipo de ciência acredita realizar um caminho que leva do particular ao geral, tendo como meta estabelecer afirmações universais. Essa forma de pensamento é sempre normativa. Opera através de conceitos gerais ligados a certa concepção de conjunto teórico e estabelece simultaneamente os meios de reconhecimento de um saber científico (GOMES, 2011, p. 32).

A confiança racionalista de que é possível se chegar a um conhecimento objetivo da realidade pelo uso do método científico, alcançou diversos campos de atividade intelectual. Tais como a política, o estudo da história e até a reflexão moral (DINIZ FILHO, 2009, p. 22). Paradoxalmente, “é justamente essa metodologia de racionalidade científica normativa que vem sendo criticada desde o século XVIII, por pensadores que contestam a validade de leis gerais ou a possibilidade de aplicação de um único método em todas as ciências, entre várias outras refutações” (DINIZ FILHO, 2009, p. 42).

Como analisou Diniz Filho (2009) “o período que vai do início até meados do século XIX viu nascer e triunfar uma nova corrente de pensamento denominada de positivismo, que se constituiu como uma afirmação radical do modelo normativo de ciência”. No sentido filosófico bastante amplo, o termo positivismo “designa a própria metodologia que se desenvolveu com base nas ideias de pensadores como Bacon e Newton, sendo assim, um sinônimo de ciência normativa” (DINIZ FILHO, 2009, p. 54).

Em seu significado mais restrito, “positivismo designa uma escola de pensamento filosófico e científico fundada por Augusto Comte (1798-1857), o qual contestou os pressupostos metafísicos das vertentes idealistas e românticas de seu tempo para aproximar a filosofia da ciência”, como avaliou Diniz Filho (2009, p. 54).

Da formulação Comteana originaram-se várias correntes positivistas influenciando cientistas do século XIX e primeiras décadas do século XX, supervalorizando o raciocínio indutivo e a experimentação na formulação de leis gerais, capazes de explicar e prever as observações sobre os fenômenos.

Na crença pela racionalidade da unidade do método das ciências da natureza Comte fundou a sociologia. Essa ciência, denominada por ele de “física social” explicava os fenômenos sociais e as leis que regiam a organização da sociedade. De posse do conhecimento objetivo sobre essas leis justificava-se a necessidade de intervir cientificamente, na organização social, além de fundar uma nova moral, também de base científica (DINIZ FILHO, 2009, p. 56).

Conforme analisou Diniz Filho (2009), sob essa perspectiva, o “naturalismo” e o “cientificismo” no positivismo de Comte fundaram as suas crenças na ideia de que somente na ciência é capaz de produzir conhecimentos verdadeiros e úteis sobre a realidade, seja ela natural ou social.

O sucesso alcançado pelo positivismo nas ciências humanas e sociais pode ser creditado à forma como Comte e outros teóricos procuraram desenvolver suas propostas metodológicas em sintonia com os progressos da ciência de seu tempo, pois a visão cientificista, mais do que um elemento do positivismo, era uma marca do ambiente cultural da época (DINIZ FILHO, 2009, p. 57).

Nesse contexto, o século XIX assistiu a grandes progressos tecnológicos, desde o seu início. Os avanços ocorridos na biologia com as teorias evolucionistas, por exemplo, foram fundamentais para que o naturalismo e o cientificismo tomassem

conta das ciências do homem e também da geografia, como ressaltou Diniz Filho (2009, p. 57).

No entanto, três fatores concorreram para gerar uma reação ao positivismo, iniciada por volta de 1870 e fortalecida após a virada do século. O inconformismo de muitos filósofos com a função reduzida e subordinada que o positivismo, especialmente em sua versão Comteana, reservou à filosofia, foi o primeiro desses fatores. A crença estava no entendimento de que todo conhecimento provinha apenas da observação, e toda construção intelectual tendia a ser vista como metafísica, por isso a generalização das descobertas mais importantes eram realizadas pelas ciências. Foi daí que surgiu a crítica de muitos filósofos ao positivismo (DINIZ FILHO, 2009, p. 57).

Um segundo fator de reação, como esclarecido por Diniz (2009), teve origem no âmbito das ciências. As primeiras três décadas do século XX foram marcadas por revoluções e descobertas que puseram em xeque o positivismo clássico. Com a superação da física newtoniana pela física moderna, a formulação da teoria das mutações genéticas e a estruturação da psicologia. Finalmente, houve uma reação que resultou da persistente dificuldade das ciências humanas em aplicar os princípios positivistas, mesmo por meio da assimilação do evolucionismo (DINIZ FILHO, 2009, p. 93).

Com a crise do positivismo, o princípio da “unidade do método” ou “ideia do método único” foi recusado dentro das ciências humanas por vários cientistas (humanos) “em favor de uma perspectiva mais pluralista, na qual o rigor metodológico é buscado por reflexões centradas nas características do objeto de estudo de cada ciência”, como analisado por Diniz Filho (2009, p. 98).

Na análise de Gomes (2011), a ideia central da concepção de ciência fundada no Século das Luzes, era a universalidade da razão. Nessa concepção, a atitude racional se conduziria “por uma lógica coerente, um bom senso generalizado e um pragmatismo da ação. A verdade do mundo seria fruto de uma argumentação lógica, ordenada e sistemática” (GOMES, 2011, p. 30).

O debate animado pelo conflito da modernidade teve como traço marcante a oposição entre romantismo e historicismo de um lado; e positivismo científico segundo a lógica da especialização, do outro. No entanto, os termos desse conflito na ciência eram múltiplos e se inscreviam em um contexto bem mais amplo. “No interior de cada disciplina, identificava-se momentos de contestação a princípios

baseados em uma racionalidade estrita até então aceitos” de acordo com a avaliação de Gomes (2011, p. 36).

Conforme ressaltou esse autor, cada domínio disciplinar reproduziu estas contestações sob o ângulo particular de suas preocupações e objetos científicos, e sob a influência de seu determinado contexto histórico-espacial (GOMES, 2011, p. 36).

O determinismo na física se apoiou durante muito tempo na ideia “de campo de forças”. Isto é, todo fato é necessariamente e quantitativamente determinado em relação a um “sistema causal de forças”. Ao contrário, a oposição oposta sustentava que os fenômenos físicos deveriam ser considerados como fatos estatísticos, submetidos, portanto, às leis da probabilidade. Essa discussão se manteve ativa até a enunciação da teoria quântica, que pôs fim definitivamente à ideia de causalidade do tipo determinista em nível atômico (GOMES, 2011, p. 37).

De acordo com Gomes (2011, p. 38) essa “nova maneira de pensar” com seus debates e conflitos estava sendo, à época, vividos socialmente, pressionando a Academia e sua ideologia racionalista gerando uma atmosfera de desprestígio e desaprovação.

Esse clima adverso ao racionalismo alimentou pressões e gerou antagonismos no caso da física, mas também nas demais ciências. A matemática viveu a crise dos “formalistas” contra os “intuicionistas”; a psicologia desenvolveu o “comportamentalismo” ou Gestalt, em oposição ao funcionalismo, a história valorizou a noção de alteridade para contestar o formalismo generalizador e evolucionista. As ciências em geral, a exemplo da biologia, antropologia e sociologia viveram à mesma época conflitos da mesma natureza (GOMES, 2011, p. 38).

Na avaliação de Gomes (2011) as críticas contra o racionalismo foram renovadas pela abordagem humanista. Dentre as diferentes concepções humanistas, esse autor enfatizou a questão da relação do humanismo com a modernidade, diferenciando o humanismo moderno de suas manifestações clássicas. Essa diferença pode ser interpretada como a vitória do humanismo no conflito tenaz que se opõe à racionalidade científica. Sem negar suas origens e sem diminuir o peso da tradição, o humanismo moderno, “forçado a encontrar argumentos contra o racionalismo, desenvolveu novos métodos e, por isso, procurou novas referências, como o existencialismo ou a fenomenologia” (GOMES, 2011, p. 314-315).

Certamente, a ideia de modernidade, nessa nova perspectiva possui um sentido diferente daquele “conferido à marcha triunfal da razão” (GOMES, 2011, p. 315). Na visão desse autor, os argumentos dos humanistas contra esse tipo de progresso acentuam a ideia de uma ciência sem ética e de uma tecnologia perversa. Segundo esse ponto de vista, o melhor dos mundos do racionalismo é falso e perigoso. A modernidade dos humanistas é feita da renovação da imagem do mundo, recolocando o homem no centro de sua cultura particular, como no fim da Idade Média. Só que consciente da relatividade espaço-temporal desta centralidade.

Para os humanistas, a modernidade é o período que marca a libertação do homem pela descoberta dos valores morais e intelectuais que compõem o ambiente humano diferente da pura natureza. Dessa descoberta, aparece a vinculação à ideia de povo, de nação e a vontade de equilíbrio e harmonia, elementos que são característicos deste reencontro do homem com sua cultura (GOMES, 2011, p. 315). A modernidade humanista marca, também:

O triunfo do espírito sobre a razão e a valorização dos *studia humanitatis*, as ciências do espírito, que substituem o mito da ciência positiva. Estas ciências do espírito fundam uma pedagogia que tem como objetivo “tornar a consciência mais humana”. O advento dos novos tempos é, portanto, encarado como o término de um processo gradual de educação e de progresso contínuo, no qual a ruptura é marcada pelo triunfo das ideias humanistas sobre o racionalismo (GOMES, 2011, p. 315).

A abordagem humanista se integrava perfeitamente ao movimento de ruptura recorrente na modernidade contra a ciência lógica. Movimento similar àquele do romantismo contra o monopólio intelectual do Século das Luzes, tratava-se de um intervalo crítico que já anunciava a próxima renovação. O sinal mais evidente é o abandono gradual das perspectivas anteriormente alinhadas às posições humanistas. Trata-se do pós-modernismo, que renovou toda essa tradição crítica, característica de todas as outras contracorrentes precedentes, trazendo os novos termos da condenação da ciência racionalista (GOMES, 2011, p. 336).

A “ciência da complexidade”, também pode ser inserida nesse contexto de renovação crítica à ciência racionalista. A ciência clássica racionalista que se pautava pelo processo de redução e de simplificação dos principais problemas humanos justificava o “paradigma cartesiano-newtoniano” na crença de que “toda a

complexidade do mundo poderia ser respondida e resolvida a partir de princípios e leis gerais” (CAMARGO; GUERRA, 2007, p. 137).

De acordo com esses autores, “a própria variedade dos atuais problemas do planeta, como os problemas ambientais ou socioeconômicos, exige uma outra forma de pensar a ciência e a própria racionalidade metodológica. A nova metodologia busca de maneira dialógica integrar noções complementares, concorrentes e antagônicas, conforme analisaram Camargo e Guerra (2007, p. 137-138).

A análise desses autores foi fundamentada na “teoria da complexidade”, a partir das ideias de Morin (1998). Embora reconhecessem que a complexidade lhes parecesse como algo complicado, reforçaram a ideia de que “a complexidade é uma nova lógica que envolve a compreensão das variáveis e de suas interposições; a reintrodução da incerteza e da desordem em um mundo onde a certeza e a ordem triunfaram absolutas” (MORIM & MOIGNE, 2000 apud CAMARGO & GUERRA, 2007, p. 38).

Dentro desse debate permanente entre o modelo normativo de ciência e as correntes que criticaram a racionalidade que lhe é inerente, ganhou destaque a tensão entre dois tipos de propostas epistemológicas: aquelas de tipo sistemático, para as quais a elaboração de leis gerais é o patamar superior da ciência; e as propostas que negam, relativizam ou restringem a validade dessas leis, conforme se verificou nas análises de Diniz Filho (2009) e Gomes (2011).

O conhecimento científico avança por meio de rupturas epistemológicas, ao descartar erros cada vez mais sutis, em contínua retificação dos erros anteriores, como enfatizaram Reale e Antiseri (2006) e como lembrou Thomas Kuhn (2013) ao analisar as revoluções científicas.

Pode-se dizer ainda, que, o obstáculo epistemológico é uma ideia centralizadora que impede outras ideias. Com seus hábitos intelectuais cristalizados, faz estagnar as culturas, por meio de teorias científicas ensinadas como dogmas ideológicos que dominam as diversas ciências (REALE; ANTISERI, 2006, p. 129).

No entanto, é o caráter falível do conhecimento científico que “demonstra a necessária liberdade diante das teorias, pois não se deve ficar preso a elas nem nelas prender os outros. A questão, antes de ser epistemológica, é ética: diz respeito a atitudes e valores que se devem assumir”, como afirmou Oliveira (2011, p. 9).

As teorias servem para expressar conhecimento em linguagem. Atualmente, o conhecimento é objeto, não só da filosofia, mas, sobretudo das ciências. A teoria

da ciência sempre mais “se entende a si mesma como lógica aplicada. Consiste em, com a ajuda de estruturas formais como a matemática e lógica, esclarecer sempre mais as estruturas das ciências empíricas” (ZILLES, 2005, p. 33).

De acordo com Zilles (2005, p. 34), a palavra epistemologia significa, etimologicamente, “discurso sobre a ciência” ou “teoria da ciência”. Nessa perspectiva, “não estuda o conteúdo, mas a forma da ciência, que se restringe ao campo do fenômeno, buscando suas leis”.

Teoria da ciência é o estudo dos princípios, conceitos, pressupostos e metodologia das ciências. Esses elementos são analisados em termos conceituais e linguísticos, da sua extensão e reconstrução. Visa de modo especial, à sua aplicação consistente e precisa, a fim de obter novos conhecimentos; o estudo e a justificação de processos do raciocínio utilizados nas ciências como também na sua estrutura simbólica (ZILLES, 2005, p. 34).

Nessa abordagem conceitual, de cunho filosófico, verifica-se a complexidade e amplitude que caracteriza a teoria da ciência, no sentido de sua aplicação, extensão e reconstrução, visando consistência e precisão com o objetivo de produzir novos conhecimentos. Entretanto, “a precisão pode ser um critério impreciso, porque cada um pode legitimamente ter um parecer diferente sobre sua aplicação, em caso concreto. Isso significa simplesmente que não existem verdades nem objetividade absoluta” (BERTEN, 2004, p. 49).

Como analisou Berten (2004, p. 6-7) “toda ação, toda prática, também a prática científica, é normatizada: obedecem a regras, que são convenções sociais”. Elas certamente “são restritivas pelas possibilidades elaboradas a partir das práticas e pela resistência ao real”. Isso significa “que essas regras não são absolutas. Elas podem mudar e revelar-se imperfeitas” (BERTEN, 2004, p. 7).

1.1.1 Epistemologia e rupturas epistemológicas

De acordo com Christophe Verselle (2006, p. 41) *in Le dico de la philo: A epistemologia é o estudo das ciências (épistémè en grec)*. Quando o pensamento formula questões sobre os fenômenos para em seguida, compreender as leis, as quais passam pelo crivo da experimentação, ele é científico. Quando ele interroga sobre a maneira pela qual o pensamento se constitui em ciência, se abre à

epistemologia. É possível distinguir alguns grandes campos de investigação nesse domínio.

Na visão de Verselle (2006), a epistemologia pode se interessar pela evolução histórica da ciência (como é que se passou de um modelo explicativo a outro, por exemplo, do geocentrismo ao heliocentrismo?), ou ao exame crítico de seu valor (quais são os pressupostos ou os limites de uma posição científica?), ou ainda, se interrogar sobre as condições mesmas de nosso conhecimento (por exemplo, aqui, a oposição entre o empirismo e o racionalismo) (VERSELLE, 2006, p. 41 – Tradução Livre) ¹³.

Na definição de Verselle, nota-se a complexidade do sentido da epistemologia: da problemática dos fenômenos à compreensão de suas leis, pela verificação empírica; da interrogação sobre os grandes campos de domínio, ao exame crítico de seus valores e posturas. Importa, ainda, à epistemologia, as condições históricas do conhecimento, a forma concebida, a evolução, suas rupturas e continuidades.

A epistemologia “constitui o núcleo para onde converge o conjunto das discussões gerais da ciência”, como definiu Gomes (2011, p. 38). Segundo esse autor, “essa noção de epistemologia não é muito antiga. Ela apareceu no começo do século XX, como concorrente da antiga Filosofia da Ciência, que possuía uma forte conotação positivista, associada a Auguste Comte e a Ampère”.

Diferentemente da Filosofia da Ciência, “o campo de intervenção da epistemologia, mais modernamente admitido, é a análise crítica da validade e da eficácia dos conceitos fundamentais e, portanto, dos princípios e dos resultados da pesquisa científica”, como ressaltou Gomes (2011, p. 38-39).

Como enfatizou esse autor, diferentes modos de acesso à “verdade” científica foram concebidos como os mais seguros: experimental, matemático, histórico, realista, moral, relativo, pragmático, convencional, fenomenológico etc.

¹³ No original, lê-se: “L'épistémologie est l'étude des sciences (épistémè en grec). Quand la pensée se pose des questions sur les phénomènes pour en saisir les lois qu'elle passe ensuite au crible de l'expérimentation, elle est scientifique. Quand elle s'interroge sur la manière dont elle se constitue comme science, elle s'ouvre à l'épistémologie. Il est possible de distinguer quelques grands champs d'investigation dans ce domaine. L'épistémologie peut s'intéresser à l'évolution historique de la science (comment est-on passé d'un modèle explicatif à un autre, par exemple, du géocentrisme à l'héliocentrisme?), ou à l'examen critique de sa valeur (quels sont les pré-supposés ou les limites d'une position scientifique?), ou encore, s'interroger sur les conditions mêmes de notre connaissance (par exemple ici, l'opposition entre l'empirisme et le rationalisme) (VERSELLE, 2006, p. 41).

Pela simples constatação desta diversidade, percebe-se o desenho de um largo leque de debates sobre a melhor conduta para a ciência.

Diante desta pluralidade de posições, é possível optar por uma ou por outra perspectiva. Pode-se também, ousar propor uma nova via. Nesse sentido, um estudo epistemológico pode, entretanto, se restringir a ser um terreno de reflexão sobre as diferentes maneiras de conceber a ciência, com seus respectivos critérios de validade, examinando-os sem os óculos conceituais de uma posição apriorística (GOMES, 2011, p. 39).

A pluralidade de posições metodológicas, como apresentada pelo autor, localiza o movimento da ciência e sua diversidade na própria história da ciência. Ou seja, uma liberdade de escolha, em relação às comunidades científicas e aos debates pertinentes de cada época.

Na obra *Éléments d'épistémologie de la géographie*, Bailly e Ferras (2006, p. 5), definiram “epistemologia” no sentido etimológico. Entendida como “teoria da ciência e como dinâmica de um pensamento e de um discurso científico”, a epistemologia visa três objetivos principais:

- um objetivo de conhecimento do pensamento dominante, ou seja, a pesquisa da problemática ou das problemáticas maiores;
- um objetivo metodológico para fazer entender as modalidades de aquisição e de organização dos conhecimentos que serão utilizados;
- um objetivo de tornar claro quais as posturas privilegiadas para a organização do pensamento científico, passando da coleta de dados aos procedimentos de controle dos resultados (BAILLY; FERRAS, 2006, p. 5 – Tradução Livre)¹⁴.

A epistemologia adquiriu seu status na linha da Filosofia das Ciências, com o *Discurso do Método de Descartes* (1637), constituindo uma das etapas de base com o *Ensaio sobre a filosofia das ciências de Ampère* (1860), que, com propostas de estudar a “cientificidade das disciplinas”, comprovou que, mais “raros são os tratados de epistemologias sistemáticas” (BAILLY; FERRAS, 2006, p. 5-6).

O *Discurso do Método* foi assumido, em diversas épocas, símbolo daquilo que as diferentes épocas privilegiavam. Nos séculos XVII e XVIII, os cartesianos

¹⁴ No original, lê-se: “- un objectif de connaissance de la pensée dominante, c'est-à-dire la recherche de la problématique ou des problématiques majeures; - un objectif méthodologique pour faire saisir les modalités d'acquisition et d'organisation des connaissances qui seront utilisées; - un objectif de mise en lumière des démarches privilégiées pour l'organisation de la pensée scientifique, allant de la collecte des données aux procédures de controle des résultats” (BAILLY; FERRAS, 2006, p. 5).

fizeram dele o libelo revolucionário de libertação da escolástica. No século XIX, os idealistas viram no *cogito* a antecipação do *eu penso* kantiano; os espiritualistas, a afirmação da espiritualidade do homem; ao passo que os positivistas o reconheciam na teoria do automatismo animal a premissa teórica do naturalismo. Até que no século XX, ao menos no início, *O Discurso do Método*, foi assumido manifesto das ideias claras e distintas, de um método exemplar e passou a ser considerado o marco inicial da filosofia moderna. “No âmbito da historiografia cartesiana, *O Discurso do Método* foi considerado, até as primeiras décadas do século XX, como texto emblemático e central do pensamento cartesiano” (STUMMER, 2002, p. 7-8).

O “*Organum* da Enciclopédia Universal”, na visão desses autores, “constituiu uma exceção, através de cinco autores ilustres: Leibniz, Locke, Kant, Hegel e Singer, assim como a lógica e conhecimento científico de Piaget de 1969”, como ressaltaram Bailly e Ferras (2006, p. 6).

Como evolução mais recente, Bailly e Ferras (2006, p. 6) destacaram o conceito de paradigma científico do físico e filósofo estadunidense Thomas Samuel Kuhn:

A evolução, a mais contemporânea é trazida por Thomas Kuhn (1962) quando ele introduziu em sua *Estrutura das revoluções científicas* o conceito de paradigma científico para tornar inteligível a diversidade das escolas. É, segundo ele, “o conjunto de crenças, de valores comuns e de técnicas, próprias de um grupo dado (característica sociológica) que permitem trazer as soluções aos problemas científicos que ficaram em suspenso (característica filosófica)”. Assim, a epistemologia pode reconhecer escolas, teorias, métodos e mostrar às ciências qual a via epistemológica de uma escola a que se presta, e àquelas ciências que ela enriquece (BAILLY; FERRAS, 2006, p. 6 – Tradução Livre)¹⁵.

Na visão dos geógrafos contemporâneos Bailly e Ferras (2006, p. 6), entende-se que as escolas ou comunidades científicas são orientadas por vias epistemológicas de natureza filosófica e sociológica, para resolver problemas científicos. Para eles, a noção de paradigma tem relevância por representar os costumes, os valores e as técnicas de grupos distintos na evolução das ciências.

¹⁵ No original, lê-se: L'évolution la plus contemporaine est apportée par T. Kuhn lorsqu'il introduit dans sa *Structure des révolutions scientifiques* (1962) le concept de paradigme scientifique pour rendre intelligible la diversité des écoles. C'est, selon lui, “l'ensemble des croyances, des valeurs communes et des techniques propre à un groupe donné (caractéristique sociologique) qui permettent d'apporter des solutions à des problèmes scientifiques restés en suspens (caractéristique philosophique)”. Ainsi l'épistémologie peut-elle reconnaître écoles, théories, méthodes, montrer à quelles sciences une école emprunte, aquí elle prête, et quelles sciences elle enrichit (BAILLY; FERRAS, 2006, p. 6).

Kuhn (1962) analisou a “estrutura das revoluções científicas”, priorizando a noção de paradigmas “como fontes norteadoras de leis e regras no interior de uma comunidade científica”. Com a noção de impactos e “anomalias” que conduzem a mudança de novos paradigmas, definiu “revoluções científicas” como episódios de desenvolvimento não cumulativo, nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior. Diferenciou, também, ciência normal e ciência extraordinária e analisou os momentos de rupturas no processo de evolução da ciência.

A inteligibilidade da diversidade das escolas, por meio dos paradigmas científicos de Kuhn, induziu a noção de conflito entre teorias. Esses conflitos geram crises e revoluções e fazem parte do processo dinâmico de assimilação de mudanças “construtivo-destrutivas de paradigmas”. Esse processo representa sinal de avanço na invenção de novas teorias, pois “tal avanço, somente é possível porque algumas crenças ou procedimentos anteriormente aceitos foram descartados e, simultaneamente, substituídos por outros” (KUHNS, 2013, p. 145-146).

A emergência de novas teorias, na visão do autor, é geralmente precedida por um período de insegurança, pois exige a destruição de paradigmas, em larga escala. Essa insegurança é “gerada pelo fracasso constante dos quebra-cabeças da ciência normal em produzir os resultados esperados. O fracasso das regras existentes é o prelúdio para uma busca de novas regras” (KUHNS, 2013, p. 147).

1.2 BASES FILOSÓFICAS DOS MÉTODOS E DISCURSOS PARADIGMÁTICOS

Do ponto de vista da filosofia é possível verificar o percurso histórico da ciência e os caminhos do conhecimento, assim como os paradigmas mais representativos.

Zilles (2005, p. 46-49) fez alusão às grandes revoluções científicas e às grandes transformações da sociedade, utilizando-se da metáfora “caminho” para identificar cinco métodos de aquisição de conhecimento: “místico-mágico; dedutivo-dogmático; indutivo-empirista; dedutivo-teórico-crítico; dialético-materialista”.

O caminho “místico-mágico”, na visão de Zilles (2005, p. 46) parte de uma abertura, sem reserva dos sentidos, da alma e do espírito, para acolher a essência daquilo que se quer conhecer e permite que atue sobre a própria essência, para aí ser experienciado por meio de uma visão interior mediativa.

O caminho “dedutivo-dogmático” tem no procedimento de dedução, o objetivo de “inferir o particular, do geral”. Resulta “de um raciocínio a partir de uma verdade geral para uma instância particular. O dogma é a construção doutrinária da qual se deduz. O ápice e a superação desse método é o racionalismo iluminista europeu” (ZILLES, 2005, p. 47).

Segundo esse autor, o caminho dedutivo-dogmático parte da certeza de uma determinada teoria abrangente, para daí concluir aplicações e casos singulares. “Enquanto a técnica confia na física, usa o método dedutivo-dogmático do conhecimento. A matemática usa tal método de maneira exclusiva. O procedimento dogmático é forte no direito, mas também nas ciências sociais, quando se elevam a dogma teorias de certas escolas, como a de Marx”.

No campo social, “esse método funcionou enquanto o dogma ainda não tinha se tornado anacrônico. Por exemplo, sem o Corão, o dogma central do islamismo, dificilmente teria surgido um império árabe” (ZILLES, 2005, p. 47).

O caminho “indutivo-empirista do conhecimento” é o raciocínio que “parte de instâncias particulares para uma afirmação geral, universal”. Ou seja, A empiria é a experiência mediada por meio da percepção dos sentidos. Esse procedimento metodológico se conduz “de observações de fatos reiterados, a uma teoria mais abrangente”, conforme ressaltou Zilles (2005, p. 47). Para elaboração dessas teorias, a estatística assume papel importante. Exige enorme investimento na pesquisa e muitas provas, cujos dados demandam meios eletrônicos sofisticados para serem trabalhados. Tem a vantagem de libertar o pensamento da vinculação a dogmas anacrônicos, e, por sua orientação na experiência, adapta-se melhor a diferentes realidades.

Ao método indutivo-empirista “se deve o sucesso da moderna ciência da natureza e das ciências sociais”, como argumentou Zilles (2005). Entretanto, esse método tem a desvantagem de que “das mesmas experiências se podem concluir as mesmas teorias. Até o consenso obtido entre os cientistas não garante ser o resultado verdadeiro ou falso. A observação de que o Sol nasce no Oriente e põe-se no Ocidente conduziu à tese plausível, mas falsa, de que o Sol gira ao redor da Terra. Dessa maneira, a base da experiência sensível não garante a verdade da teoria que dela se deduz” (ZILLES, 2005, p. 48).

Por meio do caminho “dedutivo-teórico-crítico”, realiza-se a dedução para se examinar se a teoria confere, “pois ao contrário da dedução dogmática, neste

caminho a teoria, da qual se deduz, não é crida, mas dela se desconfia criticamente. Pouco importa se a teoria se origina da experiência, da tradição, de mitos ou sonhos. A experiência, neste método, não é fundamento, mas elemento para a prova” (ZILLES, 2005, p. 48).

Assim, pode-se definir que “o caminho dedutivo-teórico-crítico submete as teorias originárias do pensar humano e das hipóteses deduzidas a um exame lógico e empírico”. Esse método “sintetiza o caminho dedutivo-dogmático e o indutivo-empírico, evitando suas desvantagens (dogmatismo e indução) e unindo suas vantagens (lógica dedutiva e empiria)”. Como salientou Zilles (2005, p.48), “remonta, por um lado, ao racionalismo crítico de Karl Popper e por outro, o positivismo lógico do chamado Círculo de Viena (Carnap, Schlick, Neurath) que definiu a união entre empiria e lógica como base da ciência. Popper rejeitou ambas as formas de positivismo clássico (Mil e A. Comte) e do lógico, por causa do inducionismo”.

O procedimento no exame crítico de teorias, no método dedutivo-teórico-crítico, segue os seguintes passos:

a) exame lógico: análise de conceitos das relações, da formulação da linguagem científica da hipótese; exame da tautologia, da contradição e comparação lógica com teorias comprovadas; b) exame empírico: formulação da hipótese a examinar, operacionalização, experimento, proposição protocolar, comparação lógica entre proposição protocolar e hipótese a examinar, falsificação ou verificação, eliminação ou modificação, manutenção ou desenvolvimento da teoria (ZILLES, 2005, p. 48-49).

De acordo com Zilles (2005, p. 49) este método tem vantagens, como a de “garantir a lógica interna da teoria e testar a teoria na empiria. Mas também tem desvantagens, porque ignora a realidade da evolução da ciência, reduz todas as proposições científicas a verificáveis e elimina as hipóteses sociopolíticas”.

O caminho “dialético-materialista”, como esclareceu Zilles (2005, p. 49) remonta a “Karl Marx (1818-1883) e F. Engels (1820-1895) que uniram a dialética do idealismo de Hegel com o materialismo de Feuerbach (1804-1872), para produzirem o materialismo dialético como fundamento filosófico de análise teórica da sociedade”.

O método dialético-materialista do conhecimento “postula que todas as realidades estão constituídas de matéria diferentemente organizada, a qual se encontra em movimento permanente, determinado por contradições internas, cujo

conhecimento deve ser adquirido pela análise mais abrangente dos dados reais, incluindo de sua história” (ZILLES, 2005, p. 49).

De acordo com Zilles (2005, p. 49), nessa concepção, todas as coisas são relacionadas umas com as outras por necessidade. O progresso social resulta da luta, do conflito, da interação e da oposição, entre as classes econômicas e no desenvolvimento de um nível de sociedade em outro. A evolução não ocorre gradativamente, mas por saltos, às vezes catastróficos, para que surja uma nova realidade sociopolítica. O pressuposto deste método é que não existem estados, mas processos que são impulsionados, não por causas externas, mas por contradições internas.

Para descrever a relação entre “consciência e ser”, entre “pensar e objeto do pensamento”, entre “interior e exterior”, entre “o eu, de um lado, e os objetos naturais, de outro”, há diferentes concepções, modelos ou paradigmas. Zilles (2005, p. 50-113) destacou em sua reflexão, cinco paradigmas ou sistemas filosóficos: “ontológico; da subjetividade; da crítica linguística; da fenomenologia; da hermenêutica”. Uma breve definição encontra-se, a seguir.

O “paradigma ontológico” investiga a estrutura do mundo, o próprio ser, o ente. Trata-se de uma filosofia a partir do objeto. Explica-se esse paradigma, a partir da filosofia clássica, determinada pela obra gigantesca de Platão (427-347 a. C.) e Aristóteles (384-322 a. C), até os tempos modernos, que parte do ser objetivo, de uma ordem racional dos entes. Essa estrutura racional, na filosofia antiga, foi compreendida como estrutura do cosmo e, no pensamento judaico-cristão, como criação de Deus.

O método da filosofia clássica consiste em perseguir a verdade do mundo, a lei do universo, as leis e normas dos entes, libertando o homem de tudo que o possa enganar. Sua tarefa consiste, pois, essencialmente em tornar-se racional. Hegel (1770-1831), com sua filosofia do Espírito do mundo (*Weltgeist*) é o representante mais significativo do pensamento ontológico nos tempos modernos.

O método de Hegel que corresponde a sintetizar contradições e oposições, para conduzi-las à identidade, é a “dialética”. O processo chamado dialético significa ver a realidade como processo dinâmico e contraditório, cujas partes se condicionam e determinam mutuamente.

Karl Marx assumiu esse modelo, substituindo o Espírito objetivo como motor da evolução pelas condições materiais, de modo especial, a economia. A dialética

do Espírito tornou-se “dialética materialista”, que F. Engels, parceiro de Marx, ampliou para o sistema do materialismo dialético.

O “paradigma da subjetividade” analisa o pensar e os conceitos usados no pensar. É uma filosofia das “coisas” como aparecem para nós. Na evolução desse paradigma encontra-se a filosofia do racionalismo de René Descartes (1596-1650), com o *Discurso do Método*, que parte da dúvida. Segundo ele, para compreender a ciência, é preciso analisar, uma por uma, todas as coisas que se relacionam ao nosso objetivo, para se chegar à ordem ou síntese e à certeza cartesiana.

Sua filosofia inicia o movimento que resulta na primazia do conhecimento, pela reflexão do sujeito sobre si mesmo e encontrará o ponto mais alto no criticismo de Kant (1724-1804). Na linha do racionalismo cartesiano seguem pensadores como Gottfried W. Leibniz (1646-1716) e Baruch Espinosa (1632-1677).

Em oposição ao racionalismo, surge o empirismo na filosofia grega. Como precursor do empirismo moderno considera-se, geralmente, Francis Bacon (1561-1626) com sua obra principal *Novum Organon*. Nos tempos modernos, destaca-se o empirismo do trio de filósofos britânicos: John Locke (1632-1704), o irlandês George Berkeley (1685-1753) e o escocês David Hume (1711-1776).

O “paradigma da crítica linguística” posiciona-se com ceticismo perante todo o conhecimento filosófico. L. Wittgenstein (1889-1951) limita a tarefa da filosofia a clarear as ideias, analisando aquele meio pelo qual se expressam ideias e conhecimentos, ou seja, a linguagem. Para ele, a filosofia não é uma doutrina, mas uma atividade de crítica da linguagem. É o esclarecimento lógico dos pensamentos com base na linguagem, pois ao refletir a linguagem, esclarece-se sua estrutura lógica.

O “paradigma da fenomenologia” ampara-se na fenomenologia de Edmund Husserl (1859-1938) e exerce uma influência relevante no mundo contemporâneo, divulgada como ontologia existencial. Funda o ideal da pura lógica no caminho empírico, construindo a fenomenologia na polêmica contra o psicologismo. A fenomenologia – ciência filosófica do fenômeno – chama o conjunto das significações de “mundo” ou “horizonte”. Seu método fundamenta-se na essência dos fenômenos e na subjetividade transcendental e busca a raiz de toda a atitude filosófica e científica.

O “paradigma da hermenêutica” pode ser considerado como transcendência da ciência moderna para reencontrar seu lugar antropológico. Por hermenêutica, em

geral, entende-se a arte e a doutrina de esclarecer, interpretar e compreender textos e situações (ZILLES, 2005, p. 105).

O objeto próprio da hermenêutica não é o mundo objetivo das coisas, mas sua compreensão como é representada em textos, imagens e construções; o próprio ato de compreender e as pressuposições interiores do sentido que se articula em textos e em outras expressões. Por isso, o mundo só se torna acessível como compreensão de sentido. Desde o humanismo tardio (século XVII) fala-se de hermenêutica; depois, no romantismo (Schleiermacher) e, de modo especial, a partir de Dilthey (1833-1911) e Heidegger (1889-1976).

Para Zilles (2005, p. 12) “a questão do conhecimento permanece, indiscutivelmente, um problema a ser considerado, também, pela antropologia filosófica”. Segundo ele, “Sigmund Freud, o pai da psicanálise, concluiu que o ser humano sofreu três grandes humilhações nos tempos modernos”:

A primeira teria sido a cosmológica, quando Nicolau Copérnico (1473-1543) aniquilou a cosmovisão geocêntrica, substituindo-a pela heliocêntrica. Com isso jogou o homem do centro à periferia, um deslocamento completado por Galileu Galilei (1564-1642). A segunda humilhação teria sido a biológica, decorrente da descoberta de Charles Darwin (1809-1882) de que as espécies têm sua origem num longo processo evolutivo. O ser humano seria o produto de uma evolução natural, e não de um ato criador de Deus. A terceira humilhação teria vindo da psicanálise, mostrando que o eu sequer é senhor em sua própria casa, pois age impulsionado por instintos e desejos que escapam de seu controle. Esta última humilhação, segundo Freud, atinge o centro da personalidade humana (ZILLES, 2005, p. 12).

O autor acrescentou em sua reflexão uma quarta, a “genética”. “A decifração do genoma humano manifesta o material de construção das pessoas, reduzindo sua existência à trivialidade. Enfim, a pesquisa científica destruiu mitos que garantiam ao homem um lugar privilegiado no universo” (ZILLES, 2005, p. 12).

1.3 FUNDAMENTOS CRÍTICOS DO RACIONALISMO NA CIÊNCIA MODERNA

A ideia de uma teoria do conhecimento (gnosologia, também grafada gnoseologia – do grego *gnosis*: conhecimento e *logos*: discurso; ou crítica) “remonta a Descartes e Espinosa”, mas “foi, sobretudo, a contribuição crítica de Kant que fez com que se tornasse, no século XIX, uma disciplina autônoma” (ZILLES, 2005, p. 7).

De acordo com a descrição desse autor, a doutrina platônica das ideias fundamenta-se na confiança ilimitada da razão (*noús*). Sob o conceito de racionalismo, constitui o fundamento de todas as concepções da teoria do conhecimento desenvolvidas nos tempos modernos. O principal representante da concepção racionalista é Descartes. Da *dubitatio* conclui a *cogitatio*.

Na concepção racionalista, entende-se que só o pensamento é capaz de oferecer saber certo, adquirindo-o por meio de exame crítico próprio a resultados tão evidentes que cada pessoa possa aceitá-lo. Entretanto, a razão só se desenvolve autonomamente, quando se baseia em princípios últimos irreduzíveis da matemática. No racionalismo de Descartes o método geométrico é postulado como procedimento da argumentação filosófica (ZILLES, 2005, p. 10).

Conforme ressaltou Zilles (2005), no extremo oposto do racionalismo da Escola cartesiana, o empirismo desenvolvido nas Ilhas Britânicas com Francis Bacon, um de seus fundadores, considerava “a observação das forças da natureza, tendo em vista a utilidade de seus recursos para o homem, como um dos objetivos principais”. (ZILLES, 2005, p. 10).

John Locke questionou radicalmente a doutrina racionalista das ideias inatas, afirmando que as ideias originavam da experiência, na sensação de coisas externas e na percepção da vida espiritual em nosso exterior. Limitou o raio do conhecimento humano à experiência externa. Igualmente David Hume chegou à conclusão de que não se pode conhecer o mundo exterior. Entre o racionalismo e o empirismo, Kant buscou uma posição intermediária com seu criticismo. Para Kant, as duas correntes argumentavam de maneira dogmática e não questionavam as próprias fontes: a razão e a experiência (ZILLES, 2005, p. 10).

A filosofia de Kant, como esclarece Zilles (2005, p. 83) é conhecida como criticismo pela particularidade do método e do conteúdo de sua teoria do conhecimento exposta como filosofia transcendental. Criticismo aqui, não se refere à crítica de sistemas concorrentes, mas à determinação das fontes, da extensão e dos limites do conhecimento. A palavra crítica, em Kant, é usada para a forma de conhecer o próprio conhecer, podendo justificar-se por si só. Com isso se critica, de um lado, o dogmatismo da metafísica tradicional e, de outro, o empirismo naturalista e, ao mesmo tempo, o ceticismo.

Na análise desse autor, os métodos analíticos ganharam terreno nos domínios das ciências do espírito. Esses métodos decompõem seu objeto de estudo

– geralmente a linguagem – em partes, mas considerando as suas relações. É analítico o procedimento dos matemáticos, dos lógicos formais, dos cientistas da natureza e dos analíticos da linguagem. Já os procedimentos não analíticos são aqueles que abrangem e interpretam seu objeto como globalidade; tal é o caso dos fenomenólogos, dos hermeneutas e dos dialéticos hegelianos e marxistas.

A compreensão analítica da ciência parte da convicção de que nem tudo o que o homem encontra em sua existência deva ser objeto da investigação científica. De acordo com Zilles (2005), “o campo analítico, em princípio, é limitado ao que pode ser submetido aos instrumentos analíticos. O método analítico tem o mérito da elaboração rigorosa dos conceitos”. (...) Nesse sentido, o fundamento da analítica da linguagem trouxe uma contribuição importante para as próprias ciências humanas. Nem por isso deve reduzir-se a teoria da ciência à teoria analítica das ciências, pois a fenomenologia, a hermenêutica e a dialética também podem ser designadas como ciência, tornando-se a própria reflexão sobre elas, sobre as teorias da ciência (ZILLES, 2005, p. 11-12).

De acordo com esse autor, a pesquisa moderna passou a explorar o mundo com um operar técnico-científico interessado na eficiência de tarefas de fabricação, na produção, melhorada pela divisão do trabalho. O método experimental moderno que deu um impulso sem precedentes às várias ciências da natureza como física, astronomia, química e geologia, foi preparado lentamente (ZILLES, 2005, p. 142). O termo “método” significa pesquisa dirigida pela razão, caminho da verdade. Originou-se na Grécia.

Na cronologia da origem do conceito-chave da ciência moderna, em relação ao sentido do método verificou-se que Platão usou a “dialética”; Aristóteles usou métodos como a definição ou análise de conceitos, a silogística, a dialética como arte de argumentação. Na Idade Média, a palavra método foi traduzida por *ars*, *scientia* etc. Para Tomás de Aquino, é a via *procedendi*. Roger Bacon usou o termo *modus procedendi*: nova é a ênfase dada a procedimentos analíticos e sintéticos. O primeiro progride do mais composto para o menos composto. O outro segue o caminho inverso, ou seja, do simples ao mais complexo. Ainda não existia a preocupação por um método único (ZILLES, 2005, p. 142-143).

No século XIII, R. Túlio (1235-1315) já defende a ideia de uma *scientia generalis*, que formula sentenças sobre o mundo. No século XVII, em consequência das disciplinas matemáticas, predomina o método axiomático ou

método da geometria, que é adotado por juristas (Leibniz), filósofos (Espinosa) e teólogos (Mersenne). Para René Descartes “o método da geometria (ou método axiomático) e da álgebra é aplicável a todas as ciências. Assim surge a ideia de uma *mathesis universalis*. Segundo ele, um método único só se garante por meio da intuição e por meio da dedução” (ZILLES, 2005, p. 143).

Do ponto de vista do método, Francis Bacon (1561-1626) considerava o progresso da ciência decorrente da utilidade do conhecimento e criticava, por isso, a tradição aristotélica da ciência como fim, em si mesma. Conhecimento para Bacon era instrumento da práxis e garantia a eficiência. Ciência e poder humano se completavam, enquanto a ignorância da causa poderia fazer errar o efeito. Saber tornou-se sinônimo da capacidade de realizar. Saber era poder e começava pela observação. A experiência tornou-se o fundamento exclusivo da ciência, como ressaltou Zilles (2005, p. 143).

Na reflexão da tese de Gomes (2011) sobre “os dois polos epistemológicos da modernidade”, a associação entre a eclosão da modernidade e a formação de uma ética científica moderna, baseada em discussões metodológicas foi de forma imediata. “Existiu uma relação de reciprocidade entre esses dois acontecimentos. A modernidade fundou uma ciência nova (como dizia Bacon), e esta ciência constituiu o espírito mesmo daquilo que se denomina de modernidade” (GOMES, 2011, p. 12). A razão se transformou em instituição no final do século XVIII e “se transformou em ciência, constituída por modelos experimentais, segundo os princípios galileanos” (GOMES, 2011, p. 25).

Nesse sentido, o “demiurgo platônico e a causa final aristotélica puderam ser afastados e substituídos pela essência humana, pela natureza”, ou mais recentemente, por uma maneira de “ser no mundo”, como analisou o geógrafo. A razão passou a ser a fonte de toda generalização, da norma, do direito e da verdade, onde a “ordem, o equilíbrio, a civilização, o progresso são noções saídas diretamente deste sistema moderno que se proclama como a única via de acesso a um mundo verdadeiramente humano” como analisou Gomes (2011, p. 25). Para esse autor, um dos traços mais marcantes da modernidade foi o novo lugar conferido à “ciência” e o “discurso do saber”, como justificou, é sem dúvida a interface que atravessa o conjunto de discussões da modernidade.

De acordo com Gomes (2011, p. 28) “a nova ciência é, portanto, um dos fundamentos, talvez o mais importante, do que normalmente se identifica como

sendo o novo código de valores da modernidade”. A ciência racionalista confere uma primazia fundamental ao método lógico racional, que como disse Gomes (2011, p. 31) “através dele se acredita atingir a objetividade na relação com a realidade e, ao mesmo tempo, se crê assim garantir as condições mais justas e mais corretas do julgamento científico”. O método é entendido como único meio de oferecer todas as garantias lógicas da relação entre pensamento e realidade.

Sob essa perspectiva, pelo caráter demonstrativo e pelo exercício da crítica, o método científico deve se manter em permanente aperfeiçoamento. Desta forma, a “ciência racionalista enfatiza as questões metodológicas, a forma científica do saber é o uso de um método que garante os limites racionais do pensamento, é ele também que diferencia o conhecimento em geral do saber científico” (GOMES, 2011, p. 31).

O racionalismo, nesse enfoque, privilegia a forma. A maneira de apresentar um problema e de justificá-lo constitui a base para a sua aceitação. Em termos gerais, o modelo de ciência racionalista procura construir sistemas explicativos, onde explicar significa ligar segundo um corpo metodológico, fenômenos ou fatos entre si. Significa também conhecer o comportamento e o movimento previsível daquilo que se quer explicar.

A explicação é, portanto, o resultado de uma análise dos aspectos regulares de um dado fenômeno. Ela é o produto da operacionalização de uma ordem formal instrumentalizada por uma lógica coerente e geral, e de uma ordem material, que relaciona o modelo abstrato à realidade. Desta maneira, a explicação se apresenta sempre com um duplo e complementar alcance. O primeiro advém do objeto mesmo de observação, que é particular, concreto e dado, o segundo, ao contrário, é geral, abstrato e construído pelo raciocínio. Este tipo de ciência acredita, pois, realizar o caminho que leva do particular ao geral, e sua meta final é conseguir estabelecer afirmações universais (GOMES, 2011, p. 30-31).

Com essa análise, o autor apresentou um dos dois pólos epistemológicos da ciência moderna que se legitima pelo método e pelas diferenças metodológicas, fontes de todo o movimento científico durante o período.

O segundo pólo epistemológico, na visão de Gomes (2011, p. 32) “se opõe absolutamente à concepção racionalista”, como contracorrente, que, com “posições antirracionaisistas, se manifestam a partir de múltiplos movimentos e qualquer caracterização mais precisa pode ser temerária. Entretanto, existe um

grande ponto de convergência de todos esses movimentos contra a primazia da razão na produção do saber” (GOMES, 2011, p. 32). Dessa “identidade negativa em relação à razão, os desenvolvimentos são variados e os outros pontos em comum só podem ser apresentados com certa reserva e precaução”, como afirmou.

O filósofo francês Gaston Bachelard (1996) apresentou seu discurso de abordagem filosófico-psicanalítica a partir da subjetividade do cientista, no confronto de si mesmo ao se tornar cientista e epistemólogo; e ao refutar a razão como primazia na produção do saber. Traçou um quadro estrutural dos estágios psíquicos da ciência como processo de aquisição cumulativa do conhecimento científico pelo viés histórico e desmistificou a visão reducionista e cartesiana da ciência. Com isso, realizou sua análise de objetividade científica, fazendo analogia com a psicanálise.

Bachelard (1996, p. 9) descreveu o trajeto que vai da percepção considerada exata até a abstração inspirada nas objeções da razão, quando estudou inúmeros ramos da evolução científica. Em seus estudos distinguiu três grandes períodos. O primeiro, o estágio pré-científico, vai da Antiguidade clássica aos séculos de renascimento nos séculos XVI, XVII estendendo-se até o século XVIII. O segundo iniciado no fim do século XVIII vai até início do século XX. O terceiro, no ano de 1905 deu início à era do novo espírito científico com a Relatividade de Einstein.

A partir dessa data, a razão multiplica suas objeções, dissocia e religa as noções fundamentais, propõe as abstrações mais audaciosas. Além de romper com conceitos primordiais, antes fixados como verdades para sempre (BACHELARD, 1996, p. 9).

Do salto qualitativo, em relação aos métodos, nas visões expostas de Bachelard (1996), Zilles (2005) e Gomes (2011), chega-se à tendência de métodos mais recentes. A partir de um método descritivo, no fim do século XIX e começo do século XX, Husserl (1859-1938) desenvolveu “o método da fenomenologia”. Para a metodologia das ciências da natureza, empregou-se o “método indutivo” desenvolvido por P. Gassendi (1592-1655), pelos empiristas ingleses e por Port Royal. Surge a pergunta “da verificação de hipóteses obtidas indutivamente” (ZILLES, 2005, p. 143).

Castañon (2007) ao listar os seis avanços mais significativos da atualidade: “o advento da computação, a teoria da informação, a cibernética, as novas teorias

neuroológicas, as novas descrições de síndromes neuropsicológicas e a teoria linguística”, fundamentou a tese de que “existe o sétimo avanço, na filosofia da ciência contemporânea, sem o qual a revolução cognitiva teria sido impossível. Esse é o surgimento do racionalismo crítico – com as suas críticas ao positivismo lógico e ao método indutivo na ciência moderna” (CASTAÑON, 2007, p. 278).

Segundo Castañon (2007), a aplicação do método científico ao estudo da mente só se tornou possível quando o próprio conceito de ciência sofreu dramática alteração, o que começou a acontecer com o surgimento da obra de Karl Popper, referindo-se à obra desse filósofo *A lógica da pesquisa científica*, publicada em 1934.

1.4 RACIONALISMO CRÍTICO E CONCEPÇÕES CIENTÍFICAS DE POPPER

Os positivistas (os filósofos do Círculo de Viena) admitiam como “científicos” somente conceitos “derivados da experiência” ou “logicamente redutíveis à experiência”. Ou ainda proposições redutíveis a proposições elementares (“atômicas”) da experiência, como por exemplo, julgamentos da percepção, como afirmou Berten (2004, p. 27).

Ao analisar o documento escrito em forma de panfleto, originalmente publicado em 1929 com o título *Wissenschaftliche Weltauffassung: Der wiener Kreis*¹⁶ [*The Scientific Conception of the World: The Vienna Circle*¹⁷ – dedicated to *Moritz Schlick*], e assinado por Hans Hahn, Otto Neurath e Rudolf Carnap, em nome da *Ernst Mach Society*, foi constatado que, essa concepção não se

¹⁶ A versão do texto original analisada para essa tese foi traduzida para a língua portuguesa por Fernando Pio de Almeida Fleck e encontra-se in *Cadernos de História e Filosofia da Ciência* 10 (1986), p. 5-20. Conforme informado por Fleck (1986, p. 5): “nota editorial: Tradução de panfleto originalmente publicado em 1929, com o título *Wissenschaftliche Weltauffassung: Der Wiener Kreis*. A primeira redação do panfleto deve-se a Neurath; a versão final contou com a colaboração e comentários de Carnap e Hahn, além de outros membros do Círculo de Viena. O texto original foi reproduzido em: NEURATH, Otto. *Wissenschaftliche Weltauffassung, Sozialismus und logische Empirismus*. Ed. Rainer Hegselmann. Frankfurt, Suhrkamp, 1979, p. 81-101. Há uma tradução em inglês: FOULKES, Paul and Neurath, Marie (trad.). *The Scientific conception of the world: the Vienna Circle*. Dordrecht, D. Reidel, 1973”.

¹⁷ De acordo com a informação em apêndice, na tradução de Fleck (1986, p. 19-20), “os membros do Círculo de Viena eram: Gustav Bergmann, Rudolf Carnap, Herbert Feigl, Philipp Frank, Kurt Gödel, Hans Hahn, Viktor Kraft, Karl Menger, Marcel Natkin, Otto Neurath, Olga Hahn-Neurath, Theodor Radakovic, Moritz Schlick, Friedrich Waismann. Os simpatizantes do Círculo de Viena eram: Walter Dubislav, Josef Frank, Kurt Grelling, Hasso Härten, E. Kaila, Heinrich Loewy, F. P. Ramsey, Hans Reichenbach, Kurt Reidemeister, Edgar Zilsel. Representantes Principais da Concepção Científica do Mundo: Albert Einstein, Bertrand Russell, Ludwig Wittgenstein”.

caracterizava tanto por teses próprias, mas, por sua atitude fundamental, seus pontos de vista e sua orientação de pesquisa. Tinha por objetivo a ciência unificada.

O esforço para se chegar à ciência unificada visava ligar e harmonizar entre si os resultados obtidos por pesquisadores individuais dos diferentes domínios científicos, enfatizando o trabalho coletivo e destacando o que era intersubjetivamente apreensível. Daí se originou “a busca de um sistema de fórmulas neutro, um simbolismo liberto das impurezas das linguagens históricas, bem como a busca de um sistema total de conceitos” (HANS *et. al.*, 1986, p. 10).

A filosofia metafísica, seja ela declarada ou velada do apriorismo, foi recusada pela concepção científica do mundo. Nessa concepção admitiam-se apenas proposições empíricas sobre objetos de toda espécie e proposições analíticas da lógica e da matemática (HANS *et. al.*, 1986, p. 11-12).

O Círculo de Viena defendia, além disso, a concepção de que também os enunciados do realismo (crítico) e do idealismo sobre a realidade ou não realidade do mundo exterior e do heteropsíquico são de caráter metafísico, já que estão sujeitos às mesmas objeções a que estão os enunciados da metafísica antiga: são destituídos de sentido por que não verificáveis e sem conteúdo fático. Ou seja, algo é considerado ‘real’ por estar enquadrado pela estrutura total da experiência (HANS *et. al.*, 1986, p. 12).

No entanto, “a intuição” realçada como fonte de conhecimento pelos metafísicos, não era recusada absolutamente pela concepção científica do mundo. A exigência do Círculo de Viena era a busca gradativa de uma justificação racional ulterior de todo o conhecimento intuitivo que independente dos meios, tudo que fosse descoberto deveria resistir a exame posterior. Isto é, recusava-se a concepção de que a intuição fosse “uma espécie de valor mais elevado e de mais profunda penetração, capaz de conduzir para além dos conteúdos sensíveis da experiência, e livre das estreitas cadeias do pensamento conceitual” (HANS *et. al.*, 1986, p. 12).

Nesse sentido, esses autores caracterizaram a concepção científica do mundo essencialmente mediante duas determinações. A primeira é que ela é empirista e positivista, pois há apenas conhecimento empírico, baseado no imediatamente dado. Com isso se delimita o conteúdo da ciência legítima. A segunda entende que a concepção científica do mundo é caracterizada pela

aplicação de um método determinado, o da análise lógica. Sob essa ótica, Hans *et. al.* (1986, p. 12) enfatizaram que o objetivo do esforço do trabalho científico visaria alcançar a ciência unificada, mediante a aplicação da análise lógica ao material empírico. Ou seja, o sentido de todo enunciado científico seria indicado por meio de uma redução a um enunciado sobre o dado.

Da mesma forma, o sentido de cada conceito pertencente a qualquer ramo da ciência precisaria ser indicado por meio de uma redução gradativa a outros conceitos, até aos conceitos de grau mínimo que se relacionariam ao próprio dado. Na análise de todos os conceitos em sua totalidade, eles se enquadrariam em um sistema de redução ou “sistema de constituição”, cujas investigações na construção da teoria da constituição, configurariam o quadro em que se aplicariam a análise lógica pela concepção científica do mundo (HANS *et. al.*, 1986, p. 12).

No início do século XX, conforme ressaltado por Hans *et. al.* (1986, p. 19), já se presenciava a penetração em crescente medida, do espírito da concepção científica do mundo nas formas da vida privada e pública, do ensino, da educação, da arquitetura, e a sua contribuição na configuração da vida econômica e social, segundo princípios racionais.

Reale e Antiseri (2006, p. 141), afirmaram que, durante muito tempo, na literatura filosófica, “Popper apareceu associado ao neopositivismo”, como “membro do Círculo de Viena”. Entretanto, segundo esses autores, “Popper nunca foi membro do Círculo” e até “admitiu a sua responsabilidade pela morte do neopositivismo”. Houve uma interpretação diferente, a respeito dos fundamentos empíricos da ciência, a partir de Popper, em relação aos seguidores dessa corrente de pensamento.

Reale e Antiseri (2006) mencionaram algumas evidências:

Substituiu o princípio de verificação (que é um princípio de significância) pelo critério de falsificabilidade (que é um critério de demarcação entre ciência e não ciência), substituiu a velha e venerável, mas, em sua opinião, impotente teoria da indução, pelo método dedutivo da prova; reinterpretou a probabilidade, sustentando que as melhores teorias científicas (enquanto implicam mais e podem ser mais bem verificadas) são as menos prováveis, rejeitou a antimetáfísica dos vienenses, considerando-a simples exclamação, e, entre outras coisas, defendeu a metafísica como progenitora de teorias científicas; rejeitou também o desinteresse de muitos circunistas em relação à tradição (REALE; ANTISERI, 2006, p. 141).

Essa, entre tantas, foi uma das razões que comprovaram a diferença das ideias de Popper, em relação ao Círculo de Viena, na análise de Reale e Antiseri (2006). Esses autores destacaram que, “crítico em relação ao neopositivismo, à Escola de Frankfurt e à filosofia analítica, é talvez o maior filósofo da ciência do século XX e defensor tenaz e agudo da sociedade aberta, ou seja, do Estado democrático” (REALE; ANTISERI, 2006, p. 139).

Como obras fundamentais, esses autores indicaram três: *A lógica da pesquisa científica* (1934), *A miséria do historicismo* (1944-1945) e *A sociedade aberta e seus inimigos* (1945). De acordo com Reale e Antiseri (2006, p. 141-142), Popper fez a releitura de obras de filósofos como Kant, Hegel, Stuart Mill, Berkeley, Bacon, Aristóteles, Platão e Sócrates. Seu objetivo em bases epistemológicas foi compreender a visão dos pré-socráticos, vistos como os criadores da tradição de discussão crítica.

Na descrição de Reale e Antiseri, o filósofo Popper enfrentou em suas convicções, autênticos e clássicos problemas filosóficos, como o das relações corpo-mente ou como o do sentido ou não da história humana. Interessou-se, ainda, do ponto de vista crítico pelo sempre emergente drama da violência. Popper foi um dos mais aguerridos adversários teóricos do totalitarismo. Rejeitou a diferença entre termos teóricos e termos observáveis. Refutou o convencionalismo de Carnap e Neurath (REALE, ANTISERI, 2006, p. 141-142).

Sob uma perspectiva ética, a leitura da obra de Popper traz vantagens, na visão de Oliveira (2011, p. 8). Segundo esse autor, o racionalismo crítico entendido “como atitude e não como teoria”, apresenta três razões para uma análise de natureza ética. Em primeiro lugar, ao mostrar que há uma unidade existente no pensamento de Popper, pois embora seus textos principais estejam situados em dois distintos campos, o da epistemologia e o da filosofia política, a obra mantém uma unidade garantida pela concepção ética que lhe é subjacente.

Em segundo lugar por permitir identificar as razões das atitudes de Popper ao criticar o positivismo, a psicanálise, o marxismo e outras escolas de pensamento, na defesa da racionalidade crítica, sua simpatia pelo pensamento socrático e sua inclinação darwinista, como ressaltou Oliveira (2011, p. 8).

Popper assumia as suas convicções publicamente, sendo também aberto às críticas. Finalmente, a busca de uma interpretação mais fiel do pensamento de Popper quanto ao caráter moral do racionalismo crítico, é algo que deve ser

cuidadosamente considerado, pois parece revelar o sentido próprio de todo o seu pensamento, às vezes despercebido por algumas formas de leitura de sua obra (OLIVEIRA, 2011, p. 8).

Como se constata, Oliveira (2011) propôs, a partir da problemática da base ética da filosofia de Popper, novas facetas de interpretação e de aproximação ao sentido originário dos textos popperianos, para compreender o racionalismo crítico em sua acepção mais original. Ao sugerir a releitura da obra popperiana estava convicto de que, para Popper, a filosofia da ciência e a filosofia política estavam profundamente relacionadas, pois havia uma inter-relação estabelecida entre os fatos de sua vida e os temas por ele tratados em sua filosofia.

De acordo com a descrição de Oliveira (2011), os episódios de 1919, sobretudo em relação ao marxismo, foram os inspiradores da obra *A Lógica da pesquisa científica*, cujas ideias refletiram-se nas obras *A miséria do historicismo* e *A sociedade aberta*¹⁸. Na concepção de Oliveira, tendo em vista o contexto histórico-social em que essas obras foram escritas, de fato, não há razão para manter a leitura dualista da velha hermenêutica.

O período entre 1934 (35) e 1945 corresponde ao momento em que aparece o filósofo. Não o filósofo da ciência ou o da filosofia política, mas o filósofo do racionalismo crítico. O racionalismo crítico de Popper não é, pois, uma filosofia dividida entre a lógica e a política. Antes, é uma atitude que se pode refletir tanto na

¹⁸ Essa interpretação de Oliveira (2011, p. 141-142) originou de duas passagens da *Autobiografia intelectual* de Popper, ao relatar suas atividades na Nova Zelândia. Na primeira passagem que foi citada por Oliveira (2011, p. 140), Popper escreveu: “Além de lecionar (eu me encarregava, sozinho, do ensino de filosofia), concentrei atenção na teoria da probabilidade, especialmente no tratamento axiomático do cálculo de probabilidades e a álgebra booleana; e logo concluí um trabalho, que reduzi ao mínimo de extensão. Foi ele posteriormente publicado em *Mind*. Continuei esse trabalho por vários anos: era um grande arrimo, sempre que eu apanhava um resfriado. Estudei um pouco de física e refleti sobre a Teoria Quântica (...). Por longo tempo, eu me havia ocupado dos métodos das ciências sociais; afinal de contas, tinha sido em parte, uma crítica ao marxismo, que me colocara, em 1919, no caminho da *Logik der Forschung*” (POPPER, s/d, p. 121 apud OLIVEIRA, 2011, p. 140). A segunda passagem, citada por Oliveira (2011, p. 141) para mostrar a preocupação de Popper com o problema da racionalidade crítica é: “*The Poverty e The Open Society* foram meu esforço de guerra. Eu entendi que a liberdade poderia colocar-se, outra vez, como problema central, especialmente sob a renovada influência do marxismo e da ideia de ‘planejamento’ (ou ‘dirigismo’) em larga escala; assim, esses livros pretendiam ser uma defesa da liberdade contra as ideias autoritárias e uma advertência contra o perigo das superstições historicistas. Ambos os livros – e, especialmente, *The Open Society* (sem dúvida, o mais importante) – podem ser vistos como obra de filosofia política. Brotaram ambos da teoria do conhecimento exposta em *Logik der Forschung* e de minha convicção de que nossas concepções, frequentes vezes inconscientes, acerca da teoria do conhecimento e de seus problemas centrais (‘Que podemos saber?’, ‘Até que ponto é certo nosso conhecimento?’) são decisivas para orientar nossa atitude em relação a nós mesmos e à política” (Popper, s/d, p. 123 apud OLIVEIRA, 2011, p. 141).

consideração lógica de teorias científicas quanto na reflexão sobre sistemas políticos e de organização social (OLIVEIRA, 2011, p. 141-142).

Na descrição desse autor, é possível dizer que o contexto histórico da década de 1935 a 1945 influenciou o aparecimento do filósofo do racionalismo crítico, cuja atitude ética não permaneceu restrita à lógica de teorias científicas ou apenas às discussões políticas. Os desdobramentos do pensamento popperiano se manifestaram tanto nas teorias científicas e na filosofia das ciências quanto nas concepções sociais e na filosofia política, de modo integral e unitário (OLIVEIRA, 2011, p. 138).

Para Popper, como analisou Oliveira (2011) do ponto de vista ético, não há neutralidade na filosofia. Nem mesmo na filosofia da ciência, cuja vinculação à ética pode parecer pouco provável. Em *A sociedade aberta e seus inimigos*, o filósofo declarou: “A ética não é uma ciência. Mas, embora não haja base científica racional da ética, há uma base ética da ciência e do racionalismo” (OLIVEIRA, 2011, p. 7) ¹⁹. A obra *The Open Society and its Enemies [A Sociedade Aberta e seus inimigos Primeiro Volume: O Sortilégio de Platão]*, publicado originalmente em língua inglesa em 1945 é considerada uma obra de filosofia política.

Segundo João Carlos Espada (2012, p. I) *in* Prefácio à edição portuguesa, esse livro “é geralmente apontado como um dos mais importantes do século XX”. Surgiu nas “listas internacionais dos 25 mais influentes” e “muitas vezes nas listas dos 10 livros que marcaram o século XX” (ESPADA, 2012, p. I). Esse autor enfatizou que o referido livro foi traduzido em literalmente todas as línguas. Em alguns casos em edições clandestinas em países sob-regimes ditatoriais ou comunistas.

Conforme descrito por Espada (2012), o livro foi bem recebido por filósofos, políticos e estadistas de várias inclinações políticas democráticas, do centro-esquerda e do centro-direita. Ressaltou ainda que, Isaiah Berlin considerou que a crítica nele contida ao marxismo fora a mais devastadora jamais produzida e que Bertrand Russell chegou mesmo a dizer que a *Sociedade Aberta* de Popper era uma espécie de Bíblia das democracias ocidentais.

¹⁹ Citação da obra de POPPER, Karl: “A sociedade aberta e seus inimigos, vol. II, p. 246” [Nota de Paulo Eduardo de Oliveira em sua obra: “Da Ética à Ciência: uma nova leitura de Karl Popper”, publicado originalmente em 2011].

Ainda no prefácio foi destacado que Popper “descreveu seus livros *A Sociedade Aberta e os Seus Inimigos* e *A Pobreza do Historicismo* como o seu esforço de guerra contra os totalitarismos nacional-socialista e comunista, em defesa das democracias liberais” (ESPADA, 2012, p. III).

Nesse contexto é interessante relatar as ideias de Espada (2012) sobre “a crítica original e demolidora do marxismo” que segundo esse autor “foi a primeira mudança fundamental operada por Karl Popper no século XX: a demolição intelectual e moral do marxismo, em nome da tradição da liberdade e responsabilidade pessoal” (ESPADA, 2012, p. V). É a partir desse argumento que esse autor introduziu o leitor à crítica de Popper a Marx, identificando três elementos fundamentais nessa crítica.

Primeiramente, na concepção de Espada (2012), Popper reconheceu o impulso moral humanitário e “melhorista” subjacente à doutrina de Marx. Mas, simultaneamente, acusou a doutrina marxista de ter abandonado o impulso moral humanitário de origem, em troca de uma ideologia dogmática moralmente relativista. Por outras palavras, Popper condenou a mensagem moral marxista em nome dos próprios princípios morais humanitários de que reclamara (ESPADA, 2012, p. VI).

Em segundo lugar, Popper dissecou o conteúdo substantivo da doutrina marxista separada de seu impulso moral, acusando-a de reacionária. Colocou-a ao lado das ideologias contrárias à sociedade aberta: as ideologias totalitárias de esquerda ou de direita, como o nacional-socialismo ou nazismo e o fascismo. Por outras palavras, Popper condenou a doutrina marxista em nome da ideia de progresso de que reclamara (ESPADA, 2012, p. VI).

Em terceiro lugar, Popper criticou a ilusão do “socialismo científico”, colocado no centro da doutrina marxista, mostrando que o “socialismo científico” (diferente de outras variedades de socialismo democrático, liberal ou reformista) simplesmente não existe. Trata-se de uma superstição contrária à atitude científica. À superstição dos que “acreditam que sabem, sem saberem que acreditam”, Popper chamou historicismo. Por outras palavras, Popper criticou a doutrina marxista em nome da atitude científica de que reclamara (ESPADA, 2012, p. VI).

Ainda na reconstrução do argumento popperiano, contra as atitudes intelectuais consideradas inimigas da sociedade aberta, Espada (2012, p. VII) ressaltou três críticas fundamentais de Popper que apontaram perigos à sociedade

aberta: crítica ao “historicismo”, crítica ao “relativismo” e crítica ao “coletivismo”. Esses perigos são entendidos como “inimigos a sociedade”.

O primeiro inimigo foi indicado como historicismo. Na visão popperiana é “uma atitude intelectual – que pode estar presente em doutrinas particulares diversas – que atribui à história um sentido predeterminado, não suscetível de alteração pelos indivíduos” (ESPADA, 2012, p. VII).

É como se já estivesse contido na história ainda não projetada, o futuro da história humana definida no presente. Assim como o presente dessa história, teria sido definido no passado. Para essa visão determinista da história, a verdadeira liberdade do homem não consiste em tentar ilusoriamente imprimir um rumo para os acontecimentos (ESPADA, 2012, p. VII-VIII).

O segundo inimigo de uma sociedade aberta, na visão popperiana, envolvendo a crítica ao relativismo, consiste no “naturalismo ético”. Essa atitude consiste em tentar reduzir normas morais arbitrárias a fatos, como única forma de superar essa arbitrariedade (ESPADA, 2012, p. IX). Paradoxalmente, a recusa monista do dualismo de fatos e padrões acabará por produzir um relativismo ético sem entraves.

Depois do historicismo e do naturalismo ético, “outra atitude que esvazia a moral de conteúdo autônomo é o coletivismo que consiste em atribuir ao coletivo uma ‘essência’ independente dos indivíduos que o compõem” (ESPADA, 2012, p. XI). Entretanto, “coletivo” entendido na visão popperiana não é um sujeito moral (pois não pensa, não age, não sente prazer nem dor), conforme enfatizou Espada (2012).

Na concepção desse autor, porque o coletivo é na verdade uma coleção de indivíduos, algum indivíduo vai ter que falar em nome do coletivo, atribuindo a esse coletivo uma existência independente dos indivíduos que o compõem. É essa condição que poderá levar alguém suspeito, em nome do “coletivismo a abrir portas à tirania, ao líder que fala em nome da multidão e, em nome da multidão esmaga toda e qualquer oposição individual”, como argumentou Espada (2012, p. XII). Ou seja, no plano moral, o “coletivismo rouba a responsabilidade moral ao indivíduo – o fardo de cada um ser responsável pelos seus atos. Este fardo da liberdade e responsabilidade pessoal é então aliviado e transferido para uma mítica entidade coletiva” (ESPADA, 2012, p. XI-XII).

Armendane (2009, p. 25), em seu artigo “contribuições do racionalismo crítico para a filosofia política e social”, concluiu que Popper foi um “crítico ferrenho das utopias por considerá-las por demais abstratas e por acreditar que elas poderiam levar ao totalitarismo”. Conforme proferiu, “foi na unidade entre epistemologia e filosofia política que o pensamento de Popper abrangeu a esfera da política e da sociedade” (ARMENDANE, p. 25).

Na visão desse autor, Popper “foi um pensador que acreditou nos valores humanitários dos Antigos Gregos, como a racionalidade crítica, o respeito ao indivíduo, a tolerância e o igualitarismo como antídotos contra toda forma de dogmatismo que esteja a serviço, tanto da atividade científica, quanto da ação política dos seres humanos.” (ARMENDANE, 2009, p. 25).

1.4.1 Genealogia e lógica científica de Popper

Popper (1978) esclareceu no [XVII] Prefácio à primeira edição alemã de sua obra que o livro “Os dois problemas fundamentais da teoria do conhecimento” (1979), originou-se de esboços e trabalhos produzidos entre 1930 e 1933²⁰. Ou seja, foi escrito antes da publicação de seu primeiro livro “A lógica da pesquisa científica” (1934)²¹, mas publicado quarenta e seis anos depois.

Esclareceu ainda que o título “Os dois problemas fundamentais da teoria do conhecimento” foi uma alusão que fez à obra “Os dois problemas fundamentais da ética”, de Schopenhauer (1788-1860)²².

Schopenhauer se destacou pela originalidade e pela amplitude de suas concepções, na época do “Idealismo Alemão”, fase que sucedeu imediatamente à filosofia kantiana. Em 1836, escreveu o “Ensaio sobre a vontade na natureza”. Em

²⁰ Essa informação foi escrita, como citada, na própria obra de Popper (mantida na obra consultada: edição de 2013 – Traduzida em língua portuguesa por Antonio Ianni Segatto –, do livro original escrito em Alemão: *Die beiden grundprobleme der Erkenntnistheorie*). Sobre a edição inglesa, Miller (2010, p. 12) informou *in* Textos escolhidos/Karl Popper: “A primeira edição inglesa desse livro foi publicada em 2009: *The Two Fundamental Problems of the Theory of Knowledge*. Londres, Routledge [Nota do Organizador]”.

²¹ O livro *A Lógica da Pesquisa Científica*, foi originalmente publicado em 1934 e revisado e reeditado por Popper (1959, 1968, 1972). A edição consultada, traduzida em língua portuguesa, por Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota, com o título original *The logic of scientific Discovery* foi publicada em 2013.

²² Informação extraída do livro “Os dois problemas fundamentais da teoria do conhecimento”, de Karl Raimund Popper, da edição original organizada por Troels Eggers Hansen e traduzida para a língua portuguesa por Antonio Ianni Segatto, publicada em 2013, em São Paulo: Editora UNESP. Título original: *Die beiden Grundprobleme der Erkenntnistheorie*.

seguida, redigiu os dois “ensaios sobre moral”: um intitulado “Sobre a liberdade da vontade”; o outro, “O fundamento da moral”. Posteriormente, em 1841, os dois ensaios foram reunidos e publicados sob o título “Os dois problemas fundamentais da ética”. Três anos depois, surgiu a segunda edição, enriquecida com alguns suplementos.

Na tradução de Wolfgang *et al.* (1991, p. IX-X) foi verificado que a última obra de Schopenhauer intitulada *Parerga e Paralipomena* (1851) que continha pequenos ensaios sobre diversos temas: política, moral, literatura, filosofia, estilo e metafísica, entre outros lhe deu a notoriedade. Espalhando-se pela Alemanha e por toda a Europa e difundindo sua filosofia. Fato que ocorreu, quando na Alemanha a filosofia de Hegel entrou em declínio e Schopenhauer surgiu como ídolo das novas gerações. Sobre a origem do pensamento desse filósofo, verificou-se que, o ponto de partida do pensamento de Arthur Schopenhauer encontra-se na filosofia kantiana (WOLFGANG *et al.*, 1991, p. X-XI).

Conforme esclareceram Wolfgang *et al.* (1991), Immanuel Kant (1724-1804) estabeleceu distinção entre os fenômenos e a Coisa-em-si (que chamou *noumenon*), isto é, entre o que nos aparece e o que existiria em si mesmo. A Coisa-em-si (*noumenon*) não poderia, segundo Kant, ser objeto de conhecimento científico, como até então pretendia a metafísica clássica. A ciência restringir-se-ia, assim, ao mundo dos fenômenos, e seria constituída pelas formas *a priori* da sensibilidade (espaço e tempo) e pelas categorias do entendimento.

Dessas distinções, Schopenhauer concluiu que o mundo não seria mais do que representações, entendidas por ele, num primeiro momento, como síntese entre o subjetivo e o objetivo, entre a realidade exterior e a consciência humana. Como afirma em “O Mundo como Vontade e Representação”, por mais maciço e imenso que seja o mundo, sua existência depende, em qualquer momento, apenas de um fio único e delgadíssimo: a consciência em que aparece.

No sistema de Schopenhauer, a vontade é a raiz metafísica²³ do mundo e da conduta humana. (...) Quando a vontade desaparece; subsiste apenas o conhecimento (WOLFGANG *et al.*, 1991²⁴, p. IX-X).

²³ Em relação ao conceito de metafísica, Aniceto Molinaro identificou três momentos de articulação nesse conceito: “a) A metafísica é a ciência do ente enquanto ente ou, por outras palavras, é a ciência do ente enquanto ser; b) A metafísica é a ciência do fundamento do ente; c) A metafísica é ciência da totalidade do ente visto a partir do ser. Qualquer movimento, que vise a marcar a divisa,

No pensamento filosófico de Kant, “a Coisa-em-si é inacessível ao conhecimento humano, pois se encontra além dos limites das estruturas do próprio ato cognitivo, entendido como síntese dos dados da intuição sensível, síntese essa realizada pelas categorias *a priori*, do entendimento”. Schopenhauer, ao contrário, pretendeu abordar a própria Coisa-em-si. Essa Coisa-em-si, raiz metafísica “de toda a realidade, seria a Vontade” (WOLFGANG *et al.*, 1991, p. X).

O “mundo como representação” tem duas metades essenciais, necessárias e inseparáveis. Uma é o objeto e suas formas são o espaço e o tempo; daí a pluralidade. A outra metade é o sujeito. Não se encontra colocada no tempo e no espaço porque existe inteira e, indivisa em todo ser que percebe. O “ser junto ao objeto que se completa” resulta no “mundo como representação” (WOLFGANG *et al.*, 1991, IX-X).

Popper (1978) deixou claro, no referido prefácio, que seus modelos inatingíveis foram e continuavam sendo Schopenhauer e Russell (POPPER, 2013, [XVII]). Ao recuperar as ideias Schopenhauerianas, para trabalhar suas noções sobre a ciência, no título de uma obra, escrita no período de 1930-1934²⁵, Popper (1979) recuperou também, para a sua crítica, as ideias de Hume e Kant.

Essa constatação encontra-se na elaboração de suas reflexões e em seus livros: o Livro I – O problema da indução (experiência e hipótese), com “o regresso infinito, no argumento de Hume” (POPPER, 2013, p. 39) e o Livro II – O problema da demarcação (experiência e metafísica), com “o complemento da crítica do apriorismo (Psicologismo e transcendentalismo em Kant e Fries – sobre a questão da base empírica)” (POPPER, 2013, p. 93).

Popper (2013, p. 33) já havia advertido que, se acompanhando Kant, chamarmos ao problema da indução “problema de Hume” poderia chamar ao

o limite, do ser, é movimento dentro do ser, ou seja, na sua imensidade; pretender ir além do ser é retornar ao ser, quer dizer, à sua inultrapassabilidade; qualquer tentativa de superar o ser é reiteração do ser, ou seja, da sua insuperabilidade. O ser é, pois, o horizonte absoluto, a abertura total, isto é, a unidade e a totalidade em que todo ser, todo ente, o ente enquanto tal consiste. E a metafísica é a ciência do ente nesta unidade e totalidade e, portanto, ciência da totalidade” (MOLINARO, 2002, p. 5-8).

²⁴ A data se refere à obra consultada: SCHOPENHAUER, Arthur, 1788-1860. O mundo como vontade e representação, III parte; Crítica da filosofia kantiana; Parerga e paralipomena, capítulos V, VIII, XII, XIV/Arthur Schopenhauer; traduções de Wolfgang Leo Maar e Maria Lúcia Mello e Oliveira Cacciola. – 5ª. Edição. – São Paulo: Nova Cultura, 1991. – (Os pensadores). Título original: *Die Welt als Wille und Vorstellung: Parerga und Paralipomena*.

²⁵ Vide referências das datas já esclarecidas, no primeiro parágrafo referente à Genealogia e lógica científica de Popper, dessa tese.

“problema de Kant” o problema da demarcação. Vale notar que a “alusão à ética” de Schopenhauer, que serviu de inspiração para Popper (1930-1933) representou o marco inicial da obra para o entendimento da teoria do conhecimento e para o alicerce do edifício de suas argumentações críticas às ciências empíricas.

O filósofo “da ética”, Schopenhauer, que o inspirou, teve seu ponto de partida na filosofia kantiana²⁶, na tentativa de encontrar um fundamento originário que propiciasse a reunificação do sujeito teórico e do sujeito moral, que Kant havia separado de forma absoluta.

Kant teve seu ponto de partida na crítica de Hume (1711-1776), à metafísica, e concebeu o projeto de uma análise crítica dos mecanismos do conhecimento. Situada na origem da epistemologia moderna e contemporânea, a analítica kantiana também influenciou Popper (1934, 1979), que recuperou sua discussão sobre a cientificidade do conhecimento partindo da demarcação iniciada por Kant. Foi exatamente daí que Popper iniciou a discussão do conceito de falseabilidade e a crítica aos conceitos totalizantes.

A retomada às proposições argumentativas dos filósofos anteriores foi uma pista fundamental para desvelar a genealogia do conhecimento popperiano e sua crítica à ciência, que nasceu dos fundamentos filosóficos da ética. Revelou, ainda, a problemática da “filosofia do empirismo” de Hume na ciência, com sua investigação acerca do entendimento humano e a “filosofia como limite” em Kant, a partir de suas ideias em *Crítica da razão pura*.

No contexto filosófico, alicerçado na tríplice crítica de Schopenhauer, Kant e Hume – sobre a natureza da ciência e natureza do conhecimento humano – originaram-se a argumentação ética e a crítica filosófica das concepções científicas de Popper, na década de 1930.

De acordo com o filósofo, historicamente as ciências empíricas surgiram quase todas do seio da metafísica. A última forma pré-científica dessas ciências foi especulativo-filosófica.

Está colocada, de forma breve, mas explícita, a genealogia do conhecimento de Popper. Ou seja, a raiz do pensamento popperiano em relação à ciência.

²⁶ Immanuel Kant tratou o tema relacionado à “ética”, de modo explícito.

1. 4. 2 Dos limites da “experiência” de Hume à “demarcação” de Kant: a origem do conceito de falseabilidade

A teoria popperiana tem como fundamentação crítica a discussão das problemáticas iniciadas por Hume e Kant, como ele mesmo esclareceu, na exposição do problema: “duas questões são as pedras de toque desta investigação: o problema da indução e o problema da demarcação” (POPPER, 2013, p. 3).

Percebe-se a nítida insistência nessas questões quando o filósofo as repetiu em suas obras, mantendo-as em todas as suas revisões. As ideias dos filósofos antecessores estão na base de sua “teoria de falseabilidade”. A indução constitui-se no método indutivo-empirista de conhecimento e o critério de demarcação é inerente à Lógica Indutiva – isto é, o dogma positivista do significado que leva à solução do problema da indução, tal como colocado por Hume – do problema da validade das leis naturais.

A raiz desse problema está na aparente contradição entre o que pode ser chamado de “tese fundamental do empirismo” – tese segundo a qual só a experiência pode decidir acerca da verdade ou falsidade de um enunciado científico – e o fato de Hume se ter dado conta da inadmissibilidade de argumentos indutivos, como sugerido por Popper (2013, p. 39-40).

A tarefa científica, nesse contexto, é proporcionar a análise lógica do processo de investigação, ou seja, analisar o método das ciências empíricas que empregam “métodos indutivos”.

Com o objetivo de demonstrar uma visão panorâmica das ideias científicas *A lógica da pesquisa científica* de Popper (2013[1934]) será apresentada de forma esquemática e ilustrativa a figura 1 – quadro explicativo de referência dos conceitos elaborados pelo autor, em sua concepção de ciência na referida obra.

A intenção é visualizar os conceitos seguidos de um breve comentário da síntese das ideias expostas pelo autor. Essas ideias serão complementadas na figura 2, que apresentará também, em forma de quadro explicativo, alguns componentes estruturais da teoria da experiência.

A intenção é familiarizar com a abordagem epistemológico-conceitual da obra de referência analisada, antes de apresentar a síntese de natureza analítica e descritiva nas seções posteriores à análise dos quadros explicativos (figuras 1 e 2).

Figura 1 - FILOSOFIA DA CIÊNCIA DE POPPER



FONTE: Karl Popper (2013[1934]). Elaboração de Mariza Ferreira da Silva, com base no livro *A Lógica da Pesquisa Científica*.

É possível observar, na figura 1 – O Racionalismo Crítico e a Lógica Científica de Popper (2013[1934]), uma apresentação esquemática das ideias de Popper, ao relacionar em sua análise, dois problemas fundamentais da teoria do conhecimento indução e demarcação – ao problema da teoria do método científico.

O quadro explicativo apresenta o plano estrutural de sua obra original *A Lógica da pesquisa científica* de Popper, publicada em 1934. Trata-se dos aspectos mais relevantes da teoria da ciência do autor que tem como base de referência analítica a crítica ao empirismo e à lógica indutiva, na pesquisa científica.

Os fundamentos da teoria científica de Popper constituem a base estrutural de sua filosofia da ciência e de seu racionalismo crítico, no âmbito de sua filosofia social e política que se insere no sistema filosófico contemporâneo.

A obra subdivide-se em duas grandes partes. A primeira é organizada para introduzir de forma mais geral, os problemas da indução e da demarcação. Na parte introdutória, o autor apresenta como ponto de partida de reflexão a condição inicial e necessária para o discernimento sobre a eliminação do psicologismo, que faz uso exacerbado da subjetividade, no ato de conceber a proposta lógica de uma investigação para aplicar o método científico.

A base de sustentação da hipótese do autor é a construção lógica do método de investigação que transcenda a lógica indutiva e erradique os problemas da indução. Essa concepção popperiana levaria à prova dedutiva de teorias.

Nesse sentido, pode-se dizer que a dedução entendida como prova ou teste de teorias, na concepção popperiana é uma forma de abstração ou transcendência da experiência como aplicação da empiria de forma lógica manifestada na objetividade do rigor lógico científico, tendo como parâmetro a falseabilidade como critério e não a sua verificabilidade, no sentido positivo de ser verdadeiro.

Essa condição de negação da verdade de uma teoria em seu sentido positivo e definitivo possibilita compreender o critério de demarcação, no sentido de demarcar ou estabelecer o limite entre os elementos lógico-científicos e os elementos metafísicos, eliminando os efeitos exacerbados do psicologismo, do empirismo e indutivismo sustentados no subjetivismo.

A lógica científica de Popper está além da noção comum de ser ou não ser ciência. Sua concepção visa estabelecer o critério de falseabilidade como uma condição provisória de distinção entre a verificabilidade no sentido positivo e a falseabilidade de teorias.

A segunda parte de *A lógica da pesquisa científica* de Popper (2013[1934]) apresenta de forma mais detalhada, as ideias científicas do autor para compreender os problemas da teoria do método científico e da base empírica, do ponto de vista lógico.

Na obra, o autor faz uma exposição dos mecanismos de objetividade e convicção científica no processo de investigação científica, visando explicar a noção de conceitos específicos para discernir ações referentes à lógica indutiva e à lógica dedutiva, à medida que apresenta suas razões em adotar o método dedutivo de prova e o critério de falseabilidade no falseamento de teorias.

A figura 2 – Alguns Componentes Estruturais da Teoria da Experiência apresenta a síntese dos principais conceitos analisados por Popper (2013[1934]) em sua crítica filosófica para introduzir a sua lógica científica.

Esses conceitos constituem a base estrutural de explicação da teoria da experiência, cuja referência colocada em questão é o método empírico, alvo de sua crítica à lógica indutivista. Porém identificado como método dedutivo de prova, elemento demarcador para testar teorias na aplicação do critério de falseabilidade.

O objetivo do esquema explicativo proposto na figura 2 é apresentar de forma esquemática e conceitual os componentes estruturais da teoria da experiência proposta na reflexão do autor, na obra já especificada.

O esquema proposto complementa as ideias científicas de Popper (2013[1934]), apresentadas na figura 1, comentada anteriormente.

Figura 2 - TEORIA DA EXPERIÊNCIA: VISÃO CRÍTICA



FONTE: Popper (2013[1934]). Elaboração de Mariza Ferreira da Silva, com base no livro *A Lógica da Pesquisa Científica*

A figura 2 apresenta a lógica de explicação da teoria da experiência com base em conceitos estruturais que definem, de certa maneira, a base de sustentação do edifício teórico-científico popperiano.

O quadro explicativo representado como figura 2 dá visibilidade aos componentes estruturais da teoria da experiência utilizados na formulação dos conceitos explicativos em relação aos sistemas teóricos, suas possibilidades de interpretação axiomática com base nas experiências perceptuais.

Em geral, de forma dinâmica e estrutural, os elementos de interação, pertencentes às teorias ajudam no processo de abstração, dando significado à compreensão dos fenômenos investigados em suas relações de causalidade, explicação e dedução de conceitos particulares e universais. Entretanto, vale dizer

que na visão popperiana esses conceitos foram utilizados sob uma perspectiva crítica.

A ruptura epistemológica na visão crítica popperiana, como fundamento de explicação, se apresenta por meio das relações de incerteza geradas pela teoria quântica, cuja lógica de interpretação busca mecanismos que transcendem a mera percepção baseada nas experiências sensoriais.

Popper (2013[1934]) faz alusão à análise de conceitos lógico-matemáticos e estatísticos em sua obra, no sentido de justificar a eliminação de elementos metafísicos muito utilizados como dogmas, na história da ciência que antecedeu à teoria quântica.

No entanto ao elaborar sua crítica aos elementos metafísicos e à lógica indutiva, como analisado em comentário da proposição da figura 1, a proposta de comparação com a figura 2 de base conceitual popperiana é entre a lógica indutiva e a lógica probabilística, na corroboração de teorias.

É possível dizer ainda, que o critério de falseabilidade de teorias reforça a condição de verificação das relações de incerteza de hipóteses falseáveis e de suas respectivas teorias, dada a condição provisória de “verdade” no sentido positivo ao testar teorias baseando-se no critério de falseabilidade já referido, proposto pelo filósofo.

Os elementos referenciais da síntese analítico-descritiva da obra *A lógica da pesquisa científica* de Popper, que servirá de base para a avaliação da cientificidade da geografia crítica em questão, com base nos conceitos científicos de Popper serão analisados nas próximas seções.

1.4.2.1 O problema da indução

Na visão de Popper, esse problema acerca da validade de enunciados factuais universais pode ser provisoriamente solucionado, pois, para ele, esses enunciados não são “verificáveis”, mas apenas “falsificáveis”. Aos enunciados factuais universais não pode “ser atribuído um grau de validade positivo, mas sim um grau de validade negativo. O teste metodológico deles consiste na tentativa de falsificação, isto é, na dedução de predições completamente decidíveis” (POPPER, 2013, p. 11).

No campo das ciências empíricas, para particularizar, “formulam-se hipóteses ou sistemas de teorias, e submete-os a teste, confrontando-os com a experiência, através de recursos de observação e experimentação. A tarefa da lógica da pesquisa científica ou da lógica do conhecimento é proporcionar uma análise lógica desse procedimento, ou seja, analisar o método das ciências empíricas” (POPPER, 2013, p. 27).

As ciências empíricas são sistemas de teorias. A lógica do conhecimento científico pode, portanto, ser apresentada como uma teoria de teorias. As teorias científicas são caracterizadas como enunciados universais. Como todas as representações linguísticas, são sistemas de signos ou símbolos.

Não seria conveniente, como analisou Popper (2013, p. 53), expressar a diferença entre as teorias universais e os enunciados singulares dizendo que os “enunciados singulares” são “concretos” e “teorias universais” são simplesmente fórmulas simbólicas ou esquemas simbólicos, pois se pode dizer exatamente o mesmo, inclusive dos enunciados mais “concretos”.

Como definiu, “as teorias são redes lançadas para capturar aquilo que denominamos ‘o mundo’: para racionalizá-lo, explicá-lo, dominá-lo. Os esforços estão no sentido de tornar as malhas da rede cada vez mais estreitas” (POPPER, 2013, p. 53).

Ao apresentar os problemas fundamentais no campo das ciências empíricas em seu livro “A Lógica da Pesquisa Científica”, Popper (2013, p. 27) descreveu: “Segundo concepção amplamente aceita – a ser contestada neste livro –, as ciências empíricas caracterizam-se pelo fato de empregarem os chamados ‘métodos indutivos’. De acordo com essa maneira de ver, a lógica da pesquisa científica se identificaria como a Lógica Indutiva, isto é, com a análise lógica desses métodos indutivos”. É comum dizer-se “indutiva”:

Uma inferência, caso ela conduza de enunciados singulares (por vezes denominados também enunciados “particulares”), tais como descrições dos resultados de observações ou experimentos, para enunciados universais, tais como hipóteses ou teorias. Ora, está longe de ser óbvio, de um ponto de vista lógico, haver justificativa no inferir enunciados universais de enunciados singulares, independentemente de quão numerosos sejam estes; com efeito, qualquer conclusão colhida desse modo sempre pode revelar-se falsa: independentemente de quantos casos de cisnes brancos possamos observar isso não justifica a conclusão de que todos os cisnes são brancos. A questão de saber se as inferências indutivas se justificam e em que condições; é conhecida como o problema da indução (POPPER, 2013, p. 27).

O sentido dado para “indutiva” como “inferência”, como foi explicitada, está relacionada a descrições de resultados de observação ou experimentação. O problema da indução, na visão de Popper (2013, p. 27), pode ser apresentado como a indagação acerca da “validade” ou “verdade de enunciados universais” que encontram base na experiência, tais como as hipóteses e os sistemas teóricos das ciências empíricas. Deixou claro que “a descrição de uma experiência – de uma observação ou do resultado de um experimento – só pode ser um enunciado singular e não um enunciado universal” (POPPER, 2013, p. 27-28), pois o princípio de indução:

Não pode ser uma verdade puramente lógica, tal como uma tautologia ou um enunciado analítico. De fato, se existisse algo assim como um princípio puramente lógico de indução, não haveria problema de indução, pois em tal caso, todas as inferências indutivas teriam de ser encaradas como transformações puramente lógicas ou tautológicas, exatamente como as inferências no campo da Lógica Dedutiva. Assim, sendo, o princípio de indução há de constituir-se num enunciado sintético, ou seja, enunciado cuja negação não se mostre contraditória, mas logicamente possível. Dessa maneira, surge a questão de saber por que tal princípio deveria merecer aceitação e como poderíamos justificar-lhe a aceitação, em termos racionais (POPPER, 2013, p. 28).

A teoria exposta por Popper (2013, p. 29), opõe-se frontalmente a todas as tentativas de utilizar as ideias da Lógica Indutiva. Segundo esse autor, ela poderia ser chamada de “teoria do método dedutivo de prova”, ou de concepção segundo a qual uma hipótese só admite prova empírica – e tão somente após haver sido formulada.

Ao elaborar a concepção que se poderia chamar de “dedutivismo”, em oposição ao “indutivismo” Popper (2013, p. 30) apresentou suas razões para eliminar o “psicologismo”, fazendo uma distinção entre a “psicologia do conhecimento” ou “psicologia empírica” e a “lógica do conhecimento”.

A psicologia empírica, como enfatizou, se ocupa de fatos empíricos relacionados à experiência. A questão de interesse é saber sobre o estágio inicial, no ato ou processo de conceber ou inventar uma ideia nova – trate-se de um tema musical, de um conflito dramático ou de uma teoria científica. A lógica do conhecimento, que se preocupa em relações lógicas – equivalência, dedutibilidade, compatibilidade ou incompatibilidade, consiste em investigar, por meio de exame

lógico, os métodos empregados nas provas sistemáticas a que toda ideia nova deve ser submetida e possa ser levada em consideração (POPPER, 2013, p. 30-31).

Ao justificar a necessidade de eliminar o psicologismo em relação ao exame dos métodos e resultados de teorias sob um prisma lógico, o autor esclareceu a razão que o levou a rejeitar a lógica indutiva. Conforme ressaltou, a lógica indutiva: “consiste, precisamente, em não proporcionar conveniente sinal diferenciador do caráter empírico, não metafísico, de um sistema teórico; em outras palavras, consiste em ela não proporcionar adequado critério de demarcação” (POPPER, 2013, p. 33).

Nesse sentido, toma-se como referência lógica no critério de demarcação, não a verificabilidade, mas a falseabilidade de um sistema, pois o método empírico deve excluir as maneiras de evitar a falseabilidade que são logicamente possíveis (POPPER, 2013, p. 38-39).

Segundo sua proposta: “aquilo que caracteriza o método empírico é sua maneira de expor à falsificação, de todos os modos concebíveis, o sistema a ser submetido à prova. Seu objetivo não é o de salvar a vida de sistemas insustentáveis, mas, pelo contrário, o de selecionar o que se revele, comparativamente, o melhor, expondo-os a mais violenta luta pela sobrevivência” (POPPER, 2013, p. 39-40).

O critério de demarcação, como proposto por Popper (2013), leva “à solução do problema da indução, no sentido proposto por Hume, do problema da validade das leis naturais”. Essa lógica poderia ser chamada de “teoria do método dedutivo de prova”. Ou seja, “não se exige que um sistema científico seja suscetível de ser dado como válido, de uma vez por todas, em sentido positivo” (Popper, 2013, p. 38).

Exige-se, porém, que sua forma lógica seja tal que se torne possível validá-lo através de recurso a provas empíricas, em sentido negativo. Deve ser possível refutar, pela experiência, um sistema científico empírico²⁷. “(Assim, o enunciado ‘choverá ou não choverá aqui, amanhã’, não será considerado empírico, simplesmente porque não admite refutação, ao passo que será considerado

²⁷ Popper (2013[1934]) esclareceu que apresenta o critério de falseabilidade como critério de demarcação, mas *não como critério de significado*, pois, como disse ele, critica de modo incisivo, o uso da ideia de significado, vista por ele como “dogma de significado”. Para ele, trata-se, pois de simples mito (embora reconhecesse que várias refutações de suas teorias se tenham baseado nesse mito), a ideia de que ele teria proposto a falseabilidade como critério de significado. A falseabilidade, segundo ele, separa duas classes de enunciados perfeitamente significativos: os falseáveis e os não falseáveis; traça uma linha divisória no seio da linguagem dotada de significado e não em volta dela. Ver: *Conjectures and Refutations*, caps. I e II, de Popper.

empírico o enunciado ‘Choverá aqui, amanhã’)” como exemplificou Popper (2013, p. 38).

A epistemologia ou lógica da pesquisa científica deve ser identificada com a teoria do método científico que, “na medida em que se projeta para além da análise puramente lógica das relações entre enunciados científicos, diz respeito à escolha de métodos – a decisões acerca da maneira de manipular enunciados científicos” (POPPER, 2013, p. 45). Naturalmente, tais decisões dependerão do objetivo que é selecionado dentre os numerosos objetivos possíveis.

A decisão proposta para chegar ao estabelecimento de regras adequadas ao que se denomina “método empírico” está inteiramente ligada ao critério de demarcação proposto por Popper (2013, p. 45): “adotar regras que assegurem a possibilidade de submeter à prova os enunciados científicos, o que equivale a dizer a possibilidade de aferir sua falseabilidade”.

1.4.2.2 O problema da demarcação

Como analisou Popper (2013, p. 11-12), pode-se utilizar “o critério de demarcação como critério de falsificabilidade: apenas as proposições que podem ser refutadas pela realidade empírica dizem algo a respeito desta, isto é, apenas aquelas para as quais se podem especificar as condições em que elas podem ser consideradas empiricamente refutadas”. É por meio do critério de falsificação que se explicam “proposições empírico-científicas completamente decidíveis” e “proposições exclusivamente falsificáveis”. As outras proposições (entre elas, as “proposições de existência” exclusivamente verificáveis) – que não são tautologias lógicas (juízos analíticos, como, por exemplo, as proposições matemáticas) – “são proposições metafísicas, distinguidas das proposições empírico-científicas”.

Foi nessa lógica, que, na teoria do conhecimento estabeleceu-se um “critério rígido e universalmente aplicável que permitisse distinguir enunciados das ciências empíricas, de afirmações metafísicas”. Esse critério de demarcação é uma questão acerca de um “critério de cientificidade”, o qual torna possível “demarcar a ciência dos domínios extracientíficos” (POPPER, 2013, p. 412-413), ou seja, a “principal fronteira que o critério de demarcação deve traçar é aquela entre ciência empírica e metafísica”.

Popper (2013, p. 33) denominou o problema de demarcação como o problema de estabelecer um critério que habilite distinguir entre as ciências empíricas, de uma parte, e a matemática e a lógica, bem como os sistemas “metafísicos” de outra.

Esse critério demarcaria o limite entre a “ciência” e a “não ciência” ou “pseudociência”. Segundo ele, o “critério de demarcação é inerente à lógica indutiva – isto é, o dogma positivista do significado – equivale ao requisito de que todos os enunciados da ciência empírica” (ou todos os enunciados “significativos”) devem ser “conclusivamente julgáveis, tornando logicamente possível, verificá-los e falsificá-los” (POPPER, 2013, p. 37-38).

A posição do autor está alicerçada numa assimetria entre verificabilidade e falseabilidade, assimetria que decorre da forma lógica dos enunciados universais. Estes enunciados nunca são deriváveis de enunciados singulares, mas podem ser contraditados pelos enunciados singulares. Consequentemente, como afirmou, é possível, através de recurso a inferências puramente dedutivas, (com auxílio do *modus tollens*²⁸, da lógica tradicional, em seus níveis de universalidade²⁹), concluir acerca da falsidade de enunciados universais a partir da verdade de enunciados singulares. Essa conclusão acerca da falsidade dos enunciados universais é a única espécie de inferência estritamente dedutiva que atua, por assim dizer, em “direção indutiva”, ou seja, de enunciados singulares para enunciados universais (POPPER, 2013, p. 39).

²⁸ Popper (2013, p. 67) esclareceu que “o modo falseador de inferência por ele referido – a maneira como o falseamento de uma conclusão acarreta o falseamento do sistema de que ela deriva – corresponde ao *modus tollens* da Lógica tradicional”.

²⁹ Sobre os níveis de universalidade – o *Modus Tollens* – Popper esclareceu: “Dentro de um sistema teórico, é possível distinguir enunciados que pertencem a vários níveis de universalidade. Os enunciados de mais alto nível de universalidade são os axiomas; deles podem ser deduzidos enunciados de níveis mais baixos. Enunciados empíricos de nível mais baixo, deles deduzíveis revestem sempre o caráter de “hipóteses”, relativamente aos enunciados de nível mais baixo, deles deduzíveis: eles podem ser falseados pela falsificação desses enunciados menos universais. Contudo, em qualquer sistema dedutivo hipotético, estes enunciados menos universais continuam a ser enunciados estritamente universais, no sentido fixado. Assim, também eles devem revestir o caráter de hipóteses – fato que tem frequentemente ignorado, quando se trata de enunciados universais de nível mais baixo. Mach, por exemplo, chama a teoria de condução do calor, elaborada por Fourier, “uma teoria física modelo”, pela curiosa razão de “essa teoria se baseia não em uma hipótese, mas num fato observável”. Todavia, o “fato observável” a que Mach se refere é por ele descrito através de um enunciado: “A velocidade com que se igualam as diferenças de temperatura, contanto que essas diferenças sejam reduzidas, é proporcional às mesmas diferenças” – um enunciado-todos, cujo caráter hipotético deveria ser suficientemente claro” (POPPER, 2013, p. 66-67).

Como avaliou o filósofo, mesmo a propósito de alguns enunciados singulares, pode-se dizer que “eles são hipotéticos, uma vez que deles (com auxílio de um sistema teórico) possam ser deduzidas conclusões tais que a falsificação dessas conclusões poderia falsear os enunciados singulares em pauta” (POPPER, 2013, p. 67).

Com esse modo de inferência, falseia-se todo o sistema (teoria e condições iniciais) que se fazia necessário para deduzir o enunciado falseado. Assim, não se pode asseverar, de qualquer enunciado do sistema, que ele seja ou não especificamente atingido pelo falseamento.

Dessa maneira, explicou Popper (2013), os enunciados básicos desempenham dois papéis diferentes. De uma parte, utilizamos o sistema de todos os enunciados básicos, logicamente possíveis, para, com auxílio deles, conseguir a caracterização lógica por nós procurada – a da forma dos enunciados empíricos. e outra parte, os enunciados básicos aceitos constituem o fundamento da corroboração de hipóteses.

Se os enunciados básicos aceitos contradisserem uma teoria, só os tomaremos como propiciadores de apoio suficiente para o falseamento da teoria caso eles, concomitantemente, corroborarem uma hipótese falseadora (POPPER, 2013, p. 77).

A questão da falseabilidade das teorias está relacionada à falseabilidade dos enunciados singulares ou básicos como enfatizou Popper (2013, p. 81). Nessa perspectiva, os enunciados básicos são necessários para decidir se uma teoria pode ser falseável, isto é, empírica; para corroboração de hipóteses falseadoras e, assim, para o falseamento de teorias.

Consequentemente, os enunciados básicos devem satisfazer as seguintes condições: a) De um enunciado universal, desacompanhado de condições iniciais, não se pode deduzir um enunciado básico. Por outro lado, b) pode haver contradição recíproca entre um enunciado universal e um enunciado básico. A condição (b) somente estará satisfeita se for possível deduzir a negação de um enunciado básico da teoria que ele contradiz. Dessa condição, e da condição (a), segue-se que um enunciado básico deve ter uma forma lógica tal que sua negação não possa, por seu turno, constituir-se em enunciado básico (POPPER, 2013, p. 87-88).

1.4.2.3 Conceitos de falseabilidade e de falsificação

Popper (2013, p. 69) criou a “falseabilidade como critério de demarcação para decidir se um sistema teórico pertence ou não ao campo da ciência empírica e para verificar se as propriedades lógicas dos sistemas são falseáveis”. Justificou sua posição em relação à filosofia convencionalista ou sistema empírico (para ele sistema refutável). Para o convencionalista, a ciência teórica natural é apenas uma construção lógica e não um retrato da natureza. Não são as propriedades do mundo que determinam essa construção; pelo contrário, é essa construção que determina as propriedades de um mundo artificial: um mundo de conceitos, implicitamente definidos por leis naturais escolhidas por nós (POPPER, 2012, p. 70). É desse mundo apenas, que fala a ciência. Segundo esse modo de ver convencionalista,

As leis da natureza não são falseáveis por observação; com efeito, são elas que se tornam necessárias para determinar o que sejam a observação e, mais especialmente, a mensuração científica. São essas leis por nós estabelecidas que formem a base indispensável para o acerto de nossos relógios, a correção das chamadas escalas de medida “exatas”. Só dizemos que um relógio está “certo” ou que uma escala de medida é “exata” se os movimentos medidos com auxílio desses instrumentos satisfizerem os axiomas da mecânica que decidimos adotar (POPPER, 2013, p. 70).

Popper (2013, p. 70) declarou que “a filosofia do convencionalismo é digna de grande crédito, pela maneira como esclareceu as relações existentes entre teoria e experimento e pelas ações e operações – planejadas de acordo com raciocínios dedutivos e convenções – na condução e interpretação de nossos descobrimentos científicos”. Contudo, apesar disso, como afirmou, considerava o convencionalismo “um sistema positivamente inaceitável”, pois se apoia na ideia de ciência que procura “um sistema de conhecimento alicerçado em bases definitivas”.

Nessa perspectiva de avaliação popperiana essa meta até poderia ser aceita. É possível interpretar um sistema científico como sistema de definições implícitas. Em períodos em que as ciências se desenvolvem lentamente surgem poucos conflitos. Entretanto, em tempos de crise como na época em que o sistema científico – o sistema falseador – surgiu, o conflito a propósito dos objetivos da ciência e de suas descobertas tornar-se-ia agudo (POPPER, 2013, p. 70).

O sistema falseador, como disse Popper (2013, p. 71), “abriu horizontes novos. Num mundo de experiências novas, com argumentos novos, contra as mais

recentes teorias”. Mas a estrutura que surgiu com audácia de concepção era vista pelo convencionalismo como um monumento ao total colapso da ciência.

Popper tinha consciência que seu conflito com os convencionalistas não seria dirimido por uma discussão teórica. Segundo pensava, era possível extrair do estilo do pensamento convencionalista alguns argumentos interessantes contra o critério de demarcação por ele proposto. Entre esses argumentos propostos “não seria possível dividir os sistemas e teorias em falseáveis e não falseáveis, pois, essa distinção seria ambígua e conseqüentemente, o critério de falseabilidade tornar-se-ia inútil como critério de demarcação” (POPPER, 2013, p. 72).

No sistema proposto, como enfatizado por Popper (2013) fundamentado em bases metodológicas apresentadas como convenções ou regras do jogo da ciência empírica diferem das regras da lógica pura. As regras são aplicadas ao sistema para elevar o grau de falseabilidade ou testabilidade, caso resista a novas provas. Sendo assim, o critério de demarcação não é de imediato aplicado a um “sistema de enunciados”. Somente com “métodos aplicados” a um sistema teórico e “com regras especiais” torna-se possível indagar se está diante de uma teoria convencionalista ou empírica, refutável e falseável.

Sobre a falseabilidade e a falsificação, importa distinguir claramente entre “falseabilidade e falsificação”. A falseabilidade foi introduzida apenas como um critério aplicável ao caráter empírico de um sistema de enunciados. Quanto à falsificação, é necessário introduzir regras especiais que determinarão em que condições um sistema há de ser visto como falseado (POPPER, 2013, p. 76).

Só se pode dizer que uma teoria está falseada quando se dispõe de enunciados básicos aceitos que a contradigam. Essa condição é necessária. Porém não suficiente, porque as ocorrências particulares não suscetíveis de reprodução carecem de significado para a ciência (POPPER, 2013, p. 76). Da mesma forma, se poucos enunciados básicos dispersos tentam contradizer uma teoria, dificilmente induzirão a rejeitá-la como falseada. É preciso descobrir um efeito suscetível de reprodução que refute uma teoria, pois só se aceita o falseamento se uma hipótese empírica de baixo nível, que descreva esse efeito, for proposta e corroborada.

A exigência de que a hipótese falseadora seja empírica e, portanto, falseável, significa apenas que ela deve colocar-se em certa relação lógica para com possíveis enunciados básicos. Contudo essa exigência apenas diz respeito à forma lógica da hipótese. O requisito de que a hipótese deva ser corroborada refere-se a

testes a que ela tenha sido submetida – testes que confrontam com enunciados básicos aceitos (POPPER, 2013, p. 76). Dessa maneira, os enunciados básicos desempenham dois papéis diferentes:

De uma parte, utilizamos o sistema de todos os enunciados básicos, logicamente possíveis, para, com auxílio deles, conseguir a caracterização lógica por nós procurada – a da forma dos enunciados empíricos. De outra parte, os enunciados básicos aceitos constituem o fundamento da corroboração de hipóteses. Se os enunciados básicos aceitos contradisserem uma teoria, só os tomaremos como propiciadores de apoio suficiente para o falseamento da teoria caso eles, concomitantemente, corroborarem uma hipótese falseadora (POPPER, 2013, p. 77).

Diante destas questões Popper (2013, p. 239), argumentou que, na lógica da ciência, é possível evitar o emprego dos conceitos “verdadeiro” e “falso”. “O lugar que lhes caberia pode ser ocupado por considerações lógicas acerca de relações de deduzibilidade”. Assim, o falseamento de uma teoria pode ser expresso de outra maneira.

Não precisamos dizer que a teoria é “falsa”, mas, ao invés, “dizer que ela é contraditada por certo conjunto de enunciados básicos já aceitos. Não somos obrigados a dizer que os enunciados básicos são verdadeiros ou falsos, pois a aceitação que lhes damos pode ser interpretada como resultado de uma decisão convencional e os enunciados aceitos, vistos como resultado dessa decisão” (POPPER, 2013, p. 240).

Popper (2013, p. 240) esclareceu que o uso dos conceitos “verdadeiro” e “falso” é análogo ao uso de conceitos tais como “tautologia”, “contradição”, “conjunção”, “implicação” e outros dessa espécie. Não são conceitos empíricos. São conceitos lógicos que descrevem ou fazem apreciação de um enunciado, independentemente de quaisquer alterações do mundo empírico. Nessa perspectiva, há diferença entre verdade e corroboração, pois apreciar um enunciado para dar significado como “corroborado ou não corroborado”, é uma apreciação lógica e, portanto, intemporal.

É possível asseverar que, na concepção de Popper (2013, p. 240-241), certa relação lógica está em vigor entre um sistema teórico e um sistema qualquer de enunciados básicos aceitos. Entretanto, nunca se pode dizer que um enunciado, como tal, está por si mesmo, “corroborado” (no sentido em que podemos dizer que ele é “verdadeiro”). Só pode dizer que está corroborado com respeito a algum

sistema de enunciados básicos – sistema aceito até um determinado ponto no tempo, pois:

A corroboração não é, portanto, um “valor-verdade”; não pode ser colocada a par dos conceitos “verdadeiro” e “falso” (que estão livres de indicadores temporais). Para um único e mesmo enunciado, pode existir qualquer número de diferentes valores de corroboração, sendo admissível que todos se mostrem, ao mesmo tempo, “corretos” ou “verdadeiros”, pois são valores logicamente deduzidos da teoria e dos conjuntos de enunciados básicos aceitos em tempos diversos (POPPER, 2013, p. 240-241).

Com essa explicação, Popper (2013) concluiu que um avanço, no sentido indutivo, não consiste, obrigatoriamente, numa sequência de inferências indutivas.

Zilles (2005) reconheceu a importância das ideias de Popper para a ciência contemporânea, ao dizer que “a solução atualmente mais aceita é a apresentada por Popper que argumentou que se deve recorrer à experiência para a falsificação” (ZILLES, 2005, p. 146). Na concepção desse autor, a proposta de Popper não parte da experiência, mas a tem como fim ou meta da fundamentação de proposições científicas. Não parte de observações singulares para uma proposição universal. Ao contrário, parte do universal para um evento singular observável.

Zilles (2005, p. 146-147) enfatizou ainda que, se, no caso singular, for verificado o que geralmente se aceita, ainda não se pode concluir que a proposição geral ou universal é verdadeira. Pois, só se pode afirmar o que se pode observar apenas em um caso concreto em todos os outros que se tornarem possíveis de verificar pela observação empírica.

Nesse sentido, a proposição universal ou teórica poderá ser negada, em algum dos experimentos. Entretanto, enquanto não for falsificada, poderá ser aceita como verdadeira. Popper concorda com o princípio de que uma proposição, da qual se podem deduzir proposições falsas, também é falsa. Por outro lado, afirma que uma proposição, da qual se podem concluir proposições verdadeiras, pode ser verdadeira, mas não necessariamente (ZILLES, 2005, p. 146-147).

De acordo com a avaliação de Zilles (2005, p. 147) corroborada na visão popperiana, é possível dizer que a ciência que se baseia na experiência tem caráter hipotético. Pois as proposições universais que superarem o teste da experiência apenas podem reivindicar validade provisória. Ou seja, até o momento em que novas experiências exigirem correções.

Analisando hipóteses de verificações e falseamentos para adoção ou rejeição de modelos, na aplicação do método científico, Fourez (1995) ressaltou que, “de acordo com a imagem mais popularizada da ciência, quando se produziu certo número de leis ou teorias, deve-se “verificá-las” por meio de experiência” (FOUREZ, 1995, p. 69).

No entanto, como enfatizou esse autor, as práticas científicas não buscam tanto verificar as teorias como falseá-las. A questão da “verdade” da ciência implica então, em “verificar” no sentido de “testar” ou “debilitar” uma teoria, falseando-a. Os cientistas, a partir dessa concepção avançam em suas pesquisas procurando determinar os limites dos modelos utilizados. Ou seja, tentam mostrar como os modelos são “falsos”, para substituí-los. Em termos mais precisos, só se aceitaria como científico, o discurso a respeito do qual se possa eventualmente, determinar uma situação em que o modelo poderia não funcionar. Esse é o critério de falseabilidade, determinado por Popper (FOUREZ, 1995, p. 71).

Nessa perspectiva, pode-se dizer que os cientistas rejeitam os discursos que funcionariam para tudo. Ou seja, só são aceitáveis cientificamente, os discursos que podem “fazer” uma diferença na prática. Mais precisamente, como reafirmou, esse autor, só se aceitam os discursos “falseáveis” (um discurso “falseável” não é, é claro, um discurso necessariamente “falso”, mas um discurso do qual se pode dizer: “não é automaticamente verdadeiro; isto poderia se revelar falso; isto pode ser testado e o resultado poderia não ser positivo”, como enfatizou Fourez (1995, p. 72).

A interpretação de um discurso científico, do ponto de vista crítico, estará sempre associada a uma contradição. Não se pode esperar que as comprovações de uma teoria submetida a provas, se revelem apenas no sentido verdadeiro, validando-a para todas as situações, mesmo que pela experiência se comprovou por inúmeras vezes um determinado fenômeno (FOUREZ, 1995, p. 72).

1.5 DA CRÍTICA DA CIÊNCIA RACIONALISTA ÀS CRÍTICAS RADICAIS DO CAPITALISMO: O PARADIGMA DA GEOGRAFIA CRÍTICA

No contexto filosófico de formação histórica e social das ciências, surgiram as especializações. Com elas, suas particularidades, estatutos e leis. O filósofo

Fourez (1995, p. 28-29) ressaltou que é possível compreender a lógica da construção das ciências do ponto de vista filosófico e ético.

Em uma perspectiva geral, a noção do termo “lógica” recobre o “estudo da maneira pela qual os saberes humanos se estruturam; implica pesquisar em que condições eles podem ser considerados como válidos”. Segundo esse filósofo “esse domínio corresponde ao que se chamou por vezes também como filosofia da ciência (a parte da filosofia da ciência que considera a maneira pela qual os saberes se organizam, chama-se epistemologia)”, que em grego, significa “a ciência do saber” (FOUREZ, 1995, p. 28-29).

Quanto à ética, “é a parte da filosofia que reflete sobre as escolhas, que têm uma importância para a humanidade, particularmente diante do fato empírico de que, em todas as sociedades, existem códigos morais, ou noções semelhantes” (FOUREZ, 1995, p. 29). É na relação entre ciência e ética, no domínio da filosofia da ciência, que se busca o sentido de “objetividade científica” e de “verdade científica”. Ou seja, apreende-se melhor o alcance, o valor e os limites dos conhecimentos científicos.

De acordo com Fourez (1995), “interrogar sobre diversas maneiras de ver as noções de verdade”, no projeto de situar a ciência diante de “escolhas pessoais e coletivas”, visa construir “uma representação da reflexão ética e do seu vínculo com a política”, para “estudar a relação dessas duas instâncias com a ciência”. Nessa perspectiva, a finalidade é fornecer uma abertura que ajude “a perceber diversas abordagens da realidade e a não encerrá-la dentro do método unidimensional das ciências” (FOUREZ, 1995, p. 16-17).

A filosofia, como analisou Fourez (1995) “não é uma disciplina que forneça, fora do âmbito da ciência, uma resposta a todos os problemas não resolvidos da humanidade”, pois “assim como ocorre com outras disciplinas (como a matemática, a química, a biologia), a filosofia convida a entrar em uma tradição intelectual. Ela desenvolve um método, conceitos técnicos, ferramentas intelectuais que permitem compreender certas questões” (FOUREZ, 1995, p. 17-18).

Para refletir sobre os problemas da sociedade e sobre as questões humanas, na visão desse autor, “é preciso possuir ferramentas do mesmo modo que para fazer física; em ambos os casos nos inserimos em tradições intelectuais e utilizamos os resultados das gerações que nos precederam” (FOUREZ, 1995, p. 18).

A reflexão filosófica parte da experiência de dois tipos de linguagem: o código (ou discurso) restrito e o código (ou discurso) elaborado. Nos estudos de Fourez (1995, p. 18-19), encontra-se a explicação dos dois sentidos: O código restrito fala do “como” das coisas, do mundo e das pessoas, ao passo que o código elaborado procura dizer algo do “por que” e do “sentido”.

De modo geral, como esclareceu esse autor, as ciências se ocupam com a linguagem restrita e a filosofia – e por vezes também a religião – ocupa-se com o código elaborado. Entretanto, qualquer que seja a maneira pela qual se considera a tendência dos cientistas de filosofar, pode-se dizer, que a distinção entre os códigos “restrito” e “elaborado” funciona bem. Além disso, utiliza-se o código elaborado quando se trata de interpretar os acontecimentos, o mundo, a vida humana, a sociedade. Assim

Habermas dirá que esse interesse filosófico está ligado ao interesse hermenêutico ou interpretatório dos seres humanos. Ainda mais, o código elaborado – e a filosofia – é utilizado quando se trata de “criticar” interpretações habitualmente recebidas (ou seja, de emitir uma opinião mais refletida que especifique os seus “critérios”; a palavra “criticar” vem do grego e significa “efetuar um julgamento”, não tem a ver com “denegrir”). Essa superação das ideias geralmente admitidas corresponde a um interesse emancipatório. Como somos por vezes prisioneiros de esquemas de interpretações da vida, do mundo e da sociedade, uma linguagem crítica tem por finalidade libertar-nos dessa prisão e renovar o nosso olhar (FOUREZ, 1995, p. 19-20).

De acordo com o autor, a palavra “ciência” pode por vezes “aprisionar”. Por exemplo, quando alguns passam a impressão de que, uma vez que se falou de cientificidade, não há nada mais a fazer senão se submeter a ela, sem dizer ou pensar mais nada a respeito.

Em sua visão, um filósofo “crítico” ou “emancipatório” da ciência procurará compreender como e por que as ideologias da cientificidade podem mascarar interesses de sociedade diversos. Investigar trata de reflexão filosófica e ética – ética da ciência – que leva a examinar “como funcionam os caminhos próprios à racionalidade científica (observação, construção, adoção e rejeição de modelos)” e ampliar “o conceito de método para ver o funcionamento das comunidades científicas” (FOUREZ, 1995, p. 15).

Na perspectiva da filosofia social, Berten (2004, p. 5-6) apresentou a tese segundo a qual “existe uma série de transformações internas na prática e nos campos da pesquisa científica, que ocasionaram progressivamente uma mudança

na concepção da ciência, ou seja, uma mudança de paradigma - um conjunto de crenças e valores definidos por aqueles que praticam a atividade científica como tal”.

Para esse autor, os paradigmas em sentido mais geral, subentendem e simultaneamente resultam dos debates acontecidos entre cientistas diversos que discutem o estatuto de suas disciplinas, suas características e sua cientificidade.

Nesse sentido, pode-se falar de um “metaparadigma” (como se fala de uma metalinguagem). Ou seja, “de uma representação da ciência que se elabora a partir de múltiplos modelos que estão em construção em diversos campos da pesquisa científica, representação que é comum a numerosas disciplinas científicas e que foi explicitada enquanto tal” (BERTEN, 2004, p. 6).

Falar de metaparadigma, como esclareceu, é situá-lo em um nível de normas que são de uma ordem superior às normas que definem o trabalho em uma disciplina: trata-se de um nível epistemológico, “a epistemologia tentando descrever quais são as normas que regem a aceitação dessas normas”. Ser reconhecido como trabalho científico “depende de uma norma de ordem superior: de uma “metanorma”, que pode ser chamada de epistemológica” (BERTEN, 2004, p. 7).

Sob a ótica social, Berten (2004) ressaltou que “a apresentação da ideia de paradigma como concepção geral que fazemos da ciência sublinhou o fato de que os paradigmas são, em certos aspectos, convenções sociais”. Segundo ele, uma dimensão importante do pensamento filosófico é sua “reflexividade”. Isto é, “a exigência de refletir sobre as condições de possibilidades do pensamento em geral e, portanto, também das teorias científicas. A constituição e as mudanças de paradigmas, assim como as transformações internas dos discursos – científicos ou outros –, não podem ser plenamente compreendidas independentemente de seu contexto de produção” (BERTEN, 2004, p. 10).

De acordo com a concepção do autor, a ideia de contexto é dupla: em primeiro lugar o contexto se refere “a práticas sociais” que constituem o contexto de produção das teorias; em segundo lugar, o contexto reenvia a “práticas políticas” que constituem o contexto de aplicação das teorias. Nessa perspectiva, a dimensão reflexiva consiste em inscrever a reflexão epistemológica no duplo contexto social e político. Por isso, a importância de refletir sobre o contexto institucional, ao elaborar ou estudar teorias.

Berten (2004, p. 5-7) analisou a passagem do “paradigma clássico” (a concepção clássica da ciência) para “o novo paradigma” (“paradigma sistêmico” ou

“pós-empirista”), como uma dupla revolução epistemológica. A primeira revolução, como esclareceu o autor, permitiu passar do “paradigma neopositivista” ao paradigma do racionalismo crítico (aquele do qual Karl Popper é o representante eminente), que passou de uma representação da ciência que procedia de maneira empírica e indutiva para elaborar leis gerais, a uma concepção dedutiva, falível e falseável.

Berten (2004, p. 30) também fez alusão à teoria da ciência de Popper e à sua filosofia política, reconhecendo o valor democrático das obras: *Miséria do historicismo, A sociedade aberta e seus inimigos* e vários capítulos de *Conjecturas e refutações*. Para esse autor, Popper tinha uma concepção liberal e democrática no debate científico, reconhecidamente convicto de que não há “verdade” absoluta. Mas uma possibilidade de demonstrar erros e corrigir interpretações, quando submetidas à crítica (BERTEN, 2004, p. 30-31) ³⁰.

Na avaliação desse autor, corroborada pelas ideias de Popper em suas obras, o Estado deve ser “liberal”: permitir, em todos os níveis, a discussão livre, a crítica livre. “O que resulta que toda forma de Estado centralizado ou planejado corre o risco de ser totalitária, porque a planificação central supõe um saber teórico do conjunto não submetido às retificações constantes, o que implica uma hipótese falsificada” (BERTEN, 2004, p. 30-31).

A esse respeito, indo à contracorrente de seus amigos do Círculo de Viena, Popper considerou que “é impossível encontrar um critério (ou um conjunto de critérios) que permita provar a verdade de uma proposição ou teoria”. Ou seja, “se não se pode provar que uma proposição é verdadeira, pode-se provar que ela é falsa, sob a condição de que se possa testá-la, colocá-la à prova. Se ela satisfizer a essa condição, é uma teoria científica”, como lembrou Fourez (1995, p. 72).

A segunda revolução conduziu a um “paradigma “pós-empírico”, que integrou a indeterminação e a complexidade, a história e a irreversibilidade, as multiplicidades e a auto-organização, como componentes indispensáveis de toda pesquisa científica” (BERTEN, 2004, p. 7-8). Para esse autor, o questionamento do paradigma racionalista clássico é um evento que não atinge somente a filosofia das ciências. Concerne também à “modernidade” porque é um evento que significa o

³⁰ As obras de referência, citadas pelo autor, conforme texto original é: *Miséria do historicismo* (POPPER, 1956); *A sociedade aberta e seus inimigos* (Popper, 1979); *Conjecturas e refutações* (POPPER, 1985).

questionamento e o abandono de certo número de posições, crenças, qualificadas em geral de “modernas”.

Em certo sentido – mas apenas em certo sentido – o “novo paradigma” da ciência pode ser chamado de “pós-moderno” e corresponde, com efeito, a uma “crise” profunda da racionalidade. Em outro sentido, os mantenedores da ciência pós-moderna – salvo exceções – não abandonaram a ideia de “racionalidade”. Eles desejam somente compreendê-la de outra maneira, mais adequada à prática real dos homens de ciência e mais adequada igualmente à racionalidade que está em elaboração nas operações cognitivas usuais (BERTEN, 2004, p. 8).

Um resultado surpreendente, no percurso indicado por Berten (2004, p. 8), está na constatação de que o próprio conceito de “racionalidade” evoluiu. Passou de uma “concepção essencialista da razão (uma crença de que a razão existe) para uma concepção pragmática (uma crença de que a razão é uma maneira de definir certa relação com a realidade, maneira que pode variar em função dos nossos projetos sobre o real e em função de vários outros fatores)” (BERTEN, 2004, p. 8).

Do ponto de vista epistemológico, a análise desta evolução permitiu – na hipótese proposta por Berten (2004, p. 8), abalar a fronteira entre “ciências da natureza e ciências humanas”, e mais genericamente “permitiu colocar em questão as barreiras disciplinares ao propor um conceito mais amplo de razão. O que é sem dúvida uma das consequências mais notáveis da modificação de nossas representações da ciência”.

A questão do conhecimento é uma das mais antigas questões da filosofia. A concepção moderna da ciência está marcada pelo abandono de posições metafísicas. No entanto, esse abandono faz retornar às ideias de Hume e de Kant, dois pensadores do século XVIII, de influências marcantes (BERTEN, 2004, p. 14). A influência dessas ideias ainda prevalece no debate científico contemporâneo, como avaliou esse autor. Para o domínio do discurso científico, “de Hume”, reitera-se a sua crítica da intuição e a distinção entre “ser” (*is*): fatos e “dever-ser” (*ought*): valores.

Sob essa perspectiva, o domínio da consciência certa é o conhecimento dos fatos daquilo que é domínio dos fatos, do ser científico. “Para Hume, este conhecimento é empírico e ele desconfia de toda pretensão a descobrir leis da natureza”. Da distinção de Hume, resulta que o domínio da moral, dos valores, do dever, das normas, não pode ser justificado racionalmente, porque se trata do “dever

ser” e “portanto daquilo que não é; daquilo que não pode ser conhecido objetivamente: os valores apenas refletem as preferências subjetivas dos indivíduos, ou as restrições históricas e contingentes da sociedade” (BERTEN, 2004, p. 15).

A demarcação entre ciência e não ciência, como enfatizou Berten (2004, p. 15) encontra aí a sua origem. Entretanto, ciência, moral e racionalidade, na concepção atual da sociologia do conhecimento e da filosofia da ciência, são temas tratados do ponto de vista crítico. Quanto a Kant, sua contribuição essencial no domínio do discurso científico consiste na distinção por ele proposta entre os “fenômenos” e as “Coisas-em-si”.

De acordo com Berten (2004, p. 15), “esta distinção significa que o que conhecemos do mundo, nós somente o conhecemos como isto nos aparece, o que significa que não podemos jamais definir o que as coisas são nelas mesmas para além dos fenômenos”. Ou seja, “nós não conhecemos jamais a verdade última das coisas”.

Na epistemologia contemporânea, como avaliou Berten (2004, p. 16), a tônica desse modo de pensar deslocou-se da categoria da “verdade” para a categoria da “objetividade”, ou melhor, ainda, para a categoria da “intersubjetividade”. A questão da verdade “última” do conhecimento do real aparece hoje como definitivamente fora da questão. Razão pela qual se diz frequentemente que:

A dimensão “ontológica” do conhecimento desapareceu da ciência. Este desaparecimento da noção tradicional de verdade não é devido somente a nossa constituição de seres finitos, aos limites materiais de nossos instrumentos de observação, à infinidade do tempo e do espaço, mas, como o mostrou Popper, às razões lógicas; não podemos jamais provar que uma lei é universal, porque é sempre possível – mesmo se isto aparece como muito improvável – que uma experiência nova anule uma lei. É por isso que podemos considerar que as leis são e serão sempre hipóteses. Isto não significa que não devemos “visar à verdade”, mas indica que não podemos jamais estar certos de chegar até ela (BERTEN, 2004, p.16).

Do ponto de vista epistemológico, houve um deslocamento do “sujeito conhecedor” para a “linguagem e o agir”. Isto é, para o discurso científico de um lado, para a “prática” científica de outro, como avaliou Berten (2004, p. 16-17).

Em uma perspectiva como a de Kant (Crítica da Razão Pura), o que garantia a verdade da ciência era que “ela correspondia fundamentalmente às exigências do espírito humano. A adequação do conhecimento e do objeto

conhecido se devia à estrutura da nossa faculdade de conhecer, de nossa sensibilidade e de nossa razão” (BERTEN, 2004, p. 17).

Seguindo esse raciocínio, pode-se contentar, com efeito, em analisar a “linguagem” da ciência, passar de uma filosofia da consciência a uma filosofia do conceito e a uma pragmática da pesquisa científica, como ressaltou Berten (2004, p. 17). Isso significa igualmente que a objetividade não se reduz, pura e simplesmente, ao “consenso empírico”, mas que este se subordina à “lógica”. A argumentação racional e intersubjetiva é o caminho obrigatório em uma discussão crítica, suscetível de obter um consenso intersubjetivo e objetivo.

É neste sentido, igualmente, que a questão da “demarcação” entre “discurso” científico e “discurso” não científico passa a compor uma questão central. É preciso observar, entretanto, que esta atenção à linguagem não desemboca necessariamente em uma análise de tipo linguística ou semântica: pode-se, apenas, estar mais atento à prática científica, ao discurso em ato, aos protocolos de experiência, ao procedimento empírico, ao método, etc. (BERTEN, 2004, p. 17).

Em relação às críticas epistemológicas do paradigma clássico, “Popper é um dos mais conhecidos teóricos da ciência” (BERTEN, 2004, p. 25). Sua preocupação é a de “demarcar”, isto é, ele está preocupado com a determinação de um discurso que possa claramente ser designado como “científico”, um discurso que exclua todo outro discurso (entre outros, que diferencie as ciências empíricas da lógica e da matemática, de um lado, e da “metafísica”, de outro), como avaliou esse autor. Considera-se em geral que:

As ciências ditas empíricas são “indutivas”, “no sentido de que elas partem da observação e procedem por generalização. A inferência indutiva consiste em passar de proposições particulares (resultado de observação ou de experiências) a proposições universais teóricas (leis)”. David Hume mostrou definitivamente que esta passagem não poderia ser uma ingerência “lógica”, mas tinha somente um valor “psicológico”. O fato de que tal evento se produza uma vez, duas vezes ou dez mil vezes não nos permite deduzir logicamente que ele se produzirá ainda e sempre. Esperamos que o sol se eleve todas as manhãs, mas não se trata de uma conclusão lógica: trata-se de uma espera psicológica. A indução (a passagem do particular para o geral) corresponde a uma disposição psicológica, necessária sem dúvida alguma, mas que não autoriza conclusões irrefutáveis. (BERTEN, 2004, p. 26).

A crítica ao “indutivismo – a ideia de que a indução não permite inferir proposições tendo um valor universal – estava com efeito na origem das tendências céticas da filosofia” como ressaltou Berten (2005, p. 26). Nesse sentido,

as leis científicas não podem mais ser fundamentadas sobre a observação, nem confirmadas pela repetição das observações. Ou seja, a observação não pode mais ser justificada como “verdadeira”. Na visão desse autor,

Popper tira todas as consequências da tese de Hume: se acreditamos no progresso da ciência, e se podemos conceber a lógica da descoberta científica como indutiva, não podemos concebê-la como uma lógica “dedutiva”: o que significa que as proposições universais (as leis) da ciência são hipóteses – isto é, interpretações sugeridas de fenômenos, e não de generalizações – e que elas só podem ser testadas empiricamente depois de terem sido avançadas, sob a forma de proposições com pretensão à universalidade (BERTEN, 2004, p. 27).

Ao refletir sobre a crítica ao indutivismo, Berten (2004, p. 27), concluiu que o “estado inicial de conceber uma teoria – de inventar uma hipótese –, não é suscetível de uma análise lógica ou teórica”. A análise da lógica do conhecimento científico, como esclareceu “não trata da invenção de teorias – ainda que se possa considerar a invenção como um elemento essencial do progresso da ciência –, mas da ‘justificação’ e da ‘validade’ da teoria. Trata-se, pois, de uma pesquisa sobre os métodos da atividade científica e não sobre a essência ou o sentido desta atividade” (BERTEN, 2004, p. 27).

Esse autor analisou, também, a respeito da demarcação e da falseabilidade. Em sua concepção, a consequência da rejeição da indução implica que Não podemos admitir nenhuma proposição científica universal (com pretensão universal) como “verdadeira” ou “verificável”, mas que podemos apenas propor hipóteses e testar empiricamente em vista de “falsificá-las”. A teoria não é jamais verificável empiricamente. Podemos somente dizer que:

Amelhor teoria ou as melhores teorias são aquelas que, até o presente, resistiram aos testes que visam refutá-las. Uma boa teoria é, portanto, uma teoria “refutável”, no sentido de que deve ser possível imaginar uma experiência que a refutaria. Podemos mesmo ir mais longe e afirmar que uma hipótese é tanto mais interessante quanto mais universal ela é; portanto, mais sujeita a ser refutada (BERTEN, 2004, p. 28-29).

Como se observa, o autor está de acordo com a visão popperiana, pois está convicto de que uma boa teoria é uma teoria refutável, a partir da própria experiência.

Em suas reflexões sobre a refutação de teorias, esse autor faz alusão ainda, à análise das principais críticas de Popper em relação às ciências sociais e

humanas, pelo fato de não serem refutáveis. Principalmente quando se trata, por exemplo, do marxismo ou da psicanálise (BERTEN, 2004, p. 29).

Sobre os problemas sociais e a cientificidade desses discursos, Berten (2004, p. 5) esclareceu que o termo “filosofia social” indica “uma reflexão filosófica sobre os problemas da sociedade (problemas políticos, econômicos, sociais, culturais) e, também, trata de uma reflexão epistemológica sobre o estatuto das ciências sociais”. Mais precisamente, sobre a “cientificidade” dos discursos reunidos sob o título “ciências sociais” ou “ciências humanas”.

De acordo com Berten (2004, p. 22) “o procedimento adotado nas ciências humanas e sociais não será empirista ou indutivista”, pois “não partirá da experiência natural para, a partir de numerosas observações, desembocar em generalizações”. Ao contrário, “o esforço feito pela ciência para se definir, para definir sua especificidade, traz consigo a necessidade de delimitar o domínio de validade dos enunciados ditos científicos” (BERTEN, 2004, p. 22).

Não foram apenas filósofos que avaliaram os sistemas filosóficos da ciência. Karl Popper também não foi o único a fazer a crítica à racionalidade da ciência moderna e a refutar o positivismo. Historiadores, antropólogos, sociólogos, geógrafos e economistas, entre outros, avaliaram os sistemas filosóficos da ciência. No entanto, a lógica da ciência é fortemente marcada pela influência filosófica em todos os ramos epistemológicos: tanto nas ciências naturais, físicas, ou nas ciências sociais, humanas, quanto nas abstrações matemáticas e na construção de seus teoremas.

A base de sustentação crítica da racionalidade científica – com suas leis, princípios, sistemas conceituais, teorias e métodos – é de fundamentação filosófica, tendo como exemplos as filosofias da ciência, das quais a filosofia da ciência e o racionalismo crítico de Karl Popper fazem parte. As ciências em geral, assim como a ciência geográfica no âmbito de suas abordagens epistemológicas, fazem parte do contexto filosófico em suas variadas orientações teórico-metodológicas.

A proposta dessa tese como já referido, é avaliar a cientificidade da geografia crítica que tem como pilares filosóficos a teoria social crítica. Seus pressupostos objetivam a elaboração de teorias críticas radicais do capitalismo pelo estudo do espaço e das formas de apropriação da natureza (DINIZ FILHO, 2013, p. 16).

Os impactos do marxismo e das ideias pós-modernistas na interpretação da sociedade capitalista e na formação do pensamento social e político brasileiro também são relevantes para a compreensão do movimento de renovação da geografia crítica brasileira.

Esse movimento de legitimação do discurso anticapitalista, crítico do modelo político-social vigente se estabeleceu na geografia.

1.5.1 A aclamação por uma “geografia nova” e por uma “geografia crítica”: a crítica geográfica e a geografia crítica de Milton Santos

O geógrafo crítico e radical Milton Santos, de orientação teórica e metodológica assumidamente eclética propôs renovar a geografia. Seu ponto de partida fundamentou-se na justificativa de suas críticas à geografia clássica moderna e à geografia teórico-quantitativa.

Milton Santos (2012, p. 9) em seu livro *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*, publicado originalmente em 1978³¹, esclareceu que obteve “o amadurecimento da maior parte das ideias expostas”, a partir da discussão com seus alunos em três universidades estrangeiras: “Universidade de Dar-es-Salaam, na Tanzânia; Universidade Central da Venezuela, em Caracas e Universidade de Colúmbia, em Nova York, no período de 1974 a 1977” (SANTOS, 2012, p. 9). Nessa obra, o geógrafo questionou a necessidade de uma geografia nova, apresentando um projeto de mais quatro obras que analisasse “O Espaço Humano” e que, segundo ele, era ambicioso e tinha a consciência de estar correndo um risco necessário.

Para Santos (2012, p. 25), “não há nenhuma possibilidade de se fazer progredir uma ciência sem uma grande parcela de esforço crítico. E não há esforço crítico sem risco”. Sua maior preocupação era “retomar, pela raiz, a problemática do espaço, começando pela análise do trabalho feito, por diferentes escolas do pensamento geográfico, para propor uma linha de estudo baseada nas realidades

³¹ A referência destacada é da 1ª edição publicada por Hucitec/Edusp, conforme apresentada na edição publicada em 2012, 6ª edição, 2ª reimpressão, lida para essa tese, publicada pela Edusp. As próximas referências utilizadas, com suas respectivas páginas serão da obra consultada e publicada em 2012.

atuais e, que fosse ao mesmo tempo, uma teoria e uma epistemologia”. Ou seja, “fornecer a explicação da realidade espacial e os instrumentos para a sua análise”.

No entanto, é possível questionar, baseando-se nas explicações de Popper sobre a lógica da pesquisa científica, a expressão “realidade espacial”. Realidade espacial é uma expressão vaga, imprecisa, por ser totalizante. Nesse sentido, o que seria de fato “explicar” a realidade espacial?

Ao refletir sobre isso, outras questões poderiam ser levantadas. Começar analisando o trabalho já realizado por diferentes escolas de pensamento, não seria fazer um estudo historicista e de volta ao passado? Quais seriam esses instrumentos de análise?

O geógrafo acreditava que se uma teoria não gerasse, ao mesmo tempo, sua própria epistemologia, seria inútil porque não seria operacional. Da mesma maneira, uma epistemologia que não se baseasse em uma teoria, seria maléfica, pois ofereceria instrumentos de análise que desconheciam ou deformariam a realidade.

Para Santos (2012) “a coerência científica, que deve ser o objetivo final da reflexão, não pode ser obtida de outra forma” (SANTOS, 2012, p. 23-24). Ou seja, na visão desse autor, a teoria precisa gerar sua epistemologia própria para ser operacional para oferecer instrumentos analíticos adequados para conhecer a realidade.

Pretendendo “chegar a uma geografia crítica”, a obra citada foi qualificada por Santos (2012, p. 23-24) como uma revisão crítica da evolução da geografia, tendo com o objetivo apontar os problemas que, a seu ver, impediam a construção de uma geografia orientada para uma problemática social mais ampla e mais construtiva. Conforme explicitou esse autor, era uma introdução à geografia crítica, uma contribuição que partiria do passado com vistas ao futuro.

Além dessa primeira obra introdutória, que fazia “a crítica da geografia” e interpelava “por uma geografia crítica”, foram destacados por Santos (2012, p. 21-23) os temas geradores de outras quatro outras obras: “Da natureza cósmica à divisão internacional do trabalho; Organização espacial da sociedade contemporânea; Tempo social e espaço humano; Totalidade social e espaço total: Forma, função, processo e estrutura”. A intenção era construir uma coletânea de temas que tratariam de uma teoria do espaço.

Para o primeiro tema em destaque, a pretensão era oferecer uma explicação daquilo que se pode chamar de processo de produção do espaço. A tese sustentada por Santos (2012, p. 21) para a problemática “Do espaço cósmico à divisão internacional do trabalho” é de que, ao se tornar produtor e consciente dos instrumentos de trabalho, o trabalhador se torna ao mesmo tempo um ser social e um criador de espaço. Essa perspectiva de evolução espacial proposta pelo autor está relacionada às relações de produção, em suas diversas etapas da divisão internacional e interna do trabalho.

A extensão da divisão do trabalho corresponderia então, a partir dessa concepção, à separação espacial das diversas instâncias do processo produtivo, em processos históricos diferentes. A urbanização, colocada como um dos exemplos é um resultado do estágio correspondente ao processo histórico de uma dessas instâncias de organização espacial. O intuito era criar uma teoria do espaço (SANTOS, 2012, p. 21).

Nesse contexto analítico, o autor não explicou o que é uma teoria e, portanto, o que é uma teoria do espaço. No entanto, segue com sua proposta de organização espacial da sociedade no espaço global, em sua totalidade. Sobre a temática de “Organização espacial da sociedade contemporânea”, o estudo compreenderia uma discussão do que poderia ser considerado como o presente econômico, social e político (SANTOS, 2012, p. 22). Poderia ser considerado também, como o presente espacial, tomado como uma realidade historicamente específica.

A tentativa de definição da era tecnológica e da universalização da sociedade levaria à definição do espaço global e total, tomando como referência o Estado-Nação analisado como unidade geográfica. Entre outros temas tratados nesse contexto, estaria uma tentativa de reinterpretação do fenômeno da urbanização, com especial referência aos países subdesenvolvidos (SANTOS, 2012, p. 22).

Na análise do tema “Tempo social e espaço humano”, na visão de Santos (2012, p. 22), as relações entre o tempo (social) e o espaço (total) seriam asseguradas na análise. A noção de tempo social levaria à noção de periodização da História, entendida de forma contínua e descontínua, a partir da categoria modos de produção que permitiria a noção de periodização.

Nessa concepção, histórica de tempos dentro do tempo, seria trabalhada a noção do tempo do modo de produção entendido como universal e considerando o tempo do Estado-Nação. A articulação entre a divisão internacional do trabalho e a divisão interna do trabalho, asseguraria o estudo do jogo entre as forças internas e as forças externas de modelagem da sociedade e do espaço. A noção de um tempo empírico, entendida como a única capaz de ser compatibilizada com a noção de um espaço objetivo, permitiria que se trabalhasse em termos de sistemas espaço-temporais (SANTOS, 2012, p. 22).

Na estruturação do tema “tempo espacial e espaço humano”, como enfatizou o autor, pretender-se-ia um primeiro esforço de construção de uma epistemologia do espaço humano decorrente da teoria da qual os três primeiros temas retratariam. O quinto tema viria completar o esforço epistemológico, como o quinto volume da obra. Trataria de problemas que poderiam ser genericamente considerados como pertencentes ao âmbito de uma dialética do espaço.

Para Santos (2012), a totalidade social é tratada como um ser cuja “existência, em última instância, se dá em decorrência do espaço total. O estudo da totalidade social em processo permanente de totalização é associado, assim, à análise de um espaço em processo de permanente mudança”. As mutações sociais correspondem a cisões que modificam a organização espacial. Os movimentos conjugados somente podem ser analisados mediante categorias que sejam, ao mesmo tempo, categorias da realidade. Forma, função, processo e estrutura serão, pois, tratados como categorias de análise e categorias do real, imbricados e interdependentes (SANTOS, 2012, p. 22-23).

Sob essa perspectiva de totalidade social em mutação, foi esclarecido por Santos (2012), o lugar demarcado da ideologia, tanto no interior da totalidade social como dentro do espaço total, entendido em sua totalidade global. A crítica desse autor à ideologia é fundamentada na ideia de que a paisagem apareceria como uma espécie de “mentira funcional”. Nesse sentido, apenas o estudo do movimento da totalidade poderia permitir uma separação do ideológico e da realidade, autorizando, assim, que se defina de uma só vez, a estrutura, o contexto e a tendência em sua totalidade (SANTOS, 2012, p. 22-23).

Os temas de referência indicados pelo autor, mediante suas interações, constituiriam o conjunto entendido como totalidade social. Na análise dessa totalidade, subentende-se que há mutações e, conseqüentemente, mudanças na

organização espacial. Para justificar a necessidade de uma geografia nova, Santos (2012, p. 23-43) fez defesa de sua crítica à geografia, a partir dos fundadores clássicos e suas pretensões científicas.

A geografia oficial, em sua concepção, foi muito mais uma ideologia do que uma filosofia. Essa ideologia contestada por Santos (2012, p. 30) estava “engendrada pelo capitalismo quando da sua implantação foi adequada às suas necessidades de expansão nos países centrais e na periferia”. Pois, como explicitou o autor, esse era “um momento crucial em que urgia remediar, ao mesmo tempo, o excesso de produção e o excesso de capitais, bem como sopitar as crises sociais e econômicas que sacudiram os países interessados” (SANTOS, 2012, p. 30). Conforme analisado por esse autor, foi necessário criar condições para a expansão do comércio. As matérias-primas da grande indústria também foram necessárias para a abertura de minas, bem como a conquista de terras utilizadas para a produção de alimentos necessários aos países então industrializados.

Nessa fase de transição comercial e de expansão industrial, na visão do autor, a divisão internacional do trabalho ganhava nova dimensão. Era então imperativo adaptar as estruturas espacial e econômica dos países pobres às novas tarefas que deveriam assegurar a descontinuidade. Foi nesse contexto que, a “geografia foi chamada a representar um papel importante nessa transformação, sendo utilizada como instrumento de conquista colonial e a serviço do imperialismo” (SANTOS, 2012, p. 30-32).

O papel do geógrafo, na concepção do autor foi reduzido ao de intérprete das condições naturais. “O determinismo tácito” de muitos geógrafos levou à crença “numa influência implícita do meio físico sobre os modelos de distribuição das aglomerações e as funções econômicas da sociedade”, com implicações sobre o meio urbano, como analisou Santos (2012, p. 33).

Em sua crítica à geografia, Santos (2012, p.39-40) argumentou sobre “a falência da geografia clássica” e sobre o equívoco da noção de região, que deve estar no centro de um debate renovado. A esse respeito, esclareceu que: “Podemos admitir que ainda existem espaços geográficos cujas características são o resultado de uma interação íntima entre grupo humano e base geográfica. Mas esses casos são cada vez menos numerosos; eles parecem ser o resultado de uma falta de dinamismo social frequentemente denominado, na linguagem corrente, dinamismo geográfico” (SANTOS, 2012, p. 39-40).

Na análise desse autor, os progressos realizados no domínio dos transportes e das comunicações, a expansão de uma economia internacional que se tornou “mundializada” etc. explicam a crise da clássica noção de região. Nas condições atuais da economia mundial, a região não é mais uma realidade viva dotada de uma coerência interna; ela é principalmente, definida do exterior, e seus limites mudam em função de critérios diversos.

Nessas condições, a região deixou de existir em si mesma. Uma geografia geral baseada na geografia chamada regional acabaria por ceder um lugar exagerado a falsas relações, desprovidas de autonomia e de força explicativa, como aquelas que se tecem entre grupos humanos e os meios geográficos onde eles se inserem. Toda procura de uma causalidade entre esses dois dados levará inevitavelmente, a erros graves, justamente àquilo que se pode chamar de abstração empírica, já que as coisas são valorizadas como “coisas em si” e não pelas relações que representam e às vezes escondem (SANTOS, 2012, p. 40).

Assim sendo, os diversos tipos de mediação, entre as quais é preciso considerar as técnicas políticas, financeiras, comerciais ou econômicas no sentido amplo do termo, dão às relações homem-meio outra dimensão. Essas condições excluem a rigidez de uma geografia regional do tipo clássico e o mecanismo de suas relações com a chamada geografia geral. Nesse sentido, conforme foi ressaltado por Santos (2012, p. 41) não se pode estabelecer uma teorização válida que seja fundada sobre o “princípio de causalidade”. O fato de que não há “autonomia regional” é paralelo à falência da geografia regional considerada em termos tradicionais (SANTOS, 2012, p. 41).

O perigo das analogias, também foi colocado na crítica feita por Santos (2012). Segundo ele os fundadores da geografia, cheios de zelo no objetivo de dar-lhe um status científico estiveram equivocados, no momento em que acreditaram que “o melhor caminho para atingir a sua meta era construir a teoria de uma ciência do homem sobre uma base analógica estabelecida nas ciências naturais” (SANTOS, 2012, p. 42-43).

Na visão desse autor, a fragilidade do método decorre do papel que se é levado a atribuir aos *a priori* e aos fatores exteriores que lhes concernem, pois a utilização de analogias é um risco, ainda mais grave quando se vai à sua procura no mundo físico para utilizá-las depois no domínio social. Na maioria das vezes o erro é duplo:

De um lado, um dos princípios de base da pesquisa física repousa na busca de conjuntos ou de totalidades cada vez maiores, a partir dos quais os elementos aí compreendidos são mais bem interpretados. De outro lado, a concepção das ciências físicas como disciplinas exatas deixa a desejar. A representação que nós fazemos do físico muda de acordo com as épocas, com o nível de progresso científico atingido. Nenhuma verdade no mundo físico é definitiva e ainda menos o é no domínio social (SANTOS, 2012, p. 42-43).

Além da questão referente às analogias, a disputa entre “deterministas e possibilistas”, estabelecida em pressuposto viciado na base, mostrou-se, então, falsa, como enfatizou Santos (2012, p. 42-43). Uma determinação, sociologicamente entendida, deve ser distinguida claramente de uma necessidade. “Determinismo é causalidade natural”. Entre as causas que, na natureza, “determinam” os fenômenos, algumas são “contingentes”. Entre essas causas contingentes, algumas são geográficas.

O problema reside em saber se existem “necessidades geográficas” e se os fenômenos naturais podem agir como causas necessárias sobre uma humanidade “puramente receptiva”. Tomadas nesse sentido, que era o sentido original, a noção de determinismo não suprime a ideia de possibilidade, ao contrário, reforça (SANTOS, 2012, p. 43). Na visão desse autor, a querela “possibilismo *versus* determinismo” serviu apenas para retardar a evolução da geografia e a noção de possibilismo por isso mesmo, jamais conseguiu desenvolver-se de maneira satisfatória.

Na avaliação de Santos (2012, p. 45), a geografia oficial que nasceu no decorrer do trunfo da burguesia foi mais ideológica do que filosófica. Esteve a serviço do colonialismo e do imperialismo e levou os pioneiros e fundadores a criarem leis ou princípios que norteassem a disciplina geográfica nascente como ciência moderna. Tais princípios podem ser exemplificados: princípio da “geografia geral”, de Humboldt; da “unidade da terra”, com Vidal de La Blache; da “extensão” de Ratzel e da “conexão” de Jean Brunhes (SANTOS, 2012, p. 45).

Em relação à herança filosófica, Santos (2012, p. 47) descreveu que para identificar os fundamentos filosóficos da ciência geográfica no momento da sua construção entre o final do século XIX e início do século XX, seria necessário buscar referências em Descartes, Kant, Darwin, Comte e os positivistas. Mas também, em

Hegel e em Marx. Enfatizou ainda que a influência filosófica de Hegel poderia ser reconhecida na obra de Ratzel e nos trabalhos de Ritter.

De acordo com Santos (2012, p. 48), a análise de Marx influenciou o trabalho de Ratzel, de Vidal de La Blache, de Jean Brunhes. Todavia, a principal herança nos trabalhos desses geógrafos foi idealista e positivista ao impor à geografia oficial, o “cartesianismo, o comtismo e o kantismo”, relacionados aos princípios de Newton, ao darwinismo e ao spencerismo. O determinismo foi alimentado pelo ideal positivista, nutrindo-se das duas fontes: o evolucionismo e o positivismo (SANTOS, 2012, p. 48).

Na reflexão de Santos (2012, p. 48), houve razões para o “casamento entre o marxismo e o positivismo” e suas influências na geografia. Na constituição dessa, a aliança se justifica conceitos originários das ciências naturais, impostos às ciências humanas (SANTOS, 2012, p. 48). Houve também uma aproximação entre a filosofia de Newton e dos positivistas, no tocante ao espaço absoluto e imutável, do qual o espaço relativo apenas seria uma medida.

Até certo ponto, “Kant confirma Newton, revivendo a seu modo a noção de espaço como um receptáculo”. Nesse sentido, na visão de Santos (2012) Newton e Kant serviram ao combate do “possibilismo” contra o “determinismo”. Ainda assim, foi no credo possibilista, que se afirmou a ideia regionalista, constituindo-se como um nome diferente de determinismo (SANTOS, 2012, p. 48-49).

Para esse autor, não é, pois, de se admirar que se reconheçam como contemporâneas influências aparentemente díspares do kantismo e do positivismo, assim como das ideias de Newton. Do mesmo modo que se assemelham a noção newtoniana de espaço absoluto e as de espaço continente, de Kant e seus herdeiros intelectuais.

Nesse contexto, o autor fez referência à *Crítica da Razão Pura*, cuja proposta considera o espaço “como a condição de possibilidade dos fenômenos e não como uma determinação deles resultante”. Segundo a noção kantiana, na visão de Santos (2012, p. 50), o espaço é uma representação *a priori*, fundamento necessário dos fenômenos externos, bem próximos da noção do espaço absoluto de Newton, “um receptáculo” (SANTOS, 2012, p. 50).

Na descrição desse autor, o espaço nessa condição de possibilidade tornou-se a base filosófica, tanto para os possibilistas quanto para os deterministas. Entretanto, o espaço de Kant pode ser identificado como uma “intuição pura” e não

como “um conceito geral das relações entre coisas”, do mesmo modo que em sua *Philosophia Naturalis Principia Mathematica*, Newton considera o espaço como *void*, (vazio).

A noção de tempo, isto é, do tempo das sociedades em movimento também esteve ausente da concepção dos fundadores da ciência geográfica. O espaço de Kant era tridimensional. Para Newton o tempo era um *continuum*, um tempo tão absoluto quanto o espaço. A noção de um tempo separado do espaço é responsável pelo dualismo história-geografia que provocou tantos debates dentro e fora das preocupações com a interdisciplinaridade (SANTOS, 2012, p. 51).

Em relação ao hegelianismo e o marxismo, há razões para “supor uma filiação direta dos fundadores da geografia francesa, com os trabalhos de Marx e dos marxistas”, na avaliação de Santos (2012, p. 51-52). Mas também, em diversos países. No entanto, “ao seguirem cegamente Marx, os fundadores da geografia científica utilizaram uma metodologia congelada, pecaram por dogmatismo e, sobretudo consagraram um erro de interpretação” (SANTOS, 2012, p. 51-52),

A influência de Descartes e o ecletismo total, que se originou de sua filosofia, também foi analisada na crítica de Santos (2012, p. 56). Segundo sua análise, a busca do conhecimento racional foi resultado de uma dialética *sui generis*. Ao distinguir pares de categorias capazes de união indissolúvel, mas não contraditória, a dialética conduziu na geografia a justificação de uma distinção-disjunção, entre a geografia geral e a geografia regional.

No entanto, o resultado levou a uma oposição conceitual, pois a geografia regional, definida como uma busca do “concreto” repousa sobre a noção do espaço abstrato, um espaço “não relacional”. Já a geografia geral, construída à base de princípios, não se preocupou com a historicização dos conceitos. “Foi condenada, a se tornar um esforço teórico desacompanhado do esforço epistemológico, esforço inútil, pois destinado a não ter consequências” (SANTOS, 2012, p. 56-57).

1.5.2 Análises geográficas de sustentação filosófica e teoria social crítica nas geografias pós-modernas

No contexto de transição para o mundo pós-moderno, as análises geográficas de sustentação filosófica foram influenciadas pelas perspectivas

humanistas e pela teoria social crítica, em seus dois campos: o marxismo e o pós-modernismo (DINIZ FILHO, 2009, p. 158).

Os geógrafos críticos têm como objetivo fazer da geografia uma ciência social que seja capaz de elaborar uma crítica radical ao capitalismo. Defendem um conjunto de pressupostos, dentre os quais se sobressaem três: 1) a tese de que os problemas socioespaciais e ambientais da atualidade são inerentes ao capitalismo; 2) a visão de que a geografia se distingue das outras ciências da sociedade justamente por estudar o espaço social e as formas de apropriação da natureza; 3) a oposição ao princípio da neutralidade do método, em nome de uma ciência que se propõe libertadora (DINIZ FILHO, 2009, p. 158).

A principal tradição de pensamento que influenciou a formulação dos pressupostos da geografia crítica foi o marxismo. No entanto, a partir de 1990 com a crise intelectual e política do marxismo, e o aumento do ecletismo epistemológico, as ideias humanistas e pós-modernistas passaram a fazer parte do contexto de renovação das críticas à sociedade capitalista (DINIZ FILHO, 2011, p. 159).

Diversos estudos que fundamentam suas ideias nos pressupostos da geografia crítica e na teoria social crítica apontam como objetivos aplicar conhecimentos adquiridos e resultados de pesquisas à práxis social, na crença de que é possível transformar a realidade por meio da luta anticapitalista.

Nesse contexto se insere a obra *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*³² [*Postmodern Geographies – The reassertion of space in critical social theory*], publicada originalmente por Soja em 1989. Essa obra foi traduzida para a versão portuguesa e publicada no Brasil em 1993.

A obra constitui-se de uma coletânea de nove ensaios sobre as geografias pós-modernas. Cada ensaio significa “uma evocação diferente do mesmo tema central: a reafirmação de uma perspectiva espacial crítica na teoria e na análise sociais contemporâneas”, conforme esclareceu Soja (1993, p. 7).

Apesar de reconhecer que durante o século XX o tempo e a história ocuparam uma posição privilegiada na consciência prática e teórica do marxismo ocidental e da ciência social crítica, o autor enfatizou que, “talvez seja mais o espaço

³² Tradução autorizada da segunda edição inglesa *Postmodern Geographies – The reassertion of space in critical social theory*, publicada em 1990 por verso/New Left Books, de Londres, Inglaterra. Foi traduzida para a Língua Portuguesa por Vera Ribeiro com revisão técnica de Bertha Becker e Lia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

do que o tempo que oculta de nós as consequências, mais a ‘construção da geografia’ do que a ‘construção da história’ que proporciona o mundo tático e teórico mais revelador. São essas a premissa e a promessa insistentes das geografias pós-modernas” (SOJA, 1993, p. 7).

Soja (1993, p. 8) ressaltou que, embora o desdobramento textual de seus ensaios, seja semelhante à argumentação essencialmente histórica, sua tentativa foi de desconstruir e recompor a narrativa rigidamente histórica, escapando do historicismo da teoria crítica convencional, de modo a abrir espaço para o discernimento de uma geografia humana interpretativa, para uma hermenêutica espacial.

Como ensaio experimental, Soja (1993, p. 9) mapeou a economia política de reestruturação urbana de forma a examinar as paisagens pós-fordistas da Los Angeles contemporânea, como forma de apresentar uma geografia regional que exemplificasse o advento de um novo regime de acumulação capitalista “flexível”, e baseado num “arranjo” espacial restaurador e instavelmente ligado ao tecido cultural pós-moderno.

Na visão do autor, “as geografias pós-modernas e pós-fordistas são definidas como os produtos mais recentes de uma série de espacialidades que podem ser complexamente correlacionadas com eras sucessivas de desenvolvimento capitalista” (SOJA, 1993, p. 9). Conforme relatou, para essa perspectiva de análise fez uma adaptação da teoria das “ondas longas”, da obra de Ernest Mandel, Eric Hobsbawm, David Gordon e outros, como um subtexto espaço temporal que poderia revelar e interpretar a geografia histórica das cidades, regiões, Estados e da economia mundial.

Soja (1993, p. 9-10) destacou ainda, que situou alguns dos ensaios “em outras geografias pós-modernas na esteira de uma profunda reestruturação da teoria e do discurso sociais críticos modernos”. Para isso, apropriou-se de discernimentos de Michel Foucault, John Berger, Fredric Jameson, Ernest Mandel e Henri Lefebvre. Sua tentativa foi espacializar a narrativa convencional e recompor a história intelectual da teoria social crítica em torno da dialética evolutiva de espaço, tempo e ser social: geografia, história e sociedade.

Os ensaios foram apresentados pelo autor como uma tentativa de “espacialização, como um esforço de compor uma nova geografia humana crítica, um materialismo histórico e geográfico sintonizado com os desafios políticos e

teóricos contemporâneos [...] a crítica direta do historicismo, como avanço necessário à espacialização do pensamento crítico e da ação política” (SOJA, 1993, p. 13).

No nível de discussão existencial, Soja (1993, p. 14) ressaltou que iniciou a “desconstrução ontológica” com observações de Nicos Poulantzas, Lefebvre e Foucault acerca das ilusões de espaço e tempo que caracterizam a história do marxismo ocidental. Destacou a conceituação poulantziana da “matriz” espacial do Estado e da sociedade caracterizada como pressuposto e encarnação das relações de produção.

Nessa iniciativa de desconstrução, o autor afirmou que duas ilusões persistentes dominaram os modos ocidentais de encarar o espaço, bloqueando a interrogação crítica uma terceira geografia interpretativa: aquela que reconhece a espacialidade como um produto (ou resultado) social; e uma força (ou meio) que modela a vida social: o discernimento crucial tanto para a dialética socioespacial quanto para o materialismo histórico-geográfico (SOJA, 1993, p. 14).

Apropriando-se das ideias de Giddens como referência, Soja (1993, p. 15) descreveu:

Pode-se ver com mais clareza uma topologia espacial existencialmente estruturada e um *topos* ligado ao ser-no-mundo, uma contextualização primordial do ser social numa geografia multiestratificada de regiões nodais socialmente criadas e diferenciadas, alojadas em muitas escalas diferentes em torno dos espaços pessoais móveis do corpo humano e nos locais comunitários mais fixos dos assentamentos humanos. Essa espacialidade ontológica situa o sujeito humano, de uma vez por todas, numa geografia formativa, e provoca a necessidade de uma reconceituação radical da epistemologia, da construção teórica e da análise empírica (SOJA, 1993, p. 15).

A crítica às distorções desespacializantes do historicismo hegemônico da consciência teórica, na busca da reafirmação contemporânea do espaço na teoria social e na certeza do impacto e das implicações das “geografias pós-modernas” foi um dos focos analisados por Soja (1993, p. 14-15). Em sua análise, o autor apresentou Michel Foucault, John Berger, Ernest Mandel, Fredric Jameson, Marshall Berman, Nicos Poulantzas, Anthony Giddens, David Harvey e Henry Lefebvre como pioneiros das geografias pós-modernas. Justificou que, mesmo sabendo que esses autores nunca se descreveriam como geógrafos pós-modernos, a razão de sua

crença era ter se apropriado seletivamente, de suas descobertas (SOJA, 1993, p. 15).

De acordo com o recorte analítico temporal de Soja (1993, p. 20), as primeiras vozes insistentes da geografia crítica humana pós-moderna surgiram no fim dos anos sessenta, apesar da primazia da história sobre a geografia que abarcava o marxismo ocidental e a ciência social liberal. No início dos anos setenta, uma geografia decididamente marxista começou a tomar forma, a partir da “infusão da teoria e do método marxista ocidentais no introvertido gueto intelectual da geografia moderna anglófona constituindo-se uma parte vital de geografia humana crítica nascente em resposta ao positivismo” (SOJA, 1993, p. 57).

Ao longo da década de 1970, a geografia marxista “continuou periférica ao marxismo ocidental, quase inteiramente construída num fluxo de ideias de sentido único, numa crescente marxificação da análise e da explicação geográficas”, conforme descreveu Soja (1993, p. 58).

No entanto, depois de 1980 o âmbito do encontro entre a geografia moderna e o marxismo ocidental se alterou, à medida que o fluxo de ideias e de influências começou a se deslocar em ambas as direções. Ao aproximar-se do novo *fin de siècle*, um debate crítico sobre a teorização da espacialidade da vida social questionou as tradições estabelecidas no marxismo ocidental. Simultaneamente, esse debate forçou o reexame das estruturas conceituais e institucionais da geografia moderna (SOJA, 1993, p. 58). Assim, a geografia marxista teve como premissas afirmar a geografia histórica do capitalismo como objeto de teorização; e um materialismo histórico espacializado ou materialismo histórico-geográfico como método de investigação.

Esse materialismo histórico-geográfico seria muito mais do que um levantamento de resultados empíricos através do espaço. Muito mais do que a descrição das restrições e limitações espaciais da ação social ao longo do tempo. Seria uma convocação irresistível para uma reformulação radical da teoria social crítica como um todo, do marxismo ocidental em particular e das diversas maneiras de encarar, conceituar e interpretar não apenas o espaço em si. Mas toda a gama de relações fundamentais entre o espaço, o tempo e o ser social, em todos os níveis de abstração, como esclareceu Soja (1993, p. 58).

Na visão de Soja (1993, p. 59), somente com uma desconstrução e uma reconstituição radicais, poderia se adaptar à reafirmação contemporânea do espaço.

A primazia arraigada dos modos históricos de explicação e crítica em relação aos modos geográficos e a confinação da geografia moderna levaram ao apelo de um debate crítico sobre a teorização do espaço, na explosão pós-moderna. Essas condições permitiram a busca de renovação da teoria social crítica e conseqüentemente, à renovação da geografia.

No entanto, afirmou Soja (1993, p. 66) que o encontro entre a geografia moderna e o marxismo ocidental, bem como a formação e a reforma da geografia marxista desenvolveram em torno de e em direção à dialética reconfigurada e descrita por Lefebvre³³, cujas raízes da espacialidade estão na base da tradição marxista francesa.

Trata-se de uma dialética cada vez mais espacializada, cuja demanda insiste na mudança fundamental da maneira de pensar sobre o espaço, o tempo e o ser; sobre a geografia, a história e a sociedade; sobre a produção do espaço, a construção da história e a constituição das relações sociais e da consciência prática. A “afirmação” lefebvrea na perspectiva seria o momento-chave do desenvolvimento de um materialismo histórico-geográfico (SOJA, 1993, p. 66).

A contribuição anglófona à geografia marxista decorreu, primordialmente, da religação da forma espacial ao processo social, numa tentativa de explicar os efeitos empíricos do desenvolvimento geograficamente desigual (o que os geógrafos inocentemente chamaram “diferenciador de área”) através de suas fontes geradoras nas estruturas, práticas e relações organizacionais que constituem a vida social (SOJA, 1993, p. 66-67).

Conforme argumentou Soja (1993, p. 67), essa religação foi afirmada no final dos anos cinquenta, quando a chamada “revolução quantitativo-teórica” emergiu do interior da geografia moderna. De versão crescentemente técnica e matematizada da descrição geográfica diferiu superficialmente da tradição neokantiana, contribuindo na justificação do isolamento da geografia em relação à história, às ciências sociais e ao marxismo ocidental.

³³ No capítulo 2, intitulado “Espacializações: A geografia marxista e a teoria social crítica”, da obra *Geografias pós-modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica* de Soja (1989 [1993]), encontra-se descrita uma citação de Lefebvre (1976): “A dialética está novamente em pauta. Mas, já não se trata da dialética de Marx, tal como a de Marx não era mais a de Hegel (...). A dialética de hoje já não se apega à historicidade e ao tempo histórico, ou a um mecanismo temporal como ‘tese-antítese-síntese’ ou ‘afirmação-negação-negação da negação’ (...) Reconhecer o espaço, reconhecer o que ‘está acontecendo’ ali e para que é usado, é retomar a dialética; a análise revelará as contradições do espaço (LEFEBVRE, 1976, 14 e 17 apud SOJA, 1993, p. 57).

De fundamentação explicativa na física social, nas ecologias estatísticas e em apelos à fricção de distância teve como efeitos a explicação dos próprios efeitos, numa regressão infinita de geografias para geografias, um conjunto de variáveis mapeáveis “explicando” o outro através da “justeza” do encaixe. A postura positivista aceita, mesmo sendo humanizada nas abordagens “comportamentais” e com “retoques fenomenológicos”, voltou “a legitimar a fixação da geografia moderna nas aparências empíricas e na descrição involuída” (SOJA, 1993, p. 67).

No decorrer da década de 1960, conforme descreveu Soja (1993, p. 67), especialmente na América do Norte, os geógrafos teóricos anglófonos buscaram explicações em outros campos disciplinares desde a topologia matemática e filosofia analítica até a economia neoclássica e psicologia cognitiva, tornando-se “radicais”. O discurso teórico passou a ser contra o positivismo, em direção a alternativas críticas extraídas das “grandes linhagens” da teoria social europeia continental.

Geógrafos anglófonos, inspirados numa série de “viradas esquerdistas”, a exemplo da dramática mudança de direção de David Harvey, do ecumenismo positivista de *Explanation in Geography* [A explicação na geografia] (1969) para o confessadamente marxista *Social Justice and the City* [A justiça social e a cidade] (1973), influenciaram a geração de jovens geógrafos (SOJA, 1993, p. 67-68).

Na concepção de Soja (1993, p. 68), apesar de ser inicialmente mais heterogênea, “a geografia radical” deslocou-se para uma “marxificação da análise geográfica, liderada por Harvey”. O materialismo histórico, na avaliação do autor, tornou-se a via predileta para ligar a forma espacial ao processo social e, desse modo, combinar a geografia humana com a análise das classes, a descrição dos efeitos geográficos com as explicações fornecidas por uma economia política marxista. Sob essa perspectiva:

Um a um, os conhecidos temas da geografia moderna foram submetidos a uma análise e uma interpretação marxistas: os padrões de arrendamento e utilização da terra, as formas variadas do meio ambiente construído, a localização da indústria e das vias de transporte, a evolução da forma urbana e a ecologia da urbanização, a hierarquia funcional dos povoamentos, o mosaico do desenvolvimento regional desigual, a difusão das inovações, as evocações dos mapas cognitivos ou “mentais”, as desigualdades na riqueza das nações, e a formação e transformação das paisagens geográficas, desde o local até o global (SOJA, 1993, p. 68).

Como salientou Soja (1993, p. 68-69), havia no cerne dessa nova abordagem de explicação geográfica uma economia política radical baseada no

Capital de Marx, com derivações ocasionais do *Grundrisse* e das teorias posteriores sobre o imperialismo. Junto com essas fontes convencionais, havia três variações contemporâneas: 1) uma tradição marxista basicamente britânica, mais historicista e avessa à teorização especulativa apegada à análise empírica pragmática; 2) um “neomarxismo”, baseado no Novo Mundo, com atualização de princípios marxistas recorrente de fontes menos convencionais de discernimento; e 3) uma tradição marxista francesa ainda influente, cindida em diversas correntes (estruturalista, existencialista e suas variadas interações), inspiradora para o neomarxismo.

Soja (1993, p. 69) enfatizou que a leitura estruturalista era atraente para a geografia marxista. Fornecia uma racionalização epistemológica rigorosa para além da aparência superficial dos efeitos espaciais na descoberta de raízes explicativas e nas relações de produção sociais estruturadas e estruturantes. Essa visão enquadrava-se perfeitamente na lógica formadora da análise geográfica marxificadora.

O estruturalismo de tipo althusseriano antipositivista em contraste com o humanismo, inspirador das críticas comportamentais e fenomenológicas, alternativas da geografia positivista de postura antimarxista, associado ao ataque programático do estruturalismo ao historicismo foram poderosos atrativos para os geógrafos marxistas. Essas condições possibilitaram a entrada da geografia na corrente principal dos debates teórico-críticos do marxismo ocidental. Infundindo-se subliminarmente no desenvolvimento inicial da geografia marxista (SOJA, 1993, p. 69).

Na argumentação de Soja (1993, p. 69-71), duas escalas de análise e teorização dominaram a combinação inicial entre a economia política marxista e a geografia humana crítica: a especificamente urbana e a expansivamente internacional. Essas eram examinadas como efeitos estruturados das estratégias opostas da acumulação capitalista e da luta de classes como processos sociais geradores e conflituados que moldaram a produção do espaço em todas as escalas geográficas. As novas políticas da urbanização e do desenvolvimento internacional, na análise desse autor atraíram muitos adeptos da geografia e dos campos correlatos do planejamento urbano e regional, mas gerou graves problemas epistemológicos em relação à teorização do espaço e da espacialidade.

A geografia marxista, como avaliou Soja (1993, p. 72), oscilou entre os extremos de um historicismo pragmático e antiespeculativo que rejeitava as

explicações explicitamente “geográficas” da história na ênfase inaceitável do consumo e das relações de troca *versus* relações de produção; e um estruturalismo neomarxista determinista que aniquilava o sujeito politicamente consciente. Com isso, expulsava a primazia teórica da explicação histórica.

Depois da inserção das ideias de Marx à geografia moderna, na religação da forma espacial ao processo social, alguns geógrafos passaram a “espacializar” o marxismo histórico e inseriram a geografia humana crítica no núcleo interpretativo da tradição marxista ocidental. Essa nova interpretação constituiu-se como uma segunda fase do desenvolvimento da geografia marxista³⁴, na visão de Soja (1993, p. 72).

Havia, segundo Soja (1993, p. 74) “uma interação complexa e problemática entre a produção das geografias humanas e a constituição das relações e práticas sociais, que precisava ser reconhecida e aberta à interpretação teórica e política”. Nesse sentido, a geografia humana não poderia ser encarada apenas como um reflexo dos processos sociais.

A espacialidade criada da vida social tinha que ser vista como algo contingente e condicionador, como um resultado e um meio da construção da história. Ou seja, como parte de um materialismo histórico e geográfico, e não de um simples materialismo histórico aplicado às questões geográficas (SOJA, 1993, p. 74).

O impulso para uma terceira fase, também chamada por Soja (1993, p. 76) como “terceira crítica” desconstrutiva e reconstitutiva originou-se fora da geografia

³⁴ No fim dos anos setenta, conforme explicitou Soja (1993, p. 72): “surgira na geografia marxista um acirrado debate acerca da diferença que faz o espaço na interpretação materialista da história, na crítica do desenvolvimento capitalista e na política da reconstrução socialista”. Esses argumentos circulavam entre os que buscavam uma relação mais flexível e dialética entre o espaço e a sociedade, como por exemplo, as ideias de Soja e Hadjimichalis (1979); Soja (1980); Peet (1981) e os que viam nesse esforço uma “degeneração” teórica, um perturbador “ecletismo radical” e um “separatismo” ou “fetichismo” espacial politicamente perigoso e divisivo, impossível de conciliar com a análise de classes e o próprio materialismo histórico. Nesses casos, são consideradas as ideias de J. Anderson (1980). Eliot Hurst (1980); Smith (1979, 1980, 1981). Para alguns observadores relativamente indulgentes, conforme enfatizou Soja (1993, p. 72), “a geografia marxista parecia estar se destruindo por dentro, ora levando um a sustentar a razão ‘por que a geografia não pode ser marxista’, como nas ideias de Eyles (1981), ora levando outro a lamentar o que via como um abandono irracional da explicação espacial na análise geográfica radical”, como nas ideias de Gregory (1981). Segundo Soja (1993, p. 73): “Na geografia marxista e nos estudos urbanos e regionais desenvolveu-se um movimento crescente que parecia estar concluindo que o espaço e a espacialidade só poderiam encaixar-se no marxismo como uma expressão reflexa, um produto das relações sociais mais fundamentais de produção e das ‘leis de movimento’ a-espaciais (mas, mesmo assim, históricas) do capital”, conforme ideias sustentadas por Walker, Massey e Markusen (1978).

marxista e foi levado adiante por estudiosos críticos que, muitas vezes, davam pouca atenção à existência e às realizações dos geógrafos marxistas. Nessa perspectiva, como ressaltou esse autor, a teorização do espaço que provinha de campos especializados diferentes, respondeu, primordialmente, às reconhecidas peculiaridades do “capitalismo tardio”. Em particular à desconcertante reestruturação societária que esfacelava padrões políticos, econômicos, culturais, ideológicos e intelectuais estabelecidos.

O prenúncio de uma nova fase, menos provinciana, no encontro entre a geografia moderna e o marxismo ocidental levou ao reconhecimento de que a espacialidade formadora da vida social teria se tornado uma janela interpretativa crucial e reveladora para o cenário contemporâneo, mas de que o ponto de vista espacial fora obscurecido por uma longa herança de descaso e mistificação (SOJA, 1993, p. 76-77).

No contexto de sua obra, Soja (1993) apresentou suas razões para refutar o historicismo e procurou enfatizar a questão do espaço na teoria social crítica. Esse autor citou os *manuscritos econômicos* de Marx – *Grundrisse* –, fez referência ao *Capital*, mas não esclareceu nada a respeito das ideias fundamentais de Marx, apesar de repetir inúmeras vezes o termo “marxismo”. Vale a pena apresentar de forma breve, em que consistem os temas tratados em *Grundrisse*.

Em *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política de Karl Marx*, obra extensa e complexa. Segundo Grespan (2011), em texto de apresentação de capa da referida obra, intitulado “Marx em seu fazer”, “os *Grundrisse* constituem a versão inicial da crítica da economia política, planejada por Marx desde a juventude e escrita entre outubro de 1857 e maio de 1858. Ela seria depois muitas vezes reelaborada, até dar origem aos três tomos de *O capital*”.

Três temáticas fundamentais da reflexão filosófica do autor foram tratadas. A primeira, de caráter introdutório se referiu à produção, consumo, distribuição, troca (circulação). Essa introdução foi analisada pelo autor, a partir de suas reflexões sobre a produção em geral, a relação geral entre produção, distribuição, troca e consumo. Ao dar ênfase ao método da economia política, premissas fundamentais relacionados à produção tais como: meios de produção e relações de produção; relações de produção e relações de intercâmbio; formas de estado e de consciência

em relação às relações de produção e intercâmbio; relações jurídicas e relações familiares foram analisadas (MARX, 2011³⁵, p. 37[1857-1858]).

A segunda problemática se referiu aos elementos fundamentais para a crítica da economia política (*Grundrisse*), em sua primeira parte, destacando-se dois subcapítulos: o capítulo do dinheiro e o capítulo do capital.

Para sistematização das ideias em relação ao dinheiro, Marx (2011, p. 65-182) tomou como referência inicial de sua reflexão, o livro de Alfred Darimon *De la réforme des banques*, destacando que “*Tout le mal vient de la prédominance que l'on s'obstine à conserver aux métaux précieux dans la circulation et les échanges*” (DARIMON, 1856, p. 1-2 apud Marx, 2011, p. 67).

Ao tratar da questão da gênese e da essência do dinheiro, das relações de valores dos metais preciosos como portadores da relação de dinheiro: ouro e prata em relação a outros metais e flutuações da relação de valor entre os diferentes metais, Marx (2011) deu ênfase às explicações referentes “à circulação ou curso do dinheiro” (MARX, 2011, p. 133).

De acordo com a visão de Marx, essa circulação caracteriza-se como um “curso inverso das mercadorias”. Ou seja, “A mercadoria de A passa às mãos de B, enquanto o dinheiro de B passa às mãos de A etc”. A circulação do dinheiro, assim como a da mercadoria, parte de uma infinidade de pontos distintos e retorna a uma infinidade de pontos distintos. A partida de um único centro para os distintos pontos da periferia e o retorno de todos os pontos da periferia ao centro único não têm lugar no curso do dinheiro no nível em que aqui o consideramos, seu curso imediato, mas somente na circulação mediada pelo sistema bancário. Não obstante:

Essa primeira circulação, natural e espontânea [*naturwüchsig*], consiste de uma massa de cursos. No entanto, o curso do dinheiro propriamente só começa ali onde o ouro e a prata deixam de ser mercadorias; nesse sentido, entre os países que exportam metais preciosos e os que importam não tem lugar nenhuma circulação, mas simples troca, porque o ouro e a prata figuram aqui não como dinheiro, mas como mercadorias. [...] Na circulação, logo, é meio de troca, o dinheiro é instrumento da circulação, engrenagem de circulação; porém, na medida em que, nesse processo, ele mesmo é posto a circular, gira, cumpre um movimento próprio, ele próprio tem uma

³⁵ Essas informações foram extraídas da versão portuguesa da obra *Karl Marx Ökonomische Manuskripte 1857/58*, partes 1 e 2 (MEGA-2 II/1, Berlim, Dietz, 1976 e 1982). A obra consultada para essa tese, em versão portuguesa com o título *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política/Karl Marx* foi publicada em São Paulo: Boitempo e Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, em 2011 (Coleção Marx-Engels). As datas de referências utilizadas nessa tese são da publicação de 2011.

circulação, circulação monetária, curso do dinheiro (MARX, 2011, p. 133-134).

Para esclarecer, de forma mais detalhada, a respeito do “curso do dinheiro”, esse autor três determinações essenciais da circulação: “O dinheiro como medida dos valores; o dinheiro como meio de circulação; o dinheiro como representante material da riqueza (acumulação de dinheiro; antes, no entanto, o dinheiro como a matéria universal dos contratos, etc.)” (MARX, 2011, p. 65-182).

De acordo com Marx (2011, p. 135) “uma determinação essencial da circulação é que ela faz circular valores de troca (produtos ou trabalho), na verdade, valores de troca determinados como preços”. No entanto, conforme esclareceu Marx (2011): “Nem todo tipo de troca de mercadorias, p. ex., escambo, prestações *in natura*, corveias feudais etc. institui a circulação”. (MARX, 2011, p. 135).

Na perspectiva desse autor, para a circulação são necessárias, sobretudo duas coisas: a primeira “o pressuposto das mercadorias como preço”; a segunda; “não atos de troca singulares, mas um ambiente de trocas, uma totalidade de trocas em contínuo fluxo e operando mais ou menos em toda a superfície da sociedade; um sistema de atos de troca”, como ressaltou Marx (2011). Pois, a mercadoria é determinada como valor de troca.

Como valor de troca, é equivalente, em proporção determinada (proporcionalmente ao tempo de trabalho nela contido), a todos os outros valores (mercadoria), mas a mercadoria não corresponde imediatamente a essa sua determinabilidade. Como valor de troca é diferente de si mesma em sua existência natural. É preciso uma mediação para pô-la enquanto tal. Por isso, no dinheiro, o valor de troca se lhe contrapõe como algo distinto. Só a mercadoria posta como dinheiro é a mercadoria como puro valor de troca, ou a mercadoria como puro valor de troca é dinheiro. No entanto, em Marx (2011, p. 135):

Ao mesmo tempo, o dinheiro existe agora fora da mercadoria e ao lado dela; seu valor de troca, o valor de troca de todas as mercadorias, adquire uma existência independente dela, existência autonomizada em um material próprio, em uma mercadoria específica. O valor de troca da mercadoria expressa o conjunto das relações quantitativas pelas quais todas as outras mercadorias podem ser trocadas por ela, conjunto determinado pelas quantidades desiguais daquelas mercadorias que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho. O dinheiro existe então como o valor de troca de todas as mercadorias ao lado e fora delas. Ele é, antes de tudo, a matéria universal na qual as mercadorias têm de ser imersas, douradas e prateadas, para adquirir sua livre existência como valores de troca. Têm de

ser traduzidas em dinheiro, expressas nele. O dinheiro devém o denominador universal dos valores de troca, das mercadorias como valores de troca. O valor de troca expresso em dinheiro, [...] equiparado ao dinheiro é o preço (MARX, 2011, p. 135).

A terceira problemática analisada por Marx (2011, p. 183-759) de natureza mais densa foi organizada em três seções referentes ao “Capítulo do *Capital*”. A primeira seção trata “O processo de produção do capital” de forma bem detalhada. No capítulo do dinheiro como capital, a ideia da transformação de dinheiro em capital é desenvolvida pelo autor em duas abordagens explicativas: 1) A circulação e o valor de troca proveniente da circulação, o pressuposto do capital; 2) O valor de troca emergindo da circulação, pressupondo-se à circulação, conservando-se e multiplicando-se nela pela mediação do trabalho.

Nesse contexto analítico, Marx (2011, p. 213- 325) analisou aspectos relevantes sobre a “troca entre capital e trabalho”; o “processo de trabalho e processo de valorização”; “Mais-valor absoluto e relativo” e “mais-valor e lucro”.

A segunda seção foi articulada com o tema “O processo de circulação o capital”. Para isso, Marx (2011, p. 327-622) apresentou suas visões referentes à: “reprodução e acumulação do capital”; “formas que precederam a produção capitalista”; “o circuito do capital”; “teorias sobre mais-valor e lucro”; “capital fixo e capital circulante”; “capital fixo e desenvolvimento das forças produtivas da sociedade”; “circulação e reprodução do capital fixo e do capital circulante” (MARX, 2011, p. 622).

Na terceira seção “O capital que gera frutos. Juro. Lucro. (Custos de produção etc.)”, Marx (2011, p. 623-759) desenvolveu sua análise a partir dos complementos aos capítulos do dinheiro e do capital para os seguintes temas: “o dinheiro como medida dos valores”; “dinheiro como meio de circulação e como valor autônomo”; “maquinaria e lucro”; “estranhamento”; “miscelânea”; “valor” e “máquinas de pesar ouro”.

Outro texto de importância em estudos analíticos sobre ideias filosóficas e econômicas da sociedade capitalista é *Manifestou der Kommunistischen Partei [Manifesto do partido comunista]* de MARX e Engels. Conforme descreveu Marx e Engels (2014, p. 7[1872]), ao prefácio da Edição Alemã:

A Liga dos Comunistas, uma associação operária internacional, que naturalmente, nas condições então vigentes, só podia ser clandestina, em

seu congresso realizado em Londres em novembro de 1847 encarregou os signatários da redação para publicação de um detalhado programa teórico e prático de partido. Assim surgiu o Manifesto, cujo manuscrito foi para a impressão em Londres poucas semanas antes da Revolução de Fevereiro (MARX; ENGELS, 2014, p. 7[1872]).

Na versão em língua portuguesa, cujo texto traduzido da edição crítica alemã e publicado no Brasil em 2014, é possível ler todos os prefácios escritos por Marx e Engels: “à edição alemã de 1872, à edição russa de 1882, à edição alemã de 1883, à edição inglesa de 1888, à edição alemã de 1890, à edição polonesa de 1892 e à edição italiana de 1893”, conforme apresentado pelo tradutor Martorano (2014, p. 5). Encontram-se ainda, as notas de Engels, as variações efetuadas pelos autores em vida e os dois únicos originais do trabalho de elaboração que foram conservados.

Em nota da edição inglesa Engels (2014, p. 69 [1888]) esclareceu:

Como burguesia entende-se a classe dos modernos capitalistas, os proprietários dos meios de produção sociais e que exploram o trabalho assalariado. Como proletariado entende-se a classe dos trabalhadores assalariados modernos, que, não possuindo nenhum meio de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para poder viver (ENGELS, 2014, p. 69 [1888]).

O *Manifesto do partido comunista* constitui-se de quatro capítulos sendo assim organizados: I. “Burgueses e proletários”; II. “Proletários e comunistas”; III. “Literatura socialista e comunista”, que apresenta uma descrição do socialismo, concebido em três tipologias: 1) O socialismo reacionário (e suas classificações – o socialismo feudal, o socialismo pequeno-burguês e o socialismo alemão ou o “verdadeiro” socialismo), 2) O socialismo conservador ou burguês; 3) O socialismo e o comunismo crítico-utópico; IV. Posição dos comunistas frente aos diversos partidos de oposição.

De acordo com Marx e Engels (2014, p. 8 [1872]), “o *Manifesto* tornou-se um documento histórico, que não temos mais o direito de modificar”. A exposição foi superada, porque a situação política havia se transformado completamente e o desenvolvimento histórico levou ao desaparecimento da maioria dos partidos enumerados no manifesto, bem como a posição dos comunistas em relação a esses partidos. Essa situação impediu aos autores o direito de modificar o documento, como enfatizaram os próprios autores no prefácio à edição alemã (MARX; ENGELS, 2014, p. 8 [1872]).

As duas obras descritas são referências norteadoras das discussões dos marxistas na análise da sociedade capitalista e em suas utopias anticapitalistas que visam à revolução social e a superação do capitalismo. No entanto, os marxistas seguem diversas linhas de interpretação. No caso das geografias pós-modernistas e na reafirmação do espaço na teoria social crítica proposta por Soja (1993), o marxismo teve grande impacto na geografia contemporânea. Além de Soja, o geógrafo crítico marxista David Harvey é um dos seguidores de Marx, na atualidade, cujas interpretações de *O Capital* de Marx e das contradições do capitalismo são evidentes em suas reflexões e em suas obras.

As próximas seções apresentarão algumas dessas interpretações.

1.5.3 Marxismo e teoria social crítica da sociedade capitalista

O marxismo, corrente principal da teoria social crítica originou-se nos trabalhos de Marx e Engels. O termo marxista é usado para designar um método filosófico e científico da teoria crítica da sociedade capitalista. É uma corrente ideológica de esquerda (DINIZ FILHO, 2009, p. 175).

De natureza complexa e pela variedade dos temas de que trata, ao longo do tempo, o marxismo se desdobrou em inúmeras correntes e subcorrentes que interpretam as obras fundadoras de maneiras distintas e até contrárias em muitos aspectos, sendo hoje, uma tradição de pensamento bastante diversificada, como analisou Diniz Filho (2009, p. 175).

De acordo com Diniz Filho (2009, p. 180) “o marxismo se constituiu numa síntese crítica de duas importantes vertentes intelectuais, que eram o idealismo germânico e a economia política inglesa, com as experiências políticas radicais que eclodiram a partir da Revolução Francesa”, síntese essa guiada pelo objetivo manifesto de formular uma teoria crítica da “sociedade burguesa” que operasse também como fundamento do “socialismo científico”.

Em *Contribuição à crítica da economia política* de Karl Marx ³⁶, publicado originalmente em 1859, encontra-se de forma explícita a intenção do autor: “examino

³⁶ Marx, já em 1844, projetou uma “Crítica da economia política”, esboçada no Manuscrit *econômico-philosophique*. No fim de setembro de 1850, reiniciou seus trabalhos preparatórios e prosseguiu durante o ano todo de 1851. Após retomar e interromper imediatamente seus trabalhos em janeiro de 1853, concluiu a *contribution à la critique* de janeiro de 1857 a janeiro de 1859.

pela ordem seguinte o sistema da economia burguesa: capital, propriedade fundiária, trabalho assalariado; Estado, comércio externo, mercado mundial” (MARX, 2016, p. 3)³⁷. Para os três primeiros tópicos, segundo ele, seu estudo se baseava nas “condições econômicas de existência das três grandes classes em que se divide a sociedade burguesa moderna; a ligação das três restantes é evidente”.

Marx (2016, p. 3) relatou que para escrever a primeira seção do livro primeiro que trata do capital (a mercadoria; a moeda ou a circulação simples; o capital em geral), partiu de um conjunto de documentos sob a forma de monografias escritas com longos intervalos para seu próprio esclarecimento, inserindo seus estudos da economia política. Incluiu ainda, o objeto dos seus estudos especializados, que era a jurisprudência, à qual dedicou como disciplina complementar da filosofia e da história. Destacou que seu primeiro trabalho foi uma revisão crítica da *Filosofia do Direito*, de Hegel, cuja introdução apareceu nos *Deutsch Französische*³⁸ publicados em Paris em 1844 (MARX, 2016, p. 4).

Em suas pesquisas, conforme esclareceu Marx, chegou à conclusão de que “as relações jurídicas – assim como as formas de Estado – não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela dita evolução geral do espírito humano, inserindo-se pelo contrário nas condições materiais de existência de que Hegel, à semelhança dos ingleses e franceses do século XVIII, compreende o conjunto pela designação de ‘sociedade civil’; por seu lado, a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política” (MARX, 2016, p. 4-5).

Sobre a economia política, concluiu que essa serviu de fio condutor dos seus estudos. Formulou, resumidamente, sua conclusão geral:

Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual

³⁷ O livro “Contribuição à crítica da economia política”, de Karl Marx foi publicado com o título original: *Grundrisse der Kritik der Politischen Oekonomie*, em 1859. O título original em francês é: *Contribution à la critique de l'économie politique*. O livro consultado – na versão portuguesa (5ª edição) foi publicado em São Paulo, pela Editora WMF Martins Fontes Ltda, 2016 – data de referência, de citações e páginas utilizadas nesta tese.

³⁸ Conforme informação extraída de Notas: *Deutsch Französische* são Anais Franco-Alemães (MARX, 2016, p. 8).

em geral. Não é a consciência dos homens que determina, o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social. Nesse processo de revolução social, a transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura (MARX, 2016, p. 5).

Como orientou Marx (2016, p. 5) “ao considerar tais alterações é necessário sempre distinguir entre a alteração material – que se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa – das condições econômicas de produção, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, levando-o às suas últimas consequências”.

Em sua exposição Marx explicitou que não se deve julgar um indivíduo pela ideia que ele faz de si próprio, assim como não se deve julgar uma época de transformação, pela mesma consciência de si. É preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (Marx, 2016, p. 5-6).

Ainda, em sua forma resumida de expressar, proferiu:

Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhes substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas, que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em via de aparecer. Em um caráter amplo, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser qualificados como épocas progressivas da formação econômica da sociedade. As relações de produção burguesa são a última forma contraditória do processo de produção social, contraditória não no sentido de uma contradição individual, mas de uma contradição que nasce das condições de existência social dos indivíduos. No entanto, as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para resolver esta contradição. Com esta organização social termina, assim, a Pré-História da sociedade humana (MARX, 2016, p. 6).

Ao apresentar o esboço³⁹ da evolução de seus estudos econômicos realizados sempre, com espírito crítico e de forma profunda e radical, Marx (2016, p. 8) deixou transparecer a sua preocupação em relação ao “domínio da ciência pura da economia política”. Justificou suas “longas e conscienciosas pesquisas”. Mas, apesar disso, reconhecidamente, concluiu que estava “no limiar da ciência, obrigação que se impunha”, à sua existência.

Na obra *O marxismo de Marx*, Aron (2005, p. 45), expôs o que ele chamou de “pensamento filosófico de Marx a partir de 1848, e anterior às obras da velhice de Engels”. Para isso, utilizou como textos principais, o *Manifesto do partido comunista* e o “prefácio” de *Contribuição à crítica da economia política*. De forma secundária, utilizou *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel*.

Na visão desse autor, o referido prefácio pode ser considerado o mais célebre de todos os que Marx escreveu, resumindo sua concepção de conjunto. “Encontram-se nesse texto todas as ideias essenciais da interpretação econômica da história, com reserva, apenas, de que nem a noção de classes nem o conceito de luta de classes aparecerem explicitamente” (ARON, 2005, p. 47).

Vale a pena destacar, na concepção geral e “simplificada” de Aron (2005, p. 47-49), essas ideias fundamentais da interpretação econômica da história, a partir da visão de Marx:

- Primeira ideia, e ideia essencial: os homens entram em determinadas relações necessárias, que são independentes de sua vontade. Convém, em outros termos, seguir o movimento da história, analisando a estrutura das sociedades, as forças de produção e as relações de produção, e não tomando como origem da interpretação a maneira de pensar dos homens. Há relações sociais que se impõem aos indivíduos, feita a abstração de suas preferências, e a compreensão do processo histórico fica condicionada pela inteligência dessas relações sociais, supra individuais (ARON, 2005, p. 47).
- Em toda sociedade podem-se distinguir a base econômica, ou infraestrutura, e a superestrutura. A infraestrutura constitui-se essencialmente por forças e relações de produção, enquanto na

³⁹ Na obra citada “Contribuição à crítica da economia política” in Prefácio escrito em Londres, datado em janeiro de 1859, Karl Marx fez referências às suas pesquisas, como “esboço da evolução de seus estudos”.

superestrutura figuram as instituições jurídicas e políticas, ao mesmo tempo, que as maneiras de pensar, as ideologias, as filosofias (ARON, 2005, p. 47).

- O propulsor do movimento histórico é a contradição, em certos momentos do devir, entre forças e relações de produção. As forças de produção são ao que parece basicamente a capacidade de determinada sociedade de produzir, capacidade que está em função dos conhecimentos científicos, do aparelho técnico, da organização, inclusive, do trabalho coletivo. As relações de produção parecem ser essencialmente caracterizadas pelas relações de propriedade. Há, de fato, a fórmula: “as relações de produção existentes, ou com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então, e que são apenas sua expressão jurídica”. (ARON, 2005, p. 47).
- Nessa contradição entre forças e relações de produção, é fácil introduzir a luta de classes. Basta considerar que, nos períodos revolucionários uma classe apega-se às relações de produção antigas, que se tornam um entrave para o desenvolvimento das forças produtivas, enquanto outra classe, progressista, representa novas relações de produção que, na via do desenvolvimento das forças produtivas, favorecem ao máximo o crescimento dessas forças. Na sociedade capitalista, a burguesia está ligada à propriedade privada dos instrumentos de produção e, com isso, a certa divisão da renda nacional. Por outro lado, o proletariado, que constitui o outro pólo da sociedade, que representa outra organização da coletividade, se torna, em certo momento da história, o representante de uma nova organização da sociedade, organização que será mais progressiva que a organização capitalista (ARON, 2005, p. 48).
- Essa dialética das forças e das relações de produção sugere uma teoria das revoluções. De fato, nesta visão da história, as revoluções não são acidentes políticos, mas expressão de uma necessidade histórica. As relações de produção capitalistas desenvolveram-se, primeiro, no seio da sociedade feudal. A Revolução Francesa se deu no momento em que novas relações de produção capitalistas haviam chegado a certo grau de maturidade. Marx previu um processo análogo

para a passagem do capitalismo ao socialismo. As forças de produção socialistas devem desenvolver-se no seio da sociedade capitalista; as relações de produção socialistas devem amadurecer no seio da sociedade atual, antes de se produzir a revolução que há de marcar o fim da pré-história (ARON, 2005, p. 48).

- Dentro dessa interpretação histórica Marx não distinguiu apenas infra e superestrutura, mas distinguiu a realidade social e a consciência: não é a consciência dos homens que determina a realidade; pelo contrário, é a realidade social que determina sua consciência. Daí, então, uma concepção de conjunto, segundo a qual se deve explicar a maneira de pensar dos homens pelas relações sociais em que estão integrados. (ARON, 2005, p. 48-49).
- Último tema, enfim, Marx fez o esboço das etapas da história humana. Da mesma forma que Auguste Comte distinguia os momentos do devir humano a partir das maneiras de pensar, Marx distinguiu as etapas da história humana a partir dos regimes econômicos. E determinou quatro regimes econômicos ou, para empregar sua expressão, quatro modos de produção, que denominou asiático, antigo, feudal e burguês (ARON, 2005, p. 49).

O *Manifesto do partido comunista*⁴⁰, na visão de Aron (2005, p. 50) é um texto que se pode qualificar, se assim se quiser, de não científico. É uma brochura de propaganda, na qual Marx e Engels juntaram algumas de suas ideias científicas.

Na interpretação de Aron (2005, p. 50-51) o *Manifesto* apresenta a problemática da luta de classes e as duas formas de contradição da sociedade capitalista, presentes nas obras científicas de Marx. A primeira, a contradição entre as forças de produção, que levará o regime capitalista a produzir cada vez mais. A segunda, existente entre a progressão das riquezas e a crescente miséria da maioria.

⁴⁰ Uma primeira versão do *Manifesto* é esboçada por Engels em seus “*Principes du communisme*” (*Grundsätze des Kommunismus* publicados por Eduard Bernstein em Berlim, Buchhandlung Vorwärts, 1914), em outubro de 1847. Mas, o *Manifesto* é inteiramente reescrito por Marx em Bruxelas de dezembro de 1847 a janeiro de 1848, conforme o mandato confiado pelo congresso da Liga dos comunistas ocorrido em Londres, entre 29 de novembro e 8 de dezembro 1847. Aliás, em seu prefácio de 1883, Engels considerou o *Manifesto*, essencialmente, obra de Marx (ARON, 2005, p. 63).

Dessa contradição viria uma crise revolucionária, que, com o proletariado, constituído como classe da maioria da população e como uma unidade social, aspirará à tomada do poder e transformará as relações sociais. Ou seja, “a revolução proletária marcaria o fim das classes sociais e do antagonismo da sociedade capitalista” (ARON, 2005, p. 51). O caráter contraditório do capitalismo se exprime no fato de que o crescimento dos meios de produção, em vez de se traduzir pela elevação do nível de vida dos operários, se traduz por um duplo processo de proletarização e pauperização.

Na visão marxista, “o poder político é a expressão dos conflitos sociais”. É o meio pelo qual a classe dominante, a classe exploradora, mantém seu domínio e sua exploração. Nessa linha de pensamento, a supressão das contradições de classe deve, logicamente, acarretar o desaparecimento da política e do Estado, já que política e Estado são, ao que parece, o subproduto ou a expressão dos conflitos sociais (ARON, 2005, p. 53).

A ciência de Marx, nessa concepção, tem a finalidade de dar uma demonstração rigorosa a tais proposições: caráter antagônico da sociedade capitalista, autodestruição inevitável de uma sociedade tão contraditória, explosão revolucionária pondo fim ao caráter antagônico da atual sociedade. Dessa forma, o centro de pensamento de Marx é:

A interpretação do regime capitalista, naquilo que ele é contraditório, isto é, dominado pela luta de classes. Auguste Comte considerava que a sociedade de seu tempo não apresentava consenso, por causa da justaposição de instituições que se remetiam às sociedades teológicas e feudais e instituições correspondendo à sociedade industrial. Observando em torno de si a deficiência do consenso, ele buscava no passado os princípios do consenso das sociedades históricas. Marx observava, ou acreditava observar, a luta de classes na sociedade capitalista, encontrando nas diferentes sociedades históricas, o equivalente da luta de classes observadas no presente (ARON, 2005, p. 53).

Na interpretação de Aron (2005, p. 54), “o pensamento marxista é claro e obscuro”. O pensamento filosófico de Marx, nessa época, como analisou, “consiste em uma interpretação da história. Tal interpretação não estaria obrigatoriamente desvinculada de uma filosofia, no sentido de uma metafísica. O materialismo não parece estritamente implicado nessa teoria da história. Trata-se de realidade, que, sem dúvida, deve-se abordar pelas ciências naturais”.

A teoria “é mais clara em sua formulação histórica que em sua formulação universal. Quanto ao capitalismo, vê-se muito bem o que quer dizer Marx. A seu ver: a humanidade nunca coloca problemas que não pode resolver. O desenvolvimento do capitalismo corresponde, então, à evolução histórica e exprime suas contradições” (ARON, 2005, p. 54). O socialismo científico é definido contra a utopia: isso significa basicamente que o socialismo deve resultar do movimento da própria realidade histórica. A partir daí, opõem-se o determinismo e a ação, que se conciliam para a tomada de consciência que permite sintetizar a teoria e a prática.

Tal pensamento é, ao mesmo tempo, claro em seu conjunto e obscuro se nos voltarmos ao detalhe. Sua obscuridade vem da não definição ou da flutuação da definição dos conceitos fundamentais. O que é claro é o conjunto das forças de produção, o renovamento técnico e as contradições que nascem desse renovamento (ARON, 2005, p. 54).

Para compreender a origem e os desdobramentos da concepção marxista, Aron (2005, p. 54) sugeriu estudar “a reviravolta material das condições de produção econômicas – a serem fielmente constatadas com a ajuda das ciências físicas e naturais”. Considerados apenas os temas econômicos e sociais, poder-se-ia dizer que:

O pensamento marxista se situa no meio de todo um conjunto de concepções econômicas e sociais que floresciam naquele tempo. Podem-se encontrar nos socialistas anteriores a Marx ou em seus contemporâneos, muitas das ideias esboçadas precedentemente. Por exemplo, o tema segundo o qual, no regime do futuro, a administração das coisas substituirá o governo das pessoas é manifestamente um tema Saint-simoniano. Por outro lado, a ideia de haver, no regime capitalista, considerável aumento e concentração das forças produtivas, simultaneamente ao agravamento da miséria das massas, é um tema de análise econômico-social bastante corrente na época de Marx, e não é aí que reside sua originalidade. É necessário compreendê-lo para perceber o alcance de seu pensamento, (ARON, 2005, p. 67-68).

Na visão do autor, é necessário compreender Marx, para perceber o alcance de seu pensamento, e sua originalidade, em outras palavras, está no fundo filosófico, ou melhor, na inspiração filosófica de sua concepção da história. (...) Mas só se compreende a inspiração filosófica da concepção marxista se captada nos anos de formação de Marx, isto é, entre 1835, data em que ele sai do ginásio como bacharel, e 1848, ano que publica o Manifesto comunista, texto clássico para o que se tornou o marxismo.

Ao estudar os textos da juventude de Marx, Aron (2005, p. 69) tomou como referência essencial e filosófica do pensamento marxista em todas as épocas, “a relação entre um devir necessário e a ação humana”. No Manifesto comunista esse autor constatou uma exposição do devir necessário do regime capitalista e suas contradições intrínsecas, que se agravavam com a miséria crescente do proletariado. Daí, o surgimento da revolta do proletariado, resultante da própria ação humana.

De acordo com Aron (2005, p. 69-70) “o pensamento socialista tem, desde então, como função, determinar a ação a partir de uma tomada de consciência da realidade”. Em sua análise, Aron (2005) identificou no pensamento socialista, a existência de uma espécie de síntese ou de uma relação dialética entre a realidade e a ação humana, cujo devir é suscetível de ser pensado como algo necessário. A ação humana tem o papel de cumprir de forma determinista o que é necessário no sentido da racionalidade, de maneira a suplantam o mundo antigo e abrir a nova era da história da humanidade.

Todas as discussões filosóficas sobre o marxismo, na visão desse autor, giraram em torno desse ponto central, “a relação entre a teoria e a prática, entre a necessidade histórica e a ação humana, entre a simples necessidade e a liberdade, entre a realidade e o pensamento”. Ao redor desse tema “se cristalizam, por assim dizer, todos os paradoxos, todas as contradições, todas as dificuldades de uma filosofia da história que, ao mesmo tempo, anuncia um devir necessário e incita à ação revolucionária”, como concluiu Aron (2005, p. 70):

O marxismo, sempre, desde a origem até o fim, é a crítica tanto da realidade quanto da ideia que os homens fazem dela, através da teoria. Não se pode compreender “O capital” sem a lembrança de que, para Marx, é um livro que se chama Crítica da economia política e que trata, ao mesmo tempo, da análise da realidade do regime econômico capitalista e da análise crítica da tomada de consciência disso – consciência espontânea e consciência teórica – pelos homens (ARON, 2005, p. 73).

Ainda, nas análises de Aron (2005, p. 101-102), é possível dizer que “a formação do pensamento marxista comportou duas fases fundamentais: a fase de crítica filosófica e a fase que levará ao materialismo histórico”.

A fase de crítica filosófica compreendeu sucessivamente “a crítica à religião, a da política e a da economia política. Essa fase culminou no *Manuscrito econômico-filosófico de 1844*, que representa, por assim dizer, a tentativa de síntese da filosofia

crítica de Marx, o desabrochar da filosofia marxista, considerada como crítica no sentido preciso”. Depois, a partir do *Manuscrito econômico-filosófico*, Marx ligou-se definitivamente a Friedrich Engels, que trouxe para ele, naquele momento, uma formação diferente e conhecimentos concretos empíricos de ordem econômica, que Marx ainda não possuía completamente. A partir daí, o pensamento de Marx se desenvolve e vai levá-lo ao materialismo histórico (ARON, 2005, p. 102).

1.5.4 Epistemologias pós-modernas: críticas à racionalidade do modelo normativo de ciência

O pós-modernismo, como descrito por Diniz Filho (2009, p. 184) “faz a crítica tanto das experiências de socialismo real quanto do capitalismo e do Estado”. Isso, na medida em que “a economia de mercado, a democracia representativa e as políticas estatais seriam mecanismos de uma racionalidade instrumental e autoritária que visa homogeneizar os indivíduos e grupos sociais” (DINIZ FILHO, 2009, p. 184). No âmbito do debate científico.

Sob essa perspectiva avaliada por Diniz Filho (2009, p. 184-185) as epistemologias que se classificam como “pós-modernas” se apresentam em oposição frontal tanto em relação às correntes marxistas quanto às positivistas. O foco de suas críticas é a racionalidade do modelo normativo de ciência. Esse modelo estabelece a possibilidade de formular proposições objetivas expressas na linguagem lógica (matemática ou discursiva) e a partir da aplicação de métodos rigorosos.

Muitas críticas pós-modernas à ciência normativa consistem em atualizações dos argumentos utilizados pelo romantismo e outras correntes antirracionalistas. No entanto, como enfatizou Diniz Filho (2009, p. 184-185), desde o século XVIII, nega-se a validade das leis ou teorias gerais, bem como os procedimentos padronizados de pesquisa científica: o princípio da unidade do método e a separação rígida entre sujeito e objeto (especialmente no que diz respeito às ciências humanas e sociais).

Nesse contexto, em lugar de conceder um status de exclusividade à razão e à linguagem lógica como ferramentas de conhecimento, afirma-se o papel da intuição, da imaginação e da empatia do pesquisador. Contra as generalizações

abstratas, valoriza-se a compreensão de situações únicas inseridas em contextos complexos (DINIZ FILHO, 2009, p. 184-185).

De acordo com o autor “dentre todas as refutações pós-modernistas à ciência normativa, as que mais aproximam dos geógrafos críticos são aquelas que negam o princípio da neutralidade científica pela ótica da teoria social crítica”. Em outras palavras, “aquelas segundo as quais todo discurso científico é um veículo de poder”. Sendo assim, “o posicionamento explícito em favor dos ‘dominados’ constitui o principal elemento de validade das conclusões” como avaliou Diniz Filho (2009, p. 186).

Diniz Filho (2009, p. 187) também avaliou que “o criticismo pós-moderno ganhou força a partir de 1970, à medida que se acirrava a crise do marxismo” e tratava-se de “um discurso que reproduzia a crítica marxista à ‘ciência burguesa’”. Mas havia uma diferença, nessas críticas, pois foi substituído no discurso crítico, as classes sociais e seus interesses econômicos, por um conflito mais amplo e difuso entre os grupos sociais ‘dominantes’ e as minorias sociológicas” (DINIZ FILHO, 2009, p. 187).

Mesmo no plano da reflexão estritamente política, a proximidade de certas propostas pós-modernas e marxistas dentro do que se denomina teoria social crítica, mostrava-se evidente.

1.5.5 A crítica pós-modernista e a discussão marxista do capitalismo: o ponto de partida do geógrafo crítico David Harvey

As teorias elaboradas por David Harvey, a partir da avaliação crítica da pós-modernidade como condição histórica, a transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX e a crise do materialismo histórico destacaram-se nos debates do autor, no final da década de 1980. Com foco para a cultura contemporânea, mas teorizando sobre a passagem da modernidade à pós-modernidade, o autor fundamentou seu pensamento crítico nas teorias de base marxista e na crítica da sociedade capitalista. A lógica transformativa e especulativa do capital, tempo e espaço como fontes de poder social e como projeto do iluminismo, bem como a compressão do tempo-espaço, a ascensão do modernismo

como força cultural e o pós-modernismo na cidade foram temas marcantes em sua obra *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*⁴¹.

Nessa obra Harvey (2012, p. 335-348) apresentou em trezentas e quarenta e oito páginas, incluindo referências, índice onomástico e índice de assuntos, uma abordagem teórica fundamentada em um conjunto diversificado de 358 referências de autores e 231 temas (assuntos). Primeiramente, o autor analisou o período “da passagem da modernidade à pós-modernidade na cultura contemporânea”, fazendo alusão aos temas determinantes do debate nos grupos sociais e acadêmicos. Conduziu suas críticas às definições de modernidade, modernismo e pós-modernismo; arquitetura e projeto urbano na cidade do pós-modernismo; processo de modernização. Sua argumentação constituiu-se como um sistema analítico-descritivo cuja problemática conduziu-se à reflexão sobre a incerteza das convicções de diversos autores que divulgavam ideias hegemônicas a respeito do pós-modernismo. Buscou-se, assim, compreender os fundamentos históricos para sua pesquisa sobre as “origens da mudança cultural”.

Harvey (2012, p. 7) apresentou a tese de que vinha ocorrendo “uma mudança abissal nas práticas culturais, bem como político-econômicas, desde mais ou menos 1972”. Essa mudança abissal estava vinculada, conforme analisou esse autor, à emergência de novas maneiras dominantes pelas quais experimentamos o tempo e o espaço. Embora a simultaneidade nas dimensões mutantes do tempo e do espaço não seja prova de conexão necessária ou causal, podem-se aduzir bases *a priori* em favor da proposição de que há algum tipo de relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas.

Na visão de Harvey (2012, p. 7), a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de “compressão do tempo-espaço” na organização do capitalismo Mas essas mudanças, quando confrontadas com as regras básicas de acumulação capitalista, mostram-se mais como transformações da aparência superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente nova (HARVEY, 2012, p. 7).

⁴¹ O título original da obra de David Harvey é “The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change” e foi publicada em 1989, por Basil Blackwell Ltd. 108 Cowley Road. Oxford OX4 1JF, UK. A obra consultada, na versão portuguesa “Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural”, 23ª edição, Traduzida por Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, foi publicada em 2012, por Edições Loyola Jesuítas, São Paulo, Brasil. As próximas referências utilizadas, com suas respectivas páginas serão da obra consultada e publicada em 2012.

No contexto histórico-geográfico da época, o termo pós-modernismo tinha um “encanto de modismo”, entretanto o clamor dos argumentos pós-modernos aumentava com o tempo, conforme avaliou Harvey (2012, p. 9). Segundo esse autor, uma vez vinculado com o “pós-estruturalismo, com o pós-industrialismo e com um arsenal de outras novas ideias”, o pós-modernismo dava a impressão de uma poderosa configuração de novos sentimentos e pensamentos. Parecia estar a caminho de desempenhar um papel crucial na definição da trajetória do desenvolvimento social e político apenas em virtude da maneira como definia padrões de crítica social e de prática política, determinando os padrões do debate, definindo o modo do “discurso” e estabelecendo parâmetros para a crítica cultural, política e intelectual (HARVEY, 2012, p. 9).

Para Harvey (2012, p. 9) “seria apropriado investigar mais profundamente a natureza do pós-modernismo, não tanto como um conjunto de ideias quanto uma condição histórica que requeria elucidação”. Ao fazer um levantamento das ideias dominantes e ao perceber que “o pós-modernismo mostrava-se um campo minado de noções conflitantes”, o autor examinou “de modo simplificado, os fundamentos político-econômicos”. Esclareceu, ainda que, apesar dos sinais da época, demonstrarem que a “hegemonia cultural do pós-modernismo estava perdendo a força no Ocidente”, muito se poderia “aprender com uma pesquisa histórica das raízes do que tem sido uma desestabilizadora fase do desenvolvimento econômico, político e cultural”. Nesse sentido, explorou com mais profundidade “a experiência do espaço e do tempo como um vínculo mediador singularmente importante entre o dinamismo do desenvolvimento histórico-geográfico do capitalismo e complexos processos de produção cultural e transformação ideológica” (HARVEY, 2012, p. 9).

Da obra *Spaces of Capital: Towards a Critical Geography*, primeira edição inglesa, publicada em 2001, textos selecionados, chegaram ao Brasil, reunidos e publicados no livro *A produção capitalista do espaço*, em 2005. No prefácio, da primeira edição inglesa, reeditado na versão portuguesa, David Harvey (2005, p. 10-11) justificou que “parecia importante se ocupar com Marx por duas razões instigantes”:

Em primeiro lugar, para entender porque essa doutrina, tão denegrada e menosprezada nos círculos oficiais do mundo de fala inglesa, podia ter um

apelo tão grande entre aqueles que lutavam ativamente pela emancipação⁴² em todas as outras partes; em segundo lugar, para verificar se uma leitura de Marx poderia ajudar a estabelecer uma teoria crítica da sociedade, para abarcar e interpretar os conflitos sociais que culminaram com o alto drama político (aproximando-se da revolução cultural e política) desenrolado entre os anos críticos de 1967 e 1973. [...] No final da década de 1960, parte do movimento radical associado à geografia se dedicava a revitalizar a tradição anarquista, enquanto geógrafos simpatizantes dos movimentos revolucionários antiimperialistas e de libertação nacional escreviam de um modo mais diretamente materialista histórico e empírico, e evitavam as abstrações marxistas. Os geógrafos radicais procuravam, contudo, não apenas preservar essa tradição (diante da violenta oposição), mas também, como por meio da *Antipode* (uma publicação dedicada à geografia radical, criada em 1968), procuravam justificá-la, valendo-se dos textos de Marx e Engels, Lenin, Rosa Luxemburgo, Lukacs etc. (HARVEY, 2005, p. 10-11).

De acordo com Harvey (2005, p. 11), “do ponto de vista marxista, havia bem poucos textos sobre a geografia da acumulação de capital e sobre a produção desigual do espaço e de desenvolvimento geográfico”. Ainda que Marx tivesse prometido um volume de *O capital* dedicado à formação do Estado e do mercado mundial, nunca concluiu seu projeto. Portanto, como afirmou, “começou a fazer uma leitura abrangente de todos os seus textos, para verificar o que ele teria dito sobre esses assuntos se tivesse vivido para completar sua argumentação” (Harvey, 2005, p. 11).

Nesse sentido, como esclareceu, realizou a leitura tratando as afirmações de Marx como “propostas experimentais e ideias inacabadas, que precisam ser consolidadas numa forma teórica de argumentação mais consistente, que respeita o espírito dialético e não as sutilezas verbais dos seus estudos, notas e cartas, grandemente inéditas” (HARVEY, 2005, p. 11). Ao fazer a leitura dessa forma, Harvey (2005, p. 11) afirmou que encontrou, em Marx, “uma base fértil para uma série completa de estudos subsequentes, assim como livros posteriores, como *The Limits to Capital* [Os limites do capital] (1982), *The Condition of Postmodernity* [Condição Pós-moderna] (1989) e *Spaces of Hope* [Espaços da esperança] (2000)”. No entanto, como afirmou o autor:

O aprendizado do método de Marx também abriu diversos outros caminhos para o trabalho intelectual e para o comentário político sobre assuntos tão diversos quanto a natureza politicamente controversa dos conhecimentos geográficos, das questões ambientais, dos desenvolvimentos político-econômicos locais e da relação geral entre o conhecimento geográfico e a

⁴² Na argumentação de Harvey, é possível dizer que esse autor supõe que as pessoas que abraçam o marxismo são aquelas que “lutam por emancipação”, como se teóricos não marxistas não tivessem preocupação ou interesse por questões sociais ou por liberdade.

teoria social e política. Um campo completo de grande interesse emergiu para entender os usos dos conhecimentos geográficos (de qualquer maneira que fossem definidos) pelo poder político. Em paralelo, isso revelou a necessidade premente de definir uma geografia crítica (e uma teoria urbana crítica), que pudesse “desconstruir” (para usar o jargão em vigor) o modo como determinados tipos de conhecimento, aparentemente “neutros”, “naturais” ou até “óbvios”, eram capazes de serem, de fato, meios instrumentais de preservação do poder político (HARVEY, 2005, p. 11-12).

Harvey (2005, p. 12) tornou explícito que, durante seus 30 anos⁴³ de trabalho sobre esses assuntos, ele teve a “felicidade de estar ligado a diversos estudiosos e ativistas que se arriscavam muito para desenvolver pontos de vista alternativos em relação aos subterfúgios tecnocráticos padrão – chegando às raias da apologética capitalista –, que dominam largamente a geografia e as ciências sociais”. Ao expressar essas ideias, Harvey, ao finalizar seu texto de abertura da obra *A produção capitalista do espaço* fazendo referência aos estudiosos e ativistas, citou o “antigo e companheiro Jim Blaut”, cuja “morte prematura”, o levou “a dedicar este livro à sua memória” (HARVEY, 2005, p. 12).

Harvey (2005, p. 12) fez referência ainda ao livro de Jim Blaut intitulado *Eight Eurocentric Historians* [Oito historiadores eurocêntricos] como “um exemplo corajoso do tipo de trabalho crítico salutar”. Após essas palavras, tornou pública a sua expectativa em relação à geografia crítica e à sociedade:

É minha expectativa fervorosa que as brasas que ardem brilhantemente na obra de Jim, bem como – assim espero – em minha própria obra, possam ser usadas pela geração mais jovem para inflamar o fogo da geografia crítica, que continuará ardendo até termos construído uma sociedade mais justa, mais equitativa, e mais ecologicamente sadia e aberta do que aquela que vivemos até agora (HARVEY, 2005, p. 12).

É indiscutível a posição revelada desse autor ao pronunciar essas palavras. Em seu discurso, encontra-se de forma explícita o seu desejo de mudança em relação à forma de pensar as questões sociais daquele momento, entre a década de 1970 e o início dos anos 2000.

⁴³ Conforme foi informado, anteriormente na presente tese, o prefácio escrito, para a primeira edição inglesa, de onde foi extraída a informação “30 anos de trabalho” e as demais informações das origens das ideias marxistas, foi escrito pelo próprio autor Harvey (2001) e reeditado em 2005.

CAPÍTULO 2 – A INFLUÊNCIA DAS TEORIAS CRÍTICA DO CAPITALISMO E REVOLUÇÃO SOCIAL NAS VISÕES DO GEÓGRAFO CRÍTICO MARXISTA DAVID HARVEY

Este capítulo apresenta uma síntese das visões e dos principais fundamentos das teorias do geógrafo crítico marxista David Harvey (1935) que teve influência marcante na formação de geógrafos críticos no cenário mundial. Objetiva analisar as teorias de abordagens econômicas elaboradas por ele para construir a crítica epistemológica para a geografia crítica ou radical e avaliar a cientificidade dessa corrente de pensamento crítico contemporâneo. As análises geográficas de sustentação crítico-filosófica marxistas do referido autor fundamenta-se na teoria crítica do capitalismo e na teoria da revolução social. Vale notar que Harvey teve uma fase marxista e depois se aproximou em certa medida do pensamento pós-modernista e da teoria da regulação. No entanto, em suas obras mais recentes, Harvey retoma a obra de Marx, para explicar as contradições e o fim do capitalismo, assim como as relações das ideias de Marx com o capitalismo no século XXI. É possível afirmar que o marxismo e o pós-modernismo, campos analíticos da teoria social crítica, que influenciou as ciências sociais e a geografia crítica, fazem parte do sistema crítico-filosófico da ciência racionalista moderna e, portanto, da crítica filosófica marxista à racionalidade econômica. Por essa razão, é possível estabelecer uma crítica epistemológica entre a lógica científica de Karl Popper e a lógica científica da geografia crítica radical marxista de Harvey. Principalmente, por que como já visto, o próprio Harvey buscou referência marcante na obra de Hempel e Popper em relação à sua base científica inicial – “Eis porque assumi Hempel e Popper de modo tão sério; considerei que deveria haver alguma maneira de utilizar a ciência da filosofia de ambos para sustentar a construção de um conhecimento geográfico mais unitário” (HARVEY, 2005, p. 16). Esse autor argumentou em suas análises, sobre o coroamento do “Projeto Marx” que orientou sua obra por vinte anos, justificando ter repensado as ideias de Marx em época de mutação e crise do capitalismo. Demonstrou ainda que, as contradições do capital devem ser explicadas porque são universais e perpassam as demais.

2.1 A CONDIÇÃO PÓS-MODERNA E A TRANSFORMAÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA DO CAPITALISMO DO FINAL DO SÉCULO XX

Harvey (2012, p. 15) destacou como marco histórico “o momento em que se pode detectar certa mudança na maneira como os problemas da vida urbana eram tratados nos círculos populares e acadêmicos” no início da década de 1970, como “um novo tipo de discurso que viria a gerar termos como gentrificação [*gentrification*, surgimento de uma camada social média] e ‘*yuppie*’ [jovens profissionais urbanos] como descrições comuns da vida urbana”. Juntando-se a essas características, esse marco histórico encontrava-se no “auge da história intelectual e cultural em que algo chamado ‘pós-modernismo’ emergiu de sua crisálida do antimoderno para estabelecer-se por si mesmo como estética cultural⁴⁴” (HARVEY, 2012, p. 15). Como descreveu esse autor:

Ao contrário da maioria dos escritos críticos e oposicionais sobre a vida urbana nos anos 60 (e aqui penso em especial em Jane Jacobs, cujo livro *The death and life of great American cities* surgiu em 1961, mas também em Theodore Roszak), Raban descreve como vibrante e presente o que muitos autores anteriores tinham sentido como ausência crônica. À tese de que a cidade estava sendo vitimada por um sistema racionalizado e automatizado de produção e consumo de massa de bens materiais, Raban opôs a ideia de que, na prática, se tratava principalmente da produção de signos e imagens. Ele rejeitava a concepção de uma cidade rigidamente estratificada por ocupação e classe, descrevendo em vez disso, um individualismo e um empreedimentismo, disseminados em que as marcas da distinção social eram conferidas em larga medida pelas posses e pela aparência. Ao suposto domínio do planejamento racional, Raban opôs a imagem da cidade como uma “enciclopédia” ou “empório de estilos” em que todo o sentido de hierarquia e até de homogeneidade de valores estava em vias de dissolução (HARVEY, 2012, p. 15).

⁴⁴ Harvey (2012, p. 15) fez referência ao livro *Soft city*, de Jonathan Raban, “um relato deveras personalizado da vida de Londres no início dos anos 70, publicado em 1974, tendo recebido um bom número de comentários favoráveis na época”. Para Harvey, a obra despertou seu interesse enquanto marco histórico por ter sido escrito num momento que se podiam detectar mudanças na forma como se tratavam os problemas urbanos, tendo sido presságio de um novo discurso. O morador da cidade não era, dizia ele, alguém necessariamente dedicado à racionalidade matemática (ao contrário do que presumiam muitos sociólogos); a cidade parecia mais um teatro, uma série de palcos em que os indivíduos podiam operar sua própria magia distintiva enquanto representavam uma multiplicidade de papéis. À ideologia da cidade como alguma comunidade perdida, mas objeto de anseios, Raban respondia com um quadro da cidade como labirinto, formado, como uma colmeia, por redes tão diversas de interação social, orientadas para metas tão diversas que “a enciclopédia se torna um livro de rabiscos de um maníaco, cheio de itens coloridos sem nenhuma relação entre si, nenhum esquema determinante, racional ou econômico”.

Como se percebe no trecho citado, a base crítica do autor é a cidade e seus problemas. Já o projeto arquitetônico dos autores citados por ele é a referência de mudança cultural que se impunha na época.

No entanto, Harvey (2012, p. 15-17) questionou o excesso de confiança da interpretação de Raban e sua exitosa recepção. Embora alguns temessem que a cidade “estivesse sendo devorada pelo totalitarismo dos planejadores, dos burocratas e das elites corporativas, a cidade também era um lugar em que as pessoas tinham relativa liberdade para agir e ser o que queriam”. Apesar da liberdade de “representar muitos papéis distintos”, havia algo “estressante e profundamente desestabilizador em ação: a tenebrosa ameaça da violência inexplicável, a companhia inevitável da onipresente tendência à dissolução da vida social no caso absoluto” (HARVEY, 2012, p. 17).

As discussões sobre a cidade, a “grande forma moderna” e a ocorrência de “grandes mudanças nas qualidades da vida urbana”, no início da década de 1970, não seriam fatos determinantes que merecessem o nome de “pós-moderno” como argumentou Harvey (2012, p. 18). Nessa avaliação, haveria concordância no sentido do termo, em afirmar que o “pós-modernismo” representasse alguma espécie de reação ao “modernismo” ou “afastamento dele”. Para legitimar essa discussão sobre a problemática em questão, foi esclarecido por esse autor, com base em alguns autores que:

Mais positivamente, os editores da revista de arquitetura *Precis* 6 (1987, 7-24) veem o pós-modernismo como legítima reação à “monotonia” da visão de mundo do modernismo universal. “Geralmente percebido como positivista, tecnocêntrico e racionalista, o modernismo universal tem sido identificado com a crença no progresso linear, nas verdades absolutas, no planejamento racional de ordens sociais ideais, e com a padronização do conhecimento e da produção”. O pós-moderno, em contraste, privilegia ‘a heterogeneidade e a diferença como forças libertadoras na redefinição do discurso cultural’. A fragmentação, a indeterminação e a intensa desconfiança de todos os discursos universais ou (para usar um termo favorito) “totalizantes” são o marco do pensamento pós-moderno. A redescoberta do pragmatismo na filosofia (p. ex., Rorty, 1979), a mudança de ideias sobre a filosofia da ciência promovida por Kuhn (1962) e Feyerabend (1975), a ênfase foucaultiana na descontinuidade e na diferença na história e a primazia dada por ele a “correlações polimorficas em vez da casualidade simples ou complexa”, novos desenvolvimentos na matemática – acentuando a indeterminação (a teoria da catástrofe e do caos, a geometria dos fractais) –, o ressurgimento da preocupação, na ética, na política e na antropologia, com a validade e a dignidade do “outro”- tudo isso indica uma ampla e profunda mudança na “estrutura do sentimento” (HARVEY, 2012, p. 19).

O que havia em comum nesses exemplos é a rejeição das “metanarrativas” (interpretações teóricas de larga escala pretensamente de aplicação universal) ⁴⁵. Para a compreensão do pós-moderno, o único ponto de partida consensual residiria em sua possível relação com o moderno. Conforme afirmou Harvey (2012, p. 22): “Se a vida moderna está de fato tão permeada pelo sentido do fugidio, do efêmero, do fragmentário e do contingente”, há algumas profundas consequências.

Entre essas consequências, pode-se dizer que a transitoriedade das coisas dificulta a preservação do sentido de continuidade histórica dentro do turbilhão da mudança. A modernidade, envolvida por “implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, é caracterizada por interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes” (HARVEY, 2012, p. 22). Para a busca de um sentido de coerência e consistência entre o “eterno e imutável” no turbilhão de mudança social no espaço e no tempo, os pensadores geraram uma resposta filosófica e até prática para essa questão.

De acordo com Harvey (2012, p. 22), embora o termo “moderno” tenha uma história bem mais antiga, o projeto⁴⁶ da modernidade entrou em foco durante o século XVIII. Esse projeto: Equivalia a um extraordinário esforço intelectual dos pensadores iluministas “para desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e a lei universais e a arte autônoma nos termos da própria lógica interna destas”. A ideia era usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca de emancipação humana e do enriquecimento da vida diária (HARVEY, 2012, p. 22).

⁴⁵ Harvey (2012, p. 19-20) apresentou para a análise dessas ideias a descrição de Eagleton sobre o pós-modernismo: “O pós-modernismo assinala a morte dessas ‘metanarrativas’, cuja função terrorista secreta era fundamentar e legitimar a ilusão de uma história humana ‘universal’. Estamos agora no processo de despertar do pesadelo da modernidade, com sua razão manipuladora e seu fetiche da totalidade, para o pluralismo retornado do pós-moderno, essa gama heterogênea de estilos de vida e jogos de linguagem que renunciou ao impulso nostálgico de totalizar e legitimar a si mesmo... A ciência e a filosofia devem abandonar suas grandiosas reivindicações metafísicas e ver a si mesmas, mais modestamente, **como** apenas outro conjunto de narrativas”. Pode-se dizer que essa ideia essencial no pós-modernismo é falsa. A ciência não é uma narrativa como outra qualquer porque se baseia nos fatos, ou seja, na observação e experimentação.

⁴⁶ De acordo com a descrição de Harvey (2012, p. 23), o termo “moderno” tem uma história mais antiga. Entretanto, o que Habermas (1983, p. 9) chamou de “projeto” da modernidade entrou em foco durante o século XVIII. De visão otimista, escritores como Condorcet, na observação de Habermas (1983, p. 9), estavam possuídos “da extravagante expectativa de que as artes e as ciências iriam promover não somente o controle das forças naturais como também a compreensão do mundo e do eu, o progresso moral, a justiça das instituições e até a felicidade dos seres humanos”.

O domínio científico da natureza, como foi enfatizado pelo autor, prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser reveladas (HARVEY, 2012, p. 23).

Na visão desse autor, não se pode negar que tudo isso vem acontecendo mesmo, desde aquela época. Na medida em que os pensadores iluministas saudavam a criatividade humana, a descoberta científica e a busca da excelência individual acolheram o turbilhão da mudança e viram a transitoriedade, o fugidio e o fragmentário como condições necessárias para a realização do projeto modernizador.

Abraçando “a ideia do progresso e buscando ativamente a ruptura com a história e a tradição esposada pela modernidade”⁴⁷, o pensamento iluminista foi, sobretudo, “um movimento secular que procurou desmistificar e dessacralizar o conhecimento e a organização social para libertar os seres humanos de seus grilhões” (HARVEY, 2012, p. 23). Todavia, sob essa perspectiva, os campos de concentração e esquadões da morte, o militarismo e as duas guerras mundiais, a aniquilação nuclear na experiência de Hiroshima e Nagasaki, tiraram o otimismo do projeto iluminista⁴⁸.

Ao revisar a vasta e complexa história do modernismo cultural desde os seus primórdios na Paris pós-1848, Harvey (2012, p. 31) destacou ainda que: “o modernismo internalizou seu próprio turbilhão de ambiguidades, de contradições e

⁴⁷ Em relação a essa afirmação, Harvey (2012, p. 23) assumiu ter seguido as ideias de Cassirer (1951). Não é por acaso, já que Cassirer era um kantiano e um iluminista.

⁴⁸ Ao relacionar os fatos ao projeto iluminista, Harvey (2012, p. 23) escreveu: “Pior ainda, há a suspeita de que o projeto do iluminismo estava fadado a voltar-se contra si mesmo e transformar a busca da emancipação humana num sistema de opressão universal em nome da libertação humana”. Ao fazer referência à tese apresentada por Horkheimer e Adorno em *The dialectic of Enlightenment* (1972), Harvey (2012) esclareceu que: “Escrevendo sob as sombras da Alemanha de Hitler e da Rússia de Stalin, eles alegavam que a lógica que se oculta por trás da racionalidade iluminista é uma lógica da dominação e da opressão”. E ainda: “A ânsia por dominar a natureza envolvia o domínio dos seres humanos (...). A revolta da natureza, que eles apresentavam como a única saída para o impasse, tinha, portanto de ser concebida como uma revolta da natureza humana contra o poder opressor da razão puramente instrumental sobre a cultura e a personalidade” (HARVEY, 2012, p. 24).

de mudanças estéticas pulsantes, ao mesmo tempo em que buscava afetar a estética da vida diária”. Além disso, a mercadificação e comercialização de um mercado de produtos culturais durante o século XIX (e concomitante declínio do patronato aristocrático, estatal ou institucional) forçaram os produtos culturais a seguir uma forma de competição de mercado que viria a reforçar processos de destruição criativa no interior do próprio campo estético. Isso refletiu e, em alguns casos, antecipou alguma coisa que ocorria na esfera político-econômica (HARVEY, 2012, p. 31).

Todos os artistas procuravam mudar as bases do juízo estético, ao menos para vender seu próprio produto. Isso também dependia da formação de uma classe distinta de “consumidores culturais”. Os artistas, apesar de sua predileção por uma retórica anti *establishment* e antiburguesa, gastavam muito mais energia lutando entre si e com as suas próprias tradições para vender seus produtos do que o faziam engajando-se na ação política real (HARVEY, 2012, p. 31).

Essas condições complexas e contraditórias caracterizaram o modernismo surgido antes da Primeira Guerra Mundial como uma reação às novas condições de “produção (a máquina, a fábrica, a urbanização); circulação (os novos sistemas de transportes e comunicações) e consumo (a ascensão dos mercados de massa, da publicidade, da moda de massas)”, conforme analisou Harvey (2012, p. 33). Na complexa geografia histórica do modernismo, as “tensões entre internacionalismo e nacionalismo, globalismo e etnocentrismo paroquial, universalismo e privilégios de classe nunca estiveram longe da superfície” (HARVEY, 2012, p. 33).

Nesse contexto, o fenômeno urbano de crescimento explosivo (com várias cidades passando da marca do milhão no final do século), forte migração para os centros urbanos, industrialização, mecanização, reorganização maciça dos ambientes construídos e de movimentos urbanos de base política fizeram derivar uma radical mudança na experiência do espaço e do tempo no capitalismo ocidental. Por meio da exploração de múltiplas perspectivas, o modernismo: “assumiu um perspectivismo e um relativismo múltiplos como sua epistemologia, para revelar o que ainda considerava a verdadeira natureza de uma realidade subjacente unificada, mas complexa” (HARVEY, 2012, p. 37-38).

O modernismo do período entreguerras, conforme descreveu Harvey (2012, p. 37-38) enfrentou a clara necessidade de ação para reconstruir as economias devastadas pela guerra da Europa, bem como para resolver todos os problemas de

descontentamento político associados com formas capitalistas de crescimento urbano-industrial que germinavam. Assumiu ainda, na visão desse autor, uma forte tendência positivista e, graças aos intensos esforços do Círculo de Viena, estabeleceu um novo estilo de filosofia que viria a ter posição central no pensamento social pós-Segunda Guerra. O positivismo lógico era tão compatível com as práticas da arquitetura modernista quanto com o avanço e todas as formas de ciência como avatares de controle técnico.

Foi esse o período em que as casas e as cidades puderam ser livremente concebidas como “máquinas nas quais viver”. Também foi nesses anos que o poderoso *Congress of International Modern Architects* (CIAM) se reuniu para adotar sua celebrada Carta de Atenas de 1933, uma carta que nos trinta anos seguintes, iria definir amplamente o objeto da prática arquitetônica modernista (HARVEY, 2012, p. 38-39). Foi esse o contexto em que os vários movimentos contraculturais e antimodernistas dos anos 60 apareceram.

Essas contraculturas antagônicas às qualidades opressivas da racionalidade técnico-burocrática de base científica manifestaram nas formas corporativas e estatais monolíticas e em outras formas de poder institucionalizado (incluindo as dos partidos políticos e sindicatos burocratizados). Exploraram ainda, os domínios da autorrealização individualizada por meio de uma política distintivamente “neoesquerdista” da incorporação de gestos antiautoritários e de hábitos iconoclastas (na música, no vestuário, na linguagem e no estilo de vida) e da crítica da vida cotidiana (HARVEY, 2012, p. 44).

Esse movimento, centrado nas universidades, institutos de arte e nas margens culturais da vida na cidade grande, o movimento se espalhou para as ruas e culminou numa vasta onda de rebelião que chegou ao auge em Chicago, Paris, Praga, Cidade do México, Madri, Tóquio e Berlim na turbulência global de 1968, como avaliou Harvey (2012, p. 44).

Foi quase como se as pretensões universais de modernidade, tivessem, quando combinadas com o capitalismo liberal e o imperialismo, tido um sucesso tão grande que fornecessem um fundamento material e político para um movimento de resistência cosmopolita, transnacional e, portanto, global, à hegemonia da alta cultura modernista. Embora fracassado, ao menos a partir dos seus próprios termos, o movimento de 1968 tem de ser considerado, no entanto, o arauto cultural e político da subsequente virada para o pós-modernismo. Em algum ponto entre 1968 e 1972,

portanto, vemos o pós-modernismo emergir como um movimento maduro, embora ainda incoerente (HARVEY, 2012, p. 44).

Do ponto de vista filosófico, a mescla de um pragmatismo americano revivido com a onda pós-marxista e pós-estruturalista que abalou Paris depois de 1968 produziu uma vigorosa denúncia da razão abstrata e numa profunda aversão a todo projeto que buscasse a emancipação humana universal pela mobilização das forças da tecnologia, da ciência e da razão (HARVEY, 2012, p. 46-47). Nesse sentido, “a crise moral do século XX foi uma crise do pensamento iluminista”, na visão desse autor.

No campo da arquitetura e do projeto urbano, de acordo com Harvey (2012, p. 69), o pós-modernismo pode ser considerado em seu sentido amplo, uma ruptura com a ideia modernista de que o planejamento e o desenvolvimento devem concentrar-se em planos urbanos de larga escala de alcance metropolitano, tecnicamente racionais e eficientes, sustentados por uma arquitetura absolutamente despojada (superfícies “funcionalistas” austeras do modernismo de “estilo internacional”). O pós-modernismo cultiva em vez disso, um conceito do tecido urbano como algo necessariamente fragmentado, um “palimpsesto” de formas passadas superpostas umas às outras e uma “colagem” de usos correntes, muitos dos quais podem ser efêmeros.

Como é impossível comandar a metrópole exceto aos pedaços, o projeto urbano (e observe-se que os pós-modernistas antes projetam do que planejam) deseja somente ser sensível às tradições vernáculas, às histórias locais, aos desejos, necessidades e fantasias particulares, gerando formas arquitetônicas especializadas, e até altamente sob medida, que podem variar dos espaços íntimos e personalizados ao esplendor do espetáculo, passando pela monumentalidade tradicional. Tudo isso pode florescer pelo recurso a um notável ecletismo de estilos arquitetônicos (HARVEY, 2012, p. 69).

Em relação à visão de espaço, verifica-se nos estudos de Harvey (2012, p. 69) que “os pós-modernistas se afastam de modo radical das concepções modernistas sobre como considerar o espaço”. Os modernistas “veem o espaço como algo a ser moldado para propósitos sociais e, portanto, sempre subserviente à construção de um projeto social”. Os pós-modernistas “o veem como coisa independente e autônoma a ser moldada segundo objetivos e princípios estéticos que não têm necessariamente nenhuma relação com algum objetivo social

abrangente”. Salvo, talvez, “a consecução da intemporalidade” e da beleza “desinteressadas” como fins, “em si mesmas” (HARVEY, 2012, p. 69).

O modernismo, como analisou Harvey (2012, p. 97), é uma perturbada e fugidia resposta estética a condições de modernidade produzidas por um processo particular de modernização. Em consequência, uma interpretação adequada da ascensão do pós-modernismo tem de se haver com a natureza da modernização. Somente assim poderá ela ser capaz de julgar se o pós-modernismo é uma reação diferente a um processo imutável de modernização ou pressagia ou reflete uma mudança radical da natureza da própria modernização, rumo a, por exemplo, algum tipo de sociedade “pós-industrial” ou mesmo “pós-capitalista”.

Em sua análise, Harvey (2012, p. 97-107) apresentou uma releitura de Marx admitindo ser ele um dos primeiros grandes escritores modernistas a oferecer uma das mais completas interpretações da modernização capitalista, combinando “todo o fôlego e vigor do pensamento iluminista com o sentido nuançado dos paradoxos e contradições a que o capitalismo está sujeito”. Verificou ainda que a teoria da modernização capitalista oferecida por Marx favorece “uma leitura particularmente instigante quando confrontada com as teses culturais da pós-modernidade” (HARVEY, 2012, p. 98).

Como exemplo, foi destacado que Marx começa *O Capital* com uma análise da mercadoria, das coisas cotidianas (comida, abrigo, roupa etc.) que consumimos no curso da nossa própria reprodução. Mas a mercadoria é, adverte ele, “uma coisa misteriosa”, porque incorpora simultaneamente um valor de uso (ela atende a um desejo ou necessidade particular) e um valor de troca (posso usá-la como objeto de barganha para conseguir outras mercadorias). Essa dualidade sempre torna a mercadoria ambígua para nós; devemos consumi-la ou trocá-la? Mas, à medida que as relações de troca proliferam e se formam os mercados de fixação de preços, uma mercadoria é cristalizada tipicamente como dinheiro (HARVEY, 2012. p. 98).

Com o dinheiro, conforme enfatizou Harvey (2012, p. 98), o mistério da mercadoria assume uma nova dimensão, porque o valor de uso do dinheiro está em sua representação do mundo do trabalho social e do valor de troca. O dinheiro lubrifica a troca, mas, sobretudo, se torna o meio pelo qual comparamos e avaliamos tipicamente, tanto antes como depois do fato da troca, o valor de todas as mercadorias. Em suma, como a maneira pela qual atribuímos valor às coisas é

importante. Uma análise da forma dinheiro e das consequências advindas do seu uso tem interesse fundamental (HARVEY, 2012, p. 98).

Na visão desse autor, o advento de uma economia do dinheiro dissolve os vínculos e as relações que compõem as comunidades “tradicionais”, de modo que o “dinheiro se torna a verdadeira comunidade”. Passa-se de uma condição social em que dependemos de maneira direta de pessoas a quem conhecemos pessoalmente para uma situação em que dependemos de relações impessoais e objetivas com outras pessoas. Com a proliferação das relações de troca, segundo Harvey (2012, p. 98), o dinheiro aparece cada vez mais como “um poder exterior aos produtores e independente deles”, razão pela qual o que “originalmente surge como meio de promoção da produção torna-se uma relação alheia” a eles. A preocupação com o dinheiro e a troca no mercado “mascaram” as relações sociais entre as coisas. Essa condição é denominada por Marx “fetichismo da mercadoria” (HARVEY, 2012, p. 98).

O dinheiro funde o político e o econômico numa genuína economia política de relações de poder. As linguagens materiais comuns do dinheiro e da mercadoria fornecem uma base universal no capitalismo de mercado para ligar todos a um sistema idêntico de avaliação do mercado e, assim, promover a reprodução da vida social através de um sistema objetivo de ligação social (HARVEY, 2012, p. 100).

De acordo com Harvey (2012, p. 104): O Estado constituído como sistema coercitivo de autoridade que detém o monopólio da violência institucionalizada, forma um princípio organizador por meio do qual a classe dominante pode tentar impor sua vontade não somente aos seus oponentes. Mas também ao fluxo, à mudança e à incerteza anárquica a que a modernidade capitalista sempre está exposta.

Os instrumentos vão da regulação do dinheiro e das garantias legais de contratos de mercado leais às intervenções fiscais, à criação do crédito e às redistribuições de impostos, passando pelo fornecimento de infraestruturas sociais e físicas, controle direto das alocações de capital e de trabalho, bem como dos salários e dos preços, nacionalização de setores essenciais, restrições ao poder da classe trabalhadora, vigilância policial, repressão etc. (HARVEY, 2012, p. 104). Mas, como argumentou o autor, o Estado é uma entidade territorial que se esforça por impor a sua vontade a um processo fluido e espacialmente aberto de circulação do capital. Ele tem de enfrentar em suas fronteiras as forças divisivas e efeitos

fragmentadores do individualismo disseminado, da mudança social rápida e de toda a efemeridade que costuma estar associada à circulação do capital.

Ele também depende da taxação e dos mercados de crédito, de modo que os Estados podem ser disciplinados pelo processo de circulação ao mesmo tempo em que podem tentar promover estratégias particulares de acumulação do capital. Para fazê-lo com eficácia, o Estado deve criar um sentido de comunidade que seja uma alternativa ao que se baseia no dinheiro, além de formular uma definição dos interesses públicos acima dos interesses e lutas de classes e setores contidos nas suas fronteiras, deve, em resumo, legitimar-se. Portanto, está fadado a engajar-se em alguma medida na “estetização da política” (HARVEY, 2012, p. 104-105)

Nesse sentido, a tensão entre a fixidez (e, portanto, estabilidade) que a regulação do Estado impõe e o movimento fluido do capital permanece um problema crucial para a organização social e política do capitalismo. Essa dificuldade é modificada pela maneira como o próprio Estado é disciplinado por forças internas (nas quais baseia o seu poder) e por condições externas – competição na economia mundial, taxas de câmbio, movimento de capital, migração ou, às vezes, intervenções políticas diretas de potências superiores (HARVEY, 2012, p. 104-105).

Por conseguinte, a relação entre o desenvolvimento capitalista e o Estado tem de ser vista como mutuamente determinante, e não unidirecional. Em última análise, o poder do Estado não pode ser mais nem menos estável do que permite a economia política da modernidade capitalista (HARVEY, 2012, p. 104-105). No entanto, Harvey (2012, p. 105-106) apontou também aspectos positivos na modernidade capitalista ao declarar que o potencial comando da natureza que surge quando o capitalismo “levanta o véu dos mistérios” da produção tem uma tremenda capacidade latente de redução das forças das necessidades impostas pela natureza à nossa vida.

A criação de novos desejos e necessidades na modernidade capitalista alertou para novas possibilidades culturais. A “variação do trabalho, com a fluência de função, a mobilidade universal do trabalhador” que foram exigidas pela indústria moderna tiveram o potencial de substituir o trabalhador fragmentado “pelo indivíduo plenamente desenvolvido, apto para uma variedade de trabalhos, pronto para enfrentar qualquer mudança da produção e para quem as diferentes funções realizadas são modalidades que dão livre curso aos seus próprios poderes naturais e adquiridos” (HARVEY, 2012, p. 105).

Além disso, as barreiras espaciais e a formação do mercado mundial permitiram um acesso generalizado aos produtos diversificados de diferentes climas e regiões abriram novos panoramas para o desenvolvimento e a autorrealização humanos, possibilitando o contato direto com todos os povos da terra. E, sobretudo, as revoluções na força produtiva, na tecnologia e na ciência (HARVEY, 2012, p. 105-106).

Para esse autor, as revoluções tecnológicas possibilitadas pela divisão do trabalho e pela ascensão das ciências materialistas tiveram o efeito de desmistificar os processos de produção (apropriadamente chamados de “mistérios” e “artes” no período pré-moderno) e de criar a capacidade de liberar a sociedade da escassez e dos aspectos mais opressivos da necessidade imposta pela natureza. Como argumentou Harvey (2012, p. 106), esse foi o lado bom da modernização capitalista. O problema, no entanto, “consistia em nos libertar dos fetichismos das trocas de mercado e desmistificar (e, por extensão, desmitologizar) o mundo histórico e social tarefa científica a que Marx se dedicou em *O Capital*”.

Em relação ao século XX, Harvey (2012, p. 118) apontou como relevante “os sinais e marcas de modificações radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado”.

A hipótese explorada foi uma linguagem na qual se vê eventos recentes como uma “transição no regime de acumulação e no modo de regulamentação social e política a ele associado”. Para essa representação, o autor esclareceu que recorreu à linguagem de uma escola de pensamento conhecida como a “escola da regulação”⁴⁹ (HARVEY, 2012, p. 117).

Esse tipo de linguagem, conforme afirmou, é útil, em primeira instância, como recurso heurístico. Ele concentra atenção nas complexas inter-relações,

⁴⁹ Conforme descreveu Harvey (2012, p. 117) o argumento básico da “escola da regulação” que teve como pioneiro Aglietta (1979) e como propositores Lipietz (1986), Boyer (1986a; 1986b) e outros, pode ser resumido em poucas palavras. Um regime de acumulação “descreve a estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação; ele implica alguma correspondência entre a transformação tanto das condições de produção como das condições de reprodução de assalariados”. Um sistema particular de acumulação pode existir porque “seu esquema de reprodução é coerente”. O problema, no entanto, é fazer os comportamentos de todo tipo de indivíduos – capitalistas, trabalhadores, funcionários públicos, financistas e todas as outras espécies de agentes político-econômicos – assumirem alguma modalidade de configuração que mantenha o regime de acumulação funcionando. Tem de haver, portanto, “uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação etc. que garantam a unidade do processo, isto é, a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução”. Esse corpo de regras e processos sociais interiorizados tem o nome de modo de regulamentação” (LIPIETZ, 1986, p. 19 apud Harvey, 2012, p. 117).

hábitos, práticas políticas e formas culturais que permitem que um sistema capitalista altamente dinâmico e, em consequência, instável adquira suficiente semelhança de ordem para funcionar de modo corrente ao menos por um dado período de tempo.

Há duas amplas áreas de dificuldades num sistema econômico capitalista que têm de ser negociadas com sucesso para que esse sistema permaneça viável. A primeira advém das qualidades anárquicas dos mercados de fixação de preços, e a segunda deriva da necessidade de exercer suficiente controle sobre o emprego da força de trabalho para garantir a adição de valor na produção e, portanto, lucros positivos para o maior número possível de capitalistas.

Na descrição de Harvey (2012, p. 118), os mercados de fixação de preços, para tratar do primeiro problema, fornecem tipicamente inúmeros sinais com alto grau de descentralização que permitem que os produtos coordenem as decisões de produção com as necessidades, vontades e desejos dos consumidores (respeitando, com efeito, as restrições de orçamentos e custos que afetam as partes envolvidas em toda transação de mercado). Nessa perspectiva, conforme esclareceu o autor, a celebrada “mão invisível” do mercado de Adam Smith, nunca bastou por si mesma para garantir um crescimento estável ao capitalismo, mesmo quando as instituições de apoio (propriedade privada, contratos válidos, administração apropriada do dinheiro) funcionam adequadamente.

Algum grau de ação coletiva – de modo geral, a regulamentação e a intervenção do Estado – é necessário para compensar as falhas de mercado (tais como os danos inestimáveis ao ambiente natural e social). Como exemplos:

- Evitar excessivas concentrações de poder de mercado ou combater o abuso do privilégio do monopólio quando este não pode ser evitado (em campos como transportes e comunicações);
- Fornecer bens coletivos (defesa, educação, infraestruturas sociais e físicas) que não podem ser produzidos e vendidos pelo mercado e impedir falhas descontroladas decorrentes de surtos especulativos, sinais de mercado aberrantes;
- Intercâmbio potencialmente negativo entre expectativas dos empreendedores e sinais de mercado (o problema das profecias autorrealizadas no desempenho do mercado).

Na prática, as pressões coletivas exercidas pelo Estado ou por outras instituições (religiosas, políticas, sindicais, patronais e culturais) aliadas ao exercício do poder de domínio do mercado pelas grandes corporações e outras instituições poderosas, afetam de modo vital a dinâmica do capitalismo (HARVEY, 2012, p. 118).

Essas pressões apontadas por Harvey (2012, p. 118) podem ser diretas (com a imposição de controles de salários e preços) ou indiretas (como a propaganda subliminar que persuade a incorporar novos conceitos sobre as necessidades e desejos básicos da vida), tendo como efeito líquido, moldar a trajetória e a forma do desenvolvimento capitalista de modos cuja compreensão vai além da análise das transações de mercado. Além disso, as propensões sociais e psicológicas, como o individualismo e o impulso de realização pessoal por meio da autoexpressão, a busca de segurança e identidade coletiva, a necessidade de adquirir respeito próprio, posição ou alguma outra marca de identidade individual, têm um papel de plasmação de modos de consumo e estilos de vida (HARVEY, 2012, p. 118).

Para o autor, a virtude do pensamento da “escola da regulação” está no fato de insistir que levemos em conta o conjunto total de relações e arranjos que contribuem para a estabilização de crescimento do produto e da distribuição agregada de renda e de consumo num período histórico e num lugar particulares. A segunda arena de dificuldade geral nas sociedades capitalistas, de acordo com Harvey (2012, p. 118-119), “concerne à conversão da capacidade de homens e mulheres de realizarem um trabalho ativo num processo produtivo cujos frutos possam ser apropriados pelos capitalistas”.

No entanto, todo tipo de trabalho exige concentração, autodisciplina, familiarização com diferentes instrumentos de produção e o conhecimento das potencialidades de várias matérias-primas em termos de transformação em produtos úteis. Contudo, a produção de mercadoria sem condições de trabalho assalariado põe boa parte do conhecimento das decisões técnicas, bem como do aparelho disciplinar, fora do controle da pessoa que de fato faz o trabalho (HARVEY, 2012, p. 119).

A “disciplinação da força de trabalho” para os propósitos de acumulação do capital – um processo a que Harvey (2012, p. 119) se referiu, de modo geral, como “controle do trabalho” – envolve, em primeiro lugar, alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm de ser organizados não

somente no local de trabalho como na sociedade como um todo. A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais.

A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho (HARVEY, 2012, p. 119).

A afirmação em destaque leva a pensar como essa visão de Harvey e demais marxistas é demagógica. Afinal, no socialismo não há como ser diferente, pois, disciplina e controle social são inerentes e inevitáveis em qualquer sistema de produção baseado na divisão de trabalho.

Nesse contexto, o “modo de regulamentação” se torna uma maneira útil de conceituar o tratamento dado aos problemas da organização da força de trabalho para propósitos de acumulação do capital em épocas e lugares particulares, como argumentou Harvey (2012, p. 119).

Argumentou, ainda, esse autor que aceita amplamente a visão de que o longo período de expansão de pós-guerra, que se estendeu de 1945 a 1973, teve como base “um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, e de que esse conjunto pode com razão ser chamado de fordista-keynesiano” (HARVEY, 2012, p. 119). No entanto, o colapso desse sistema a partir de 1973:

Iniciou um período de rápida mudança, de fluidez e de incerteza. Não está claro se os novos sistemas de produção e de marketing, caracterizados por processos de trabalho e mercados mais flexíveis, de mobilidade geográfica e de rápidas mudanças práticas de consumo garantem ou não o título de um novo regime de acumulação nem se o renascimento do empreendimento e do neoconservadorismo, associado com a virada cultural para o pós-modernismo, garante ou não o título de um novo modo de regulamentação. Há sempre o perigo de confundir as mudanças transitórias e efêmeras com as transformações de natureza mais fundamental da vida político-econômica. Mas os contrastes entre as práticas político-econômicas da atualidade e as do período de expansão do pós-guerra são suficientemente significativos para tornar a hipótese de uma passagem do

fordismo⁵⁰ para o que poderia ser chamado de regime de acumulação “flexível” uma reveladora maneira de caracterizar a história recente (HARVEY, 2012, p. 119).

A acumulação “flexível”, conforme denominada por Harvey (2012, p. 140), foi marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Apoiou-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo e caracterizando-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

A acumulação flexível envolveu ainda, na visão desse autor, rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “terceira Itália”, Flandres, os vários vales e gargantas do silício e a vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados).

Envolveu também, um novo movimento de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e as quedas dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado (HARVEY, 2012, p. 140).

Em suas conclusões, Harvey (2012, p. 184) enfatizou que a acumulação flexível deveria ser considerada uma combinação particular de elementos primordialmente antigos no âmbito da lógica geral da acumulação do capital. Além disso, analisou que a crise do fordismo foi, em larga medida, “uma crise da forma temporal e espacial, visto também haver indícios de que a modificação da experiência do tempo e do espaço estaria, ao menos de modo parcial, na base da

⁵⁰ De acordo com Harvey (2012, p. 121) a data inicial simbólica do fordismo deve por certo ser 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros, que ele estabeleceu no ano anterior em Dearborn, Michigan. O que havia de especial em Ford (e que em última análise, distingue o fordismo do Taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.

impulsiva reviravolta na direção de práticas culturais e de discursos filosóficos pós-modernistas”.

Harvey (2012, p. 187) concebeu em sua análise, “o espaço e o tempo na vida social com o fito de esclarecer vínculos materiais entre processos político-econômicos e processos culturais”. O que permitiria “explorar a ligação entre o pós-modernismo e a transição do fordismo para modalidades mais flexíveis de acumulação do capital através das mediações de experiências espaciais e temporais”.

Definido esse objetivo, cabe perguntar, com base em Popper: o estudo de Harvey, embora de natureza racionalista, determinista, produz conclusões falseáveis?

Ao conceber a “pós-modernidade como condição histórica”, Harvey (2012, p. 293) explicitou que “as práticas estéticas e culturais têm particular suscetibilidade à experiência cambiante do espaço e do tempo exatamente por envolverem a construção de representações e artefatos espaciais a partir do fluxo da experiência humana. Elas sempre servem de intermediário entre o Ser e o Vir-a-Ser”.

Para Harvey (2012, p. 293) “é possível escrever a geografia histórica da experiência do espaço e do tempo na vida social, assim como compreender as transformações por que ambos têm passado, tendo por referência condições sociais e materiais”. Em seu esboço histórico em relação ao mundo ocidental pós-Renascença, as dimensões do espaço e do tempo foram sujeitas à persistente pressão da circulação e acumulação do capital, culminando (em especial durante as crises periódicas de superacumulação que passaram a surgir a partir da metade do século XIX) em surtos desconcertantes e destruidores de compressão do tempo-espaço (HARVEY, 2012, p. 293).

Nesse contexto:

A crise de superacumulação iniciada no final dos anos 60, e que chegou ao auge em 1973, gerou exatamente esse resultado. A experiência do tempo e do espaço se transformou, a confiança na associação entre juízos científicos e morais ruiu, a estética triunfou sobre a ética como foco primário de preocupação intelectual e social, as imagens dominaram as narrativas, a efemeridade e a fragmentação assumiram precedência sobre verdades eternas e sobre a política unificada e as explicações deixaram o âmbito dos fundamentos materiais e político-econômicos e passaram para a consideração de práticas políticas e culturais autônomas (HARVEY, 2012, p. 293).

A proposta histórica de Harvey (2012, p. 293) sugeriu, no entanto, “que mudanças dessa espécie de modo algum são novas, e que a sua versão mais recente por certo está ao alcance da pesquisa materialista-histórica, podendo até ser teorizada com base na metanarrativa do desenvolvimento capitalista que Marx formulou” (HARVEY, 2012, p. 293).

2.2 ABORDAGEM ECONÔMICA DE PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO NA RELEITURA DE HARVEY (1975-2001)

A obra *A produção capitalista do espaço* (2005), edição brasileira, reúne textos selecionados de *Spaces: of Capital Towards a Critical Geography*, originalmente publicada por David Harvey (2001)⁵¹. Os textos se referem à discussão das teorias de Marx e a tentativa de reconstrução, a partir das visões o geógrafo crítico marxista David Harvey.

A elaboração intelectual de Harvey foi publicada pela primeira vez em *Antipode*, edição de 1975 e destacada na obra intitulada *A Geografia da Acumulação Capitalista: Uma Reconstrução da Teoria Marxista*. Essa obra foi considerada pelo próprio autor “um ensaio” no qual procurou demonstrar como a teoria de acumulação se “relaciona com o entendimento da estrutura espacial, e como a particular forma de análise da localização elaborada por Marx fornece o elo perdido entre a teoria da acumulação e a teoria do imperialismo” (HARVEY, 2005, p. 41).

No mesmo texto, Harvey (2005) justificou o seu trabalho de reconstrução da teoria marxista: “Durante muito tempo, ignorou-se a dimensão espacial referente à teoria da acumulação de Marx no modo de produção capitalista. Em parte, isso é

⁵¹ A obra de David Harvey “*Spaces of Capital: Towards a Critical Geography*” foi publicada originalmente em 2001, por Edinburgh University Press Ltd. Dessa obra, foi extraído e selecionado, com a autorização do autor, todo o material que constituiu “*A produção capitalista do espaço*”, traduzida por Carlos Szlak, para a versão portuguesa. Sua 1ª edição foi publicada, no Brasil, pela Annablume Editora, com sede em São Paulo, em 2005. A obra de 252 páginas faz parte da Coleção Geografia e Adjacências. Agrupa sete textos, escritos entre 1975 e 2001, de índole essencialmente metodológica, que buscam explicitar os fundamentos teóricos e conceituais com que opera David Harvey em sua singular “geografia” como descreveu Moraes (2005, p. 7-8) in “Apresentação” do autor e de sua referida obra. A edição brasileira incluiu, ainda, uma entrevista com o autor publicada pela *New Left Review* no ano de 2000. As concepções marxistas do Estado, das classes sociais, da acumulação, da urbanização e da renda, entre outras, são discutidas. No Brasil, a obra da coleção Geografias e Adjacências, buscando “estimular a discussão teórica no campo interdisciplinar de investigação da dimensão espacial da vida social”, tinha como propósito “fornecer boa fundamentação para a pesquisa e a reflexão geográfica em sua vertente crítica”.

consequência de uma falha de Marx, pois seus escritos sobre o assunto são fragmentários e, muitas vezes, desenvolvidos apenas de modo superficial”. Entretanto, conforme ressaltado por Harvey (2005), “o exame atento de suas obras revela que ele reconheceu que a acumulação de capital ocorria num contexto geográfico, criando tipos específicos de estruturas geográficas”.

Além disso, de acordo com Harvey (2005, p. 41):

Marx desenvolveu uma nova abordagem relativa à teoria da localização (em que a dinâmica está no centro das coisas), e mostrou ser possível ligar, teoricamente, o processo geral de crescimento econômico com o entendimento explícito de uma estrutura emergente de relações espaciais. Esse fato, ademais, exprime que tal análise de localização proporciona, ainda que de maneira limitada, um elo entre a teoria de acumulação de Marx e a teoria do imperialismo marxista – um elo que muitos procuram, mas que ninguém, até agora, encontrou; em parte devo dizer, porque se negligenciou o fator mediador da teoria de localização de Marx (HARVEY, 2005, p. 41).

Diante dessas declarações, são apresentadas as ideias centrais da teoria da acumulação, segundo interpretação de Harvey (2005, p. 41-46):

- A teoria de Marx do crescimento sob o capitalismo situa a acumulação de capital no centro das coisas. A acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista.
- O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que incessante e constantemente reforma o mundo em que vivemos.
- No capitalismo, o crescimento econômico é um processo de contradições internas, que, frequentemente, irrompe sob a forma de crises e graves tensões no processo de acumulação, devido à natureza espontânea e caótica do sistema de produção de mercadorias sob o capitalismo competitivo.
- O capitalismo tende, ativamente, a produzir algumas barreiras para o seu próprio desenvolvimento. Isso significa que as crises são endêmicas ao processo capitalista de produção.
- O progresso da acumulação pressupõe a existência de um excedente de mão-de-obra (exército de reserva industrial) com mecanismos para o aumento da oferta de força de trabalho (estímulo ao crescimento

populacional, geração de correntes migratórias, atração de elementos latentes para o trabalho, ou criação de desemprego pelo uso de inovações que poupam trabalho); existência no mercado de meios de produção (máquinas, matérias-primas, infraestrutura física), existência de mercado consumidor. Ou seja, produção, distribuição, consumo e reinvestimento como fases (ou momentos) separadas na totalidade do processo capitalista de produção.

Se, necessariamente, a produção e o consumo se integram de modo dialético na produção como totalidade, isso resulta que “as crises originárias de barreiras estruturais à acumulação podem se manifestar tanto na produção quanto no consumo, e em qualquer uma das fases de circulação e de produção de valor”, como analisou Harvey (2005, p. 43).

No sistema capitalista, as muitas manifestações de crise – o desemprego e o subemprego crônicos, o excedente de capital e a falta de oportunidades de investimento, as taxas decrescentes de lucro, a falta de demanda efetiva no mercado e assim por diante – podem, desse modo, remontar à tendência básica da superacumulação, conforme analisou Harvey (2005, p. 44). Como não há outras forças compensatórias em ação dentro da anarquia competitiva do sistema econômico capitalista, as crises possuem uma função importante: elas impõem algum tipo de ordem e racionalidade no desenvolvimento econômico capitalista.

Isso não quer dizer, que, as crises sejam ordenadas ou lógicas; de fato, as crises criam as condições que forçam a algum tipo de racionalização arbitrária no sistema de produção capitalista. Essa racionalização, como explicitou o autor, apresenta um custo social, provocando trágicas consequências humanas na forma de falências, colapsos financeiros, desvalorização forçada de ativos fixos e poupanças pessoais, inflação, concentração crescente de poder econômico e político em poucas mãos, queda dos salários reais e desemprego (HARVEY, 2005, p. 44).

No entanto, as correções forçadas e periódicas relativas ao curso da acumulação de capital também podem, facilmente, escapar do controle, e gerar a luta de classes, os movimentos revolucionários e o caos, que, tipicamente, produzem o terreno de reprodução para o fascismo. A reação social às crises pode afetar a maneira pela qual se resolve a crise, de modo que não há um único e necessário resultado para esse processo de racionalização forçada. Tudo o que

precisará acontecer se for para sustentar o sistema capitalista, será a criação de condições apropriadas para a renovação da acumulação (HARVEY, 2005, p. 45).

Em geral, as crises periódicas têm o efeito de expandir a capacidade produtiva e renovar as condições de acumulação adicional, intensificando a atividade social, os mercados e envolvendo as pessoas (produtividade de mão-de-obra, criação de novos desejos e necessidades, estímulo ao crescimento populacional como base da acumulação contínua). As crises estimulam a expansão geográfica para novas regiões, incrementando o comércio exterior, no mercado mundial (HARVEY, 2005, p. 45-46).

2.2.1 A geografia da acumulação capitalista

A organização espacial e a expansão geográfica são produtos necessários para o processo de acumulação. A teoria da acumulação se relaciona com a produção das estruturas espaciais.

Nesse sentido, como argumentou Harvey (2005, p. 45-46), a organização espacial – formas preexistentes de atividade ao longo de linhas capitalistas (por exemplo, a transformação da agricultura de subsistência do camponês em agricultura empresarial), a expansão de troca dentro do sistema de produção e a diversificação da divisão do trabalho (novos especialistas empresariais surgem para cuidar de determinado aspecto de produção, antes exercido dentro da própria fábrica ou empresa) são estruturas favoráveis para aumentar a capacidade de absorção de produtos.

No contexto da acumulação em geral, o aperfeiçoamento do transporte e da comunicação é visto como inevitável e necessário. A racionalização geográfica do processo produtivo depende, em parte, da estrutura mutável dos recursos de transporte, das matérias-primas e das demandas do mercado em relação à indústria, e da tendência inerente à aglomeração e à concentração da parte do próprio capital (HARVEY, 2005, p. 50).

As inovações desse tipo liberam a produção das fontes locais de poder, permitindo “a concentração da produção em grandes aglomerações urbanas, desempenhando a mesma função das inovações associadas ao transporte, que servem para anular o espaço pelo tempo” (HARVEY, 2005, p. 50-51). Conforme enfatizou esse autor, a expansão e a concentração geográficas são consideradas

produtos do mesmo esforço de criar novas oportunidades para a concentração e a acumulação de capital, criando, ao mesmo tempo, uma ampliação do mercado para realização.

Em consequência, os “fluxos no espaço” crescem de forma notável, enquanto os mercados se expandem espacialmente, e a periferia em relação ao centro fica circunscrita por um raio constantemente em expansão. Certo tipo de relação “centro-periferia” surge da tensão entre “concentração e expansão geográfica”. Assim, o capital passa a ser representado na forma de uma paisagem física, criada à sua própria imagem, criada como valor de uso, acentuando a acumulação progressiva do capital numa escala expansível (HARVEY, 2012, p. 51).

A paisagem geográfica, abrangida pelo capital fixo e imobilizado, é tanto uma glória coroada do desenvolvimento do capital passado, como uma prisão inibidora do progresso adicional da acumulação, pois a própria construção dessa paisagem é antitética em relação à “derrubada das barreiras espaciais” e, no fim, até à “anulação do espaço pelo tempo”. A paisagem criada pelo capitalismo também é vista como lugar da contradição e da tensão, e não como expressão do equilíbrio harmonioso. Além disso, as crises nos investimentos do capital fixo são consideradas como sinônimo, em muitos aspectos, da transformação dialética do espaço geográfico. (HARVEY, 2005, p. 51).

Nessa perspectiva de análise, o autor referiu-se à teoria de localização de Marx, cujo mérito reside no modo como essa teoria pode se integrar aos *insights* fundamentais relativos “à produção de valor e à dinâmica da acumulação”. A abordagem marxista, na avaliação de Harvey (2005, p. 52-53), diferencia-se da análise econômica burguesa do fenômeno da localização.

Conforme ressaltou, “normalmente, a análise burguesa especifica uma configuração ideal sob um conjunto específico de condições, e apresenta uma análise parcial de equilíbrio estático”. A dinâmica é levada em consideração no final da análise, como reflexão tardia e nunca vai muito além da estatística comparativa. Admite-se que a teoria burguesa de localização não conseguiu desenvolver uma representação dinâmica satisfatória de si mesma. (HARVEY, 2005, p. 52-53). Por outro lado, a teoria marxista começa com a dinâmica da acumulação. E, dessa análise, procura deduzir certas necessidades com respeito às estruturas geográficas.

O contraste entre as duas posturas teóricas, na visão de Harvey, tem caráter de importância, por sugerir uma distinção: “a análise burguesa da localização é apropriada apenas como expressão de configurações ideais de condições predeterminadas”. A teoria marxista ensina como “relacionar, teoricamente, a acumulação e a transformação das estruturas espaciais, e, no fim, é claro, fornece um tipo de compreensão teórica e material que permitirá entender os relacionamentos recíprocos entre geografia e história” (HARVEY, 2005, p. 53).

Harvey (2005, p. 69-71) analisou ainda “a teoria da acumulação de capital de Marx numa escala geográfica expansível como um todo”. Nessa escala, a teoria da acumulação marxista foi qualificada pelo autor como complexa: “Para que os componentes básicos sejam devidamente avaliados, esses componentes têm de ser vistos tanto entre si como em relação aos diversos modelos delineados por Marx para entender a produção, a troca e a realização capitalista enquanto totalidade”⁵².

O impulso para a acumulação numa escala geográfica expansível se expressa, principalmente, no processo produtivo, por meio da criação da mais-valia absoluta e relativa. No entanto, a criação de valor depende da capacidade de realizá-la através da circulação. O insucesso da realização de valor significa, simplesmente, a negação do valor criado potencialmente na produção. Portanto, se a esfera da circulação não se expande, a acumulação pára, como avaliou Harvey (2005).

Ao reforçar a ideia de Marx sobre o capital, Harvey (2005, p. 71) enfatizou que *O capital* não é uma coisa ou um conjunto de instituições; o capital é um processo de circulação entre produção e realização. Esse processo deve expandir-

⁵² Nesse contexto analítico, Harvey (2005, p. 70) descreveu uma citação de Marx: Nos *Grundrisse* (1973: 407-10), Marx fornece uma espécie de “esboço geral” da sua teoria geral: “A criação, pelo capital, da ‘mais-valia absoluta’ [...] depende da expansão – especificamente da expansão constante – da esfera da circulação [...] A condição prévia da produção com base no capital é, portanto, ‘a produção de uma esfera constantemente maior de circulação’. Desse modo, como o capital possui a tendência, por um lado, de sempre criar mais trabalho excedente, ele possui a tendência complementar de criar mais pontos de troca. A partir disso, deriva-se ‘a tendência de criar o mercado mundial, que fica diretamente determinado no conceito do próprio capital’, e a necessidade, inicialmente pelo menos, ‘de subjugar cada momento da própria produção em relação à troca, e de suspender a produção de valores diretos de uso não participantes da troca”. E ainda: “A produção da ‘mais-valia relativa’ [...] exige a produção de consumo novo; exige que o círculo do consumo dentro da circulação, se expanda como fez anteriormente, o círculo da produção. Inicialmente, a expansão quantitativa do consumo existente; em segundo lugar, a criação de novas necessidades, propagando as necessidades existentes num círculo maior; em terceiro lugar, a produção de novas necessidades, e a descoberta e a criação de novos valores de uso. Como consequência dessas tendências de expansão, o capitalismo cria um sistema de exploração geral das qualidades naturais e humanas”.

se, acumular, reformar constantemente o processo de trabalho e os relacionamentos sociais na produção, assim como mudar constantemente as dimensões e as formas da circulação. Marx ajuda a entender essas formas teoricamente. No entanto, no fim, temos de fazer essa teoria se relacionar com situações existentes na estrutura das relações sociais capitalistas desse momento da história.

De acordo com esse autor, é preciso obter uma interseção entre as abstrações teóricas, por um lado, e as investigações materialistas das configurações históricas reais, por outro. Elaborar e reelaborar a teoria da acumulação de Marx, como totalidade, numa escala geográfica expansível, requer essa interseção. De fato, temos de derivar a teoria do imperialismo da teoria da acumulação de Marx. Porém, para fazer isso, precisamos nos mover com cuidado através das etapas intermediárias.

As etapas intermediárias principais abrangem a teoria da localização e a análise dos investimentos fixos e imobilizados, e a criação obrigatória da paisagem geográfica para facilitar a acumulação através da produção e da circulação, conforme esclareceu o autor.

No entanto, as etapas da teoria da acumulação para a teoria do imperialismo, ou mais geralmente para a teoria da história, não são simples derivações mecânicas. “Seguindo esse caminho, temos também de realizar a transformação do geral para o concreto, que abrangeu o impulso básico da obra inacabada de Marx”, como explicitou Harvey (2005, p. 71).

Ao concluir sua análise sobre a geografia da acumulação capitalista, Harvey (2005) reforçou a ideia de que “em suma, temos de aprender a completar o projeto Marx, apresentando um entendimento sintético dos processos de produção e de circulação sob o capitalismo, relacionando-os com a história capitalista, e, desse modo, abordar, passo a passo, a forma que esses processos assumem na superfície da sociedade” (HARVEY, 2005, p. 71).

2.2.2 Teoria marxista do Estado

De acordo com Harvey (2005), Marx teve a intenção de escrever um tratado específico sobre o Estado, mas nunca começou o projeto. Suas concepções sobre o Estado estão difundidas em todos os seus textos e, com a ajuda dos trabalhos mais

volumosos de Engels⁵³, entre outros⁵⁴, é possível reconstruir uma versão da teoria marxista de Estado. Harvey (2005) apresentou a base teórica para o entendimento do papel do Estado nas sociedades capitalistas, mostrando como o Estado desempenha certas tarefas básicas mínimas no apoio do modo capitalista de produção. Segundo esse autor:

A maior parte dos escritos iniciais de Marx sobre o Estado se direciona ao sentido de refutar o idealismo filosófico de Hegel, mediante a elaboração da interpretação materialista do Estado como “expressão ativa. Consciente e oficial [da] atual estrutura da sociedade” (MARX e ENGELS, 1974, vol. 3 (1975): 199). Em A ideologia alemã (Marx e Engels, 1970: 53-4), essa interpretação materialista do Estado se amplia para uma concepção geral, em que se considera o Estado “uma forma independente”, que, surge da “contradição entre o interesse do indivíduo e o da comunidade”. Essa contradição “sempre se baseia” na estrutura social e, em particular, “nas classes, já determinadas pela divisão do trabalho [...] e pela qual uma classe domina todas as outras”. A partir disso, segue “que todos os conflitos dentro do Estado [...] são formas meramente ilusórias, nas quais os conflitos reais das diferentes classes lutam entre si” (HARVEY, 2005, p. 77).

Necessariamente, o Estado se origina da contradição entre os interesses particulares e os da comunidade. Em uma comparação feita por Harvey (2005, p. 78), “o Estado antigo era o Estado dos senhores de escravos para controlar os escravos, o Estado feudal era o órgão da nobreza para oprimir os servos camponeses, e o Estado representativo moderno é o instrumento para explorar a mão-de-obra assalariada pelo capital”.

Nesse sentido, como argumentou Harvey (2005), o uso do Estado como instrumento de dominação de classe cria uma contradição adicional: a classe dirigente tem de exercer seu poder em seu próprio interesse de classe, enquanto

⁵³ Harvey (2005, p. 77-78) apresentou de forma resumida, a visão do Estado de Engels: “O Estado não é, de modo algum, um poder, de fora, imposto sobre a sociedade; assim como não é ‘a realidade da ideia moral’, ‘a imagem e a realidade da razão’, como sustenta Hegel. Em vez disso, o Estado é o produto da sociedade num estágio específico do seu desenvolvimento; é o reconhecimento de que essa sociedade se envolveu numa autocontradição insolúvel, e está rachada em antagonismos irreconciliáveis, incapazes de ser exorcizados. No entanto, para que esses antagonismos não destruam as classes com interesses econômicos conflitantes e a sociedade, um poder, aparentemente situado acima da sociedade, tornou-se necessário para moderar o conflito e mantê-lo nos limites da ‘ordem’; e esse poder, nascido da sociedade, mas se colocando acima dela e, progressivamente, alienando-se dela, é o Estado” (ENGELS, 1941: 155 apud HARVEY, 2005, p. 78).

⁵⁴ Harvey (2005, p. 77) fez referência ao trabalho de Engels e aos trabalhos de Chang (1931) da teoria marxista do Estado; Lenin (edição de 1949) do que pode ser denominada posição marxista “ortodoxa” e das análises perceptivas de Gramsci (1971), entre outros marxistas como: Miliband (1969); Poulantzas (1973; 1975; 1976); Offe (1973); Altvater (1973); O’Connor (1973); Laclau (1975); Gold, Lo e Wright (1975).

afirma que suas ações são para o bem de todos. Além disso, o Estado pode ser representado como idealização abstrata do interesse comum, ou seja, pode se tornar encarnação abstrata do princípio “moral” (nacionalismo, patriotismo, fascismo).

Na argumentação de Harvey (2005, p. 80), citada anteriormente, é interessante perceber como os marxistas sempre escrevem isso sem levar em conta que a qualidade de vida dos mais pobres vai melhorando com o tempo. As conexões entre a formação da ideologia dominante, a definição do “interesse comum ilusório” na forma do Estado, e os interesses específicos reais da(s) classe(s) dirigentes são tão sutis como complexos. No entanto, é possível revelar a base desses interesses ao analisar o relacionamento entre o Estado e o funcionamento do modo capitalista de produção para que o capitalismo se reproduza como sistema contínuo.

Com base nas ideias marxistas, Harvey (2005, p. 80-81), estabeleceu uma relação entre “a teoria do Estado” e a “teoria do modo capitalista de produção” para explicar as relações sociais de troca e de valor de troca, que se situam no centro do modo capitalista de produção. De acordo com essas explicações, as relações de troca pressupõem:

1) O conceito de “pessoa jurídica” ou “pessoa física”, independentes e livres para envolverem-se em trocas;

2) Um sistema de direito de propriedade, assegurando que os indivíduos obtêm o domínio sobre os valores de uso apenas mediante a propriedade ou a troca;

3) Um padrão comum do valor em troca (a objetivação que é o dinheiro), de modo que envolva apenas a troca de valores equivalentes, significando que os indivíduos se abordam no mercado essencialmente como iguais, no que diz respeito à medida de troca. O dinheiro é o grande nivelador;

4) A condição, na troca, de dependência recíproca (em oposição à dependência recíproca (em oposição à dependência pessoal), resultante do fato de que “toda produção do indivíduo depende da produção” e do consumo de todos os outros indivíduos”. A condição de “livre individualidade e igualdade” é, portanto, “socialmente determinada”; alcança-se “apenas nas condições aceitas pela sociedade e com os recursos fornecidos pela sociedade; daí [ela] se dedicar à reprodução dessas condições e desses recursos”. A partir disso, surge a separação entre os interesses privados e as necessidades sociais; essa última se afigurando como um “poder alienígena” (o Estado) sobre o indivíduo.

Pode-se dizer a partir da afirmação de Harvey, que aí está o grande erro da teoria marxista. O comando sobre o processo de produção não está realmente no capitalista, mas nos consumidores, que são todas as pessoas.

No modo capitalista de produção, as relações de troca originam noções específicas a respeito do “indivíduo”, da “liberdade”, da “igualdade”, dos “direitos”, da “justiça”, conceitos que proporcionavam os brados ideológicos nos comícios de todas as revoluções burguesas. Essas noções se ligaram ao Estado incrustando-se formalmente no sistema legal burguês.

O Estado capitalista deveria, necessariamente, amparar e aplicar um sistema legal que abrangesse conceitos de propriedade, indivíduo, igualdade, liberdade e direito, correspondente às relações sociais de troca sob o capitalismo (HARVEY, 2005, p. 81). Entretanto, o sistema de troca de mercadorias com base na liberdade e igualdade deu origem a um resultado caracterizado pela “desigualdade e falta de liberdade”.

A explicação marxista para esse paradoxo se encontra no caráter de classe das relações capitalistas de produção, resultante de um longo processo histórico, no qual a força de trabalho se divorciou do controle dos meios de produção. Essas relações de produção e acumulação, uma vez criadas, devem ser fomentadas, amparadas e aplicadas pelo uso do poder do Estado, garantindo-se o direito da propriedade privada sobre as mercadorias em troca. Na relação de produção-acumulação, a força de trabalho é considerada uma mercadoria, o que significa que também é uma forma de propriedade privada, sobre a qual o trabalhador tem direitos exclusivos de venda.

Nesse sentido, na visão marxista, “o dinheiro”, como objeto de troca para obter-se “a mercadoria força de trabalho” proporciona o veículo para a acumulação e permite que o indivíduo carregue “seu poder social e seu vínculo (fiança) com a sociedade”. No capitalismo, o dinheiro, reconhecido como capital é repostado na produção e na circulação para render mais dinheiro. Representa valores reais e exige o mesmo tipo de regulação estatal da oferta e do crédito de dinheiro (HARVEY, 2005, p. 82). Do mesmo modo, se a margem de lucro precisa ser equalizada, tanto o capital quanto o trabalho devem ter grande mobilidade; o que significa que o Estado deve se empenhar, quando necessário, em remover as barreiras em favor da mobilidade.

Em geral, o Estado e, em particular, o sistema legal possuem um papel crucial a desempenhar na sustentação e na garantia da estabilidade desses relacionamentos básicos. A garantia do direito da propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, o cumprimento dos contratos, a proteção dos mecanismos de acumulação, a eliminação das barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho e a estabilização do sistema monetário (via Banco Central, por exemplo) estão todos dentro do campo de ação do Estado⁵⁵ (HARVEY, 2005, p. 83).

O Estado capitalista não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho. Se fosse diferente, o capitalismo não se sustentaria por muito tempo. Além disso, como o capital é essencialmente antagônico ao trabalho, Marx considera o Estado burguês, necessariamente, veículo por meio do qual a violência coletiva da classe burguesa oprime o trabalho. O corolário é, naturalmente, que os Estado burguês deve ser destruído para se alcançar uma sociedade sem classes.

A produção e troca capitalista são inerentemente “anárquicas”. Os indivíduos, todos em busca dos seus interesses privados, não podem levar em consideração “o interesse comum”, mesmo o da classe capitalista, em suas ações. Portanto, o Estado capitalista também tem de funcionar como veículo pelo qual os interesses de classe dos capitalistas se expressam em todos os campos da produção, da circulação e da troca. Ele desempenha um papel importante na regulação da competição, na regulação da exploração do trabalho (por meio, por exemplo, da legislação do salário mínimo e da quantidade máxima de horas de trabalho) e, geralmente, estabelecendo um piso sob os processos de exploração e acumulação capitalista (HARVEY, 2005, p. 83).

Na visão marxista do modo capitalista de produção, o Estado também desempenha um papel relevante no provimento de “bens públicos” e infraestruturas sociais e físicas; pré-requisitos necessários para a produção e troca capitalista, mas os quais nenhum capitalista individual acharia possível prover com lucro. Além disso, o Estado, inevitavelmente, envolve-se na administração de crises e age contra a tendência de queda da margem de lucro.

⁵⁵ Conforme descrito por Harvey (2005, p. 82), ao citar a obra de Marx e Engels: Em todos esses aspectos, o Estado capitalista se torna “a forma de organização que o burguês necessariamente adota para propósitos internos e externos, para a garantia mútua das suas propriedades e dos seus interesses” (MARX, ENGELS, 1970: 80).

Em todos esses aspectos, a intervenção do Estado é necessária, pois um sistema com base no interesse próprio e na competição não é capaz de expressar o interesse de classe coletivo. Na teoria marxista da distribuição, o excedente obtido por meio da produção capitalista se divide no lucro industrial, no juro para financiar o capital e na renda dos proprietários.

A homogeneidade no interior da classe capitalista se decompõe em frações de capital potencialmente em conflito entre si. Outras fragmentações – entre o capital mercantil e o capital industrial, por exemplo – podem nascer das divisões de função dentro do sistema capitalista. Essas fragmentações conduzem a conflitos de interesse no interior da classe capitalista como um todo. As lutas faccionárias que, de vez em quando, podem se tornar muito destrutivas, são, portanto, previsíveis na classe capitalista. O Estado, nesse caso, desempenha o papel de árbitro entre esses interesses conflitantes.

De acordo com Harvey (2005, p. 87), embora seja útil considerar o Estado em abstração, relativo, em particular, ao modo capitalista de produção, é “arriscado projetar tal entendimento nas análises históricas concretas de modo crítico”. O risco reside na tendência de situar o Estado como entidade autônoma mística, ignorando as complexidades e as sutilezas do seu envolvimento com outras facetas da sociedade.

Nesse caso, como argumentou Harvey (2005, p. 89) “o ponto enfatizado é que o Estado é uma categoria abstrata, talvez apropriada para se generalizar sobre a coletividade dos processos pelos quais se exerce o poder, e também para ser levada em consideração, coletivamente, na totalidade da formação social”. No entanto, o Estado não é uma categoria apropriada para descrever os processos reais pelos quais se exerce o poder. Invocar a categoria “o Estado” como “força em movimento” durante as análises históricas concretas é, em resumo, envolver-se numa mistificação.

Harvey (2005) esclareceu que a concepção do Estado como forma superestrutural, que possui sua base num modo particular de produção (nesse caso, o capitalismo), é perfeitamente adequada para o propósito da análise teórica. Mas tal concepção se mostra inadequada quando é projetada ingenuamente no estudo da história das sociedades capitalistas reais. O Estado burguês não nasce como reflexo automático do crescimento das relações sociais capitalistas. As instituições estatais têm de ser arduamente construídas e, em cada etapa do percurso, o poder

pode ser (e era) exercido através dessas instituições, ajudando a criar as relações reais que, no fim, as instituições estatais refletem.

2.2.3 Implicações da geografia da história do capitalismo: geopolítica e geografia do poder de classe

De acordo com Harvey (2005, p. 127) “a reprodução da vida cotidiana depende das mercadorias produzidas mediante o sistema de circulação de capital, que tem a busca do lucro como seu objetivo direto e socialmente aceito”. Considera-se a circulação do capital um processo contínuo, no qual se usa moeda para adquirir mercadorias (força de trabalho e meios de produção, como matérias-primas, maquinário, insumos de energia etc.), com o objetivo de combiná-los na produção e fabricação de uma nova mercadoria, que pode ser vendida pela moeda gasta inicialmente mais o lucro.

A teoria apresentada por Harvey (2005) fundamentou-se na análise do processo de circulação, na sociedade competitiva de mercado e em diversos agentes econômicos. No entanto, nem tudo o que acontece sob o capitalismo pode se reduzir a uma manifestação direta ou mesmo indireta da circulação do capital, como advertiu. Algumas mercadorias são produzidas e comercializadas sem o apelo ao estímulo do lucro, e diversas transações entre agentes econômicos existem fora da circulação do capital. Contudo, sustenta-se que a sobrevivência do capitalismo se funda na vitalidade permanente dessa forma de circulação.

Sob o capitalismo, a fonte permanente de preocupação envolve a criação de infraestruturas sociais e físicas que sustentam a circulação do capital. Os sistemas legal, financeiro, educacional e da administração pública, além dos sistemas ambientais não naturais, urbanos e de transportes precisam ser desenvolvidos para sustentar a circulação do capital se for para reproduzir a vida cotidiana efetivamente.

Seguindo a linha de pensamento marxista em *O Capital*, Harvey (2005, p. 128-131) resumiu dez pontos considerados relevantes na circulação do capital:

1. A continuidade da circulação do capital se baseia na expansão ininterrupta do valor das mercadorias produzidas.
2. Na produção, o crescimento se realiza por meio da utilização de trabalho vivo.

3. Na produção, o lucro se origina da exploração do trabalho vivo (tratado como “fator” reificado da produção e condição técnica, pela qual é possível que a mão de obra gere mais na produção do que obtenha através da troca da força de trabalho como mercadoria).
4. Em consequência, a circulação de capital se baseia na relação entre classes que impõe a compra e venda da força de trabalho como mercadoria. A relação de classe entre capital e trabalho é, indiscutivelmente, a relação social mais importante dentro da completa tecedura da sociedade burguesa.
5. A relação de classe significa oposição, antagonismo e luta.
6. Necessariamente, o modo capitalista de produção é tecnologicamente dinâmico. O impulso à revolução permanente do padrão de produtividade social do trabalho se encontra, inicialmente, na força dupla da competição intercapitalista e da luta de classes.
7. Normalmente, a mudança tecnológica e organizacional requer investimento do capital e força de trabalho para alimentar o dinamismo tecnológico necessário à sobrevivência do capitalismo (produzindo e reproduzindo excedentes de capital e trabalho).
8. A circulação do capital é instável. Incorpora contradições poderosas e destrutivas, que conferem sua inclinação crônica para a crise⁵⁶. O crescimento e o progresso tecnológico, ambos os aspectos necessários da circulação do capital, são antagônicos entre si. Periodicamente, o antagonismo subjacente irrompe como crise de acumulação plenamente amadurecida; ou seja, rupturas totais do processo de circulação do capital.
9. Habitualmente, a crise se manifesta como condição em que os excedentes tanto de capital como de trabalho que o capitalismo precisa para sobreviver não podem mais ser absorvidos (estado de “superacumulação”⁵⁷).

⁵⁶ Conforme analisado por Harvey (2005, p. 130-131): “Sob o capitalismo, a teoria da formação da crise é complexa e controversa nos detalhes. No entanto, o exame dos sete pontos precedentes revela uma contradição central. O sistema tem de se expandir mediante a utilização do trabalho vivo na produção, enquanto a via principal da mudança tecnológica envolve substituir o trabalho vivo – o agente real da expansão – da produção”.

⁵⁷ Expressão denominada por Harvey (2005, p. 131).

10. Os excedentes que não podem ser absorvidos são desvalorizados: algumas vezes, são até destruídos fisicamente. O capital pode ser desvalorizado como moeda (por meio da inflação ou da inadimplência sobre a dívida), como mercadoria (estoques não vendidos, vendas abaixo do preço de custo, perda física) ou como capacidade produtiva (instalação física ociosa ou subutilizada). As crises de desvalorização geram intensas ondas de choque em todos os aspectos da sociedade capitalista. Frequentemente, criam tensões sociais e políticas agudas. Assim, com a agitação provocada, novas formas políticas e ideologias podem emergir.

Harvey (2005, p. 131) apresentou aspectos relevantes sobre a formação e desenvolvimento das crises, tomando como referência “a geografia histórica do capitalismo, considerada do ponto de vista do triplo imperativo da produção, mobilização e absorção do excedente de capital e da força de trabalho”. Sem a criação prévia e a mobilização de tal excedente, a circulação do capital não pode começar, nem a expansão pode ser sustentada.

Sob a ótica marxista do capital e sua relação entre desenvolvimento do capitalismo nas dimensões geográficas espaciais e territoriais, com confrontações geopolíticas Harvey (2005) argumentou que, para transformar os *insights* de Marx em uma estrutura geopolítica, Lenin introduziu o conceito de Estado, que, até hoje, continua sendo o conceito fundamental pelo qual se expressa a territorialidade.

Segundo Harvey (2005) ao fazer isso, Lenin deu a questão como provada no tocante a como ou por que a circulação de capital e a organização da força de trabalho devem ser nacionais e não globais em sua orientação, e no que diz respeito ao por que os interesses tanto dos capitalistas como dos trabalhadores devem, ou até podem, ser externados como interesse nacional. Lenin deu expressão geográfica à dinâmica do capitalismo à custa de reabrir a questão histórica da relação entre sociedade civil e o Estado.

Com essa argumentação, o autor justificou que não aceitava a ideia de que as “relações espaciais e a estrutura geográfica podem ser reduzidas a uma teoria do Estado, ou que a teorização prévia da ascensão do Estado capitalista seja necessária para reconstruir a geografia histórica do capitalismo” (HARVEY, 2005, p. 142). Explicitou ainda, em seu discurso que sua tarefa é elaborar uma teoria geral

das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico sob o capitalismo. A intenção é, entre outras coisas, explicar a importância e a evolução das funções do Estado (locais, regionais, nacionais e supranacionais), do desenvolvimento geográfico desigual, das desigualdades inter-regionais, do imperialismo, do progresso e das formas de urbanização etc.

Apenas desse modo, como foi descrito pelo autor, as configurações territoriais e as alianças de classes são formadas e reformadas, pois os territórios perdem ou ganham poder econômico, político e militar em seus limites externos à autonomia interna do Estado. Depois de constituído, pode tornar-se uma barreira para a acumulação livre de capital ou um centro estratégico em que pode ser travada a luta de classes ou as lutas interimperialistas.

Nessa discussão, Harvey (2012, p. 142) deixou claro que a “geografia histórica do capitalismo” deveria ser o objeto de sua teorização, enquanto o método de inquirição deveria ser o “materialismo histórico-geográfico”. Conforme justificou “fácil de dizer, difícil de fazer”, por algumas razões:

- Pela superfície do planeta, encontra-se uma variedade de ambientes físicos e bióticos, muitos dos quais modificados significativamente pela ação humana ao longo dos séculos;
- A diversidade dessa ação produziu uma paisagem geográfica variada, em que diferenças culturais e socioestruturais se enraizaram profundamente; essa diferença geográfica específica pode ser abrangida, mas não subjugada inteiramente pelo peso homogeneizador da circulação do capital.
- Do ponto de vista abstrato, o espaço também possui propriedades mais complexas e específicas do que o tempo. É possível reverter o campo do espaço, e mover-se em diversas direções através dele, enquanto que o tempo simplesmente passa, e é irreversível.
- A metrificação para o espaço também é menos facilmente padronizada. O tempo ou o custo de movimento pelo espaço não necessariamente se equiparam, e ambos produzem metrificações diferentes em relação a uma simples distância física. Em comparação a isso, o cronômetro e o calendário são muito simples.

- O espaço geográfico é sempre o domínio do concreto e do específico (HARVEY, 2005, p. 142-143).

Nesse contexto, o autor colocou em dúvida a possibilidade de elaboração de uma teoria do concreto e do específico no contexto das determinações universais e abstratas da teoria marxista, sobre a acumulação capitalista. No entanto, como tentativa de resposta, Harvey (2005, p. 143) enfatizou a questão da “produção da organização espacial” considerando que “na circulação do capital, o propósito e o objetivo dos envolvidos deve ser controlar o tempo do trabalho excedente e transformá-lo em lucro dentro do tempo de rotação socialmente necessário” (HARVEY, 2005, p. 143).

Do ponto de vista da circulação do capital, conforme salientou o autor, o espaço aparece, em primeiro lugar, como mera inconveniência, uma barreira a ser superada. Entretanto, isso denota que “o esforço permanente de superação de todas as barreiras espaciais e da anulação do espaço pelo tempo” (HARVEY, 2005, p. 143) só podem ser alcançados por meio da produção de configurações espaciais fixas e imóveis (sistemas de transporte etc.).

Nessa contradição, a organização espacial é necessária para superar o espaço. Ou seja, “a tarefa da teoria espacial, no contexto do capitalismo, consiste em elaborar representações dinâmicas de como essa contradição se manifesta por meio das transformações histórico-geográficas” (HARVEY, 2005, p. 143). O ponto de partida para tal teoria se situa na interface entre as possibilidades de transporte e comunicações, por um lado, e as decisões localizacionais, por outro.

Refletindo sobre essas afirmações de Harvey e com base nas ideias de Popper, pode-se dizer que essa tarefa não tem objetivos claros, pois não existe aí exatamente uma questão a ser respondida.

O que exatamente Harvey pretende demonstrar ao realizar essa tarefa? É possível acreditar que essa argumentação de Harvey é um bom exemplo do motivo pelo qual Popper dizia que o marxismo não é científico. O autor utiliza categorias totalizantes, como “teoria espacial” (que remete a um conceito de “espaço” que é totalizante) e promete elaborar “representações dinâmicas” de um vasto conjunto de fenômenos heterogêneos englobados pela expressão “transformações histórico-geográficas”, como verificado em Harvey (2005, p. 143).

No campo do espaço, o impulso para revolucionar as forças produtivas é tão grande como em qualquer outro. Assim a história do capitalismo ficou marcada por reduções dramáticas no custo ou tempo de movimento, além de melhorias na continuidade do fluxo. As relações espaciais estão desse modo, sujeitas à transformação contínua. A acumulação do capital sempre foi uma ocorrência profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes da expansão geográfica, da reorganização espacial e do desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo, há muito tempo, teria deixado de funcionar como sistema econômico político.

Essa mudança incessante rumo a um “ajuste espacial” referente às contradições internas do capitalismo (registrada de modo mais perceptível como superacumulação de capital numa área geográfica específica) junto com a inserção desigual de diversos territórios e formações sociais no mercado mundial capitalista, criaram uma geografia histórica global de acumulação do capital (HARVEY, 2005, p. 191).

Para justificar a “geografia do poder de classe”, Harvey (2005, p. 191) enfatizou a importância do “Manifesto Comunista” como o renascimento das paixões políticas, levando em consideração as condições contemporâneas e a experiência histórico-geográfica. Entretanto, a abordagem adotada por Marx e Engels para o problema do desenvolvimento geográfico desigual e do ajuste espacial é ambivalente.

Por um lado, as questões de urbanização, transformação geográfica e “globalização” ocuparam um lugar proeminente na argumentação. Por outro lado, as possíveis ramificações das reestruturações geográficas tenderam a se perder num discurso retórico que, no fim, privilegiava o tempo e a história em detrimento do espaço e da geografia, a sentença inicial do “Manifesto” situa a argumentação na Europa (HARVEY, 2005, p. 191).

Suas teses se destinam a essa entidade transnacional e às suas classes trabalhadoras, como afirmou Harvey (2005, p. 195). Isso reflete o fato de que “comunistas de muitas nacionalidades” (o francês, o alemão, o italiano, o flamengo, o dinamarquês e o inglês foram as línguas consideradas para a publicação do documento) se reuniram em Londres para formular um programa da classe trabalhadora. O documento é, portanto, eurocêntrico e não internacional.

No entanto, não se ignora a importância do cenário global. As mudanças revolucionárias que conduziram a burguesia ao poder, estavam associadas “à descoberta da América e ao contorno do Cabo da Boa Esperança”, e à abertura do comércio com as colônias e com os mercados indiano e chinês. Desde o início da argumentação, a ascensão da burguesia está intimamente conectada a suas atividades e estratégias geográficas (HARVEY, 2005, p. 195).

De fato, nesse contexto histórico e geográfico, a indústria moderna estabeleceu o mercado mundial, para o qual a descoberta da América abriu o caminho. Mercado esse que proporcionou grande desenvolvimento do comércio, da navegação, da comunicação por terra. Esse desenvolvimento reagiu à ampliação da indústria. À medida que a indústria, o comércio, a navegação e as ferrovias se desenvolviam, a burguesia progredia na mesma proporção, aumentando seu capital. No entanto, empurrava para o segundo plano, toda classe legada da Idade Média.

Através dos meios geográficos, como enfatizou Harvey (2005, p. 196), “a burguesia ignorou e suprimiu os poderes feudais associados ao local. Também por esses meios, a burguesia converteu o Estado (com seus poderes militar, organizacional e fiscal) no executivo das suas próprias ambições”. Uma vez, no poder, a burguesia continuou a perseguir sua missão revolucionária, por meio, em parte, das transformações geográficas tanto internas quanto externas. Internamente, a criação das grandes cidades e a urbanização acelerada fizeram as cidades dominarem o campo (simultaneamente livrando o campo da vida rural e reduzindo o campesinato a uma classe subalterna).

Na concepção de Harvey (2005), a urbanização concentra forças produtivas e a força de trabalho no espaço, transformando populações dispersas e sistemas descentralizados de direitos de propriedade em massivas concentrações de poder político e econômico. As “forças da natureza” se sujeitam ao controle humano: “os maquinários, a utilização da química para a indústria e agricultura, a navegação a vapor, as ferrovias, os telégrafos, a roçadura de continentes inteiros para o cultivo, a canalização de rios, a expulsão de populações inteiras do campo” (HARVEY, 2005, p. 196).

Apesar do dilema dessas transformações, Harvey (2005, p. 196) apontou aspectos positivos, afirmando que “a concentração do proletariado em fábricas e cidades o tornou cômico dos seus interesses comuns. Sobre essa base, o proletariado começou a criar instituições, como sindicatos, para articular suas

reivindicações”. Além disso, “os sistemas modernos de comunicação puseram os trabalhadores de diversos lugares em contato entre si, permitindo a centralização de muitas lutas locais, todas do mesmo caráter, numa única luta nacional entre as classes” (HARVEY, 2005, p. 196).

Esse processo, como avaliou esse autor, ao se propagar através das fronteiras, despe os trabalhadores de “todos os traços de caráter nacional”, pois todos eles estão “sujeitos à ordem unificada do capital.” Pois a organização da luta da classe trabalhadora se concentra e se difunde pelo espaço, refletindo as ações do capital.

Como essas argumentações, Harvey (2005, p. 197) revelou aspectos relevantes sobre a “missão civilizatória” da burguesia, enunciando-a “com um toque de ironia”, como ele próprio se referiu, ao problematizar a questão geográfica do “Manifesto”. Sendo assim, como descrito pelo autor, está implícito certo limite relativo à capacidade de funcionamento indefinido e perpétuo do ajuste espacial.

Se a missão geográfica da burguesia é a reprodução de classe e das relações produtivas numa escala geográfica gradualmente expansível, então as bases para as contradições internas tanto da revolução capitalista quanto socialista também se expandem geograficamente. A conquista de novos mercados abre caminho para “crises mais amplas e destrutivas”, enquanto “diminui os meios pelos quais se previnem as crises”. A luta de classes se torna global. Portanto, Marx e Engels enunciam o imperativo “trabalhadores de todo o mundo, uni-vos” como uma condição necessária para a revolução anticapitalista e pós-socialista (HARVEY, 2005, p. 197).

Ao problematizar a questão geográfica do “Manifesto” em relação à ação política, Harvey (2005, p. 198) sugeriu uma resposta dupla. Em primeiro lugar, como enfatizou, é importante reconhecer (como o Manifesto faz tão claramente) os modos pelos quais os reordenamentos geográficos, as estratégias espaciais de reestruturação, os desenvolvimentos geográficos desiguais etc. são aspectos essenciais para a acumulação do capital, tanto historicamente como na atualidade⁵⁸.

⁵⁸ Harvey (2005, p. 198) considerou a primeira resposta como dada, embora estando ciente de que essa resposta precisa, frequentemente, ser reafirmada num movimento que aborde algumas – quando não todas – das suas implicações fundamentais. Ao citar Lefebvre, proferiu que – Embora Lefebvre talvez exagere um pouco – considero que vale a pena recordar sua observação de que o capitalismo sobreviveu no século XX por um único meio: “Pela ocupação do espaço, pela produção

Também é importante, na sua concepção, reconhecer (em aspectos que o “Manifesto” tende a minimizar) que a luta de classes se desenrola diferentemente nesse terreno bastante variado, e que o caminho para o socialismo deve levar em consideração tais realidades geográficas.

Em segundo lugar é igualmente importante problematizar a análise (“esboço” talvez fosse uma palavra mais apropriada) presente no “Manifesto”, para desenvolver uma compreensão mais sofisticada, acurada e politicamente útil quanto a como as dimensões geográficas relativas à acumulação do capital e a luta de classes desempenham um papel fundamental na perpetuação do poder burguês e na supressão dos direitos e aspirações do trabalhador, não apenas em lugares específicos, mas também globalmente (HARVEY, 2005, p. 198).

Ao apresentar essa resposta dupla à questão geográfica do “Manifesto”, Harvey (2005, p. 198) recorreu, de forma tácita ou explicitamente, como justificou, à “contra teoria não hegeliana” do desenvolvimento espaço-temporal da acumulação do capital e da luta de classes⁵⁹. Sob esse ponto de vista, Harvey (2005, p. 198-205) isolou seis aspectos do “Manifesto” para empreender as suas críticas, cuja síntese encontra-se descrita:

1. A divisão do mundo em países “civilizados” e “bárbaros” é no mínimo anacrônica, senão inteiramente objetável, mesmo se puder ser justificada como típica da época. Além disso, o modelo centro-periferia da acumulação do capital que se liga a essa divisão é, na melhor das hipóteses, uma grande simplificação e, na pior, um engano grosseiro. Dá a impressão de que o capital se originou em um único lugar (Inglaterra ou Europa), depois se difundiu para fora e abarcou o mundo. A adoção dessa posição parece derivar da aceitação não crítica da teleologia de Hegel; se o espaço for considerado, será como receptor passivo do processo teleológico. Que começa do centro e flui para fora, preenchendo todo o planeta.
2. O “Manifesto”, corretamente, destaca a importância da redução das barreiras espaciais por meio das inovações e dos investimentos nos

do espaço” (LEFEBVRE, 1976). Argumentou ainda: “Como seria irônico se o mesmo fosse dito no final do século XXI!” (HARVEY, 2005, p. 198).

⁵⁹ O autor indicou como referência de leitura sobre a “contra teoria não hegeliana”, da qual utilizaria em sua problematização ao “Manifesto”, o marxista e filósofo húngaro Mészáros (1995); e ele próprio, geógrafo crítico marxista: Harvey (1976).

transportes e nas comunicações; cruciais para o desenvolvimento e manutenção do poder burguês. Além disso, o raciocínio assinala que esse é um processo em progresso e não já concluído. Nesse aspecto, o “Manifesto” é presciente ao extremo. “A anulação do espaço pelo tempo”, como Marx, posteriormente, denominou (adotando uma expressão muito comum no início do século XIX, quando as pessoas se adaptavam às consequências revolucionárias da ferrovia e do telégrafo), está encaixada, em profundidade, na lógica da acumulação do capital, impondo as contínuas – ainda que, muitas vezes abruptas – transformações nas relações espaciais, que têm caracterizado a geografia histórica burguesa (das autoestradas pedagiadas ao ciberespaço). Essas transformações minam as qualidades absolutas do espaço (frequentemente associadas ao feudalismo), e enfatizam a relatividade das relações espaciais e das vantagens localizacionais; desse modo, a doutrina de Ricardo da vantagem comparativa no comércio se transforma numa questão dinâmica em vez de estável. Ademais, os caminhos espaciais dos fluxos de mercadorias precisam ser mapeados em relação ao fluxo de capital, à força de trabalho, à supremacia militar, à transferência de tecnologia, aos fluxos de informação etc.

3. Talvez uma das maiores carências do “Manifesto” seja sua desatenção em relação à organização territorial do mundo, em geral, e do capitalismo, em particular. Se, por exemplo, o Estado era necessário como “braço executivo da burguesia”, então o Estado tinha de ser definido, organizado e administrado territorialmente. Embora, em 1648, o Tratado de Westphalia estabelecesse o direito à coexistência dos estados independentes e soberanos como norma europeia (caracteristicamente, duvidosa), a extensão desse princípio pelo mundo levou alguns séculos para se concretizar e, ainda hoje, não está concluída. O século XIX foi o grande período das definições territoriais (com a maior parte das fronteiras mundiais sendo estabelecida entre 1870 e 1925, e a maioria delas sendo traçada apenas pelos britânicos e franceses, com a divisão da África, em 1885, sendo o exemplo mais espetacular).

4. O Estado é, naturalmente, apenas uma entre as muitas instituições mediadoras que influenciam a dinâmica da acumulação e da luta de classes no mundo inteiro. A moeda e as finanças também ocupam lugar de honra. Em relação a esse ponto, há algumas questões intrigantes sobre as quais o “Manifesto” permanece em silêncio. Por um lado, podemos interpretar a moeda mundial como uma representação universal de valor, com a qual os territórios se relacionam (por meio de suas próprias moedas correntes), e à qual os produtores capitalistas se ajustam, conforme buscam alguma medida do seu desempenho e da sua rentabilidade. Essa é uma concepção funcionalista e antidialética. Dá a impressão de que o valor, enquanto abstração etérea paira sobre as atividades dos indivíduos, a partir das nações (casualmente, essa é a concepção dominante da ideologia neoclássica contemporânea a respeito da globalização). Em *O Capital*, Marx considera a moeda universal de outro modo, ou seja, como uma representação de valor que, resultante da relação dialética entre a particularidade das atividades materiais (trabalho concreto) empreendidas em lugares e momentos específicos, e a universalidade dos valores (trabalho abstrato) alcançada pela troca de mercadorias, torna-se tão difundida e generalizada, no tocante a ser um ato social normal. No entanto, as instituições medeiam entre a particularidade e a universalidade, dando alguma aparência de ordem e permanência ao que é, de fato, areia movediça. Assim, os bancos centrais, as instituições financeiras, os sistemas de troca, as moedas correntes locais endossadas pelo Estado etc. se tornam mediadores poderosos entre a universalidade da moeda no mercado mundial e as particularidades dos trabalhos concretos realizados aqui e agora em torno de nós.
5. O argumento de que a revolução burguesa subjugou o campo em favor da cidade, como, de modo semelhante, subjugou os territórios num estágio inferior de desenvolvimento em favor daqueles num estágio mais avançado, assim como o raciocínio de que os processos de industrialização e acelerada urbanização representavam o viveiro para uma política mais unida da classe trabalhadora, também são

prescientes ao extremo, pelo menos em um sentido. Reduzidos à formulação mais simples, afirmam que a produção da organização espacial não é neutra em relação à luta de classe. Esse é um princípio fundamental, não importa o quão crítico sejamos com respeito ao esboço dessas dinâmicas como expostas no “Manifesto”.

6. Um dos elementos mais problemáticos do legado do “Manifesto” diz respeito à homogeneização do “trabalhador” e das “forças de trabalho” por um terreno geográfico muito variado, enquanto base adequada para a luta contra os poderes do capital. Embora o slogan “trabalhadores de todo o mundo, uni-vos” talvez ainda se mantenha como a única resposta adequada contra as estratégias globalizantes da acumulação do capital, a maneira de se alcançar isso e de conceituar essa resposta merece escrutínio crítico. Essencial para o argumento jaz a convicção de que a indústria moderna e o trabalho assalariado impostos pelos capitalistas (“os mesmos na Inglaterra e na França, nos estados Unidos e na Alemanha”) despiram os trabalhadores “de todos os traços de caráter nacional”⁶⁰.

Em sua utopia política, Harvey (2005) proferiu que a esquerda deve aprender a coordenar políticas potencialmente contraditórias em si mesmas, nas diferentes escalas espaciais. Retrair-se para o Estado-Nação enquanto local estratégico exclusivo da organização de classe e da luta de classes representa cortejar o insucesso (assim como flertar com o nacionalismo e tudo o que isso acarreta).

Nesse contexto, o movimento para o plano internacional impõe dilemas, sendo interessante observar que “o internacionalismo da luta dos trabalhadores,

⁶⁰ “Como consequência, em relação à homogeneização do “trabalhador” e das forças de trabalho”, Harvey (2005, p. 205), apresentou como problemática, a citação, originária de Marx e Engels, Manifesto of the Communist Party, edição da Progress Publishers, Moscou, 1952: “Os trabalhadores não têm país. Não podemos tirar deles o que eles não têm. Como o proletário deve, em primeiro lugar, conquistar a supremacia política, deve se tornar a classe dirigente da nação, deve constituir a nação, o proletário, é, até agora, nacional, ainda que não no sentido burguês da palavra. Dia a dia, as diferenças e os antagonismos nacionais entre os povos desaparecem cada vez mais, devido ao progresso da burguesia, à liberdade comercial, ao mercado mundial, à uniformidade no modo de produção e nas condições de vida correspondentes a isso. A supremacia do proletariado fará isso desaparecer ainda mais, rápido. A ação unida, dos principais países civilizados, ao menos, é uma das primeiras condições para a emancipação do proletariado. À medida que a exploração de um indivíduo pelo outro terminar, a exploração de uma nação por outra terminará. À medida que o antagonismo entre as classes numa nação desaparecer, a hostilidade de uma nação por outra também acabará”.

embora pareça como uma necessidade óbvia e latente sobre a maior parte do movimento dos trabalhadores enfrenta sérias dificuldades ao nível organizacional”, conforme ressaltou Harvey (2005, p. 216).

Os movimentos em torno dos direitos humanos, do meio ambiente e das condições da mulher “ilustram as possíveis vias pelas quais a ação política pode ser construída para ligar a microescala do corpo e do pessoal; e a macroescala do global e do político-econômico” (HARVEY, 2005, p. 216).

Para Harvey (2005, p. 216) “a revitalização da *International Labour Organization* – ILO – talvez seja um interessante ponto de partida”. No entanto, como afirmou: “pós-1989, a reconstrução de algum tipo de internacionalismo socialista não foi uma tarefa fácil, mesmo se o colapso do muro abriu novas oportunidades de explorar o internacionalismo livre da necessidade de defender os restos da Revolução Bolchevique contra as políticas predatórias das potências capitalistas”⁶¹ (HARVEY, 2005, p. 216).

É relevante observar, a partir dessa visão de Harvey, que os marxistas dizem que “a verdade da teoria é a prática social”. Contudo, o marxismo foi desmentido na prática e, ao invés de os marxistas concluírem então que a teoria estava errada (se não em sua totalidade, ao menos em grande parte) afirmam que o colapso do socialismo trouxe a vantagem de permitir criticar o capitalismo e organizar-se contra esse sistema sem a preocupação de defender o modelo fracassado.

A maneira de construir um movimento político, em diversas escalas espaciais, como resposta às estratégias geográficas e geopolíticas do capital, é um problema que, em esboço, o “Manifesto” articula de modo evidente. Como fazer isso para o nosso tempo é uma questão imperativa, como advertiu o autor. Em sua visão: “uma coisa, no entanto, é clara: não podemos assumir essa tarefa sem reconhecer as complexidades geográficas que nos confrontam. Os esclarecimentos oferecidos pelo estudo da questão geográfica do ‘Manifesto’ proporcionam uma oportunidade para enfrentar essa tarefa, para reacender a chama do socialismo” (HARVEY, 2005, p. 216).

⁶¹ Harvey (2005, p. 216) descreveu que “Em 1994, o *Socialist Register* analisou muitos desses problemas em detalhes, e as diversas colaborações refletem, coletivamente, muito da complexidade – tanto teórica quanto política – de criar uma nova ação política internacionalista”.

Ao concluir, Harvey (2005, p. 216) reforçou a ideia de que “Não há resposta mágica. No entanto, há, ao menos, uma maneira estratégica de pensamento disponível, que pode iluminar o caminho. Isso é o que o ‘Manifesto’ ainda é capaz de proporcionar”.

2.3 17 CONTRADIÇÕES E O FIM DO CAPITALISMO: O COROAMENTO DO PROJETO MARX IN HARVEY (2016 [2014])

O livro *Seventeen Contradictions and the End of Capitalism*, originalmente publicado por David Harvey no ano de 2014, em Londres, chegou ao Brasil em 2016. “17 contradições... é o livro mais perigoso que já escrevi”, disse Harvey (2016). Prosseguiu: É também o mais recente (e talvez o último) de uma série de livros à qual me refiro, em retrospecto, como “Projeto Marx” (HARVEY, 2016, p. 275).

Conforme foi esclarecido por esse autor, o projeto começou no fim dos anos 1990, mas tornou-se mais explícito depois de 2000. E explicou de que se tratava o projeto. Na descrição de Harvey (2016), estava claro há tempos que Marx não era bem compreendido, muito menos adotado, e era preciso trabalhar duro para tornar sua obra mais acessível. Não só por causa da ignorância geral, fundada na rejeição e nas distorções da direita, mas também pelas apresentações mais dogmáticas da esquerda sectária.

Ao mesmo tempo, como afirmou Harvey (2016), o marxismo acadêmico parecia empenhado em tornar o pensamento de Marx ainda mais complicado do que já era. Em suas palavras, proferiu:

Eu, de certa forma, contribuí para isso quando escrevi “Os limites do Capital”⁶² (uma obra que, na época de sua publicação, em 1982, foi definida por um crítico como ‘mais um marco para a geografia e mais uma pedra de moinho pendurada no pescoço dos estudantes de pós-graduação’). Nitidamente, havia um espaço onde eu poderia fazer bom uso da experiência de ter ensinado o Livro I de O capital pelo menos uma vez por ano desde 1971. [...] Nesses anos, meu objetivo era facilitar e esclarecer os argumentos de Marx. [...] queria abrir uma porta para o pensamento de Marx, de modo que os leitores pudessem transpô-la e, uma vez do outro lado, pudessem chegar a seus próprios entendimentos. Foi

⁶² Ed. Bras.: trad. Magda Lopes, São Paulo, Boitempo, 2013 (N. E.).

nesse espírito que a série de vídeos e os livros “Para entender o Capital”⁶³, foram construídos (HARVEY, 2016, p. 276).

É possível dizer ao analisar esse contexto que o próprio Harvey é dogmático, por não fazer uma discussão aprofundada sobre a crise do socialismo e do marxismo.

Harvey (2016) comentou ainda sobre as outras obras do Projeto Marx. Tornou explícito que sentiu necessidade de ilustrar a importância contemporânea do pensamento de Marx, para a política. Reforçou a ideia de que essa necessidade trazia em si uma obrigação de identificar, não apenas o que aprender com Marx, mas também, o que ele deixou incompleto. Além de implicar o reconhecimento do que estava ou não desatualizado no pensamento.

Foi assim que começou a ilustrar a utilidade do método de Marx, bem como de suas teorizações concretas, pondo em prática o entendimento acerca deles, na análise de eventos e problemas contemporâneos. Dessas análises, surgiram os livros sobre “o novo imperialismo, a breve história do neoliberalismo, a dinâmica espacial do desenvolvimento geográfico desigual, as interpretações da crise de 2007-2008 (O enigma do capital) e a análise da urbanização capitalista, tema que abordou em Espaços de esperança⁶⁴ e Cidades rebeldes” (HARVEY, 2016, p. 276-277).

Além desses, o autor fez alusão ao livro sobre a Paris do Segundo Império⁶⁵. Esse último livro, um exercício daquilo que chama de “materialismo histórico-geográfico”, e “que esclarece o período entre a análise de Marx sobre a chegada de Luis Bonaparte ao poder, na esteira da fracassada revolução de 1848 (O 18 de brumário de Luis Bonaparte⁶⁶), e o que aconteceu na Comuna de Paris de 1871 (A guerra civil na França⁶⁷)” (HARVEY, 2016, p. 277).

Com esses livros, o autor disse esperar que o efeito cumulativo fosse um estímulo a ler Marx de maneira aberta e cuidadosa, como um caminho para os estudos práticos. Sobre o livro “17 contradições”, Harvey esclareceu os seus dois objetivos. O primeiro era definir o que pode implicar o anticapitalismo. Ou seja, uma

⁶³ Ed. Bras.: Para entender O Capital: Livro I e Para entender O Capital: Livros II e III (trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2013-2014). (N. E.).

⁶⁴ Ed. Bras.: trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, 7ª ed., São Paulo, Loyola, 2015. (N. E.).

⁶⁵ Ed. Bras.: Paris, capital da modernidade (trad. Magda Lopes, São Paulo, Boitempo, 2015). (N. E.).

⁶⁶ Ed. Bras.: trad. Nélio Schneider, São Paulo, Boitempo, 2011. (N. E.).

⁶⁷ Ed. Bras.: trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2011. (N. E.).

posição política anticapitalista. O segundo era oferecer razões racionais para se tornar anticapitalista à luz do estado atual das coisas.

No texto *in* “Prólogo” de *17 contradições*, que foi intitulado “A crise atual do capitalismo”, o autor reafirmou que “crises são essenciais para a reprodução do capitalismo” e reforçou a ideia de que “é no desenrolar das crises que as instabilidades capitalistas são confrontadas, remodeladas e reformuladas para criar uma nova versão daquilo em que consiste o capitalismo” (HARVEY, 2016, p. 9).

Após uma visão retrospectiva das crises mundiais de 1929 a 2012, com destaque para “o fato de que, estatisticamente, os Estados Unidos conseguiram sair da crise em meados de 2009 e os mercados de ações conseguiram recuperar suas perdas em quase todo o mundo teve tudo a ver com as políticas do *Federal Reserve* o banco central e até dominante, no cenário mundial”, Harvey (2016, p. 11-12) reafirmou ainda mais suas descrenças nas forças de esquerda, assumindo publicamente a “morte do marxismo”:

Não são apenas as elites capitalistas e seus seguidores intelectuais e acadêmicos que parecem incapazes de romper radicalmente com o passado ou definir uma saída viável para a lamuriosa crise de baixo crescimento, estagnação, alta taxa de desemprego e perda da soberania estatal para o poder dos credores privados. As forças da esquerda tradicional (partidos políticos e sindicatos) são nitidamente incapazes de configurar uma oposição sólida ao poder do capital. Há trinta anos elas são derrotadas pelos ataques ideológicos e políticos da direita, enquanto o socialismo democrático é desacreditado. O colapso estigmatizado do comunismo realmente existente e a “morte do marxismo” depois de 1989 pioraram ainda mais a situação. Hoje, o que resta da esquerda radical atua amplamente fora dos canais de oposição institucionais ou organizados, com a esperança de que as ações em pequena escala e o ativismo local, possam contribuir para alguma alternativa satisfatória em grande escala. Essa esquerda, que estranhamente faz eco a uma ética libertária e até neoliberal do antiestatismo, é fomentada intelectualmente por pensadores como Michel Foucault e todos aqueles que reuniram os fragmentos pós-modernos sob a bandeira de um pós-estruturalismo amplamente incompreensível que favorece a política identitária e evita a análise de classes. Perspectivas e ações autonomistas, anarquistas e localistas estão em evidência em toda a parte (HARVEY, 2016, p. 12-13).

Para justificar a sua abordagem, Harvey (2016, p. 12) esclareceu que adotou “uma abordagem pouco convencional visto que segue o método de Marx, mas não necessariamente seus preceitos”. Sugeriu que “se quisermos fugir do hiato atual no pensamento econômico, nas políticas públicas e na política *tout court*, precisamos de métodos investigativos e concepções diferentes” (HARVEY, 2016, p. 12).

Para introduzir o tema sobre as contradições, Harvey (2016) apresentou o uso do termo “contradição”, abordando a diferença entre a contradição nas lógicas formal (dualista e estática) e dialética (relacional e dinâmica) e explicando seu foco nas contradições do capital, e não do capitalismo. O conceito de contradição, como esclareceu, é usado na língua inglesa de duas maneiras básicas.

A primeira forma de uso, mais óbvia e mais comum, como explicitou “deriva da lógica aristotélica, em que duas declarações são consideradas tão conflituosas que ambas possivelmente não podem ser verdadeiras”. A declaração “Todos os melros é pretos” contradiz a declaração “Todos os melros são brancos”. Se uma é verdadeira, a outra é falsa (Harvey, 2016, p. 15). O segundo uso do termo “contradição”, como esclareceu esse autor, acontece quando duas forças aparentemente opostas estão presentes ao mesmo tempo em determinada situação, entidade, processo ou evento. Essa é a dialética da contradição. A contradição entre realidade e aparência.

Neste livro, das *17 contradições*, Harvey (2016, p. 18-20) tentou mostrar o que está por trás do “fetichismo” de Marx, quando se referia a várias máscaras, disfarces e distorções do que realmente acontece na realidade e identificar as forças contraditórias que obstruem o motor econômico que move o capitalismo. Para isso, justificou fazer uma distinção clara entre “capitalismo” e “capital”, defendendo a ideia de sua investigação que visava o capital, não o capitalismo. Mas, o que implica tal distinção?

Por capitalismo, designou qualquer formação social em que os processos de circulação e acumulação do capital são hegemônicos e dominantes no fornecimento e moldagem das bases materiais, sociais e intelectuais da vida social (HARVEY, 2016, p. 19). O capitalismo “é cheio de contradições, contudo muitas não têm nada a ver diretamente com a acumulação do capital. Essas contradições transcendem as especificidades das formações sociais capitalistas” como afirmou Harvey (2016, p. 20).

Em seus estudos, ressaltou uma lógica de distinção para as contradições do capital que é específica à forma de “circulação e acumulação”. Ou seja, o funcionamento do motor econômico do capital, como propósito de seu método, que segundo ele “tentou isolar a circulação e a acumulação do capital de todo o resto”. Tratou-o como um “sistema fechado” para identificar suas principais contradições internas. Em suma, como explicitou Harvey (2016, p. 20), usou “o poder de

abstração para construir um modelo do funcionamento do motor econômico do capitalismo”. Utilizou esse modelo para “explorar por que e como ocorrem crises periódicas e, se em longo prazo, há contradições que podem se revelar fatais para a perpetuação do capitalismo como o conhecemos”. O autor justificou ainda que não estava dizendo que “tudo que acontece no capitalismo é motivado por contradições do capital”. No entanto, queria “identificar aquelas contradições internas do capital que foram responsáveis pelas crises recentes e que dão a entender que não há saída sem a destruição da vida e da subsistência de milhões de pessoas no mundo todo” (HARVEY, 2016, p. 20-21).

Nesse sentido, entende-se que o autor se referiu tanto às mortes que seriam produzidas inevitavelmente pelo capitalismo, quanto às mortes inevitáveis no curso da luta contra o capitalismo. De qualquer maneira, a vida jamais poderia ser interrompida em qualquer uma dessas condições. Em relação às crises e contradições do capital, Harvey (2016) comparou-se ao biólogo que admite prontamente que forças e perturbações externas (furacões, aquecimento global, aumento do nível do mar, poluição atmosférica ou contaminação de água) muitas vezes oprimem a dinâmica “norma” da reprodução ecológica na área isolada para o estudo.

Ao relatar sobre as catástrofes naturais e ambientais, o autor justificou admitir que as crises e contradições, as guerras, o nacionalismo, as disputas geográficas, os desastres de vários tipos, tudo isso entra na dinâmica do capitalismo, junto com doses generosas de ódio e discriminação motivados por questões de raça, gênero, orientação sexual, religião e etnia. Sobre o pretenso movimento “anticapitalista” em formação, Harvey enfatizou que “é crucial não só compreender melhor aquilo a que deveria se opor, mas também elaborar um argumento claro que explique por que o movimento anticapitalista faz sentido em nossa época” (HARVEY, 2016, p. 22).

Harvey (2016, p. 22) asseverou que, no livro *17 contradições e o fim do capitalismo*, procurou um melhor entendimento das contradições do “capital”, e não do “capitalismo”, pois queria saber como o motor econômico do capitalismo funciona, da maneira como funciona e mostrar por que e pelo que esse motor econômico deveria ser substituído. Para isso, organizou a estrutura do livro a partir de três análises: “contradições fundamentais” (Parte I); “contradições mutáveis” (Parte II) e “contradições perigosas” (Parte III). Após a conclusão “Perspectivas de

um futuro feliz, mas controverso: a promessa do humanismo revolucionário”, Harvey (2016, p. 271) apresentou suas “ideias para a prática política anticapitalista”, como “algumas diretrizes (derivadas das dezessete contradições)” para construir e animar essa prática política.

2.3.1 Contradições fundamentais

De acordo com Harvey (2016, p. 23-86), o capitalismo não funciona sem as sete primeiras contradições fundamentais, analisadas por ele, em seu livro: “1) Valor de uso e valor de troca; 2) O valor social do trabalho e sua representação pelo dinheiro; 3) Propriedade privada e Estado capitalista; 4) Apropriação privada e riqueza comum; 5) Capital e trabalho; 6) Capital como processo ou como coisa?; 7) A unidade contraditória entre produção e realização”. Essas contradições estão ligadas de tal maneira que é “impossível modificar substancialmente ou abolir qualquer uma delas sem modificar ou abolir as outras” (HARVEY, 2016, p. 25).

Para Harvey (2016, p. 25), contestar o papel dominante do valor de troca no fornecimento de um valor de uso como habitação, por exemplo, implica mudar a forma e o papel do dinheiro e modificar, ou mesmo abolir, o regime de direitos de propriedade privada, gerando crises. Isso é perigoso para o capital e cria oportunidades, para uma luta anticapitalista sistêmica. Se as crises são fases transitórias e disruptivas nas quais o capital se reconstitui em uma nova forma, então também são fases em que questões profundas podem ser colocadas e solucionadas pelos movimentos sociais que tentam recriar o mundo com uma imagem diferente (HARVEY, 2016, p. 25). É possível analisar a descrição mais detalhada das relações entre as contradições fundamentais, exposta por Harvey (2016), no texto, a seguir:

As contradições fundamentais do capital não existem isoladas umas das outras. Elas se interligam de diversas maneiras para fornecer uma arquitetura básica para a acumulação de capital. A contradição entre valor de uso e valor de troca (1) depende da existência do dinheiro, que se encontra em relação contraditória com o valor enquanto trabalho social (2). O valor de troca e sua medida (o dinheiro) presume certa relação jurídica entre aqueles que estão envolvidos na troca: daí o fato de os indivíduos terem direitos de propriedade privada adquiridos e um quadro de leis ou costumes para proteger esses direitos. Isso fundamenta uma contradição entre a propriedade privada individualizada e a coletividade do Estado capitalista (3). O Estado tem o monopólio sobre o uso legítimo da violência, bem como sobre a emissão da moeda fiduciária, meio básico de troca. Há uma ligação profunda entre a perpetuidade da forma dinheiro e a perpetuidade dos direitos de propriedade privada (as duas coisas implicam-

se mutuamente). Pessoas físicas podem se apropriar, legal e livremente, dos frutos do trabalho social (bens comuns) pela troca (4). Isso constitui a base monetária para a formação do poder da classe capitalista. Mas o capital só pode se reproduzir sistematicamente pela mercantilização da força de trabalho, a qual resolve o problema de como criar a desigualdade de lucros em um sistema de troca mercantil baseado na igualdade. Essa solução implica converter o trabalho social – trabalho que fazemos para os outros – em trabalho social alienado – trabalho dedicado exclusivamente para a produção e reprodução do capital. O resultado é uma contradição fundamental entre capital e trabalho (5). Postas em movimento, essas contradições definem um processo contínuo de circulação do capital que assume diferentes formas materiais, o que, por sua vez, implica uma tensão cada vez maior entre fixidez e movimento na paisagem do capital (6). Na circulação do capital há necessariamente uma unidade contraditória entre produção e realização do capital (7) (HARVEY, 2016, p. 89-90).

Essas contradições definem um terreno político no qual podemos delimitar uma alternativa para o mundo criado pelo capital. Na avaliação de Harvey (2016), a orientação política deve se voltar para os valores de uso, e não para os valores de troca, para uma forma-dinheiro que iniba tanto o acúmulo privado de riquezas e poder como a dissolução do elo entre Estado e propriedade privada em regimes múltiplos e sobrepostos, com direitos de propriedade comum geridos coletivamente. Nesse sentido, a capacidade das pessoas privadas de se apropriar da riqueza comum tem de ser controlada e a base monetária para o poder de classe tem de ser destruída.

A contradição entre capital e trabalho, como argumentou Harvey (2016, p. 90), “precisa ser deslocada pelo fortalecimento do poder dos trabalhadores associados de se envolver no trabalho inalienado e determinar seu próprio processo de trabalho enquanto produzem valores de uso necessários para terceiros”. A relação entre fixidez e movimento (que não pode ser abolida, uma vez que é condição universal da existência humana) deve ser gerida de modo a neutralizar os poderes do rentista e facilitar a satisfação contínua e segura das necessidades básicas de todos, como analisou Harvey (2016).

Por fim, na visão do autor, a produção deveria se organizar racionalmente a fim de fornecer os valores de uso necessários para obter um nível de vida adequado. Essas são orientações gerais ao pensamento político de longo prazo sobre como se deveria constituir uma alternativa ao capital. As contradições fundamentais são características constantes do capital em qualquer época ou lugar. O único aspecto constante dessas contradições é o fato de serem instáveis e mudarem o tempo todo. Isso contribui para um entendimento da economia política

que se afasta radicalmente do modelo das ciências naturais, donde podemos assumir que os princípios elucidados são verdadeiros⁶⁸ (HARVEY, 2016, p. 90).

No texto citado, é possível verificar na proposta do autor um equívoco em relação ao consumo. Poderia se dizer que é um erro fundamental da teoria de Marx: a suposição de que são os produtores (os capitalistas) que decidem o quê e quanto produzir, sendo os consumidores manipulados para que comprem coisas desnecessárias. No entanto, verifica-se uma correta observação quando o autor admite a instabilidade das contradições fundamentais do capitalismo por sofrerem mudanças temporais. Sua explicação em relação ao método de entendimento da economia política é plausível e se adequa às ciências humanas. É possível verificar também, na proposta do autor, a refutação ao modelo das ciências naturais. Ou seja, ao método indutivo-empirista criticado por Karl Popper.

Nota-se ainda que, quando Harvey (2016, p. 90) faz alusão ao entendimento da economia política, ele faz a utilização da premissa “verdadeira” a esses princípios elucidados. Isso reforça a ideia de que o método das ciências naturais seria “falso”, ao compará-lo ao método que tem como pano de fundo as orientações políticas. Poder-se-ia dizer que nesse contexto analítico, Harvey (2016, p. 90) faz uma separação entre ciências naturais e ciências humanas, por meio de suas análises sobre as contradições e as crises do capitalismo e por meio de suas intenções políticas anticapitalistas.

Em relação às intenções políticas anticapitalistas do autor, não significa dizer que a separação metodológica dos dois campos analíticos das ciências naturais e das ciências humanas de natureza política, econômica e social, “esteja” ou “não esteja” vinculada à crença de que, o método marxista, seja o único caminho válido para a emancipação política e para a superação do regime capitalista. Ou mesmo conceber o marxismo, como a força motriz e propulsora da justiça e do bem social, com a passagem para um regime socialista, de orientação esquerdista.

As propostas de Harvey como diretrizes de prática anticapitalista relacionadas às contradições fundamentais estão descritas no quadro 1.

⁶⁸ Na descrição de Harvey (2016, p. 90), os meios pelos quais se expressam as “leis básicas” (ou, em meu modo de dizer, as “contradições fundamentais”) “mudam com o tempo, e os padrões formados por elas mudam e assumem novas formas com o passar do tempo. Desse modo, cada novo padrão, cada novo conjunto de arranjos, proporciona uma nova estrutura para a economia, fazendo desaparecer a estrutura antiga, mas os componentes básicos que a formam – as leis básicas – permanecem sempre os mesmos, como afirmou Brian Arthur in *The Nature of Technology: What It Is and How It Evolves* (Nova York, Free Press, 2009, p. 202).

Quadro 1 - CONTRADIÇÕES FUNDAMENTAIS E ANTICAPITALISMO

CONTRADIÇÕES FUNDAMENTAIS	DIRETRIZES PARA A PRÁTICA ANTICAPITALISTA
1. VALOR DE USO E VALOR DE TROCA	A provisão direta de valores de uso adequados para todos (habitação, segurança alimentar, etc.) tenha precedência sobre a provisão desses valores por intermédio de um sistema de mercado que maximize os lucros, concentre os valores de troca em poucas mãos privadas e distribua bens com base na capacidade de pagamento (HARVEY, 2016, p. 271).
2. O VALOR SOCIAL DO TRABALHO E SUA REPRESENTAÇÃO PELO DINHEIRO	Seja criado um meio de troca que facilite a circulação de bens e serviços, mas que limite ou elimine a capacidade de pessoas privadas acumularem dinheiro como forma de poder social (HARVEY, 2016, p. 271).
3. PROPRIEDADE PRIVADA E ESTADO CAPITALISTA	A oposição entre propriedade privada e poder público seja substituída tanto quanto possível por regimes de direitos comuns – particular ênfase no conhecimento humano e na terra como bens comuns mais fundamentais, cuja criação, gestão e proteção sejam feitas por assembleias e associações populares (HARVEY, 2016, p. 272).
4. APROPRIAÇÃO PRIVADA E RIQUEZA COMUM	A apropriação do poder social por pessoas privadas seja não apenas impedida por barreiras econômicas e sociais, mas também malvista no mundo interior como desvio patológico (HARVEY, 2016, p. 272).
5. CAPITAL E TRABALHO	A oposição de classe entre capital e trabalho se dissipe em associações de produtores que decidem livremente o que, como e quando produzir, em colaboração com outras associações, considerando a satisfação das necessidades sociais comuns (HARVEY, 2016, p. 272).
6. CAPITAL COMO PROCESSO OU COMO COISA?	A vida cotidiana seja desacelerada – a locomoção seja lenta e agradável – para maximizar o tempo dedicado às atividades livres, realizadas num ambiente estável e bem cuidado protegido dos episódios dramáticos da destruição criativa (HARVEY, 2016, p.272).
7. A UNIDADE CONTRADITÓRIA ENTRE PRODUÇÃO E REALIZAÇÃO	Populações associadas avaliem e informem mutuamente suas necessidades a fim de criar a base para as decisões relacionadas à produção (no curto prazo, considerações relativas à realização devem dominar as decisões relativas à produção) (HARVEY, 2016, p. 272)

FONTE: David Harvey (2016). Elaboração de Mariza Ferreira da Silva, com base no livro: *17 Contradições e o fim do capitalismo*

2.3.2 Contradições mutáveis

Harvey (2016, p. 94-199) qualificou em sua obra sete contradições mutáveis, sendo assim apresentadas: “1) Tecnologia, trabalho e descartabilidade humana; 2) Divisões do trabalho; 3) Monopólio e competição: centralização e descentralização; 4) Desenvolvimentos geográficos desiguais e produção de espaço; 5) Disparidades de renda e riqueza; 6) Reprodução social; 7) Liberdade e dominação”. As contradições mutáveis, na visão de Harvey (2016, p. 203), “evoluem de modo diferente e fornecem grande parte da força dinâmica que está por trás da evolução histórica e geográfica do capital”. Em alguns casos, “seu movimento tende a ser progressivo (mas nunca sem um contratempo aqui ou um revés ali)”. A mudança tecnológica, de modo geral, “é cumulativa, assim como a produção geográfica do espaço, embora nos dois casos haja fortes contracorrentes e reverses”. Tecnologias viáveis são abandonadas e desaparecem, espaços e lugares que antes eram centros vigorosos de atividade capitalista tornam-se cidades-fantasma ou entram em decadência, como analisou Harvey (2016, p. 203).

Em outros casos, “o movimento é como o de um pêndulo: oscila entre o monopólio e a concorrência ou se equilibra entre a pobreza e a riqueza”. Já em outras situações, “como sucede com a liberdade e a dominação, o movimento é mais caótico e aleatório e depende do fluxo e refluxo de forças políticas lutando umas com as outras”. E ainda, como enfatizou Harvey (2016) – no campo complexo da reprodução social – as “interseções entre a evolução histórica do capitalismo e as exigências específicas do capital são tão indeterminadas e entrelaçadas que a direção e a força do movimento se tornam episódicas e raramente consistentes” (HARVEY, 2016, p. 203).

A configuração das contradições mutáveis fornece grande parte da energia e da força inovadora da coevolução de capital e capitalismo e abre uma riqueza de possibilidades para novas iniciativas. Essas são as contradições e os espaços em que se encontra latente a esperança de uma sociedade melhor, e é deles que devem surgir arquiteturas e construções alternativas, na visão de Harvey (2016, p. 204).

Como no caso das contradições fundamentais, as contradições mutáveis se cruzam, interagem e interferem entre si de maneira intrigante dentro capital:

A produção de espaço e as dinâmicas do desenvolvimento geográfico desigual foram profundamente impactadas pelas mudanças tecnológicas nas formas organizacionais (por exemplo, aparelhos de Estado e formas territoriais de organização) e nas tecnologias de transporte e produção do espaço. É no campo do desenvolvimento geográfico desigual que florescem as diferenciações na reprodução social e no equilíbrio entre liberdade e dominação, até se tornarem parte da produção do espaço e do desenvolvimento desigual. A criação de espaços heterotópicos, onde as formas radicalmente diferentes de produção, organização social e poder político podem florescer durante algum tempo, implica um terreno de possibilidades anticapitalistas que se abre e se fecha perpetuamente. É também aqui que as questões de monopólio e centralização do poder versus descentralização e concorrência influenciam o dinamismo tecnológico e organizacional e estimulam a concorrência geopolítica por vantagem econômica. É desnecessário dizer que o equilíbrio entre pobreza e riqueza é constantemente modificado pela concorrência interterritorial, pelos fluxos migratórios e pelas inovações competitivas relacionadas à produtividade do trabalho e à criação de novas linhas de produtos (HARVEY, 2016, p. 204).

Na visão desse autor, é no quadro referencial dessas contradições interativas e dinâmicas que encontramos múltiplos projetos políticos alternativos, pois é nas contradições “que há inúmeras possibilidades para iniciativas que modifiquem o funcionamento do capital ou abram perspectivas com relação ao que poderia ser uma alternativa anticapitalista” (HARVEY, 2016, p. 204).

Segundo Harvey (2016, p. 204), os desenvolvimentos geográficos desiguais geram “espaços de esperança” e situações heterotópicas onde florescem novos modos de cooperação. As novas tecnologias (como a internet) abrem novos espaços de liberdade potencial que podem fazer avançar a causa da governança democrática. Iniciativas no campo da reprodução social podem produzir novos sujeitos políticos que queiram revolucionar e humanizar as relações sociais e cultivar uma abordagem mais esteticamente sensível e satisfatória da nossa relação metabólica com a natureza.

Descrever essas possibilidades, como argumentou Harvey (2016), é sugerir que “qualquer política anticapitalista tem que ser persistente para perseguir as contradições e deslindar seu caminho rumo à construção de um universo alternativo, usando os recursos e as ideias disponíveis. Isso nos leva às contradições perigosas, talvez até potencialmente fatais” (HARVEY, 2016, p. 204-205).

As contradições mutáveis do capitalismo com as diretrizes para a prática anticapitalista propostas por Harvey (2016, p. 272-273) estão descritas no quadro 2, apresentado a seguir.

Quadro 2 - CONTRADIÇÕES MUTÁVEIS E ANTICAPITALISMO

CONTRADIÇÕES MUTÁVEIS	DIRETRIZES PARA A PRÁTICA ANTICAPITALISTA
1. TECNOLOGIA, TRABALHO E DESCARTABILIDADE HUMANA	1. Criação de novas tecnologias e formas de organização; aliviar o peso de todas as formas de trabalho social (HARVEY, 2016, p. 272).
2. DIVISÕES DO TRABALHO	2. Divisões técnicas do trabalho sejam reduzidas pelo uso de automação, robotização e inteligência artificial (HARVEY, 2016, p. 272).
3. MONOPÓLIO E COMPETIÇÃO: CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO	3. Monopólio e poder centralizados sobre o uso dos meios de produção sejam dados a associações populares (HARVEY, 2016, p. 272).
4. DESENVOLVIMENTOS GEOGRÁFICOS DESIGUAIS E PRODUÇÃO DE ESPAÇO	4. Exista a maior diversificação possível nos modos de viver e ser, nas relações sociais e com a natureza, nos hábitos culturais e nas crenças dentro das associações territoriais, comuns e coletivas (HARVEY, 2016, p. 272).
5. DISPARIDADES DE RENDA E RIQUEZA	5. Todas as desigualdades de provisão material sejam abolidas, exceto as implícitas, no princípio “de cada um ou uma segundo suas capacidades, e a cada um ou uma segundo suas necessidades” (HARVEY, 2016, p. 273).
6. REPRODUÇÃO SOCIAL	6. Seja gradualmente eliminada a distinção entre trabalho necessário realizado para pessoas distantes e trabalho realizado para a reprodução de si, da unidade familiar e da comunidade, de modo que o trabalho social seja incorporado no trabalho familiar e comum, e o trabalho familiar e comum torne-se a principal forma de trabalho social inalienado e não monetizado (HARVEY, 2016, p. 273).
7. LIBERDADE E DOMINAÇÃO	7. Todos, tenhamos mesmo direito a educação, saúde, habitação, segurança alimentar, produtos básicos e acesso livre ao transporte para garantir a base material que assegure que não haja carências e nos dê liberdade de ação e movimento (HARVEY, 2016, p. 273).

FONTE: David Harvey (2016) – Elaboração de Mariza Ferreira da Silva, com base no livro: *17 Contradições e o fim do capitalismo*.

2.3.3 Contradições perigosas

As três contradições denominadas de “perigosas”, analisadas por Harvey (2016, p. 207-260), são qualificadas como: 1) “Crescimento exponencial infinito – o capital, gira sempre em torno do crescimento e cresce necessariamente a uma taxa composta: juros compostos para o endividamento crescente” (HARVEY, 2016, p. 207); 2) “A relação do capital com a natureza – redução da natureza e da natureza humana à pura forma-mercadoria” (HARVEY, 2016, p. 243); 3) “A revolta da natureza humana: alienação universal – [...] que anime uma subjetividade política coletiva para a constituição de um motor econômico alternativo, caso os poderes do capital sejam confrontados e superados” (HARVEY, 2016, p. 247).

Em suas análises sobre essas contradições, o autor enfatizou que, a única política sensata é buscar transcender o capital e os limites de uma estrutura cada vez mais autocrática e oligárquica do poder de classe capitalista, bem como reconstruir as possibilidades imaginativas da economia com uma configuração, muito mais igualitária e democrática.

Nessa perspectiva, o autor explicitou que rejeita a ideia de contradições “fatais” e prefere defini-las como “perigosas”, porque qualificá-las como fatais conotaria um aspecto falso de inevitabilidade e ruína cancerosa, ou mesmo um fim apocalíptico. Porém reconhece que certas contradições, no entanto, são mais perigosas do que outras, tanto para o capital quanto para a humanidade e variam de lugar para lugar, de época para época (HARVEY, 2016, p. 205-206).

Na argumentação do autor, a questão ambiental e o desafio de manter o crescimento exponencial não teriam chamado tanta atenção em 1945, quando era muito mais importante resolver as rivalidades geopolíticas e racionalizar os processos do desenvolvimento geográfico desigual, reequilibrando ao mesmo tempo (mediante intervenções do Estado) a unidade contraditória entre produção e realização.

As contradições perigosas propostas pelo autor e as diretrizes derivadas dessas para a prática de ações anticapitalista podem ser analisadas no quadro 3.

Quadro 3 - CONTRADIÇÕES PERIGOSAS E ANTICAPITALISMO

CONTRADIÇÕES PERIGOSAS	DIRETRIZES PARA A PRÁTICA ANTICAPITALISTA
1. CRESCIMENTO EXPONENCIAL INFINITO	Que a economia convirja para o crescimento zero. (mas com espaço para desenvolvimentos geográficos desiguais) num mundo em que o máximo desenvolvimento das capacidades e dos poderes humanos individuais e coletivos e a contínua busca de novidades prevaleçam como normas sociais e suplantem a mania do crescimento exponencial perpétuo (HARVEY, 2016, p. 273).
2. A RELAÇÃO DO CAPITAL COM A NATUREZA	A apropriação e a produção de energias naturais para atender às necessidades humanas prossigam em ritmo acelerado, mas com o máximo de respeito pelos ecossistemas, com o máximo de atenção para com a reciclagem de nutrientes, energia e matéria física em seus locais de origem e com um grande sentido de reencantamento pela beleza do mundo natural, do qual fazemos parte e com o qual podemos contribuir e já contribuimos com nosso trabalho (HARVEY, 2016, p. 273).
3. A REVOLTA DA NATUREZA HUMANA: ALIENAÇÃO UNIVERSAL	Seres humanos inalienados e pessoas criativas inalienadas surjam munidos de um novo e confiante sentido de si e de ser coletivo. Da experiência das relações sociais íntimas adquiridas livremente e da empatia por diferentes modos de vida e produção surja um mundo em que todos serão igualmente considerados merecedores de dignidade e respeito, mesmo que haja conflito sobre a definição apropriada de boa vida. Esse mundo social evolua continuamente por meio de revoluções permanentes das capacidades e dos poderes humanos. A busca perpétua da novidade continue (HARVEY, 2016, p. 273).

FONTE: David Harvey (2016) – Elaboração de Mariza Ferreira da Silva com base no livro: *17 Contradições e o fim do capitalismo*.

2.3.4 Diretrizes derivadas das contradições para uma política anticapitalista e fim do capitalismo

Para apoiar a política anticapitalista, Harvey (2016, p. 271-273) apresentou as diretrizes que são derivadas das dezessete contradições expostas nos quadros 1, 2 e 3. Conforme argumentou o autor essas diretrizes visam fortalecer a causa da prática política anticapitalista, como “luta de um mundo melhor”.

De acordo com o autor, essa ótica política anticapitalista proposta visa chegar à transcendência do capital e de seus limites estruturais, em busca da reconstrução de uma sociedade mais igualitária e democrática.

Não se nega, nessa tese, a relevância das diretrizes de práticas anticapitalistas propostas por Harvey (2016). Entretanto verifica-se que o autor não usa dados empíricos de pesquisas elaboradas estatisticamente que viabilizem analisar indicadores socioeconômicos e mesmo ambientais na sociedade capitalista, para corroborar o que diz. Faz uma série de afirmações pertinentes, porém questionáveis à luz dos fatos. Exemplo: em relação à segurança alimentar, o autor não faz nenhuma reflexão específica sobre a questão para provar que a lógica da “produção-para-o-lucro” cria problemas de nutrição que só poderiam ser resolvidos caso essa lógica fosse radicalmente mudada.

Sobre a questão da apropriação privada e riqueza comum é necessário reconhecer, conforme esclareceu o autor, a relação simbiótica entre as duas formas de apropriação tanto do trabalho social como dos produtos desse trabalho. No centro do processo de apropriação privada da riqueza comum reside o modo contraditório como o dinheiro representa e simboliza o trabalho social (valor). O fato de que o dinheiro, em oposição ao valor social que ele representa, seja inerentemente apropriável por pessoas privadas significa que o dinheiro (dado que funciona muito bem como reserva de valor e medida de valor) pode ser acumulado sem limite por pessoas privadas. E na medida em que o dinheiro armazena poder social, sua acumulação e centralização por um grupo de indivíduos são decisivas tanto para a construção social da ganância pessoal quanto para a formação de um poder de classe capitalista mais ou menos coerente (HARVEY, 2016, p. 59-60).

Essa ganância, como forma de apropriação e acumulação privada de riqueza comum e por meio de atividades ilegais, como roubo, assalto, fraude, corrupção, usura, predação, violência e coerção são entendidas pelo autor como desvios patológicos. Isso, além de práticas suspeitas e duvidosas no mercado, como monopolização, manipulação, controle de mercado, fixação de preços, entre outras formas criminosas de organização.

Em relação à oposição de classe entre capital e trabalho é necessário dizer que não existem necessidades especiais quando se trata de bens e serviços. Sob a ótica da criação de novas tecnologias e formas de organização para aliviar o peso de todas as formas de trabalho social, eliminando distinções nas desigualdades das divisões técnicas do trabalho, liberar tempo para atividades livres individuais e coletivas, pode-se dizer que essa proposta é contraditória, pois a liberação de tempo livre só é possível com aumento da produtividade do trabalho, e tem como resultado

o aumento do consumo de bens. As duas coisas implicam aumentar a dita “pegada ecológica”.

Harvey (2016, p. 273) enfatizou que nenhuma dessas diretrizes transcende a importância de “lutar contra todas as formas de discriminação, opressão e repressão violenta do capitalismo. Da mesma maneira, nenhuma dessas lutas deverá transcender ou substituir a luta contra o capital e suas contradições”. Advertiu ainda, “que obviamente, alianças de interesse se fazem necessárias”.

Conclui-se em relação às diretrizes relacionadas, que o conceito de “natureza humana”, no marxismo, é construído de maneira filosófica. Mas como demonstrar que existe uma natureza humana tal como os marxistas entendem esse conceito, é uma questão pertinente.

2.4 A LOUCURA DA RAZÃO ECONÔMICA: MARX E O CAPITAL NO SÉCULO XXI – VISÃO MAIS RECENTE DE HARVEY (2018 [2017])

O livro *Marx, Capital and the Madness of Economic Reason*, originalmente publicado por David Harvey no ano de 2017 em Londres, chegou ao Brasil em 2018, com o título *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*. É, portanto, o livro mais recente do autor, pós-corramento do “Projeto Marx”.

Nesse livro, o autor tratou de questões referentes aos temas: visualização do capital como valor em movimento; o capital e o dinheiro como representação do valor; antivalor como teoria da desvalorização e preços sem valores; a questão da tecnologia, o espaço e o tempo do valor; a produção de regimes de valor.

Harvey (2018, p. 203) fez alusão ao filósofo Jacques Derrida que cunhou a expressão “a loucura da razão econômica” em seu “comentário ao ensaio de Marcel Mauss sobre as cerimônias de ‘*potlatch*’, realizadas pelas comunidades indígenas da Colúmbia Britânica”:

Essas cerimônias periódicas implicavam uma competição entre os lares, que deveriam doar ou destruir suas posses a fim de adquirir prestígio, honra e status. Os primeiros relatos ocidentais sobre essa cerimônia a interpretavam com base no marco conceitual de uma economia de mercado. Desse ponto de vista, assim como da perspectiva da razão iluminista, o sacrifício da riqueza pessoal e familiar, duramente acumulada ao longo de muitos anos, parecia irracional. Para Mauss, essa linguagem conduzia a equívocos. Por isso, ele substituiu os conceitos de “dívida” e “ressarcimento” pelos de “dádiva” e “retribuição de presentes”. Daí o conceito de uma economia não mercantil da dádiva, que até hoje desperta

interesse. Aparentemente, Derrida celebrou-a como um substituto adequado ao modelo de bem-estar social gerido pelo Estado. Mas, o que também impressionou tão poderosamente Mauss e, por extensão, Derrida foi a loucura frenética de destruição em que as cerimônias de *potlatch* frequentemente culminavam. “Não se trata nem sequer de dar e retribuir”, escreveu Mauss, “mas de destruir, para não dar nem mesmo a impressão de desejar retribuição; Queimam-se caixas de óleo de *olachen* (peixe-vela) ou de óleo de baleia, queimam-se casas e milhares de mantas; os mais valiosos objetos de cobre são quebrados, atirados na água, para esmagar, para ‘calar’ o rival”. Era isso o que Mauss considerava verdadeiramente louco. “Há sempre um momento”, comenta Derrida, “em que essa loucura começa a incinerar a palavra ou o próprio significado da dádiva e disseminar, sem retorno, suas cinzas...”⁶⁹ (HARVEY, 2018, p. 203).

Na discussão sobre a questão da “loucura da razão econômica”, Harvey (2018, p. 171) se refere à visão marxista em relação à mercadoria, para fundamentar seus argumentos. Quando uma mercadoria, que é portadora de valor, é finalmente consumida, ela sai da circulação. Portanto, deixa de ser momento do processo econômico. Entretanto, conforme esclareceu o autor, esse desaparecimento depende da conversão prévia do valor da mercadoria à forma-dinheiro, e o dinheiro possui a capacidade de permanecer perpetuamente em circulação.

Quando se trata do dinheiro, todavia, “devém loucura; a loucura, entretanto, como um momento da economia e determinante da vida prática dos povos” (HARVEY, 2018, p. 171). Nessa perspectiva, para explicar a tese da loucura da vida cotidiana que se torna refém da loucura do dinheiro, o autor questiona: “Mas em que reside essa loucura?” – respondendo logo a seguir em relação às mercadorias.

Do ponto de vista das mercadorias, na visão de Harvey (2018, p. 171), “seu valor de troca só tem interesse temporário”, na medida em que o objetivo imediato da produção de mercadorias é satisfazer as necessidades sociais. Em um mundo de trocas, o dinheiro simplesmente facilita as permutas. Mas, no mundo do capital e da produção de mais-valor, o dinheiro assume um caráter bastante diferente. Aqui, o valor só se conserva precisamente pelo fato de que tende continuamente para além de seu limite quantitativo. O enriquecimento é assim, uma finalidade em si. A atividade determinante da finalidade do capital só pode ser o enriquecimento, a expansão, o aumento de si mesmo.

⁶⁹ Conforme apresentado por Harvey (2018, p. 203) em nota de rodapé citando Jacques Derrida, “The Madness of Economic Reason”, em *Given Time: I. Counterfeit Money* (Chicago, Chicago University Press, 1992); Marcel Mauss, “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”, em *Sociologia e antropologia* (trad. Paulo Neves, São Paulo, Cosac & Naify, 2003), p. 238-40.

O dinheiro, na medida em que é operado como medida de riqueza precisa igualmente se investir no impulso permanente de continuar para além de seu limite quantitativo, sendo um processo infundável, como explicou o autor. Pois a sua própria vitalidade “consiste exclusivamente em que só se conserva como valor de troca diferindo do valor de uso e valendo por si à medida que se multiplica continuamente” (HARVEY, 2018, p. 171). É isso o que distingue o dinheiro sob regime capitalista de todas as suas diversas formas pré-capitalistas. O dinheiro, como soma de dinheiro, é medido por sua quantidade.

Esse ser medido contradiz sua determinação, que tem de ser orientada à desmedida. Ele não pode jamais ser contido ou coagido, como analisou Harvey (2018). Segundo esse autor, “é a isso que Hegel se refere quando fala em ‘má infinidade’. Trata-se da forma da infinidade que não possui término e, tal como a sabedoria de Deus, ultrapassa todo e qualquer conhecimento humano” (HARVEY, 2018, p. 172). Nessa concepção, a sequência numérica é a sua forma paradigmática. Para todo número existe sempre outro maior. Na ausência de qualquer lastro material no ouro, o montante mundial de dinheiro em circulação constitui uma má infinidade. Não passa de um conjunto de números.

O capitalismo contemporâneo, como analisou Harvey (2018) está aprisionado no interior da má infinidade da acumulação e do crescimento exponencial, infundáveis. Segundo esse autor, na interpretação de Marx, conforme sugere Wayne Martin, “o capitalismo é essencialmente orientado para uma infinidade incompletável, orientação esta ancorada na própria ontologia do capital” (HARVEY, 2019, p. 72)⁷⁰.

Nesse sentido, dinheiro pode acomodar-se à necessidade infinita de expansão de valor simplesmente fazendo os bancos centrais acrescentarem zeros ao montante de dinheiro em circulação, que é o que eles efetivamente fazem através da flexibilização quantitativa. Isso é a má infinidade, a espiral que sai de controle, que se desgoverna. Antes, costumávamos falar em termos de milhões, depois viraram bilhões e trilhões e, logo, estaremos falando em termos de quatrilhões de

⁷⁰ Conforme indicado por Harvey (2018, p. 172) em nota: Wayne Martin, “In Defense of Bad Infinity: a Fichtean Response to Hegel’s *Differenzschrift*”, mimeo. Departamento de Filosofia, Universidade de Essex; Christopher John Arthur, *The New Dialectic and Marx’s Capital* (Leiden, Brill, 2004), p. 137-52

dólares em circulação, um número que ultrapassa qualquer compreensão real (HARVEY, 2018, p. 172).

De fato, essa concepção demonstra ser algo quase incompreensível, tendo em vista que, a loucura da razão econômica é dissimulada pelas formas fetichistas em que o dinheiro aparece como se tivesse o poder mágico de criar incessantemente mais dinheiro, de forma exponencial. É a ideia do fetichismo do capital (HARVEY, 2018, p. 172-173), pois o dinheiro confere a seu possuidor “o poder universal sobre a sociedade, sobre o inteiro mundo dos prazeres, dos trabalhos” (HARVEY, 2018, p. 175).

Para esse autor, estudar a história econômica capitalista significa além de dedicar à crítica à economia política, na visão marxista, estudar também, a loucura da razão econômica, que é a loucura do dinheiro, em ação. Para justificar a “loucura da razão econômica”, na visão marxista, Harvey (2018, p. 192) lembrou suas explicações contidas no livro *17 contradições e o fim do capitalismo*, no qual sugeriu que havia três contradições que representavam um perigo claro e presente à sobrevivência do capitalismo na era atual.

A primeira é o estado de deterioração em que se encontra nossa relação com a natureza (desde o aquecimento global e a extinção de espécies até a escassez de água e a degradação ambiental). A segunda é o crescimento exponencial infundável, que havia atingido um ponto de inflexão na curva de crescimento composto que estava rapidamente se mostrando cada vez mais difícil de manter-se diante da progressiva escassez de oportunidades de investimento rentável. Tal demanda de crescimento composto também passou a exercer uma grande pressão sobre aquela forma particular de capital que pode aumentar seus limites, em especial o dinheiro, nas suas formas de crédito – que parecia estar em uma espiral de descontrole. A terceira consiste na “alienação universal”⁷¹ (HARVEY, 2018, p. 192).

⁷¹ A terceira contradição “alienação universal” foi assim denominada, por Harvey (2018, p. 192), conforme assumiu. De acordo com esse autor, Marx não se vale muito desse conceito em “O Capital”, mas ele o reverbera em sua obra anterior, desde os “Manuscritos econômico-filosóficos de 1844” até os “Grundrisse”, em que aparece como tema dominante. A teoria do valor-trabalho contida em O Capital descreve o trabalho alienado sem se referir a ele como tal. “Possivelmente”, como argumentou Harvey (2018, p. 192), “porque Marx sentia que o hegelianismo do termo não atrairia seu público-alvo (as classes trabalhadoras inglesas e francesas). Evitar o termo, no entanto, não elimina seu conteúdo”.

Esses problemas de fato, representam perigo, tanto para a sobrevivência e qualidade de vida humana, quanto para a qualidade ambiental. Por isso, o propósito da análise geográfica desses problemas deveria transcender a mera questão de sobrevivência ou não de um regime político. Nesse sentido, objetivando encontrar alternativas satisfatórias para erradicá-los no tempo presente. No socialismo real, esses problemas eram muito piores. Mas Harvey nem analisa a razão disso. Sob a lógica do capital de Marx, Harvey (2018) faz sua análise de “valor”.

O “valor”, na visão marxista “é trabalho alienado socialmente necessário. Na medida em que capital é valor em movimento, a circulação de capital implica a circulação de formas alienadas” (HARVEY, 2018, p. 192).

Nesse sentido, o trabalhador que cria valor é afastado (alienado) dos meios de produção, do comando do processo de trabalho, do seu produto e do mais-valor. O capital faz com que pareça que muitos dos poderes inerentes (e dádivas gratuitas) do trabalho e da natureza pertencem a ele e se originam dele, porque é o capital que lhes confere significado. Até mesmo a mente e as funções corporais do trabalhador, assim como todas as forças naturais livremente investidas na produção, aparecem como poderes contingentes do capital porque é ele que as mobiliza, como argumentou Harvey (2018). Em sua concepção, a alienação da relação com a natureza e com a natureza humana é, portanto, uma precondição para a afirmação da produtividade e dos poderes do capital.

Além disso, como ressaltou Harvey (2018) que, a produtividade do trabalho é conduzida por tecnologias escolhidas pelo capital não apenas para confirmar seu controle sobre o trabalhador, mas também para minar a dignidade e os supostos poderes do trabalho tanto na produção quanto no mercado. A não ser que alguma resistência seja efetivamente mobilizada, o destino dos trabalhadores será o trabalho desprovido de sentido, empregos contingentes, desemprego e salários cada vez mais baixos.

Sob essa perspectiva, como argumentou Harvey (2018), não há dúvida de que em muitas partes do globo a alienação do trabalho vem se intensificando e aprofundando com as transformações tecnológicas, a supressão do poder organizado dos movimentos da classe trabalhadora e a mobilização da concorrência global por meio da reorganização dos regimes territoriais de valor no mundo.

De acordo com Harvey (2018), o desemprego e, não menos importante, o subemprego e a perda de sentido são subprodutos das fortes correntes de

transformação tecnológica e organizacional. Os discursos utópicos sobre as novas configurações tecnológicas baseadas em inteligência artificial que estão nos conduzindo ao limiar de um admirável mundo novo de consumismo emancipatório e tempo livre para todos ignoram completamente a alienação desumanizante dos processos de trabalho residuais e dispensáveis que decorrem desse processo.

Esse autor também esclareceu que, com a transformação tecnológica, os trabalhadores sofreram desemprego e rápida deterioração da qualidade de trabalho. A passagem do trabalho produtivo para o trabalho improdutivo, acompanhada de uma burocratização excessiva do Estado e das empresas, não ajudou. As crescentes desigualdades de renda e de riqueza registradas em quase todo o mundo capitalista (com raras exceções) somam-se ao conjunto de forças que formam profundos descontentamentos políticos⁷².

É interessante perceber nessa afirmação de Harvey (2018), que o destino dos trabalhadores, em relação às condições de emprego e aumento de salários, está unicamente condicionado à resistência mobilizada desses trabalhadores.

Se esse autor tivesse razão, não seria necessário a esses trabalhadores nenhum tipo de qualificação ou investimento na carreira profissional, bastando apenas esse tipo de resistência mobilizada, a qual se referiu.

Nessa condição, seria desnecessário qualquer tipo de inovação tecnológica por parte de seus empregadores, o que levaria a uma demanda menor de oferta de emprego, de produtos e de serviços no mercado produtor e o mercado consumidor. É possível dizer que, o avanço tecnológico é que faz com que os salários fiquem mais altos. E isso seria bom para o capitalismo porque expandiria tanto a produção quanto o consumo. Nem mesmo os geógrafos críticos marxistas abominam por completo o progresso advindo do capitalismo.

Apesar de suas críticas à insanidade do capitalismo e a loucura da superacumulação do capital, Harvey (2018) proferiu: “Na verdade, admiro (mas não acriticamente) muito do que o capital produziu, e não só as novas tecnologias” (HARVEY, 2018, p. 279).

Contudo, ao apresentar a sua defesa ao anticapitalismo assumiu a sua posição crítica ao fazer referência às três contradições perigosas no final de 17

⁷² Nesse contexto, Harvey (2018, p. 197) citou o trabalho de Thomas Piketty: O capital no século XXI (trad. Monica Baumgartem de Bolle, São Paulo, Intrínseca, 2014).

contradições, destacando aquelas que para ele, encerram o caso da acumulação infinita e cruelmente antagônica do capital. A primeira, como esclareceu “é a trajetória de crescimento exponencial” que, segundo ele “isso não era problema na época de Marx, porque boa parte do mundo ainda estava se abrindo para os negócios” (HARVEY, 2018, p. 279).

Hoje, no entanto, conforme argumentou: “outro século de crescimento exponencial é simplesmente inconcebível, com a maior parte do mundo, de China e Índia a Rússia, Brasil e África do Sul, subordinada à lógica opressora da acumulação infinita do capital” (HARVEY, 2018, p. 279-280).

A segunda contradição, “a relação do capital com a Natureza”, onde as consequências do crescimento exponencial para o meio ambiente são visivelmente perigosas e ameaçadoras. Por fim, a terceira “a revolta da Natureza Humana” onde há sinais profundamente perturbadores no mundo inteiro daquilo que ele chama de “alienação universal”, em que a perda de sentido e de possibilidades futuras em todos os aspectos da vida física e mental (tanto em casa quanto no trabalho) produz formas incipientes, e muitas vezes estranhas, de sociabilidade e revolta (HARVEY, 2018, p. 280).

2.5 PROBLEMATIZAÇÃO DA OBRA DE HARVEY A PARTIR DE SUA INTERPRETAÇÃO MARXISTA DO CAPITALISMO

No cenário filosófico da ciência, alguns geógrafos problematizaram as análises geográficas econômicas marxistas, nas ideias de geógrafos críticos. No artigo “Marxismo e geografia econômica na obra de David Harvey”, Paul Claval (2013) problematizou a obra de Harvey, a partir de sua interpretação do capitalismo, buscando recuperar a trajetória da geografia econômica para entender os dilemas do capitalismo no século XXI. Seu intuito era também, promover uma leitura crítica do marxismo, de sua contribuição à teoria do espaço e de sua apropriação pela geografia, como explicitou.

Na organização de suas ideias, o autor apresentou uma periodização em etapas da carreira e da obra de Harvey, que poderão ser observadas no quadro 4.

Quadro 4 - PERIODIZAÇÃO DA OBRA DE HARVEY NA VISÃO DE CLAVAL (2013)

<p>PRIMEIRA ETAPA (ATÉ 1969)</p>	<p>Finaliza com a publicação de <i>Explanation in Geography</i>. Nessa fase Harvey acreditava no neopositivismo lógico e seu pensamento repousava sobre a economia liberal.</p>
<p>SEGUNDA ETAPA (1970 À METADE DE 1980)</p>	<p>Essa fase caracterizou-se pela espacialização do marxismo, ilustrada por <i>The Limits to Capital</i>. As ideias de Harvey encontraram sucesso considerável até a sua divulgação do pós-modernismo nas universidades norte-americanas.</p>
<p>TERCEIRA ETAPA (1989 A 2003)</p>	<p>Inicia com a publicação de <i>Condition of Postmodernity</i>. Sua interpretação marxista da evolução contemporânea foi criticada pelos pós-modernistas, pelas feministas e ainda, pelos especialistas da desconstrução. Harvey refutou essas teses. Mas para atingir esse resultado, ele precisou modificar suas interpretações. Sua posição tornou-se defensiva.</p>
<p>QUARTA ETAPA (DE 2003 À ATUALIDADE)</p>	<p>Harvey publicou textos de síntese onde mostrou uma nova liberdade na sua interpretação do marxismo: Em <i>The New Imperialism</i> (2003), expôs sua nova teoria do capitalismo de desapropriação. Em <i>Spaces of Global Capitalism</i> (2006), resumiu no capítulo "<i>Notes for a theory of geographical unequal development</i>", a sua concepção de geografia econômica.</p>

FONTE: Paul Claval (2013) – Elaboração de Mariza Ferreira da Silva, com base no artigo Marxismo e geografia econômica na obra de David Harvey.

Esse quadro demonstra a divisão da obra e Harvey, de acordo com periodização proposta por Claval (2013, L. 8).

Claval identificou quatro fases na trajetória de vida profissional de Harvey, durante os períodos de consolidação de sua carreira, apresentando características particulares de seu pensamento, a partir de obras marcantes, tratadas sob a perspectiva da diversidade das geografias econômicas em obras de Harvey.

É possível verificar na periodização descrita por Claval (2013) que a argumentação de Harvey, em suas obras migrou de um neopositivismo lógico articulado no debate sobre a economia liberal à interpretação marxista de geografia econômica.

No decorrer de sua trajetória intelectual, Harvey consolidou suas ideias políticas anticapitalistas, “de natureza profética”, como declarou Claval (2013, L. 9-10). Na visão desse autor, Harvey tornou-se um dos grandes teóricos dos *altermondialistes*.

A crise dos anos 2008 deu aos seus últimos livros essa dimensão profética. Nesse sentido, como avaliou Claval (2013, L. 9-10), as críticas contra as teses de Harvey perderam a credibilidade graças à crise financeira do liberalismo econômico.

Desse fato, conforme enfatizou Claval (2013) surgiu um novo período de sucesso para as ideias de Harvey – sobretudo a sua crítica do capitalismo por desapropriação. Sob essa perspectiva, a interpretação da obra de Harvey não pode ser entendida sem levar em consideração sua sensibilidade aos problemas sociais, ao mesmo tempo em que ele possui alguns princípios permanentes, possui também uma reatividade muito forte às reações dos intelectuais de esquerda.

Claval (2013) classificou a partir da periodização proposta para sua análise, elementos relevantes da geografia econômica clássica; a geografia econômica, cuja inspiração é influenciada pela economia espacial; a geografia econômica e a economia política e a geografia econômica de inspiração antropológica.

Para problematizar a trajetória da carreira do geógrafo crítico marxista e os elementos teóricos de interação com os princípios das geografias destacadas, Claval (2013, L.1) conduziu a sua análise a partir de três blocos temáticos: “David Harvey e a construção da geografia econômica marxista; a teoria de Harvey e a evolução contemporânea do mundo; a teoria de Harvey, o imperativo revolucionário e a geografia econômica moderna”.

Claval (2013) justificou seu objetivo em analisar o percurso intelectual de Harvey que, segundo ele, desenvolveu um interesse precoce pela “Nova Geografia” convicto de que a ciência teria de ser construída sobre uma base teórica que explicasse processos e não essências.

Sua intenção foi também, esclarecer em seu artigo a natureza da teoria econômica, sua diversidade e sua capacidade para responder questões da sociedade contemporânea.

Claval (2013, L. 2-6) apresentou um breve panorama sobre algumas obras de Harvey: *Explanation in Geography* (HARVEY, 1969); *Social Justice and the City* (HARVEY, 1973) [*A Justiça Social e a Cidade*, 1980]; *The Limits to Capital* (HARVEY, 1982); *Consciousness and the Urban Experience* (HARVEY, 1985); *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change* (HARVEY, 1989) [*Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*, 1992]; *Justice, Nature and the Geography of Difference* (HARVEY, 1996); *Spaces of Hope* (HARVEY, 2004) [*Espaços de Esperança*, 2004]; *The New Imperialism* (HARVEY, 2003) [*O Novo Imperialismo*, 2004].

Claval (2013) ressaltou a relevância das ideias de Harvey na interpretação espacial do marxismo e do capitalismo moderno no novo imperialismo e suas novas orientações sobre a sociedade, a partir da crítica à pós-modernidade.

Destacou ainda, o momento em que Harvey assumiu uma orientação marxista, em sua luta de justiça social na cidade.

Para a compreensão das etapas do pensamento de Harvey, Claval (2013) apresentou como fonte bibliográfica o livro *David Harvey. A Critical Reader*, dirigido por Noel Crabtree and Derek Gregory (2006).

O livro constitui-se como uma síntese em forma de coletânea de 14 artigos e permite compreender a trajetória intelectual de Harvey no conjunto de publicações dos anos 1990 e do começo dos anos 2000. As temáticas dos artigos se referem às teorias de Harvey.

Os títulos dos artigos e seus respectivos autores podem ser observados no quadro 5, na língua original de publicação.

O quadro é um recurso utilizado com o objetivo de dar visibilidade aos temas referenciais utilizados pelos autores, a partir dos títulos relacionados à coletânea de artigos selecionados para o livro sob a direção de Crabtree e Gregory (2006).

Quadro 5 - TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE DAVID HARVEY (1990-2000)

ARTIGOS	AUTORIA
<i>Introduction: Troubling Geographies</i>	Derek Gregory
<i>Between Deduction and Dialectics David Harvey on Knowledge</i>	Trevor Barnes
<i>David Harvey and Marxism</i>	Alex Callinicos
<i>Dialectical Materialism: Stranger than Friction</i>	Marcus Doel
<i>Differences that Matter</i>	Mellissa Wright
<i>David Harvey on Cities</i>	Sharon Zukin
<i>David Harvey and Dialectical Space-time</i>	Eric-Sheppard
<i>Spatial Fixes, Temporal Fixes and Spatio-Temporal Fixes,</i>	Bob Jessop
<i>Globalization and Primitive Accumulation: The Contributions of David Harvey's Dialectical Marxism</i>	Nancy Hartsock
<i>Towards a New Earth and a New Humanity: Nature, Ontology, Politics</i>	Bruce Braun
<i>David Harvey: A Rock in a Hard Place</i>	Nigel Thrift
<i>Messing with 'the Project'</i>	Cindi Katz
<i>The Detour of Critical Theory</i>	Noel Castree
<i>Space as a Keyword</i>	David Harvey

FONTE: Noel Crabtree and Derek Gregory (2006) – Elaboração de Mariza Ferreira da Silva, com base no livro *David Harvey, a critical reader*.

Ao observar as temáticas expostas no quadro 5, observa-se a variedade de opções e linhas metodológicas manifestadas nos títulos. Ao ler o artigo de Claval, já referido, foi verificado que sua análise parte de uma visão histórica etapista, no sentido de apresentar traços marcantes da leitura de Harvey em cada período, associando esses elementos aos princípios e temas dominantes no trabalho desse geógrafo que busca resultados científicos em uma base teórica de explicação racional.

Segundo Claval (2013) a teoria de Harvey se tornou marxista depois de 1970, originária de um programa de pesquisa para esclarecer a dinâmica do capital, cujo alvo era entender a realidade global, mesmo quando se tratava de estudos locais e/ou regionais. Nessa perspectiva harveyniana havia uma diferenciação entre o espaço absoluto ou cartesiano; o espaço relativo que incorpora a ideia einsteiniana sobre a equivalência profunda do espaço e tempo e o espaço relacional, categoria

sem nenhuma métrica, de origem leibniziana. Dessas concepções, foi introduzida por Harvey na década de 1980, a ideia da compressão espaço-tempo na sociedade moderna. Só mais tarde essa ideia foi articulada às categorias espaciais de Henri Lefebvre (espaço material, espaço de representação, espaço de projeção), para criar uma interpretação marxista do espaço⁷³.

Claval (2013, L. 15) fez alusão ainda, como caráter permanente na obra de Harvey depois de 1970, “sua vontade de construir uma ciência útil à classe operária, aos pobres, aos excluídos, aos marginais”, cuja finalidade seria “facilitar a unificação dos grupos explorados pelas classes ricas e criar uma força revolucionária capaz de opor-se aos interesses dos poderosos, impondo uma outra organização das relações sociais econômicas”.

A análise desse autor sobre o fundamento analítico harveyniano partiu de uma visão historicista em relação à diversidade das geografias econômicas: geografia econômica clássica, geografia econômica de inspiração econômica de influência da economia espacial; geografia econômica e economia política e geografia econômica e inspiração antropológica.

A razão desse estudo foi justificada por Claval (2013, L. 16) para “mensurar a contribuição de David Harvey à edificação da geografia econômica moderna” (CLAVAL, 2013, L. 16), afirmando que iria “apresentá-las segundo a ordem em que influenciaram a construção da geografia econômica”. Em seu ensaio, Claval (2013, L. 33) tentou “precisar o papel de David Harvey na elaboração de uma abordagem marxista em geografia econômica e seu papel na evolução geral da disciplina”.

Para isso, organizou suas descrições inserindo as ideias harveynianas à construção da geografia econômica marxista. De espectro analítico abrangente, Claval (2013, L. 34-57) introduziu as explicações referentes às primeiras formas da geografia econômica marxista e as suas fraquezas; a natureza da teoria marxista; a reintrodução da dimensão espacial na teoria marxista por David Harvey; a geografia econômica da cidade segundo David Harvey; a “teoria de Harvey e a evolução contemporânea do mundo”, sob a ótica da “teoria marxista revista por David Harvey” que deveria “responder a desafios ligados à evolução da economia e à sua

⁷³ A fonte dessas ideias encontra-se em Harvey (2006c), de acordo com paráfrase de Claval (2013, L. 14).

interpretação”. Claval (2013, L. 58) ressaltou que “sua réplica fortaleceu-se dos anos 1990 aos anos 2000” (CLAVAL, 2013, L. 58).

Como justificativa para essa análise esse autor expôs de forma descritiva-crítica “a teoria de Harvey face ao pós-modernismo e a compressão espaço-tempo” (CLAVAL, 2023, L. 59-67); “a teoria de Harvey face à diversidade” (CLAVAL, 2013, L. 68-71) e “o capitalismo por espoliação” (CLAVAL, 2013, L. 72-77).

De acordo com Claval (2013, L. 68), a proposta de Harvey “de interpretação do marxismo que explica a dinâmica da economia e a evolução das representações e das ideologias do capitalismo – de um capitalismo tornado flexível” (CLAVAL, 2013, L. 68-71) provocou surpresas. As reações dos intelectuais da esquerda à publicação de *Condição pós-moderna* constituem uma surpresa para seu autor. A maioria foi muita crítica. O que Harvey tinha ignorado era a diversidade do mundo contemporâneo. A grande narrativa marxista que propõe não é atraente para feministas e defensores de minorias étnicas, sexuais e religiosas. Para Harvey, o mundo dos explorados e dos excluídos tem de reconstruir sua unidade segundo a temática da exploração capitalista.

Diante dessas críticas descritas por Claval (2013, L. 68-71), as publicações recentes de Harvey oferecem respostas a tais críticas numa dupla perspectiva: econômica, para explicar as formas mais recentes da dinâmica capitalista; simbólica, para explicar a evolução das representações e das ideologias. Uma parte da leitura que ele faz do capitalismo no mundo contemporâneo concerne à sua dimensão simbólica, pois a força do capitalismo vem do fato de que ele explora categorias muito diferenciadas.

De acordo com Claval (2013, L. 68-71), Harvey examinou a diversidade e a variedade de interesses compartilhados, como resposta revolucionária às formas de dominação, entendendo ser importante considerar a diversidade real do mundo atual, suas numerosas minorias e suas mais distintas aspirações. Nesse sentido, a meta seria a construção de um movimento revolucionário unitário, necessário à melhoria da condição das populações exploradas, pois só poderia obter êxito se uma visão global da situação social fosse apresentada a cada grupo em uma linguagem que possa entender (CLAVAL, 2013, L. 68-71).

Para finalizar o seu ensaio, Claval (2013, L. 78-82) apresentou “a teoria de Harvey, o imperativo revolucionário e a geografia econômica moderna”, sob duas

perspectivas analíticas: 1) o sucesso atual da teoria de Harvey e 2) numa perspectiva mais longa, força e fraqueza da perspectiva revolucionária.

Na primeira abordagem analítica, Claval (2013, L. 78-79) avaliou que o sucesso da teoria de Harvey, se deve à crise financeira do capitalismo. Pois o sistema de desregulação teorizado pela economia liberal levou em 2008 à pior crise desde 1929. A reação dos Estados foi assaz rápida e forte para evitar uma catástrofe geral. Mas a situação permanece difícil. O que dizia David Harvey há anos era que o capitalismo envolvia, mas que sua natureza não mudava e era passível a contradições e a crises. Sua teoria é a única que propõe uma interpretação global da crise – mesmo que ela não explica realmente o jogo especulativo que produziu a ruína do sistema bancário (CLAVAL, 2013, L. 78-79).

Na segunda abordagem analítica proposta por Claval (2013, p. 80-83), de força e fraqueza da perspectiva revolucionária, a leitura da geografia econômica e social do mundo que Harvey vem construindo está ligada à sua perspectiva geral de optar pelos explorados e preparar a mudança revolucionária que lhes dará a situação que eles desejam. O imperativo revolucionário é central em seu projeto ao oferecer uma perspectiva de renovação total da cena econômica e social. A teoria da exploração capitalista do trabalho por intermédio da mais-valia aparece como peça central de toda sua explicação.

O sucesso atual da teoria de Harvey, na concepção de Claval (2013, p. 80-83) se deve mais à perspectiva revolucionária, do que à sua própria força e coerência. Todavia, a teoria da acumulação por espoliação não é mais uma teoria puramente econômica, pois Harvey confere a ela, o jogo do poder como um papel central. Desta maneira, a geografia econômica de David Harvey incorpora processos não econômicos – característica de toda a geografia econômica contemporânea. Geralmente, os geógrafos da economia parecem mais atentos aos processos culturais que aos processos políticos (CLAVAL, 2013, L. 80-83).

Claval (2013, L. 83) argumentou ainda em sua problematização analítica, aspectos relevantes em relação “a contribuição da teoria de Harvey à construção da geografia econômica moderna”. Descreveu, em sua conclusão que: “Mesmo se o coração da teoria de Harvey – a teoria marxista da extração da mais-valia pelos capitalistas – apresenta as mesmas fraquezas que o seu modelo, ela tem contribuído muito para o fortalecimento de uma geografia econômica moderna” (CLAVAL, 2013, L. 83).

Esse autor sintetizou três de seus aspectos: 1. O problema da justiça social subsiste. Os geógrafos têm de esclarecer as diversas formas que ele assumiu durante uma evolução rápida, e propor soluções para resolvê-lo. 2. Papel dos mecanismos capitalistas na evolução das cidades: ele contribuiu muito, desde o começo dos anos 1970, para a construção de uma geografia econômica coerente das cidades. 3. Desde os anos oitenta, Harvey mostrou a fecundidade da análise paralela dos processos econômicos e das representações e ideologias. Sua interpretação das ideologias da vida urbana é de grande originalidade (CLAVAL, 2013, L. 83).

Vale dizer que, a periodização de Claval (2013) sobre a obra do David Harvey confirmou a sua permanência na matriz marxista de orientação, mantendo seu perfil revolucionário e anticapitalista.

Como constatado na periodização de Claval, a geografia econômica baseada na análise marxista de Harvey muito se aproxima de suas convicções economicistas utilizadas na geografia crítica para os estudos espaciais de natureza social e política. Isso prova, de certa maneira, a existência dos mesmos problemas relacionados à análise socioespacial, cuja referência analítica visa explicar a totalidade da sociedade capitalista e da acumulação do capital, com a utilização dos conceitos marxistas aplicados ao espaço. Tanto em relação aos estudos de paisagem ou território, quanto nos estudos de região.

No artigo “Contribuições e equívocos das abordagens marxistas na geografia econômica”, Diniz Filho (2002, p. 143-160) analisou alguns estudos⁷⁴ que tratam de abordagens regionais e verificou a existência de problemas teóricos e metodológicos enfrentados pelos especialistas da geografia econômica (sejam eles economistas ou geógrafos). Esses problemas se referem aos conceitos utilizados para a categoria região, nos estudos econômico-geográficos.

Ao avaliar criticamente os limites e possibilidades das abordagens marxistas aplicadas aos estudos regionais, Diniz Filho (2002) partiu de duas questões centrais na discussão, em relação ao conceito de região. Uma delas é, se as “regiões” “são

⁷⁴ Em sua avaliação crítica, Diniz Filho (2002, p. 143-160) analisou e fez referências aos estudos de Markusen (1981,1987); Martin (1993); Carleial (1993); Vidal de La Blache (s.d.), Yves Lacoste (1989); Soja (1983); Galvan (s.d); Alain Lipietz (1988); Egler (1993); Correia (1991); Hartshorne (1978); Rolim (1982); Ablas (1993); Lencioni (1997); Gomes (1996); Faissol (1975); Diniz Filho (2000); Celso Furtado (1992); Benko (1996); Moraes (1988); Pacheco (1996); Paul Krugman (1995); Oliveira (1977, 1990); Goldenstein e Seabra (1982); Medina e Oliveira e Silva (1999); Hilferding (s.d.); Prebisch (s.d.).

construções intelectuais utilizadas para fins de análise e planejamento ou se constituem fenômenos objetivos, dados da realidade” (DINIZ FILHO, 2002, p. 143). A outra questão inserida na discussão de Diniz (2002) é, “como conciliar o esforço de teorização sobre os padrões de organização do espaço com a perspectiva histórica de análise dos fenômenos sociais e econômicos que possuem expressão espacial” (DINIZ FILHO, 2002, p. 143).

Do ponto de vista da geografia econômica, a categoria “região” é difícil de ser trabalhada teoricamente e metodologicamente. Diante dessa constatação, nos estudos de abordagem marxista, Diniz Filho (2002), avaliou os limites e as possibilidades da aplicação do marxismo em abordagens regionais.

Como resultado de seus estudos, Diniz Filho (2002, p. 158-159) fez uma síntese esquemática das principais conclusões a que chegou, sobre a natureza instrumental do conceito de região:

- Não é possível elaborar, a partir de um instrumental marxista, um conceito científico de região, pois é incompatível com os esforços dos marxistas para incorporar os condicionantes históricos e geográficos concretos do desenvolvimento nas suas análises, além de esbarrar no fato de que a “região” não constitui uma categoria fundamental da teoria econômica marxista;
- O marxismo não auxilia as tentativas de demonstrar que as regiões seriam entidades objetivas, devido à incompatibilidade entre a teoria marxista do valor e as teses do “intercâmbio desigual”. Sendo assim, mostra-se mais coerente pensar no conceito de região como instrumento para a análise da expressão espacial das relações econômicas capitalistas;
- Os esforços para estabelecer uma teoria geral sobre a “lógica do capital no espaço” conduzem a uma espécie de “lei” do capitalismo. O mais correto, dentro da ótica marxista, seria passar esse fenômeno como um componente histórico do processo de mundialização do capitalismo, de modo que a análise deve centrar-se nos condicionantes do processo e desenvolvimento econômico em sua dimensão espacial econômica;
- A aplicação exclusiva de categorias marxistas na geografia econômica conduz a uma visão simplificadora da tendência à

homogeneização do espaço, já que despreza as mediações sob as quais essa tendência opera e subestima os processos de diferenciação espacial que persistem e que são produzidos pelo próprio avanço do capitalista monopolista.

De acordo com a avaliação de Diniz Filho (2002, p. 159), a busca de conceitos mediadores entre o movimento geral do capital e os processos concretos de transformação do espaço não pode restringir-se apenas ao campo marxista, sendo necessário recorrer também a outras matrizes teóricas. Numa palavra, um certo ecletismo metodológico faz-se obrigatório (DINIZ FILHO, 2002, p. 159)

Diniz Filho (2002) alertou ainda, que embora haja problemas em relação ao conceito de “região”, esse conceito nas análises geográficas é indispensável para explicar os padrões de organização do espaço e planejar as atividades que visam intervir sobre esses padrões, sobretudo ao considerar as “diferenciações produzidas por certos processos econômicos e sociais que operam em escalas intermediárias entre o local e o nacional” (DINIZ FILHO, 2002, p. 159).

No artigo intitulado, “Certa má herança marxista: elementos para repensar a geografia crítica”, Diniz Filho (2002, p. 77) propôs analisar as influências do marxismo sobre a geografia, tendo em vista que essa influência foi marcante em todos os aspectos teórico-metodológicos e ideológicos dessa vertente de pensamento. Vale a pena apresentar algumas de suas reflexões em relação a essa influência na geografia crítica.

Diniz Filho (2002) relatou que houve diferenças significativas nas formas dessa assimilação, dependendo do país, instituição ou mesmo das interpretações particulares de cada geógrafo sobre a obra marxiana, mas é inegável que o marxismo constituiu a principal fonte da geografia crítica ou radical.

De acordo com Diniz Filho (2002), sob a perspectiva de análise do espaço baseada essencialmente no instrumental teórico e metodológico fornecido pelo marxismo, a geografia crítica marxista ao utilizar o materialismo histórico dialético como método, construiu uma teoria crítica abrangente da sociedade capitalista. Dessa teoria desdobraram-se várias teorias específicas, como a teoria da renda da terra, as “leis do desenvolvimento desigual e combinado” (DINIZ FILHO, 2002, p. 78) e ainda uma teoria da transformação social, ou da revolução. Com base nesses elementos, seria possível, repensar o objeto da ciência geográfica, derivar das teorias econômicas marxistas, teorias capazes de explicar a dimensão espacial do

capitalismo e, por fim, tornar a geografia apta a exercer um papel político revolucionário.

O espaço, nessa concepção, constituído como reflexo da sociedade, uma instância determinada pelas leis fundamentais de funcionamento do modo de produção capitalista, cuja concepção associada à ideia da relação sociedade/espaço estabelecida por meio de determinações recíprocas e, portanto, sendo parte constituinte da própria dinâmica da sociedade capitalista, com suas leis e contradições, passou a ser qualificado como espaço social, como avaliou Diniz Filho (2002).

Várias correntes de geografia se referiram mais ou menos explicitamente a conceitos centrais à interpretação marxista da sociedade. A geografia de inspiração marxista, especialmente nos Estados Unidos no início dos anos 1970, favoreceu duas escalas de análise muito diferentes, a escala urbana e a escala global, um fenômeno que não estava relacionado às condições do “mundo-gênese” da geografia de inspiração marxista (KONINCK, 2005, p. 190).

A geografia marxista, na descrição desse autor, postula a existência de laços estreitos entre as contradições da sociedade capitalista, por um lado, e as desigualdades e injustiças que se manifestam na distribuição dos homens, seus bens e suas atividades, por outro lado.

Segundo Koninck (2005) busca dos fundamentos dessas desigualdades dinâmicas levou pesquisadores, como Harvey, no início da década de 1970 a propor o estudo do funcionamento do modo de produção capitalista e dos requisitos de acumulação que o preocupavam, especialmente na escala da cidade. Assim, o conceito de modos de produção apareceu no centro das análises geográficas inspiradas nos conceitos marxianos.

O estudo dos modos de produção leva, assim ao das formações econômicas (que outros autores descreviam como formações sociais), que correspondem a um arranjo ou a uma complexa articulação de vários modos de produção em que um deles predomina. Essas relações de produção subjacentes aos modos de produção referem-se à existência de classes sociais, que necessariamente se definem como um sistema de classes na luta. No interior do sistema de classes há lugares e papéis atribuídos aos proprietários e trabalhadores pelos vários modos de a existência de classes sociais, definindo sua natureza, regulando seus antagonismos. As lutas de classe têm como principal propulsora a

exploração econômica, regulada pelas próprias relações de produção (KONINCK, 2005, p. 190).

A decodificação das condições dessa exploração econômica torna-se central no estudo dos problemas sociais, qualquer que seja a escala de sua distribuição. No estudo dos problemas sociais, qualquer que seja a escala de sua distribuição. No estudo das formações econômicas dominadas pelo modo de produção capitalista, são as condições da produção de mais-valia e a acumulação de capital que a abordagem marxista procura elucidar. Na concepção de Marx, o valor de uma mercadoria é determinado pelo *quantum* de trabalho incorporado nela, pelo tempo socialmente necessário para a sua produção, como esclareceu Koninck (2005).

Assim, como esclareceu Koninck (2005), sob o controle do capitalista que fixa o trabalho do trabalhador, a produção da mais-valia nada mais é que a produção de valor prolongada até certo ponto. Mas para que essa produção de mais-valia seja realizada em benefício do capitalista dono dos meios de produção utilizados pelo trabalhador, é necessário, que a atividade de produção seja a produção de bens e a reprodução de relações sociais. As relações sociais em questão são naturalmente, aquelas que permitem a apropriação de mais-valia por uma classe. Para se perpetuar, ela deve se reproduzir. Essa mais-valia deve ser acumulada e transformada em capital. Isto é, em relação social entre capitalistas e trabalhadores.

Tal reprodução do capital implica uma acumulação progressiva ampliada, indispensável à manutenção do capitalismo. Os requisitos de acumulação de capital tiveram consequências globais. Eles foram estudados por Rosa Luxemburgo em 1913 e depois sucintamente por Lênin em 1917. Esse último denunciou entre outras coisas, a tendência à constituição de monopólios e a substituição da exportação de bens pela exportação de capital. Ele viu no imperialismo, a condição da expansão do capitalismo, por parte dos grandes países industrializados em detrimento daqueles que logo seriam chamados de “países subdesenvolvidos, o Terceiro Mundo” (KONINCK, 2005, p. 191).

Desde Lênin, como enfatizou esse autor, as condições mudaram. As análises da acumulação em escala mundial e do imperialismo também. Essas análises continuaram a enfatizar as demandas e contradições do crescimento capitalista e os desequilíbrios, que ele causa entre as várias regiões do globo. Vários autores sugeriram que esses desequilíbrios se baseavam em trocas desiguais entre

os países industrializados e os do “Terceiro Mundo” (KONINCK, 2005, p. 191). Nessa concepção, a troca desigual é frequente em setores com alta produtividade, mas onde os salários pagos são menores do que nos países industrializados onde a função é realizada. Ou seja, a transferência de valor é realizada nos países industrializados produtores, de onde os salários não pagos são transferidos para o centro.

A partir daí, conforme descreveu Koninck (2005), a dinâmica das relações de exploração entre os chamados países do centro e os ditos da periferia pode ser assim explicada pela metáfora espacial centro-periferia. Os países industrializados, autônomos em seu desenvolvimento controlam econômica e politicamente os países do Terceiro Mundo, que estão em situação de dependência. Assim, em tudo, a análise marxista da divisão do trabalho, em todas as escalas, consequências e contradições que a governam, também em todas as escalas, inspiraram muitos autores. Essa acolhida de conceitos de origem marxista resultou na geografia crítica de várias correntes.

No final do século XX, a natureza da globalização e do livre comércio, bem como o crescente papel das multinacionais e do capital financeiro levou à exigência de uma interpretação renovada dos fundamentos e dinâmicas das desigualdades entre países, regiões e populações do mundo. Finalmente, a análise e a crítica da acumulação implicam, para os geógrafos, as formas exacerbadas de urbanização, que incluem ao mesmo tempo congestionamento, violência, expansão e pobreza como avaliou Koninck (2005).

As fundamentações críticas presentes nesse capítulo possibilitaram identificar as contribuições de Harvey em relação à geografia crítica marxista e em relação à geografia econômica. No entanto, a partir da problematização de suas abordagens econômicas com base na crítica da sociedade capitalista, na acumulação do capital e na gênese do método materialista histórico dialético, verifica-se que há fragilidades em suas concepções, pois não apresenta dados empíricos suficientes que possibilitem, pela própria experiência, refutar hipóteses pelo falseamento de suas teorias.

Seus argumentos em geral, são apresentados de forma profética e apocalíptica na visão de alguns autores, como se a verdade dos fatos analisados por ele tivesse um fim em si mesmo e não concebesse de forma analítica, outras formas de enxergar a realidade social presente, para além da abordagem marxista.

CAPÍTULO 3 – CRÍTICAS RADICAIS DE MILTON SANTOS À GEOGRAFIA CLÁSSICA MODERNA, AO POSITIVISMO DA GEOGRAFIA TEORÉTICA QUANTITATIVA E SEUS DESDOBRAMENTOS EM GEOGRAFIAS CRÍTICAS

Esse capítulo apresenta as visões do geógrafo crítico e radical brasileiro Milton Santos (1926-2001) e seus desdobramentos em geografias críticas. Toma-se como referência de análise algumas de suas obras, com o objetivo de avaliar as suas contribuições teóricas sobre a natureza do espaço geográfico concebido como totalidade socioespacial. Diferentemente das concepções críticas marxistas de Harvey e de orientação teórica e metodológica assumidamente eclética, Milton Santos nunca se propôs a fazer uma geografia marxista ou pós-moderna, mas se propôs a fazer uma geografia crítica e até uma “espaciologia”, como esclareceu Diniz Filho (2003) e conforme se constata na obra *Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*, de Milton Santos, escrita na década de 1978. Dando ênfase à construção de uma geografia nova na fundamentação da geografia crítica Milton Santos elaborou suas teorias, a partir de críticas radicais aos conceitos da geografia clássica e principalmente ao quantitativismo da *New Geography* que segundo esse autor, manifestou-se, sobretudo por meio da quantificação e dos modelos; da teoria de sistemas incluindo os ecossistemas; da tese da difusão de inovações; das noções de percepção e de comportamento e das múltiplas formas de valorização do empírico e do ideológico (SANTOS, 2012, p. 59). No Brasil, a geografia crítica expressão assim denominada no movimento de renovação, ocorreu quando “a ciência geográfica passou a ser questionada internamente em termos teórico-metodológicos e ideológicos, entre os anos de 1976 e 1983” (COSTA, 2016, p. 14), alcançando seu “auge na década de 1980 e tornando-se hegemônica na década de 1990” (COSTA, 2016, p. 15).

3.1 O CONTEXTO DA RENOVAÇÃO QUANTITATIVA E A CRÍTICA DO QUANTITATIVISMO: A NEW GEOGRAPHY NA VISÃO DE MILTON SANTOS

Milton Santos (2012, p. 63) traçou um quadro referente às características principais da *New geography* ou geografia quantitativa para fazer uma crítica do “coisismo” e do “ideologismo”. De acordo com esse autor, a procura de uma linguagem matemática na geografia era o resultado de uma procura de cientificismo

que a geografia já havia tentado. Os métodos matemáticos eram considerados os mais precisos, os mais gerais e os mais dotados de um valor de previsão. Tudo isso seria obtido por uma combinação, na qual as análises de sistema, os modelos e o uso de estatísticas seriam uma peça fundamental.

A preocupação de rigor em que a noção de causa e efeito se impunha, fazia acreditar na ajuda de modelos lineares elaborados, na análise multifatorial para separar variáveis como base de trabalho quantitativo e na construção de modelos não só descritivos, mas também prospectivos. A previsão obtida não era mais intuitiva ou sentimental, mas sistemática (SANTOS, 2012, p. 65-66).

Ao procurar nas ciências exatas as analogias indispensáveis a uma aplicação dos métodos quantitativos, a utilização dos números “respondia a uma preocupação de medida”. É justamente para chegar à apreensão e a definição de multivariáveis “que se aplicariam ao estudo do espaço métodos como a análise de sistemas e a construção de modelos”, como Santos (2012, p. 66) esclareceu.

De fato, como foi ressaltado por Santos (2012, p. 66), pode-se dizer que a introdução da análise de sistemas e de modelos em geografia prendia-se – como causa e efeito – à famosa “revolução quantitativa”. Mas, também “às preocupações de prospecção e previsão, fruto de seu engajamento com a planificação”. A novidade da utilização das matemáticas modernas estava no tratamento dos dados, na coleta e na forma de expressão dos resultados.

Em matéria de teoria do domínio científico em questão, tudo era apresentado sob a forma quantitativa, na transcrição numérica de um fato ou de uma previsão, baseada em sua sequência. Da maior ou menor capacidade de separar as variáveis de uma dada situação, dependeria o sucesso da análise qualitativa e das tentativas da análise quantitativa. No entanto, a análise das realidades geográficas não poderia ser válida, sem a possessão de um armamento teórico susceptível de reconhecer em cada variável, seu valor respectivo (SANTOS, 2012, p. 73).

Conforme advertido por esse autor, o maior pecado da geografia quantitativa era o seu desconhecimento da existência do tempo e suas qualidades essenciais. A aplicação corrente das matemáticas na geografia permitiu trabalhar com estágios sucessivos da evolução espacial e trabalhar com resultados, porém os processos foram omitidos. Nesse sentido, os resultados foram objetos de mistificação e não de interpretação (SANTOS, 2012, p. 74-75).

Para compreender a relação sistêmica dos processos, tendo como referência o tempo e o espaço, bem como os estágios sucessivos da evolução espacial, vale a pena notar a importância dos significados apreendidos pelas abordagens quantitativas às razões explicativas.

Algumas definições presentes nas reflexões de Santos (2012, p. 78-80) podem ser verificadas no quadro 6.

Quadro 6 - CONCEITOS DE ABORDAGENS QUANTITATIVAS

<p>ESPAÇO</p>	<p>Objeto essencial dos estudos geográficos, considerado um sistema – independentemente de sua dimensão, seria assim suscetível de uma análise correspondente. Haveria assim, entre os diferentes espaços e os sistemas correlatos, uma espécie de hierarquia; e isso contribuiria para explicar as localizações e as polarizações.</p>
<p>SISTEMA</p>	<p>Definido por um nóculo, uma periferia e a energia mediante a qual as características pioneiras elaboradas e localizadas no centro conseguem projetar-se na periferia, que será então modificada por elas. É somente a partir desse esquema que seria capaz de apreender sistematicamente as articulações do espaço e reconhecer a sua própria natureza. Isto deveria possibilitar a definição, de maneira exata e particular, de cada pedaço de terra.</p>
<p>SISTEMA ESPACIAL E LOCALIZAÇÕES CORRESPONDENTES</p>	<p>Aparecem como o resultado de um jogo de relações. A análise será tanto mais rigorosa quanto sejamos capazes de escapar às confrontações entre variáveis simples que na maioria das vezes levam a análises causais ou a relações de causa e efeito que isolam artificialmente certas variáveis e impedem de abranger a totalidade das interações.</p>

FONTE: Santos (2012). Elaboração de Mariza Ferreira da Silva, com base no livro *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*.

A partir das definições quantitativistas de precisão, Santos (2012, p. 78-80) apresentou sua crítica em relação à definição de sistema. Enfatizou que um sistema substitui outro sistema espacial, sendo sempre a consequência da projeção de um ou vários sistemas históricos. Como o espaço contém características das diferentes idades das variáveis correspondentes, o enfoque deveria permitir uma interpretação mais cuidadosa e mais sistemática das sobrevivências e das filiações.

Nesse sentido, os problemas das relações entre o que é atual e o passado encontrariam então uma solução bem mais fácil, já que eles são estudados fora do quadro limitado das histórias particulares de cada variável. Com efeito, a evolução do espaço não é o resultado da soma das histórias de cada dado, mas sim, o resultado da sucessão de sistemas.

A partir das reflexões do autor, vale dizer que esse raciocínio já estava presente na geografia tradicional: a realidade, sendo um “todo”, não pode ser estudada de maneira analítica. Nessa perspectiva, o problema da escala do estudo ganha nova dimensão, conforme foi enfatizado. Se, por necessidades da análise, pode-se sempre limitar certa parte do espaço, “não se deve”, por isso, imaginar que a “análise se circunscreva a essa escala geográfica; ao contrário, a escala do estudo ultrapassa essa escala ‘natural’ cada vez que as variáveis consideradas forem definidas em relação a sistemas de um nível superior” (SANTOS, 2012, p. 80).

Nota-se, que a forma como Santos pensava a categoria “tempo” também contribui para que a geografia se perca no estudo de um objeto amplo e impreciso. Verifica-se em sua argumentação, a existência de um objeto totalizante, amplo, impreciso.

Na análise do autor, “o espaço também foi considerado em termos de ecossistema”, cuja orientação aproxima-se da “ecologia do homem”. Foi definida assim, nos Estados Unidos, mas pode ser assimilada à escola europeia de geografia regional. A geografia regional, como explicitado por Santos (2012, p. 80) interessa-se pelo “estudo das diferenciações espaciais por intermédio das inter-relações entre os dados da natureza e as sociedades humanas; pela ecologia humana que se ocupa de formas de adaptação do homem aos diferentes meios e às realizações materiais” (SANTOS, 2012, p. 80).

Para esse contexto geocológico, na perspectiva de Santos (2012), a noção de ecossistema renovou os pressupostos científicos. Entretanto, os fundamentos metodológicos ultrapassaram o quadro do estudo dos dados naturais. A noção de

ecossistema aplicado à explicação do espaço é, em parte, fundamentada nos progressos previamente realizados pelas disciplinas da ecologia natural. Se há, porém, uma filiação metodológica, o conteúdo permite a incorporação concomitante à análise espacial dos subsistemas históricos e dos subsistemas naturais, que são utilizadas de formas diferentes pelas sociedades humanas em cada período histórico.

Nesse sentido, o espaço não pode ser definido por relações bilaterais entre o homem e os dados naturais. Nem pelo resultado exclusivo da ação de fluxos econômicos. A vantagem oferecida por essa tentativa, na visão do autor é ser suscetível de ultrapassar a objeção que poderia ser levantada em um enfoque geográfico baseado unicamente no princípio de localização. Já a grande dificuldade, na visão de Santos (2012), da tentativa regional do tipo ecológico vem exatamente da impossibilidade de limitar a uma determinada área a totalidade de fenômenos, apesar de sua escala de ação ultrapassar a do lugar de sua manifestação aparente ou física.

Nas conclusões de Santos (2012) sobre sistemas e quantificação, foi esclarecido que “a compreensão do espaço como espaço global não é suficiente se não se considera a sociedade como uma sociedade total”. Isso porque o espaço pode ser considerado “como um sistema e apenas levar em conta as relações entre os objetos espaciais, sem considerar paralelamente as relações sociais” (SANTOS, 2012, p. 84). De acordo com esse autor, não há dúvida de que a análise de sistemas parece servir ao conhecimento da realidade já que ela se interessa pelas partes e pelas modalidades de sua interação. Entretanto, aí está uma armadilha fatal, como avaliou.

No entanto, ao considerar as partes de um todo e suas relações no movimento da totalidade dessas partes, Santos (2012) deixou claro que mantém a visão tradicional da Geografia a qual criticou. Ou seja, concluiu como objeto de seu estudo, a “totalidade”. Nesse sentido, é importante dizer, com base nas críticas de Popper ao marxismo (e à psicanálise) que o ponto de vista que Santos supõe ser o mais adequado para estudar a realidade (o ponto de vista da totalidade) é justamente aquele incompatível com a ciência.

Afinal, diria Popper, esse tipo de visão totalizante leva à elaboração de discursos não falseáveis, já que são discursos que se aplicam a qualquer caso particular, sem fazer previsões que possam colocar as suas conclusões à prova.

Na visão de Santos (2012), o conhecimento real de um espaço não é dado pelas relações e, sim, pelos processos. A análise de sistemas negligencia isso, e uma das razões vem do fato de que tal método foi criado, e na maioria das vezes é aplicado, para abrir-se sobre modelos matemáticos. Entretanto, ao fazer referência ao espaço, esses modelos são incapazes de apreender, demonstrar o tempo em movimento, pois quando se fala de processo, também se está falando de tempo.

Para justificar seus argumentos sobre o conhecimento do espaço real, Santos (2012) estabeleceu diferença entre um sistema e um modelo. Em cada situação de lugar, o modelo seria definido de duas maneiras. Primeiramente, o modelo pode ser considerado um conjunto de sistemas locais tomado em um mesmo momento histórico e em lugares diferentes no interior de um mesmo espaço.

Em outra perspectiva, o modelo pode ser construído a partir de uma simulação evolutiva temporal dos sistemas locais. Cada um dando como resultado outro sistema “local” (SANTOS, 2012, p. 85).

O primeiro, na concepção desse autor, seria o modelo descritivo, o segundo o modelo evolutivo. Porém, os modelos com caráter de previsão deverão considerar os modelos evolutivo e descritivo, para permitir a compreensão dos dinamismos verticais e horizontais. Ou seja, a totalidade dos mecanismos e das tendências sem os quais nenhum modelo de previsão é possível.

Na concepção do autor, os modelos não são obrigatoriamente interpretativos e podem ser puramente descritivos. Para construir eficazmente os modelos⁷⁵, duas hipóteses se impõem.

A primeira seria o resultado da utilização de um grande número de variáveis considerando as originalidades do tipo regional ou local. Porém, a multiplicação de seus termos levaria à perda de suas características próprias: a simplicidade e a maneabilidade. Dessa forma, nos “arriscaríamos a construir, sobretudo um antimodelo”⁷⁶ (SANTOS, 2012, p. 87).

⁷⁵ Santos (2012, p. 87) fez referência à construção de modelos na geografia econômica, que procedeu através de dois caminhos distintos e complementares. Conforme explicitou, em nota: No primeiro, o construtor “deslizou” num problema por começar com postulados muito simples e introduziu gradativamente maior complexidade, cada vez se aproximando indiscutivelmente mais da vida real. Esta foi a contribuição de Thünen (1875) em seu modelo do uso da terra em *Der isolierte Staat [...]* O segundo método é mover-se a partir da realidade fazendo uma série de generalizações simplificadas. É a contribuição de Taaffe (Taaffe, Morrill & Gould, “Transport Expansion in Underdeveloped Countries: A Comparative Analysis”. *Geographical Review* 27, p. 240-254).

⁷⁶ “O modelo só permite a complexidade porque a simplifica. A imagem global da complexidade reproduz a complexidade e assim não é útil. É dando destaque a um caráter particular selecionado

A segunda hipótese de base de acordo com Santos (2012) é a que se propõe a recriar modelos locais ou regionais a partir de modelos gerais simples, ao mesmo tempo em que se lhes acrescentam variáveis ou parâmetros local ou regionalmente válidos.

Ao utilizar uma ou outra hipótese de base, os resultados não são os mesmos. No primeiro caso, como argumentou Santos (2012), melhorar o modelo implica um enfoque indutivo, mas corre-se o risco de se preocupar com o instrumental de dados exteriores à realidade que se analisa.

No segundo caso, o aperfeiçoamento do modelo geral é possível com o auxílio de uma contribuição dedutiva. Do próprio interior da realidade se parte para enriquecer ou recusar o modelo geral. Todavia, a utilização de um modelo geral de evolução, conduzindo casos teóricos atuais ou modelos descritivos, deve levar em consideração particularidades e diferenças históricas. Isso obriga adaptar periodizações ou subsistemas cronológicos adotados pelo modelo geral, e introduzir dados locais de toda ordem: natural, cultural, econômica, política etc., com certa autonomia (SANTOS, 2012, p. 87).

Na visão do autor, o interesse dessas duas linhas de pesquisa vem do fato de que esse método de análise permite reconstruir o todo, ao tentar compreender a “situação atual por intermédio da evolução das variáveis, do seu funcionamento e dos resultados sucessivos, para cada subsistema, do ponto de vista espacial” (SANTOS, 2012, p. 87-88).

No entanto, os maiores equívocos sugeridos pela aplicação modelística na geografia, segundo Santos (2012, p. 89), “vem das práticas mecânicas – que o uso e o abuso da geografia quantitativa fizeram agravar – pelas quais se transforma um conceito em uma categoria metafísica”. Um modelo, para o autor é sem dúvida, “uma representação da realidade, cuja aplicação, ou uso, só se justifica para chegar a conhecê-la, isto é, como hipótese de trabalho sujeita a verificação” (SANTOS, 2012, p. 89).

Da mesma maneira que dos fatos empiricamente apreendidos se chega à teoria por intermédio de conceitos e de categorias historicizadas, volta-se da teoria

pela sua importância que vemos o modelo progredir. Ele é, por natureza, parcial e simplificador” (Reflexões antecedentes à pesquisa de um método de aproximação dos estudos de planificação feita a um grupo de engenheiros do *Génie Rural, des Eaux et des Forêts*, França, Nov. 1967). Obs.: Na descrição de Santos (2012, p. 87), a referência da publicação em que essa palestra foi transcrita não foi informada.

ao empírico por meio dos modelos. Dessa forma, com ou sem intuito de reformulá-la, submete-se a teoria a um teste, pois a realidade não é imutável. O movimento próprio da realidade permite que os fatos sejam conhecidos (pela utilização da teoria), permitindo que a teoria seja melhorada (pela prova dos fatos). Assim, os dois – conceito e modelo – devem permanentemente ser revistos e refeitos; e isso só pode ser obtido levando em consideração, que tanto a teoria como a realidade se encontram em processo de permanente evolução (SANTOS, 2012, p. 89).

Nestas circunstâncias, advertiu o autor: “a partir do momento em que se esquece de tudo isso e se aplica modelo congelado para explicar uma realidade em movimento, trata-se de uma violência metodológica pura e simples, cuja aplicação não pode conduzir à realidade científica e sim ao erro” (SANTOS, 2012, p. 89).

3.1.1 Crítica miltoniana às teorias “behavioristas” e às teorias da “percepção”: implicações da psicologia social na interpretação do espaço

Além dos modelos descritivos, evolutivos ou interpretativos e a necessidade de inscrevê-los em um quadro teórico, Santos (2012, p. 91) também analisou, como tendências da época, a contribuição da psicologia e da psicologia social à geografia da percepção e do comportamento.

De acordo com esse autor o fundamento da abordagem da geografia da percepção vem do fato de que cada indivíduo tem uma maneira específica de apreender o espaço, e também de avaliá-lo. “O espaço social seria definido pelos lugares que lhe são familiares e as parcelas de território que ele deve percorrer entre esses diferentes lugares” (SANTOS, 2012, p. 91).

A geografia do comportamento vai ainda mais longe. Ela se fundamenta no “princípio da existência de uma escala espacial própria a cada indivíduo e também de um significado particular para cada homem, de porções do espaço que lhe é dado frequentar, não apenas em sua vida cotidiana, mas ainda durante lapsos de tempos mais importantes” (SANTOS, 2012, p. 91).

Nesse entendimento, segundo Santos (2012, p. 91-92), “há implicações no que se refere à interpretação do funcionamento do espaço e, conseqüentemente, da própria organização do espaço”. Nesse sentido, “se o espaço não significa a mesma coisa para todos, tratá-lo como se ele fosse dotado de uma representação comum

significaria uma espécie de violência contra o indivíduo e, conseqüentemente, as soluções fundamentadas nessa ótica seguramente não seriam aplicáveis”.

Na avaliação de Santos (2012, p. 92), “a geografia do comportamento representa, de certa maneira, uma ruptura com o economicismo e uma forma de restituição dos valores individuais”. Parece, entretanto, difícil adotar esta abordagem excluindo qualquer outra, a começar pela consideração das variáveis econômicas do comportamento do indivíduo, função de sua situação na escola socioeconômica e de sua posição no espaço.

Para o autor, admitir uma significação individual do espaço que se considera, a condições pessoais interpretadas de um ponto de vista psicossocial, pode fazer perder de vista, o fato de que espaço é definido muito mais em função das diferenças. Possibilidades econômicas concretas, abertas segundo formas diferentes e em diferentes escalas aos diferentes indivíduos.

Em suas críticas, o autor reconheceu que essas abordagens ainda não tinham como comprovar a validade científica, por estarem no início de construção teórica, como tendência da geografia moderna e sob as influências da psicologia. Com essas considerações tornou pertinentes suas indagações sobre “a percepção na relação sujeito *versus* objeto” e seu questionamento sobre “comportamento ou práxis” (SANTOS, 2012, p. 92).

Na primeira indagação, “as abordagens fundamentadas na percepção individual têm seu ponto de partida no processo do conhecimento. Esse é o resultado da apreensão da realidade contida em um objeto”, como foi descrito por Santos (2012, p. 92).

Devido ao fato de que o principal interessado nesse mecanismo, o sujeito, é ao mesmo tempo “um ser objetivo e um microcosmo, o encontro entre a objetividade da coisa (ou a coisa objetificada) e a subjetividade de seu decifrador permite uma variedade de percepções” (SANTOS, 2012, p. 93). Sob essa perspectiva, “a coisa permanece una, intacta, mas as modalidades de sua percepção são diversas, parcelares, frequentemente deformantes” (SANTOS, 2012, p. 93).

A geografia da percepção, na concepção do autor, limita-se a aprofundar a análise das percepções dos objetos geográficos, cobrindo-se na justificação de que as percepções são também utilizadas como dados objetivos. Mas se esqueceu de levar em consideração duas coisas.

Primeiramente, a percepção individual não é o conhecimento. De outra forma, a coisa não seria objetiva e a própria teoria da percepção seria incompleta, senão inútil. Como segunda explicação, a simples apreensão da coisa, por seu aspecto ou sua estrutura externa, nos dá o objeto em si mesmo, o que ele “apresenta”, mas não o que ele “representa”. Ora, o objeto é o resultado de determinações paralelas e concomitantes da estrutura nua e da ideologia. Esta, contida no objeto, é dada pelo funcional, simbólico (SANTOS, 2012, p. 93-94).

Na segunda indagação, foi ressaltado que “as bases essenciais de trabalho da chamada geografia do comportamento são essencialmente duas: a) os comportamentos individuais são o resultado de volições e decisões pessoais, individuais; b) são os comportamentos pessoais que contribuem para modelar o espaço” (SANTOS, 2012, p. 95). Para o autor, foi essa condição de liberdade centrada no indivíduo que provocou uma confusão em relação ao modo de atuar e perceber os problemas de práxis sociais, como condições de renda, posição social e até referência às condições e oportunidades permanentes ou ocasionais em um determinado lugar.

Entretanto, na visão de Santos, a “sociedade organizada” supõe a precedência das práxis coletivas, impostas pela estrutura da sociedade e às quais se subordinam às práxis individuais. Nessa condição, o espaço, por suas características e por seu funcionamento, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais (SANTOS, 2012, p. 94-96).

Ao fazer essa comparação em relação à geografia do comportamento, na distinção entre práxis individual e práxis coletiva, nota-se, nas interpretações críticas do autor, uma visão marxista. Essa visão se justifica quando Santos (2012) se refere “à práxis coletiva como agente de reprodução das relações sociais na evolução do espaço pelo movimento da sociedade total e no comportamento dos agentes de mudança, cujas influências serão sempre limitadas e subordinadas à práxis coletiva” (SANTOS, 2012, p. 96).

Em suas palavras, “ainda permanece a ideia de que a percepção diria respeito ao sujeito e não mais ao objeto”. Que o comportamento seria estranho às determinações sociais como se a práxis individual de cada um junta às práxis individuais dos outros dessem como resultado a práxis social total. Nesse contexto analítico de referência, “o espaço dos geógrafos terminou por ser também tão

fragmentado quanto o espaço reificado e a geografia, tornou-se ideológica, hostil ao real” (SANTOS, 2012, p. 96-97).

As impressões do autor ao analisar as fragilidades da geografia e das interpretações do espaço nas teorias behavioristas e da percepção, o levaram a refletir sobre uma geografia da crise, a partir da crise da geografia. Nesse contexto concebido como “uma nova era”, a vertente da geografia quantitativa se expandiu, tornando-se “a principal corrente da *New Geography*”, conforme esclarecido por Santos (2012, p. 99). Sua visão sobre essa questão encontra-se a seguir.

3.1.2 A exaltação da tendência positivista na “*New Geography*”: a crise da geografia e a geografia da crise

O estudo crítico de Santos (2012, p. 99) revelou sua visão sobre “o triunfo do formalismo e da ideologia”. A corrente principal da *New Geography* batizada como “Geografia Quantitativa” ou “Revolução Quantitativa” foi fruto da nova era cujo marco inicial se confundiu com o fim da Segunda Guerra Mundial. Essa vertente, como analisou o autor, representou “a exaltação da tendência positivista que influenciou a Geografia, desde que esta foi criada como uma disciplina moderna, ambicionando um lugar na classificação das ciências” (SANTOS, 2012, p. 99).

Na visão desse autor, em decorrência da revolução tecnocientífica, os tempos se tornaram maduros para que a quantificação fosse entronizada como técnica de trabalho, como método e até mesmo como explicação geográfica. Havia, já então, os instrumentos indispensáveis para dar ao novo enfoque as condições de factibilidade. Tais condições instrumentais eram resultados dos progressos obtidos pelas ciências exatas, tanto por causa das necessidades da própria guerra, como em resposta às exigências de uma nova organização da economia, tornada possível após o término da guerra.

Nos Estados Unidos, onde tal vocação progrediu mais, isso coincide com uma época em que se implantava um verdadeiro terror na vida cultural e política: o “macartismo” correspondia, tanto dentro como fora do país, à necessidade de impor uma série de ideias feitas, sem as quais os novos modelos econômicos não poderiam vingar. As possibilidades abertas com os novos meios de difusão de massas contribuíram poderosamente, como foi ressaltado por Santos (2012, p. 100).

De acordo com o autor, a aceitação do novo modelo de utilização dos recursos dependia essencialmente da aceitação da noção de crescimento econômico e a submissão a um novo modelo de consumo. Esses dois elementos permitiriam implantar uma nova estrutura da produção. Primeiro seria no centro do sistema e depois na sua periferia.

Conforme esclareceu, o consumo de tipo novo nos países subdesenvolvidos ajudou a expandir o novo tipo de produção nos polos. Depois, quando o mercado estava criado, certas produções podiam ser feitas no próprio Terceiro Mundo. Mais tarde, com a internacionalização do produto, a produção tornar-se-ia autônoma em relação ao consumo e o modelo se difundiria de maneira geral.

Foi nessa estrutura de produção de crescimento econômico e consumo, que segundo Santos (2012), as empresas transnacionais puderam desenvolver-se. Desse modo, a humanidade, em seus milênios de história, evoluiu de uma situação onde havia uma multiplicidade de modelos produtivos, que eram adaptados à constelação de recursos de cada coletividade, para outra situação na qual se adotou um modelo único, sem relação com os recursos locais, orientado para as necessidades do sistema no seu centro.

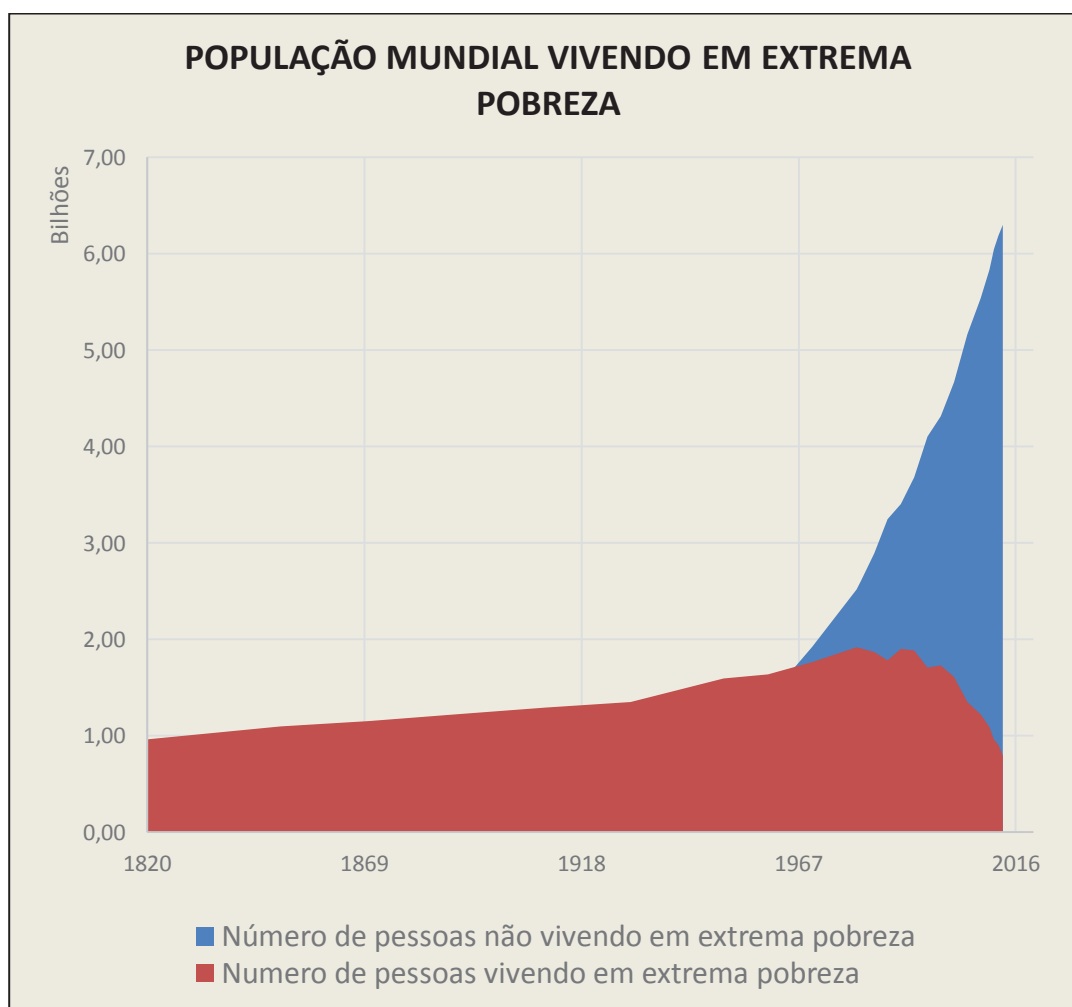
Nessa análise de Santos, verifica-se que esse é um tipo de afirmação falseável, quando se aplica o conceito popperiano de ciência e o critério de falseabilidade sugerido pelo filósofo e, quando se pretende justificar teorias, a partir dessa visão de cientificidade.

Essa é uma afirmação falsa, pois a qualidade de vida sob a ótica do crescimento econômico e na perspectiva de desenvolvimento melhorou no mundo todo, com raras exceções. A população que vive em extrema pobreza diminuiu.

Pode-se comprovar a crítica em relação a não falseabilidade das teorias de Santos (2012) nos dados empíricos apresentados em relação à pobreza, no gráfico 1, que faz uma demonstração comparativa entre pessoas vivendo em extrema pobreza e pessoas que não vivem em extrema pobreza no período entre 1820 a 2016, na escala global que tem como referência a população mundial. Os dados e as informações globais sobre “pobreza extrema” foram extraídos de um conjunto de pesquisas relacionadas à LIP – Linha Internacional de Pobreza, que foi revisada em 2015 pelo Banco Mundial. Dados, definições e informações a respeito do tema,

assim como gráficos mapas e diversas fontes de pesquisas são disponibilizados *in Our World In Data* (2019).

Gráfico 1 - POPULAÇÃO MUNDIAL VIVENDO EM EXTREMA POBREZA



Source: OWID based on World Bank (2019) and Bourguignon and Morrisson (2002)
OurWorldInData.org/extreme-poverty/CCBY

This chart is part of a collection of research. For more information, see ***Global Extreme Povert***

No gráfico é possível observar em dados numéricos (totais em bilhões), uma tendência no perfil da extrema pobreza mundial. Pode-se observar como esse perfil foi se configurando, a partir do número de pessoas não vivendo em extrema pobreza no mundo e o número de pessoas vivendo em extrema pobreza no período de 1820-2016.

Como se observa, no gráfico 1, em 1820 havia pouco menos de 1,1 bilhão de pessoas no mundo das quais a grande maioria vivia em extrema pobreza. No

decorrer de 150 anos, o declínio da pobreza não foi rápido o suficiente para compensar o aumento muito rápido da população mundial. Verifica-se que o número de pessoas “não pobres” e de pessoas “pobres” aumentou. No final da década de 1960, transição para a década de 1970, observa-se que o número de pessoas que não vivem em extrema pobreza foi aumentando, enquanto o número de pessoas extremamente pobres foi oscilando até cair significativamente.

Pode-se inferir que durante a primeira metade do século XX, o crescimento da população mundial fez aumentar o número absoluto de pessoas extremamente pobres no mundo, embora a proporção de pessoas em extrema pobreza estivesse diminuindo. Após cerca de 1970, a queda nas taxas de pobreza tornou-se tão acentuada que o número absoluto de pessoas que vivem em extrema pobreza também começou a cair.

Essa tendência de diminuição da pobreza – tanto em números absolutos quanto em proporção da população mundial – tem sido constante nas últimas três décadas. O número de pessoas que não vivem em pobreza extrema como demonstrado no gráfico 1, ultrapassava 6 bilhões. O ano de 2016 registra a queda significativa das pessoas que vivem em pobreza extrema.

Se o número de pessoas em extrema pobreza for de fato, diminuindo como previsto nas projeções das equipes do Banco Mundial (ODI – One-day Internation, IHME – Instituto de Métrica e Avaliação em Saúde e Brookings, em conjunto com o *World Data Lab*) e estagnar, já que a parcela da população em extrema pobreza no período atual é inferior a 3% em mais da metade dos países do mundo, o número de pessoas vivendo em extrema pobreza estagnaria em quase 500 milhões.

De fato, o grande sucesso da última geração foi que o mundo progrediu rapidamente contra a pior pobreza, depois de um longo tempo a partir de 1820. O número de pessoas em extrema pobreza caiu quase 1,9 bilhão em 1990 para cerca de 650 milhões em 2018, segundo informações *in Our World In Data (2019)*.

No entanto, é necessário dizer que a pobreza extrema no mundo precisa ser erradicada, embora se constate, na demonstração gráfica que o número absoluto de pessoas que ainda vive nessa condição de pobreza esteja diminuindo. Para compreender a lógica e os efeitos da Linha Internacional de pobreza, é imprescindível apresentar algumas ideias relacionadas à questão, extraídas *in Our World In Data (2019)*, nessa análise.

Na definição do Banco Mundial, desde 2015, quando a Linha Internacional de Pobreza foi revisada, uma pessoa é considerada em extrema pobreza se viver com menos de 1,90: de dólar internacional (int. -\$) por dia. Essa medição da pobreza é baseada no valor monetário do consumo de uma pessoa. Os dólares internacionais são ajustados pela inflação ao longo do tempo e pelas diferenças de preços entre países.

A pobreza é um conceito intrinsecamente ligado ao bem-estar. Nas entradas do *Our World In Data* (2019) o foco principal de medida da pobreza é o consumo e renda monetizados, segundo a abordagem usada pelo Banco Mundial. Entretanto, essas entradas advertem que as medidas de renda são utilizadas apenas em países, cujas medidas confiáveis de consumo não são disponíveis. Advertem ainda sobre as dificuldades em relação à medida de pobreza global, pois os níveis de preços são muito diferentes entre os países. Por esse motivo não basta fazer a conversão dos níveis de consumo de pessoas em diferentes países pela taxa de câmbio do mercado. Além disso, torna-se necessário ajustar diferenças entre países no poder de compra. Isso é feito nos ajustes da paridade do poder de compra.

In Our Word In Data (2019) é enfatizado que a Linha Internacional de Pobreza que considera “pobreza extrema: a proporção de pessoas que vivem com menos de 1,90 dólares int. -\$ por dia” é extremamente baixa. Ou seja, viver com um consumo domiciliar *per capita* abaixo desse limiar considerado pelo Banco Mundial é extremamente baixo. Por isso, é justificado que o termo “pobreza extrema” é adequado ao focar “os mais necessitados”. Mas que as condições de vida bem acima da Linha Internacional de Pobreza também podem ser caracterizadas por “pobreza e dificuldades”.

Nesse sentido, a abordagem do Banco Mundial sugerida *in Our World In Data* (2019), torna explícito que, as evidências em longo prazo mostram que, no passado, apenas uma elite desfrutava de condições de vida que hoje não seriam descritas como “extrema pobreza”. Mas com o início da industrialização e o aumento da produtividade, a parcela de pessoas que vivem em extrema pobreza começou a diminuir continuamente nos últimos dois séculos. Intimamente ligada a essa melhoria nas condições materiais de vida está a melhoria da saúde global e a expansão da educação global vista nesses dois séculos.

De acordo com as informações extraídas *in Our World In Data (2019)*, A economia mundial está crescendo em menos de uma geração e o valor da produção econômica global dobrou. O aumento da produtividade em todo o mundo significou que muitos deixaram a pior pobreza para trás. Mais de um terço da população mundial vive atualmente com mais de 10 dólares por dia. Em apenas uma década, segundo essas informações, era apenas (1/4).

Em números absolutos, isso significa que o número de pessoas que vive com mais de 10 dólares por dia aumentou 900 milhões nos últimos anos. Consequentemente, houve a expansão da classe média global – independentemente da linha de pobreza que se objective comparar, pois a participação da população mundial abaixo dessa linha de pobreza diminuiu.

Em 1990, as organizações internacionais que adotaram a definição de “pobreza” alinhada com as linhas de pobreza nos países de baixa renda, definida pelo Banco Mundial no último ajuste em 2015 – como limiar de viver com menos de US\$1,90 por dia fizeram dessa linha uma meta global para erradicar a pobreza extrema, sendo esse um dos ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, acordado por todas as nações do mundo, conforme informações *in Our World In Data (2019)*.

Apresentar essas informações nessa tese significa sugerir que é de suma importância utilizar dados empíricos nas análises de fenômenos socioeconômicos e socioespaciais. Dados empíricos são de certa maneira, bases fundamentais para a interpretação da realidade, no sentido popperiano de falseamento de teorias que tratam de explicações subjetivas apenas pelas percepções sensoriais.

É sob essa perspectiva, que a cientificidade de uma teoria pode ser corroborada com a teoria da ciência de Popper, que com o critério de falseabilidade utiliza o método dedutivo de prova como teste para falsear hipóteses e suas respectivas teorias. Ou seja, a “verdade científica” é provisória até que se prove o contrário. Os dados apresentados no gráfico 1, demonstram números absolutos e confirmam tendências, entretanto estão demarcados por sua temporalidade.

Nessa perspectiva não são atemporais. As abordagens de Santos (2012) presentes em *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica* utilizam-se da explicação subjetiva dos fenômenos socioespaciais para teorizá-los, mas não apresentam dados empíricos para confirmar ou não as suas afirmações. Os conceitos utilizados são abrangentes e dotados de subjetividade.

Raras são as assertivas falseáveis passíveis de comprovação ou refutação. Nesse sentido, não podem ser negadas ou refutadas; e muito menos confirmadas com base em pesquisas empíricas, simplesmente pelo fato de não ter sido realizadas. As assertivas e seus respectivos postulados são apenas sugestionados.

O exemplo dos dados empíricos utilizados nessa tese não tem como objetivo endossar trabalhos quantitativos, apenas. Significa dizer que sem quantificação fica mais difícil falsear teorias. Inclusive teorias que lidam com indicadores sociais e econômicos aplicados.

Em relação às noções de “crescimento”, “consumo”, “modelo econômico”, enfatizados por Santos (2012), pode-se dizer que talvez ele tenha razão, tendo em vista que crescimento e desenvolvimento têm significados diferentes. Em relação ao “modelo único”, “imposto” e “aplicado” e mesmo em relação à ideia de “geografia a serviço da planificação”, para todas as situações e lugares, sem diagnóstico de realidades, também é uma ideia plausível.

No entanto, não se pode negar que o crescimento leva à melhoria das condições de vida de todos os povos, como foi considerado nas informações extraídas *in Our World In Data (2019)*.

Na perspectiva de explicação de Santos (2012, p. 102), para essas questões, também não foram usados indicadores sociais que provassem o “falseamento ou não” de tais teorias. O que levaria a pensar que a geografia tinha uma espécie de poder que a levasse a ser ou não ser quantitativa e utilitarista, com uma missão de ser qualitativa, apenas.

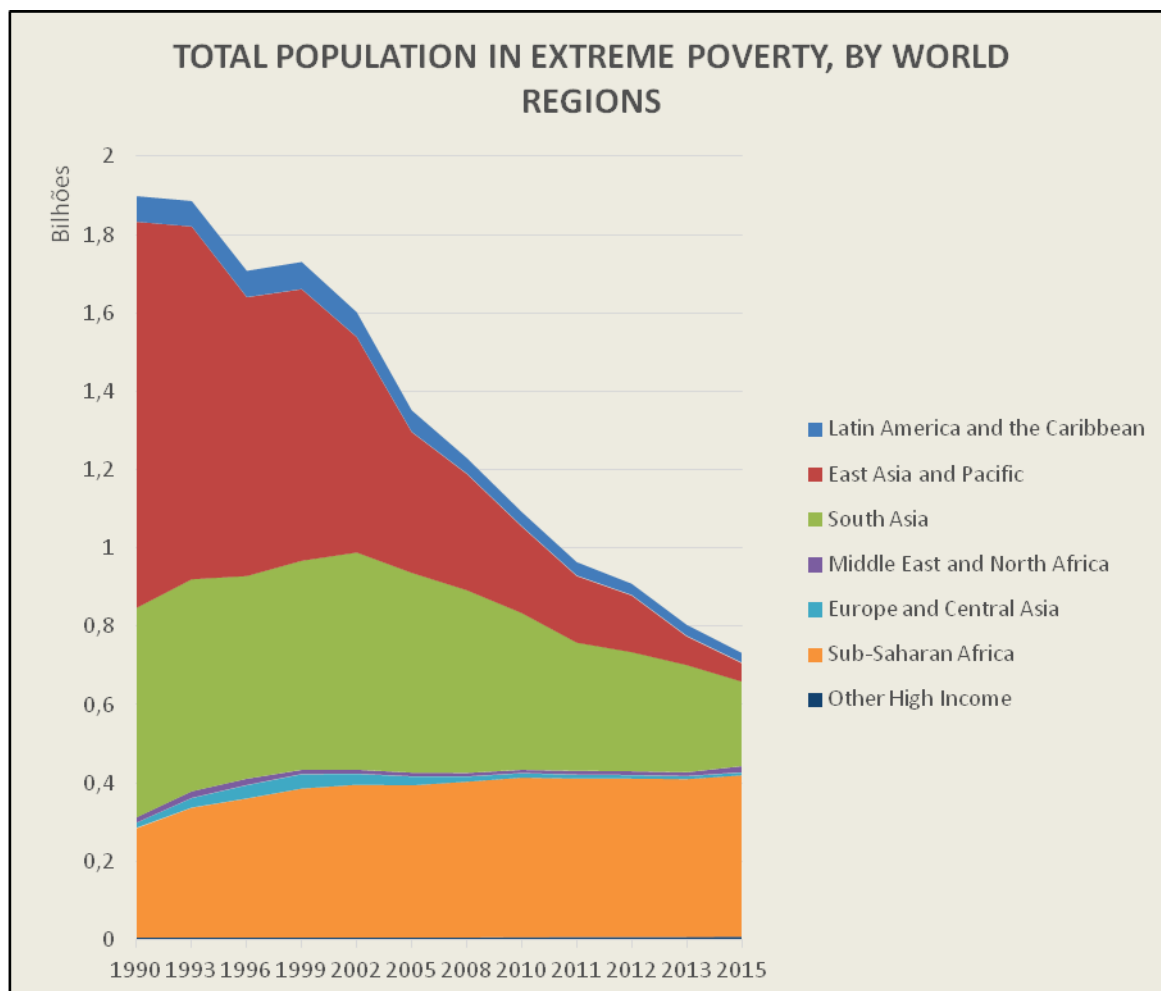
Retomando o exemplo de extrema pobreza no mundo, é possível considerar que essa situação pode ser verificada e analisada por meio de dados estatísticos que favoreçam a compreensão do fenômeno, como se observará no gráfico 2, a seguir.

O referido gráfico apresentará o total de população em extrema pobreza, por regiões do mundo, no período entre 1990 a 2015. Os dados demonstrarão a tendência do perfil mundial relacionado ao total da população em extrema pobreza, por regiões na era dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Em uma visão geral, os números do gráfico 2, darão visibilidade às tendências recentes da pobreza nas regiões: *Latin America and the Caribbean; East Asia and Pacific; South Asia; Middle East and North Africa; Europe and Central Asia;*

Sub-Saharan Africa and Other High Income, conforme extraído in Our World In Data (2019).

Gráfico 2 - POPULAÇÃO TOTAL EM EXTREMA POBREZA EM REGIÕES



Source: PovcalNet (World Bank), (2019)

This chart is part of a collection of research. For more information, see Global Extreme Povert.

O gráfico 2 demonstra o total da população mundial vivendo em extrema pobreza, a partir de uma perspectiva regional. Esse gráfico fornece estimativas regionais da contagem relacionada à pobreza – o número total de pessoas que vivem abaixo da Linha Internacional de Pobreza em cada região do mundo.

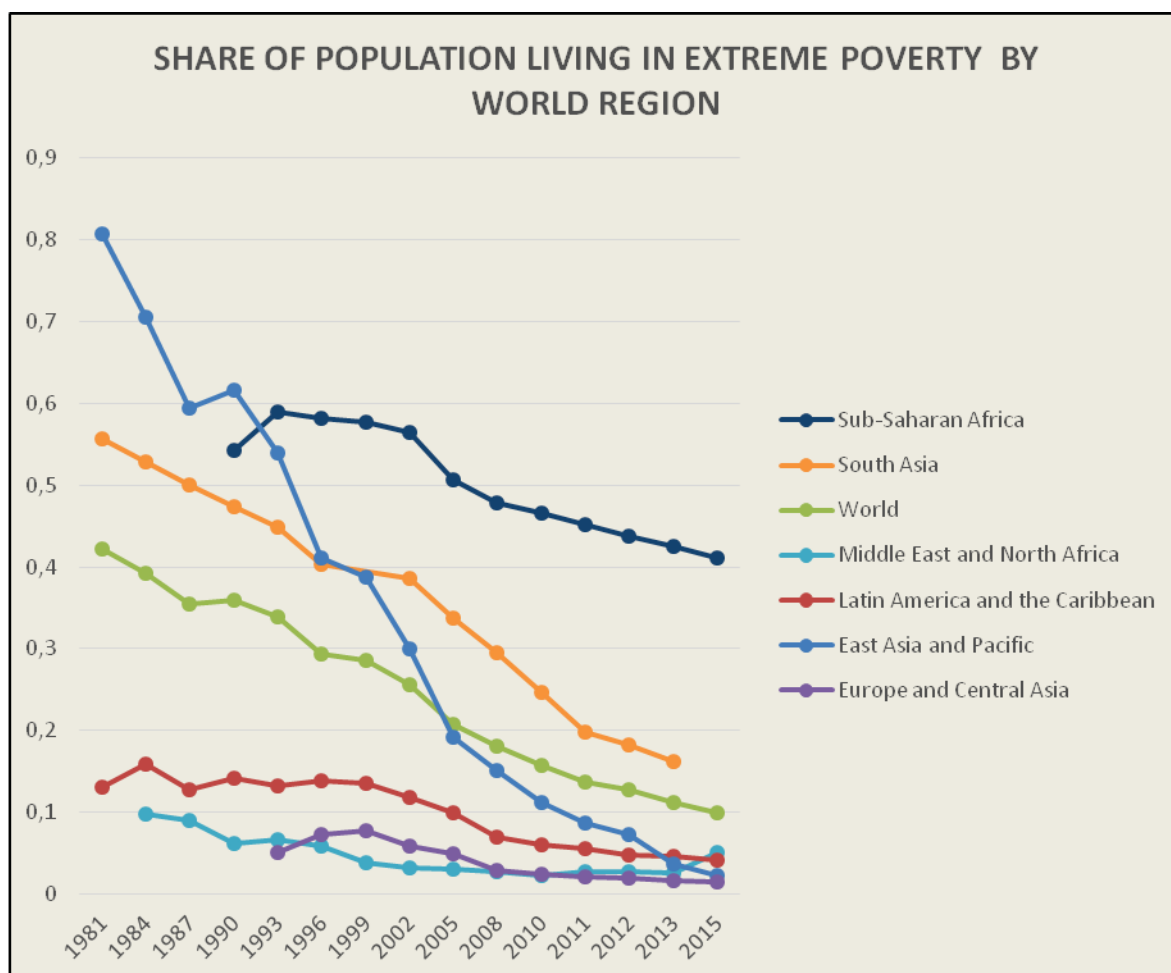
Os números correspondem à Linha Internacional da Pobreza, a 1,90 int. \$ nos preços verificados em 2011. Como pode ser verificado no gráfico, globalmente o número de pessoas que vivem em extrema pobreza caiu mais de 1 bilhão durante o período; de 1,9 bilhão em 1990, o número aproximou-se de 0,8 bilhão em 2015.

Na África Subsaariana, o número de pessoas em extrema pobreza aumentou, apesar de oscilações de crescimento, quase insignificantes na década anterior.

O gráfico 3 mostra que a parcela de pessoas que vive em extrema pobreza caiu ainda mais rapidamente. Esse desenvolvimento muito positivo foi possível em parte devido às melhorias notáveis no leste da Ásia e no Pacífico.

Nessa região as taxas de pobreza tiveram queda muito significativa. Essa queda é observada ao comparar o período entre 1981 e 2015.

Gráfico 3 - PARTE DA POPULAÇÃO EM EXTREMA POBREZA: REGIÕES



Source: World Bank

This chart is part of a collection of research. For more information, see Global Extreme Poverty.

O gráfico 3 demonstra outra forma de verificar e analisar parte da população que vive em extrema pobreza por regiões no mundo. Apresenta dados comparativos entre regiões e em períodos anuais distintos.

Observando o gráfico e seus respectivos dados, verifica-se o perfil do período, cujos dados foram captados, entre 1981 e 2015.

É possível dizer e comprovar com pesquisas empíricas que o avanço da tecnologia estatística e o tratamento da informação espacial, assim como os indicadores econômicos e sociais são relevantes nas análises geográficas referentes à pobreza extrema, nas análises sociais e econômicas.

Essas pesquisas também são relevantes para identificar tendências, fazer projeções e até estimular mudanças da realidade quando se faz previsões fundamentadas em métodos científicos mais rigorosos e não em previsões proféticas, políticas ou ideológicas com discursos de totalidade. A análise de sistemas por meio da estatística serve justamente para projetar tendências.

Ao fazer sua crítica ao imperialismo, Santos (2012), na referida obra em análise, descreveu as relações entre geografia, sociedade e espaço nas escolas nacionais, conforme se verificará na próxima seção.

3.1.3 As relações da geografia com a sociedade e o espaço e as “escolas nacionais de geografia”

Na segunda parte da obra em análise, intitulada “Geografia, sociedade, espaço” Santos (2012, p. 125-190) problematizou a interdisciplinaridade e suas implicações em relação à geografia e ao estudo da sociedade e do espaço.

Nessa visão “quando a geografia começou a busca de sua individualização como ciência, os geógrafos tiveram a pretensão de que ela fosse, antes de tudo, uma ciência de síntese” (SANTOS, 2012, p. 125-190).

Sendo assim, essa ciência seria “capaz de interpretar os fenômenos que ocorrem sobre a face da terra, com a ajuda de um instrumental proveniente de uma multiplicidade de ramos do saber científico, tanto no âmbito das disciplinas naturais e exatas, como no das disciplinas sociais e humanas” (SANTOS, 2012, p. 125).

De acordo com Santos (2012, p. 125), alguns geógrafos chegaram a afirmar que a geografia devia ser tomada como a única disciplina capaz de realizar essa síntese, pelo fato de que a explicação dos fenômenos geográficos exige a contribuição de um número avultado de ciências. Essas ciências chamadas a ajudar a geografia a atingir os seus fins eram chamadas de “muletas” da geografia ou “ciências auxiliares” (SANTOS, 2012, p. 125-126).

Para esse autor, a ideia de síntese na geografia constituía-se um paradoxo, cuja investigação científica estava ligada não à relação de diversas disciplinas. Mas à noção ideológica de escolas nacionais de geografia a serviço da colonização. Sobre essa questão, Santos (2012) proferiu em sua crítica que a capacidade de síntese, que não é privilégio de nenhum especialista, surge como resultado de uma preparação intelectual que vai além da própria especialidade para abarcar o universo das coisas e a compreensão de cada coisa como um universo.

Santos (2012) enfatizou que, a própria noção de escolas nacionais de geografia participou de uma condição de misticismo esquizofrênico. Durante muito tempo, e ainda hoje, se fala de escola francesa de geografia, de escola inglesa de geografia, de escola americana de geografia, de escola alemã de geografia, de escola sueca de geografia.

De fato, conforme avaliou esse autor, em todos os tempos houve interpenetração e os valores da investigação geográfica se reproduziram, nos diversos países, mesmo que as condições próprias a cada um deles – condições internas e condições ligadas às suas relações com o resto do mundo – dessem à sua geografia um verniz particular.

Na avaliação de Santos (2012, p. 127-128) “a manutenção da ideia da existência de escolas nacionais de geografia está ligada, sobretudo, a certo gênero de competição, cujos efeitos se fazem originariamente sentir muito mais fora das fronteiras dos diversos países”. Cada uma das chamadas “escolas nacionais de geografia”, funciona muito mais eficazmente no estrangeiro, do que dentro de casa. Ou seja, as escolas nacionais de geografia funcionaram mais nas respectivas áreas de colonização política, econômica ou cultural, do que mesmo dentro dos limites de cada país.

É fácil, bastante fácil, identificar a marca de origem da geografia feita em países africanos colonizados pela Inglaterra, ou nos colonizados pela França. Na América Latina, a geografia, que foi durante um período bastante longo definido pela matriz francesa, busca mais recentemente obedecer aos padrões estadunidenses.

Nesse sentido, a exportação de uma forma de elaborar o conhecimento que representa os interesses internos e externos do país exportador termina por repercutir dentro dele através do condicionamento da pesquisa e do ensino, que formam uma unidade junto com os interesses político-econômicos dominantes em cada país. Isso ajuda, igualmente, a criar um isolacionismo que a barreira linguística

e o agravamento das disputas hegemônicas entre países ricos só se faz agravar na opinião de Santos (2012).

Em sua crítica às escolas nacionais e à ideia de síntese, por meio de integração de ciências ligadas ao Estado-Nação, Santos (2012) enfatizou a questão de que a geografia poderia contribuir para a evolução conceitual de outras disciplinas.

Na sua concepção, “a economia tornou-se muito mais evidente depois que a economia neoclássica se impôs escolasticamente e também politicamente, como instrumento essencial à difusão capitalista”. Como a economia neoclássica é, por definição, uma abstração em relação ao homem e ao meio geográfico, os estudos geográficos ganharam novas condições para colaborar no aperfeiçoamento de muitos dos conceitos econômicos⁷⁷ (SANTOS, 2012, p. 130-131).

Conforme argumentou, “na verdade, o princípio da interdisciplinaridade é geral a todas as ciências. Toda ciência se desenvolve nas fronteiras de outras disciplinas e com elas integra em uma filosofia⁷⁸. A geografia, a sociologia, a economia, são interpretações complementares da realidade humana”⁷⁹ (SANTOS, 2012, p. 131).

Para analisar a história da interdisciplinaridade na geografia, Santos (134-140) reconstituiu a trajetória das principais etapas, conforme verificadas, a seguir.

3.1.4 As relações interdisciplinares na geografia: o dilema da história em etapas

Santos (2012, p. 134-140) reconstituiu a história da busca de uma interdisciplinaridade aplicada à geografia.

A síntese encontra-se no quadro a seguir.

⁷⁷ Conforme foi justificado por Santos (2012): “Quando nós próprios propusemos a noção de um duplo circuito de economia nos países subdesenvolvidos (Santos, 1970, 1972, 1975) a isso fomos levados pela nossa incapacidade de chegar a uma interpretação mais dinâmica do espaço geográfico a partir das categorias econômicas oficiais”. André Marchal, como lembrou em sua análise, havia dito que “as leis econômicas nada mais são que o reflexo do comportamento dos homens. E esse comportamento varia segundo as épocas e segundo os lugares”. Nesse particular, “o que é válido para a economia é válido para a geografia”, avaliou Santos (2012, p. 131).

⁷⁸ Santos (2012, p. 131) declarou concordar com Jacques Boudeville, nessa assertiva.

⁷⁹ Nesse contexto, Santos (2012, p. 131), faz referência, em nota “... um biólogo qualificado, J. Constantin, já em 1898 escrevia pensando as relações entre a biologia e a geografia: “é nos confins dos domínios científicos que se colocam os problemas novos e que se encontram as soluções inesperadas e interessantes” (TULIPPE, 1945, p. 75 apud SANTOS, 2012, p. 131).

Quadro 7 - ETAPAS DA INTERDISCIPLINARIDADE NA GEOGRAFIA

<p>PRIMEIRA ETAPA (INÍCIO DO SÉCULO XIX: VISÃO KANTIANA)</p>	<p>Interdisciplinaridade clássica baseada em relações bilaterais, entre a geografia e a história. A história relatava os acontecimentos que se sucedem no tempo. A geografia se ocuparia dos acontecimentos realizados simultaneamente no espaço. Durante muito tempo se considerou a história e a geografia como uma espécie de irmãos siamesas (SANTOS, 2012, p. 134).</p>
<p>SEGUNDA ETAPA (VISÃO LABLACHEANA)</p>	<p>Contemporânea do tempo crucial em que os fundadores da geografia moderna passaram a afirmar a geografia como ciência autônoma. Com Vidal de La Blache houve uma separação prolongada entre a geografia e a sociologia. Esse geógrafo refutou a ideia de morfologia social de uma disciplina sociológica particular que tratava das modalidades de transformação de sociedade em espaço geográfico proposta por Durkheim, que classificou a geografia como ciência social (SANTOS, 2012, p. 135-136).</p>
<p>TERCEIRA ETAPA (FINAL DO SÉCULO XIX E METADE DO SÉCULO XX)</p>	<p>A interdisciplinaridade começa a ganhar uma nova dimensão, pelo fato de dois avanços da história – um em fins do século XIX, com a Revolução Tecnológica. O outro, depois da Segunda Guerra Mundial – com a ampliação do campo das ciências sociais e o domínio das técnicas (SANTOS, 2012, p. 136).</p>
<p>QUARTA ETAPA (PÓS-METADE DO SÉCULO XX A ATUALIDADE)</p>	<p>Com o advento do progresso científico e econômico, o ecletismo originário de aplicações de conhecimentos de diversas ciências no campo geográfico se acentuou. Essa influência tornou-se, ainda mais marcante, na atualidade (SANTOS, 2012, p. 137).</p>

FONTE: Milton Santos (2012). Elaboração de Mariza Ferreira da Silva, com base no Livro *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*.

Para Santos (2012, p. 134-140) em sua crítica, as três etapas eram abortivas. Na fase quarta que se delineava ele pensava participar. A noção de interdisciplinaridade evoluiu com o progresso científico e o progresso econômico. As novas realidades exigiram uma explicação particular, com o aparecimento de novas

disciplinas científicas. Todavia, na visão do autor, é indispensável que o cientista, disposto a esse tipo de exercício, disponha das faculdades de crítica oferecidas por uma concepção filosófica coerente. “Essa ideia deve estar ainda mais presente ao nosso espírito quando trabalhamos com fenômenos de ordem histórica, como é o caso do espaço” (SANTOS, 2012, p. 136-137).

O ideal para a análise geográfica não seria buscar a compreensão de um aspecto da realidade total por intermédio de uma disciplina particular ou por intermédio de uma diversidade de disciplinas, mas “a compreensão do todo pelo todo”, como foi sugerido por Santos (2012, p. 141). Ou seja, a geografia crítica preservou a ideia de ciência de síntese, com fortes tintas românticas. Apenas deixou de usar a palavra “síntese”.

O exercício da apreensão da totalidade do espaço social, na visão miltoniana, é um trabalho fundamental e básico para a compreensão do lugar real e epistemológico com suas diferentes partes ou aspectos. O conhecimento das partes, do seu funcionamento, de sua estrutura interna, de suas leis, da sua relativa autonomia, e a partir disto, da sua própria evolução, constituem um instrumento fundamental para o conhecimento da totalidade (SANTOS, 2012, p. 141).

De acordo com Santos (2012), uma interdisciplinaridade que não considera a multiplicidade de aspectos, com os quais se apresenta aos nossos olhos, em uma mesma realidade, conduziria à construção teórica de uma totalidade cega e confusa, incapaz de permitir uma definição correta de suas partes.

Isso agravaria o problema de sua própria definição como realidade total, ao reconhecer um objeto da geografia e pensar ter identificado suas categorias fundamentais, pois as categorias mudam de significação com a história, apesar de manter a base como um guia permanente para a teorização. Nesse caso, trata-se da produção do espaço. É preciso partir do próprio objeto “espaço” como produto histórico, tal como ele se apresenta. E não como o espaço das disciplinas julgadas capazes, de apresentar elementos para sua adequada interpretação (SANTOS, 2012, p. 141).

Na visão do autor, a sociedade, concebida na geografia como uma produção do espaço, deve ser a preocupação fundamental de todo e qualquer ramo do saber humano; é uma sociedade total. Se, no sentido interdisciplinar, cada ciência particular se ocupa de um dos seus aspectos, o fato de a sociedade ser global consagra o princípio da unidade da ciência.

O fato de essa “realidade total, que é a sociedade, não se apresentar a cada um de nós, em cada momento e em cada lugar, senão sob um ou alguns dos seus aspectos, justifica a existência de disciplinas particulares. Isso não desdiz o princípio da unidade da ciência, apenas entroniza outro princípio fundamental, que é o da divisão do trabalho científico” (SANTOS, 2012, p. 146).

Todavia, “em geografia, a preocupação com os princípios e as classificações fez com que fosse perdido de vista o próprio conteúdo do qual deveria ocupar-se a ciência recentemente criada”, na avaliação de Santos (2012, p. 146). Na realidade, como afirmou: “cada coisa na natureza encontra-se unida com as outras de tal maneira que aí não pode haver solução de continuidade entre as diferentes ciências em fronteiras muito precisas” (SANTOS, 2012, p. 147).

Na concepção do autor, haveria problema em relação à autonomia e as categorias analíticas. Pois a relativa autonomia de cada disciplina só poderia ser encontrada dentro do sistema de ciências cuja coerência é dada pela própria unidade do objeto de estudo que é a sociedade total. Entretanto, a coerência de cada disciplina particular também exigiria a construção de um sistema que lhe fosse particular ou específico, formulado a partir do conhecimento prévio da parcela de realidade social considerada como uma totalidade menor. Essa parcela ou aspecto da vida social assim considerado vem a ser o objeto de cada disciplina particular.

Sem essa atitude, nem mesmo estaríamos em condições de saber aquilo que estamos estudando e queremos conhecer melhor. A identificação do objeto será de pouca significação se não formos capazes de definir-lhes as categorias fundamentais. Sem nenhuma dúvida, as categorias sob um ângulo puramente nominal mudam de significação com a história, mas elas também constituem uma base permanente e, por isso mesmo, um guia permanente para a teorização. Se quisermos alcançar bons resultados nesse exercício indispensável, devemos centralizar nossas preocupações em torno da categoria – espaço – tal qual ele se apresenta, como um produto histórico. São os fatos referentes à gênese, ao funcionamento e à evolução do espaço que nos interessam em primeiro lugar⁸⁰ na concepção de Santos (2012).

⁸⁰ Como descrito, em Santos (2012, p. 147) “A geografia não pode dedicar-se aos ‘homens’ ou ao ‘mundo’ em geral. Ela deve limitar-se ao que lhe é, específico, ou seja, o espaço a ser explicado e teorizado é o campo da geografia científica – ponto de partida para sua definição” (J. Levy, 1975, p. 58).

Na visão de Santos (2012, p. 147-148), “A interpretação do espaço, sua gênese ou seu funcionamento e sua evolução dependem de como fazemos antes a correta definição de suas categorias analíticas”. Sem isso conforme enfatizou o autor, em sua análise “não seria mesmo possível pensar em trabalho interdisciplinar, porque não teríamos os meios para reconhecer, em cada ocasião, quais as outras disciplinas científicas que podem vir em nosso auxílio e trazer-nos uma colaboração”. Em outras palavras, “não são todas as ciências particulares nem é toda uma ciência particular que entram como componentes da interdisciplinaridade própria a cada outra ciência” (SANTOS, 2012, p.147-148).

Como a realidade é uma totalidade em permanente movimento e mudança, a lista das disciplinas que participam da elaboração de um enfoque interdisciplinar está sempre mudando. E isso se faz tanto por razões objetivas como por motivos ligados ao julgamento do pesquisador. As razões dessa mudança e alguns dos seus elementos são:

a) o progresso científico, responsável, de um lado, pela criação de novas disciplinas e, de outro, pela evolução das já existentes; b) a posição filosófica, ideológica, do pesquisador que vai guiar-lhe os mecanismos de escolha; a própria visão do objeto de sua disciplina feita por cada pesquisador; c) o momento histórico que lhe sugere atribuir-lhe maior ou menor ênfase a tal ou qual aspecto, se bem que confiar demasiadamente nos aspectos conjunturais em detrimento do aspecto estrutural constitui um grande risco, o risco de deformar a realidade cuja imagem se deseja reproduzir corretamente. [...] Não é, pois, difícil estabelecer-se uma relação – que é direta – entre a interdisciplinaridade e a epistemologia própria a cada ciência. A epistemologia é uma reflexão filosófica particular a cada domínio do saber. Embora não seja imutável, ela funciona como uma espécie de *gendarme*, de tal forma que o uso de ingredientes de origens múltiplas não confunde o especialista e lhe permite manter-se dentro do âmbito de sua própria busca. Isso não significa, de forma alguma, que o objeto de cada disciplina particular seja algo de rígido, incapaz de evoluir e de mudar. (SANTOS, 2012, p. 148).

O grande mérito de uma interdisciplinaridade bem entendida é que, ao mesmo tempo em que ela disciplina o trabalho interior a cada ciência particular, está sempre a abrir-lhe novos caminhos, graças ao contato fecundo dos outros compartimentos⁸¹ como foi enfatizado por Santos (2012).

⁸¹ Conforme citado por Santos (2012, p. 149), Whitehead (1938, p. 136-137), exprime de forma magistral sobre esse tema, quando escreve que “as diversidades de funcionamento da realidade não podem ser explicadas em termos de cada ciência particular, mas somente quando levamos em consideração a variedade de relações bem mais extensas do modelo correspondente”.

3.1.5 A tentativa miltoniana da definição de espaço: reflexo da sociedade ou fato social, fator ou instância social?

A primeira questão colocada refere-se ao problema da definição do objeto de cada disciplina no universo do saber, do ponto de vista epistemológico. No caso da geografia, “chegar-se a esse objetivo apresenta certo número de riscos, mas nenhum é mais grave que o de confundir, nesse exercício teórico e metodológico, a ciência ela mesma e o seu objeto” (SANTOS, 2012, p. 143) ⁸².

Em sua reflexão, Santos (2012, p. 145) argumentou que “se uma ciência se define por seu objeto, nem sempre a definição da disciplina leva em conta esse objeto”. Este é, conforme enfatizou, “particularmente, o caso da geografia, cuja preocupação com o seu objeto explícito – o espaço social – foi sempre deixada em segundo plano” (SANTOS, 2012, p. 145).

Nessa perspectiva analítica, de acordo com a ênfase dada por Santos (2012, p. 145), “a multiplicidade de definições da geografia está, assim, longe de ajudar o seu próprio desenvolvimento”. Pois, segundo esse autor, “reproduzir uma lista de definições da geografia é sempre cansativo, talvez contraproducente” ⁸³,

⁸² De acordo com Santos (2012, p. 143-144) “Quando, em 1925, De Martonne se referia aos laços de nossa disciplina com os demais ramos do saber, fazia, sobretudo, alusão às relações entre essas outras ciências e a geografia, em vez de preocupar-se com as relações entre o objeto da geografia, que é o espaço, e os outros aspectos tangíveis ou não da realidade social. Tal posição conduz, necessariamente, a uma falsa interpretação. O que se quer conhecer, por intermédio das ciências particulares, são os diversos aspectos dessa realidade que nos permite, a um dado momento da evolução do pensamento científico, definir melhor cada aspecto e, paralelamente, toda a realidade. Tal operação é em si mesma, multiplicadora, porque cada nova síntese obtida permite, igualmente, um novo avanço no trabalho analítico e vice-versa. (...) Porém, de todas as disciplinas sociais, a geografia foi a que mais se atrasou na definição do seu objeto e passou, mesmo, a negligenciar completamente o problema”.

⁸³ Sobre definições em geografia, torna-se relevante apresentar noções de alguns autores citados por Santos (2012, p. 144-145), escritas em notas de rodapé. O objetivo é identificar algumas interpretações dadas à geografia, conforme descrito na seleção desse autor. Um dos geógrafos mais influentes dos Estados Unidos pelo vigor de sua vocação como teórico, Hartshorne (1939, p. 374), asseverou que “a geografia deveria ser definida antes pelo seu método próprio e particular de aproximação ou de enfoque do que em termos do seu objeto”. O geógrafo francês Le Lannou foi mais longe para afirmar, categoricamente, que a geografia era unicamente “um ponto de vista”. A. Allix (1948): “A geografia é a ciência, digamos mais modestamente, o estudo da repartição e da coordenação dos fatos que têm por sede (campo) a porção da crosta terrestre e da atmosfera acessível ao homem”. De Martonne: “a geografia moderna estuda a repartição à superfície do globo dos fenômenos físicos, biológicos e humanos, as causas dessa repartição e as relações locais desses fenômenos. Ela tem caráter essencialmente científico e filosófico, mas, também, um caráter descritivo e realista”. *Apud* O. Tulippe, *Cours de géographie humaine*, 2ª parte, tomo I, p. 80. Para Ruellan “a geografia é uma ciência, que procura definir as associações de fatos na sua forma sintética, para melhor aprender suas relações complexas, isto é, para compreender um conjunto coerente de manifestações de vida física e humana na superfície do globo. Convém, pois, marcar com precisão a extensão dos fenômenos que entram na composição de um meio geográfico,

sendo uma das causas do atraso no campo teórico-metodológico. Nesse sentido, como proferiu, “não pode haver progresso científico sem meditação a propósito da forma como os diferentes aspectos da realidade são estudados” (SANTOS, 2012, p. 145)⁸⁴.

Na fundamentação de sua reflexão sobre as definições de geografia e espaço, Santos (2012, p. 148) relacionou “objeto científico e teorização”, a partir da argumentação de que repetimos que o ato de definir, claramente, o objeto de uma ciência é também o ato de construir-lhe um sistema próprio de identificação das categorias analíticas que reproduzem, no âmbito da “ideia”, a totalidade dos processos. Tal como eles se produzem na “realidade”. A construção de um sistema interior a cada ciência particular só pode ser feita se as categorias da análise são ajustadas às categorias do real. É o chegar a uma síntese, e ninguém ignora que sem síntese não há ciência (SANTOS, 2012, p. 148).

Diante de “um esforço de definição do espaço” (SANTOS, 2012, p. 150) pronunciou que, “o espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem mediante seu trabalho”. A concepção de uma natureza natural, onde o homem não existisse ou não fora o seu centro, cede lugar à ideia de uma construção permanente da natureza artificial ou social, sinônimo de espaço humano, como avaliou o autor:

Objeto da preocupação dos filósofos desde Platão e Aristóteles, a noção de espaço, todavia, cobre uma variedade tão ampla de objetos e significações – os utensílios comuns à vida doméstica, como um cinzeiro, um bule, são espaço; uma estátua ou uma escultura, qualquer que seja a sua dimensão, são espaço; uma casa é espaço, como uma cidade também o é. Há o espaço de uma nação – sinônimo de território, de Estado; há o espaço

procurar suas causas e consequências e traçar sua evolução”. (“As Normas da Elaboração e da Redação de um Trabalho Geográfico”, *Rev. Bras. de Geog.* Ano V, n. 4). Para Cholley “a questão é saber se a gênese, a estrutura e a evolução das combinações são suscetíveis de um conhecimento científico, isto é, se, em suma, podem ser medidas. Para as combinações da geografia humana, isso não oferece dúvidas: uma combinação se mede pelos seus efeitos: produção, coeficiente demográfico, nível de vida etc. Pode-se, então, fixar o momento em que ela aparece e seguir a sua evolução. Para as combinações da geografia física, a coisa é igualmente possível” (*La Géographie*, p.77). “Tem-se querido reduzir a geografia a uma maneira de considerar as coisas, a um simples estado de espírito. Nós acabamos de ver que ela pode representar uma ordem de conhecimentos. Ela tem seu domínio, sua realidade e um método que lhe é próprio” (*op. cit.*, p. 25). “Uma ciência jovem, ou uma ciência do futuro, tal nos parece ser a posição da geografia” (*op. cit.*, p. 78).

⁸⁴ Ao citar Hayek e Kosik, Santos (2012, p. 145) deixou registrado: “Para Hayek o objeto do estudo científico jamais é a totalidade de todos os fenômenos observáveis num dado momento e num dado lugar, mas sempre e somente certos de seus aspectos abstratos. Para ele, segundo citação de K. Kosik (1967, p. 62), o espírito humano não seria capaz de abraçar conjuntos, quer dizer, a totalidade dos diversos aspectos da situação real”.

terrestre, da velha definição da geografia, como crosta do nosso planeta; e há, igualmente, o espaço extraterrestre, recentemente conquistado pelo homem, e, até mesmo o espaço sideral, parcialmente um mistério (SANTOS, 2012, p. 150).

No entanto, Santos (2012, p. 151) deixou claro que “o espaço que nos interessa é o espaço humano ou espaço social, que contém ou é contido por todos esses múltiplos de espaço”. Estes são o objeto de disciplinas particulares, como a semiótica, a escultura, a pintura, o urbanismo, a física, a astronomia etc., que os definem de uma forma particular.

Para abrir um debate válido, a primeira pergunta que devemos fazer, de acordo com o autor, é a seguinte: “podemos encontrar uma definição única dessa categoria espaço?”.

Para responder à questão, Santos (2012, p. 151) argumentou que “temos à nossa frente duas coisas diferentes a definir”: o espaço como categoria permanente, ou seja, o “espaço” – o espaço de todos os tempos – e o espaço tal como hoje se apresenta diante de nós: “nosso espaço”, o espaço de nosso tempo. O espaço como categoria permanente:

Seria uma categoria universal preenchida por relações permanentes entre elementos lógicos encontrados através da pesquisa do que é imanente, isto é, do que atravessa o tempo e não daquilo que pertence a um tempo dado e a um dado lugar, quer dizer, o propriamente histórico, o transitório, o fruto de uma combinação topograficamente delimitada, específica de cada lugar. A noção de sistema social atravessa a noção desse tempo e desse lugar e é o fundamento da definição desse nosso espaço, o segundo tipo de espaço a definir. De qualquer maneira, tanto num caso como no outro, as definições não podem ser imutáveis, fixas, eternas⁸⁵ (SANTOS, 2012, p. 151-152).

No caso do espaço como categoria universal e permanente, na visão do autor, são os progressos filosóficos e científicos que permitem defini-lo diferentemente, a cada momento. Nesse sentido, as ciências naturais não são exatas porque a cada momento histórico os fenômenos chamados naturais têm uma definição diferente como resultado dos progressos obtidos pelas ciências chamadas

⁸⁵ Conforme citação de Santos (2012, p. 152), em nota: As categorias – ou, como prefere E. Mandel (1975, p. 39), as “variáveis de base”, adquirem cada uma um valor diferente, segundo o ângulo pelo qual os fenômenos são estudados (as aparências?). Se a explicação, a essência, é o ponto de sua “análise de conjunto” – o que ninguém, salvo pequena exceção para poucos, [segundo E. Mandel], teria feito –, os fenômenos, os aspectos particulares, dão a certas variáveis um papel maior na explicação, e isto segundo as diferentes épocas históricas.

“exatas” e pelas ciências do conhecimento, como a filosofia, e pelas próprias ciências sociais (SANTOS, 2012, p. 152).

Quanto ao espaço como categoria histórica “é a própria significação dos objetos, do seu conteúdo e das relações entre eles que muda com a história”⁸⁶ (SANTOS, 2012, p. 152). Na realidade, ambos os caminhos se cruzam e o conhecimento do espaço como categoria universal se inclui no conhecimento do espaço como categoria histórica e vice-versa. A interação entre leis universais e comportamentos históricos, portanto, individualizados, contribui para a elaboração, senão de uma definição, ao menos de um conceito de espaço que, sendo operacional, não o é menos filosófico. De forma geral:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas, que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante de nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí por que a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares (SANTOS, 2012, p. 153).

De acordo com esse autor, um grande número de autores modernos e clássicos afirma que o espaço é apenas um reflexo da sociedade, uma tela de fundo onde os fatos sociais se inscrevem à vontade, na medida em que acontecem.

Na tentativa de resolver essa polêmica sobre a definição do espaço, três questões foram destacadas como relevantes, para Santos (2012, p. 155- 190): o espaço: mero reflexo da sociedade ou fato social; o espaço, um fator; o espaço como Instância Social, cujas respostas se alinhariam essencialmente em dois campos: a) o espaço kantiano – uma representação *a priori*, fundamento necessário dos fenômenos externos – a noção de espaço-contêiner (*space-container*); b) o espaço como reflexo da sociedade – a ideia de um espaço que apenas espelha a fenomenologia social.

Em ambas as hipóteses, o espaço não é considerado como uma estrutura ou instância dotada de autonomia relativa, mas como um “nível” da sociedade, pelo fato de ser um “reflexo” das outras estruturas ou subsistemas ou instâncias, cujos

⁸⁶ Como descrito em Santos (2012, p. 152), Feurbach dizia que “o mundo social ao redor de nós não é uma coisa dada para toda a eternidade”.

dados ele, espaço, sintetiza. Na visão de Santos (2012), essas “interpretações são falaciosas”, (SANTOS, 2012, p. 159), pois qualquer que seja o subsistema ou a estrutura social, essa sintetiza igualmente os dados correspondentes às demais. Isto é, a sociedade tomada em seu conjunto. Quando se considera o espaço um mero “reflexo”, nós o estamos colocando sob o mesmo plano que a ideologia. Ainda que não haja a intenção de classificá-lo como uma estrutura. Ou seja, a noção de “totalidade” é a base da crítica.

Essa noção de um espaço-nível é, ainda uma vez, um produto da herança filosófica de Kant e de Newton, mas também do positivismo, herança da qual os próprios marxistas não puderam escapar (SANTOS, 2012, p. 160) ⁸⁷.

Na avaliação de Santos (2012, p. 162-163), não se deve esquecer que a natureza é objeto de permanente transformação por causa da atividade humana. Daí a entender por que a natureza é uma realidade social e não exclusivamente natural. Nesse sentido, a palavra “natural” deve ser tomada como um sinônimo de social, da mesma forma que podem ser assimilados os vocábulos “natureza” e “espaço”.

Nessa perspectiva, “quando se admite que o espaço seja um fato social, recusa-se sua interpretação fora das relações sociais que o definem. Muitos fenômenos, apresentados como se fossem naturais, são, de fato, sociais. Na expressão, ‘natureza socializada’, deve-se identificar aquilo que os geógrafos chamam normalmente de espaço ou espaço geográfico” (SANTOS, 2012, p. 163).

Segundo Santos (2012, p. 163), inspirado na concepção de K. Kosik⁸⁸, o espaço é um fato social definido de acordo com os fenômenos sociais, a partir de um fato histórico, na medida em que o reconhecemos como um elemento de um conjunto, ao realizar a dupla função que lhe assegura, efetivamente, a condição de

⁸⁷ Nesse contexto analítico, foi descrito por Santos (2012, p. 160): A verdade, porém, é que o espaço está muito longe de ser esse ‘quadro neutro, vazio, imenso, em que o vivente pode produzir-se’, essa a imagem posterior ao século XVI que Charles Morazé critica com justiça (1974, p. 118). Para esse filósofo da história, o espaço tido por muito tempo como um ‘vazio matemático’, seria de novo considerado como reflexo do tempo à época do vitalismo. Mas a que vitalismo se deve considerar como havendo retomado esse tema quente que é, na filosofia, a natureza do espaço? Trata-se do vitalismo de Claude Bernard? Talvez. Mas a noção que Leibniz sustentou, de um espaço como um sistema de relações, e essa outra ideia que François Perroux desenvolveu, a de um espaço como um campo de forças, são o precursor e o resultado, respectivamente, da noção de relatividade introduzida por Einstein. Essa noção repõe o problema em novos termos, porque o “sistema de relações” e o “campo de forças” se exercem fora dos indivíduos que a eles se sujeitam, quer o indivíduo o perceba ou não, e independentemente de sua decisão individual.

⁸⁸ Segundo Santos (2012, p. 163), o espaço é um fato social no sentido com o qual K. Kosik (1967, p. 61) definiu os fenômenos sociais, a partir de um fato histórico, que ao ganhar uma significação autêntica de produtor e produto, reúne seus três atributos conceituais: “fato social, fator social e instância social”.

um fato histórico. De um lado, ele se define pelo conjunto, mas também o define. Ele é simultaneamente: “produtor e produto; determinante e determinado; um revelador que permite ser decifrado por aqueles mesmos a quem revela”. Ao mesmo tempo em que adquire uma significação autêntica, atribui um sentido a outras coisas. Nessa acepção, o espaço é “um fato social, um fator social e uma instância social”.

Para explicar o espaço como um fator social, Santos (2012, p. 165) apresentou sua argumentação a partir do princípio de acumulação⁸⁹ do capital na sociedade capitalista. Como fator social, o espaço tende a condicionar as localizações antigas às novas localizações⁹⁰. Ou seja, há uma tendência na organização do espaço de fazer com que se reproduzam suas principais linhas de força, reforçando a reprodução do padrão espacial e, assim, servindo “à reprodução social” (SANTOS, 2012, p. 176). Como exemplos foram destacados, entre outros, os casos particulares:

Se examinarmos os mapas da distribuição do povoamento, durante quatro séculos e meio de história moderna da Venezuela, vemos que as manchas representativas da presença humana no território são repetidas, embora com nuances. Os caracteres, tanto qualitativa como quantitativamente, conheceram mudanças, como é natural, mas as raízes do povoamento influenciaram o que veio em seguida. [...] Observou-se igualmente que o traçado original de cidades como Paris e Londres se reproduziu em maior ou menor escala através dos tempos; as modificações produzidas nas diversas épocas não foram capazes de apagar completamente aquilo que dava à cidade, nas suas origens, uma morfologia particular. [...] No caso brasileiro, “apesar dos esforços para fixar a população no interior do país, a tendência à reprodução dos modelos de distribuição é muito grande”⁹¹. A construção de vias modernas de circulação é um exemplo dessa inércia espacial: as rodovias construídas paralelamente às vias férreas; as autoestradas que seguem, aproximadamente, o traçado das rodovias antigas, as pontes que se sucedem no mesmo lugar, mesmo se as condições naturais não são mais as melhores” (SANTOS, 2012, p. 165-166).

⁸⁹ Como foi descrito por Santos (2012, p. 165): Em suma, o princípio de acumulação nos ensina que quando a ação (a utilização) do mercado é livre, um grupo de pessoas, uma cidade ou uma região de um país que, por circunstâncias precisas, encontram-se historicamente na posição dominante, veem esta posição reforçar-se, enquanto continua estacionária a posição dos grupos, pessoas, regiões ou países que caem no domínio dos primeiros ou, no melhor dos casos, permanecem fora do processo cumulativo (Marrama, *Política Económica de los Países Subdesarrollados*, p. 79).

⁹⁰ De acordo com a citação de Santos (2012, p. 165): “As localizações antigas condicionam as novas localizações” (Bergsman *et al.*, 1971).

⁹¹ “Em 1950, ¾ da população brasileira localizavam-se numa faixa costeira correspondente a 1/3 do território (1,8 milhões de quilômetros quadrados) onde uma franja litorânea de 250 km concentrava 66% da população do país, isto é, 47 milhões de habitantes” (R, V. da Costa, 1969, p. 17-18 apud Santos, 2012, p. 166).

Esses, assim como muitos outros, são exemplos da força das condições locais do passado. Como características intrínsecas do espaço enquanto fator, Santos (2012, p. 167-176) associou suas explicações à “mobilidade relativa do capital”, sendo “mais evidente nos países subdesenvolvidos, onde apenas certos lugares podem oferecer as condições de rentabilidade exigidas⁹²”; ao “espaço e a totalidade social”, condicionados às leis econômicas, mas também políticas, sociais e culturais e ao papel das “rugosidades”, considerando que desde o século XIX, o espaço geográfico era um elemento de formação da sociedade.

Constata-se em uma carta a Starkenburg (25 de janeiro de 1894) a inclusão explícita “no conceito das relações econômicas, a base geográfica sobre a qual elas se desenvolvem e os vestígios realmente transmitidos dos estágios anteriores de desenvolvimento econômico”⁹³. Todavia, “o papel do espaço muitas vezes passa despercebido ou não é analisado em profundidade”, quando:

O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem tanto domínio sobre o homem, nem está presente de tal forma no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem entre si estes pontos são elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam sua prática social. A práxis, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado socioeconômico, mas é também tributária das imposições espaciais. [...] Quando se trata do espaço humano, não se fala mais de prático-inerte, mas de inércia dinâmica (SANTOS, 2012, p. 172).

⁹² Conforme citado por Santos (2012, p. 168), fazendo alusão aos países desenvolvidos: R. C. Estall (1972, p. 196) diz que “mesmo para as grandes empresas, a liberdade de dispor de novos investimentos nos lugares onde os lucros seriam mais elevados seria fortemente restringida pela necessidade de apoiar os investimentos de capital, já existentes”. No que diz respeito aos países subdesenvolvidos, são exatamente as grandes empresas mesmo recentes que, para serem rentáveis, devem instalar-se nas regiões metropolitanas onde, ao lado das infraestruturas econômicas e sociais, das economias de escala e das facilidades de comunicação à distância e interpessoal, a presença de uma mão de obra barata é um encorajamento a mais. É verdade que elas também criam enclaves; mas estas formas típicas de localização estão, sobretudo, ligadas à produção de matérias-primas a serem exportadas para os países mais ricos (SANTOS, 2012, p. 168).

⁹³ No texto de Santos (2012, p. 171), encontram-se descritas as referências que deram sustentação à sua análise, conforme apresentadas, no original, em nota de rodapé. E. Wagemann (1933, p.13), bem como Lucien Brocard (*Les conditions générales de l'activité économique*) por ele citado, considera tanto os fatores físicos e o território, como condicionadores dos fenômenos econômicos. André Marchal diz o mesmo (*op. cit.*, tomo I, p. 31). Engels nos leva à concepção correta do lugar geográfico da “segunda natureza”, na atividade econômica; na carta que ele fez a Starkenburg em 25 de janeiro de 1894 escreve o seguinte: “entre outros, estão incluídos, no conceito de relações econômicas, a base geográfica sobre a qual estas se desenrolam e os vestígios, realmente transmitidos, de estágios anteriores de desenvolvimento econômico que se mantiveram muitas vezes por tradição ou por vis inertiae, naturalmente também o meio exterior que envolve essa forma social” (Marx – Engels, *Lettres sur “Le Capital”, Editions Sociales*, 1964, p. 410).

O espaço, como “instância social”, na análise de Santos (2012, p. 177-190) é de concepção sistêmica em relação à estrutura social, tomando como referência o lugar que tem o espaço humano na formação econômica e social do modo de produção capitalista e a sociedade como sistema, estrutura ou totalidade. Na visão desse autor, quando se tratava da divisão social nos subsistemas econômico, político, integrador e mantenedor dos padrões, para definir-lhes as instâncias, excluem-se o espaço⁹⁴.

3.2 TEORIAS GEOGRÁFICAS ECONÔMICAS DE MILTON SANTOS E SUA VISÃO DE ECONOMIA ESPACIAL

O livro *Economia Espacial: críticas e alternativas* de Milton Santos, publicado originalmente em 1979 e caracterizado como um conjunto de ensaios escritos em datas diferentes foi originado de estudos datados de 1970 e 1977. Escrito em circunstâncias e países diferentes, seu conteúdo constitui-se de relatos de experiência, que focam o “espaço como objeto de teorização ou de planejamento” (SANTOS, 2011, p. 10).

De acordo com o autor, o pensamento oficial sobre a geografia, no tocante aos problemas espaciais e nas formas de ação política e social, levava a crer na impropriedade das teorias criticadas por ele nesses ensaios.

As teorias criticadas por Santos (2011, p. 10): “teorias dos pólos de desenvolvimento, dos lugares centrais, do pólo e periferia, da difusão de inovações foram vendidas, no atacado e no varejo, nas universidades dos países industrializados e nas revistas especializadas, que acabaram passando por verdades intocáveis”.

Para Santos (2011, p. 11) essas teorias, consideradas válidas, “postas sem recato maior ao serviço exclusivo do capital e, sobretudo do capital internacional, mostraram-se indiferentes à sorte da grande maioria das coletividades nacionais do Terceiro Mundo”.

A análise do autor sobre as questões políticas e sociais apontava o problema do planejamento em relação ao subdesenvolvimento e à pobreza, pois em

⁹⁴ Para justificar sua afirmação (SANTOS, 2012, p. 177) citou como exemplos Parsons e Smelser (1956, p. 295) que propõem uma divisão do sistema social em quatro subsistemas: econômico, político, integrativo e mantenedor dos padrões. Entretanto, o espaço não é considerado.

sua concepção, não seria exagero afirmar que “o planejamento teria sido um instrumento indispensável à manutenção e ao agravamento do atraso dos países pobres, assim como o agravamento ou à exacerbação de disparidades sociais” (SANTOS, 2011, p. 13).

Ao analisar o planejamento, como “instrumento do capital”, Santos (2011, p. 14-19), analisou os postulados da teoria econômica, que até a década de 1930, numa situação competitiva de mercado, a alocação de recursos seria espontaneamente ótima, equilibrada. Quando com a crise mundial, os fatos contradisseram esta suposição, a intervenção do Estado passou a ser aceita e a noção de planejamento começou a se firmar.

No entanto, a serviço do planejamento a economia perdeu o *status* científico. O planejamento como representação da “dominação econômica” e do “subdesenvolvimento” tornou “a pobreza, um fenômeno qualitativo e foi transformada num problema quantitativo e reduzida a dados numéricos” (SANTOS, 2011, p. 15).

No período de 1945-1950 em diante, conforme Santos (2011) esclareceu, o aprofundamento do capital já não mais se baseava unicamente na dependência de modelos de produção. Modelos de consumo muito mais rapidamente difundíveis, também contribuíram efetivamente para a penetração do capital e trouxeram os mesmos resultados, pois carregaram em se bojo os novos modelos de produção. O planejamento foi um dos conceitos-chave, criados pelo sistema capitalista como meio de impor por toda a parte o capital internacionalizado.

Na avaliação de Santos (2011) as novas necessidades do capitalismo implicaram no desenvolvimento de uma teoria do espaço posta a serviço do capital. Desde a Segunda Guerra Mundial, um número crescente de economistas começou a interessar por problemas do espaço, enquanto os geógrafos preocuparam-se mais com problemas econômicos⁹⁵.

A economia também teve que pôr de lado o espaço – o espaço social – encarado como a natureza transformada pelo homem. E é através do processo de produção que o homem transforma a natureza. Portanto a economia se realiza no

⁹⁵ Conforme descrito por Santos (2011, p. 19): Quando a economia começou a servir os interesses do capital, teve que se liberar do homem, isto é, da história. Lucien Febvre, na mudança do século, reclamava que os economistas “havam banido o homem de suas especulações” (1966, p. 147), substituindo-o pela abstração “*homo oeconomicus*”, uma média estatística. Alexis Carrel (1950, p. 13) em vão expressou sua indignação acerca desta despersonalização do *homo sapiens*, um capricho de nossa mente já que o *homo oeconomicus* não tem existência no mundo concreto.

espaço e não pode ser entendida fora desse quadro de referência. Sempre que a economia divorcia o homem do capital, tipificado pelos meios de produção, e dissocia o capital do próprio espaço que ele modifica, suas formulações estão destituídas do espaço e do homem (SANTOS, 2011, p. 20). Nessa perspectiva:

A nova ciência espacial deveria, portanto, basear suas reflexões numa ciência econômica a-espacial. Foi assim que se chegou ao paradoxo de uma ciência regional desprovida da natureza e do homem. Seja ela chamada de análise regional, de ciência regional, de economia espacial, de geografia ou de urbanismo, o capitalismo dela se beneficia. Na verdade não se trata de uma ciência enquanto tal, mas de uma verdadeira ideologia espacial, que muda de acordo com as necessidades do sistema. [...] Ocorre, então, uma divisão de trabalho entre as duas disciplinas: à economia é confiada a apologia do capitalismo: e a tarefa de disseminar o capital em vários espaços nacionais é confiada à ciência regional (SANTOS, 2011, p. 20).

Diante dessas circunstâncias, a ciência regional e o planejamento eventualmente se fundiram. Nessas condições, o espaço social deixou de ser visto como um todo. Qualquer consideração de natureza social é rejeitada em nome do pragmatismo, e só se tem tolerância para com o próprio processo de planejamento como explicitou.

Santos (2011) esclareceu que a ciência regional, a geografia e o planejamento regional contribuíram para a difusão do capital. Como exemplos, foram citadas a popularização das teorias dos lugares centrais, dos pólos de crescimento, da descentralização e desconcentração industrial das grandes cidades e da industrialização deliberada e descentralização concentrada.

Para Santos (2011) a teoria dos lugares centrais foi uma justificativa teórica útil da existência de grandes concentrações, baseada num tipo de geometria que a vida é incapaz de reproduzir. A teoria dos pólos de crescimento serviu à difusão do capital no espaço. Mais tarde ela foi acoplada à teoria dos lugares centrais sob o pretexto de dinamizar também a teoria da difusão de inovações.

Todavia, todas essas teorias, conforme enfatizou o autor, serviram de disfarces de promotoras do crescimento, cuja função é coletar o excedente e distribuir para cidades maiores e para o exterior. Pelo mero fato de que toda teoria do comércio internacional está integrada à teoria da localização e à integração urbana, assim como à melhoria da infraestrutura urbana, O planejamento espacial ganha importância ainda maior com a internacionalização do capital.

A consolidação das nações-estados e a salvaguarda da unidade nacional contra partilhas regionais são tarefas urgentes que, ironicamente, ajustam-se aos esquemas de penetração do capital internacional, porque a integração política também significa integração econômica. Uma vez mais os planejadores tomam a defesa do grande capital e proclamam que “maiores investimentos na infraestrutura urbana representam um considerável custo-oportunidade em termos de desenvolvimento nacional”⁹⁶ (SANTOS, 2011, p. 26).

A integração do espaço nesse contexto, através do transporte, foi colocada como elemento essencial do planejamento capitalista. Todavia, o resultado é sempre o mesmo: a ruína dos países dominados e a acumulação na metrópole, na visão desse autor.

Nesse sentido, em relação ao planejamento capitalista, a ideia de progresso, herdada da revolução científica e do evolucionismo, apareceu como essencial, não só para a modernização capitalista, mas para uma nova forma de pobreza: a pobreza planejada, na avaliação de Santos (2011).

No setor público, como salientou o autor, gastos de infraestrutura aumentados a expensas dos investimentos sociais, áreas rurais sendo modernizadas e mantendo baixos salários nas cidades, estabelecimento de mercados comuns e transferência aberta ou disfarçada de tecnologia de uso intensivo de capital, são estimulados nesse processo.

No projeto de modernização de áreas rurais, com infraestruturas fornecidas pelo Estado, a especialização regional tornou-se útil para a introdução de novos modelos de consumo, possibilitando a difusão e expansão de uma economia monetária. Nessa forma de empreendimento Santos (2011, p. 30-31), em sua argumentação, citou a “Revolução Verde” que, segundo ele implicou a formação ou consolidação de uma burguesia agrária e proletarização de camponeses⁹⁷.

Em relação à intensificação da agricultura para exportação, no processo de modernização, o resultado foi o abandono da agricultura de subsistência parcial ou total em algumas áreas. Com isso, a nova ideologia apontou para uma urbanização mais intensa e uma pobreza mais aguda, na avaliação de Santos (2011).

⁹⁶ A esse respeito, encontram-se mais informações *in* Todaro (1973, p. 58-59).

⁹⁷ Informações mais detalhadas em relação à consolidação da burguesia agrária e proletarização de camponeses nos trabalhos de Shaw, 1973; Kersten e Wohlmuth (1973).

Em suas avaliações, esse autor qualificou as intenções dos projetos de modernização, que utilizavam as teorias citadas em sua obra, e que não davam conta de erradicar a pobreza e o subdesenvolvimento, de disfarces “científicos” (SANTOS, 2011, p. 33).

Nesse sentido, considerava que a desproporção entre as forças em jogo e a complexidade de suas formas de intervenção gerava opressão, alienação e miséria, onde o planejamento era uma dessas formas de disfarçar o malefício estrutural de certos investimentos econômicos e sociais.

No entanto esclareceu que, seu trabalho a respeito das críticas ao planejamento não deveria ser tomado como uma “profissão de fé antiplanejamento”, pois ele condenava simplesmente aquele planejamento que “é do capital”. Enfatizou que desejava “vê-lo substituído por outro basicamente preocupado com a sociedade como um todo e não com aqueles já privilegiados” (SANTOS, 2011, p. 34).

No final do primeiro ensaio intitulado “Planejando o subdesenvolvimento e a pobreza” na obra “Economia espacial”, Santos (2011, p. 34) deixou, em suas considerações finais, a descrição de que, a perda de sentido para a vida profissional não está restrita à profissão. Ela atingiu o próprio coração da universidade. Em nome do pragmatismo – palavra obscena – os cientistas esqueceram seu dever para com a sociedade. “Para muitos economistas”, diz Boulding, “o próprio termo ‘ciência moral’ parecerá uma contradição”. O mesmo é válido para muitos geógrafos. Quando Boulding fala da urgente necessidade de uma “economia heroica”, baseada numa “ética heroica”, poder-se-ia acrescentar que se torna igualmente urgente encontrar homens de boa fé para uma “geografia heroica”, baseada numa “ética heroica”.

Esta ética, como ressaltou o autor, permite reconhecer o espaço como o reino de todos os homens e não como o campo de exercício do capitalismo. Isso significa que se deve estar preocupado, com o espaço social, o espaço de todos, e não com o espaço de empresas, o espaço de alguns, erroneamente chamado de “espaço econômico” (SANTOS, 2011, p. 34).

Ainda nesse contexto analítico sobre modernização e acumulação espacial de capital, o autor analisou a noção de tempo na geografia, a partir dos estudos sobre a difusão espacial de inovações. Ao utilizar a expressão “Terceiro Mundo” em suas análises, ressaltou que o estudo da difusão de inovações como um processo espacial era de interesse crucial para os países subdesenvolvidos. Nos países

industrializados ocorreu uma difusão muito longa e extensiva de todas as formas de modernização; cada uma deixou uma marca profunda mais ou menos entrelaçada com o espaço.

Essa comparação é feita por Santos (2011) para apresentar a confirmação de que a história da difusão de inovação estava muito sutilmente gravada no espaço. Daí o interesse de estudos tanto empíricos como teóricos relativos a esse problema, pois ainda não tinha ficado clara a explicação sobre os modelos de difusão geográfica no espaço, sendo a maioria de conotação ideológica.

Para resolver essa situação sugeriu a “geografia histórica”. Entretanto sua justificativa foi de que a “história de um dado lugar é construída a partir tanto de elementos locais, desenvolvidos ali mesmo, como de elementos extralocais, resultantes da difusão; e que a definição de um lugar pressupõe uma análise do impacto seletivo, em diferentes épocas, das variáveis correspondentes” (SANTOS, 2011, p. 42).

Ao relacionar “difusão de inovações” e “modernização” como processo de mudança em direção àqueles tipos de sistemas sociais, econômicos e políticos, a ideia de “acumulação de capital ou de progresso nos métodos de produção”, era sempre destacada. No processo de difusão estava, segundo Santos (2011, p. 48), a ideia ideologicamente disfarçada, de desenvolvimento.

No entanto, o que ocorria era o “subdesenvolvimento ou desenvolvimento dependente”, quando se tratava de modernização “forçada” em países subdesenvolvidos. A questão indicada para esse tipo de projeto era muito mais ligada a uma estratégia de venda, como explicitou Santos (2011, p. 41), que se propôs a fazer uma revisão da teoria dos lugares centrais (SANTOS, 2011, p. 125).

3.3 A QUESTÃO GEOGRÁFICA DO SUBDESENVOLVIMENTO E OS CIRCUITOS DA ECONOMIA

De acordo com as análises de Santos (2011, p. 115), sobre a economia espacial, baseada na revisão da teoria dos lugares centrais “a pobreza não pode ser medida em termos absolutos”. Isso se liga ao fato de “o setor moderno da economia ser incapaz de transferir uma parte apreciável de seus lucros para o setor não moderno e para a população pobre” (SANTOS, 2011, p. 11).

Ao contrário de existir esta transferência, o circuito inferior funciona como uma bomba que drena a poupança popular para o circuito superior pelos canais dos consumos de tipo moderno, das loterias, dos programas de construção de casas e de financiamento, pelo Tesouro Público, de infraestruturas econômicas e sociais indispensáveis ao funcionamento de atividades modernas⁹⁸.

Seguindo a ideia de raciocínio desse autor, nos países subdesenvolvidos:

O espaço se caracteriza por ser organizado e reorganizado, dentro de uma matriz global, como função de interesses distantes. Entretanto, as forças de mudança não são monolíticas e seu impacto sobre o espaço é muito localizado, porque sua difusão pode encontrar poderosas forças de inércia. As forças de modernização são extremamente seletivas tanto quanto à forma como quanto aos efeitos. As variáveis modernas não se difundiam homoganeamente através do espaço operacional, alterando-se a importância de cada uma delas. Esta mudança de forças produz instabilidade na organização espacial, com frequentes desequilíbrios e reajustamentos (SANTOS, 2011, p. 125).

Sob essa nova perspectiva, de organização e reorganização espacial, na lógica de acumulação do capital, dentro de um sistema global e em meio à luta de forças, as enormes disparidades de renda aparecem com maior nitidez nos países subdesenvolvidos, conforme ressaltou o autor.

Nos países desenvolvidos, essas disparidades são menos importantes e têm pouca influência na acessibilidade de um grande número de bens e serviços, conforme foi salientado por Santos (2011).

Já nos países subdesenvolvidos o potencial de consumo individual varia muito, porque o nível de renda é função da posição do indivíduo no espaço. Essa localização determina, por sua vez, a capacidade individual de produzir e de consumir. De acordo com essa argumentação:

O comportamento do espaço é influenciado pelas enormes disparidades geográficas e individuais. Esta seletividade espacial, que se manifesta tanto no plano econômico como no social, detém a chave da elaboração de uma teoria de espaço. Segundo se considere a produção ou consumo, a seletividade espacial pode ser interpretada de duas formas. A produção, especialmente aquela que requer um alto nível de tecnologia, tende a se concentrar em pontos específicos. O consumo responde a forças de dispersão, mas a seletividade social age como um freio sobre essa dispersão porque a capacidade de consumir varia qualitativa e quantitativamente através do espaço (SANTOS, 2011, p. 126).

⁹⁸ Há explicações detalhadas a esse respeito *in* Santos (1975, 1978).

Seguindo a linha de raciocínio de Santos (2011, p. 126), na medida em que “novos gastos são difundidos em escala nacional e que subsistem gastos tradicionais, a organização econômica é forçada a se adaptar tanto a novas realidades como a realidades herdadas, bem como à necessidade de modernização dinâmica”.

Isto é verdadeiro tanto para os meios de produção como para os meios de distribuição. Assim, são criados nas cidades dois circuitos econômicos responsáveis não apenas pelo processo econômico urbano, mas também pelo processo de organização espacial. Dois sistemas, o “circuito superior ou moderno” e o “circuito inferior”, podem ser isolados e identificados (SANTOS, 2011, p. 126). Esses circuitos são definidos pelo autor:

O circuito superior é resultado direto da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos são os monopólios. A maior parte de suas relações ocorre fora da cidade e da área que a circunda porque este circuito tem um quadro de referências nacional ou internacional. O circuito inferior consiste de atividades em pequena escala e diz especialmente respeito à população pobre. Contrariamente ao circuito superior, o inferior é bem sedimentado e goza de relações privilegiadas com sua região. Cada circuito forma um sistema, isto é, um subsistema do sistema urbano (SANTOS, 2011, p. 126).

De acordo com Santos (2011, p. 127), “apenas o circuito moderno tem sido objeto de pesquisa sistemática. No passado a análise econômica e, no seu despertar, a análise geográfica, confundiram o setor moderno da economia urbana com a economia urbana como um todo” (SANTOS, 2011, p. 127). Consequentemente, conforme enfatizou esse autor: “a maioria dos estudos não versa sobre a cidade completa, mas sobre uma parte da mesma, impedindo a formulação de uma autêntica teoria da urbanização”, dizendo que seu pressuposto “é que cada circuito mantém um tipo particular de conexão com a área de influência da cidade: pode-se dizer, portanto, que cada cidade tem duas áreas de influência” (SANTOS, 2011, p. 127-128).

Nessa comparação entre os dois circuitos da economia, Santos (2011, p. 128-129) buscou analisar a relação desses circuitos, com o sistema urbano:

No plano inferior da escala urbana, as atividades do circuito superior geralmente agem a serviço da população (local e da área de influência da cidade) e seu tamanho é função do mercado. No plano superior, nas metrópoles nacionais, as atividades econômicas experimentam inter-relações e interdependência. Quanto mais pronunciado o nível de

industrialização do país, mais as atividades econômicas das metrópoles estão sujeitas a obter autonomia, isto é, mais provável se torna que elas se sustentam mutuamente e criem seu próprio mercado em vez de serem condicionadas pelo mercado em si. Existem, naturalmente, situações intermediárias e a tal ponto que se torna difícil esquematizá-las. A possibilidade dos negócios do circuito inferior parece crescer inversamente ao nível funcional das cidades; ela também aumenta em função da distância – no preço e no tempo – da cidade mais industrializada. [...] Nos planos inferiores do sistema urbano, qualquer obstáculo à produção ou à comercialização moderna limita o número de compradores regulares ou ocasionais e força alguns consumidores do setor moderno a comprar diretamente em cidades maiores, onde as mercadorias modernas são vendidas a preços mais baixos (SANTOS, 2011, p. 128-129).

Esses dois movimentos segundo Santos (2011) contribuem frequentemente para garantir que não seja atingida aquela escala mínima requerida para o estabelecimento da atividade empresarial moderna. Da mesma forma, vai se tornando evidente uma tendência das classes mais altas de comprar alhures produtos de alta qualidade ou não disponíveis no local. Para melhor trabalhar a questão dos dois circuitos da economia, numa visão de “espaço dividido”, Santos (2008) realizou diversas pesquisas e, por meio de variadas fontes elaborou sua teoria dos “dois circuitos”, explorando de forma explícita a questão dos países subdesenvolvidos.

Sua abordagem analítica focou a problemática da economia urbana, na análise geográfica. Os dois circuitos urbanos foram relacionados ao processo de industrialização, também em dois circuitos e aos efeitos da Revolução Industrial.

A obra *O espaço dividido: dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, publicada originalmente por Milton Santos (2008[1979]) foi apresentada pelo autor como uma nova contribuição à busca de uma teoria do espaço e da urbanização. Considerou como fundamental a base econômica e política em sua análise (2008) para explicar o subdesenvolvimento e os dois circuitos da economia.

A intenção do autor era trabalhar com uma abordagem teórica da urbanização em países subdesenvolvidos. Santos (2011) havia uma carência de teoria do espaço e da urbanização que explicasse de forma global o subdesenvolvimento, já que a solução dos problemas particulares dos efeitos desse fenômeno seria impossível.

Nessa obra, assim como nas outras analisadas encontra-se, apresentada a intenção do autor. No título da introdução e na primeira frase encontra-se escrito: “Em busca de um novo paradigma”. Como justificativa, enfatizou que “a abordagem

teórica da urbanização em países subdesenvolvidos ainda era coisa recente” (SANTOS, 2008, p. 15) e que “os anos de 1950, que foram um período de desbravamento da matéria, conheceram o gênero de especulação que conduz à criação de fórmulas” (SANTOS, 2008, p. 15).

O impacto da modernização tecnológica sobre espaço foi analisado, como um corpo de ideias elaboradas de modo pioneiro, para provocar um debate teórico e encorajar estudos empíricos que confirmariam ou não a ideia geral e ajudariam a reformulá-la. O trabalho, denso e complexo que o autor se propôs fazer foi realizado, a partir do contato com diferentes escolas de pensamento. Por isso a variedade de fontes consultadas como justificado pelo próprio autor (SANTOS, 2008, p. 11-12).

Ao buscar uma teoria geral da urbanização no “Terceiro Mundo”, consultou diversas referências de trabalhos que apresentavam conhecimentos sobre os países desenvolvidos. Segundo Santos (2008, p. 16) tratava-se “de tentar abordagens substantivas, que ataquem verdadeiramente a realidade e sua dinâmica própria. Em vez de insistir em comparações arriscadas”.

Na formulação de seu paradigma crítico, vários problemas foram elencados, entre eles a planificação e os atrasos teóricos, cujos estudos sobre a urbanização eram encarados antes de tudo como elemento de instabilidade: “o problema da habitação, do emprego e da marginalidade, o problema das migrações e do congestionamento urbano recebiam então um tratamento que demonstrava uma maior preocupação com as consequências da miséria urbana de que com suas causas, as quais, no entanto, agravavam-se por toda parte” (SANTOS, 2008, p. 17).

Na referida obra, o autor trabalha com a sua visão econômica do “Terceiro Mundo” e dos “dois circuitos da economia”, enfatizando o problema do subdesenvolvimento, a partir de sua dimensão histórica. A partir da dimensão histórica, caracterizava o problema do circuito inferior em relação ao circuito superior, do ponto de vista do processo de modernização tecnológica na formação desses dois circuitos de exploração. Nesse sentido, conforme foi explicitado por Santos (2008, p. 19), o estudo da história dos países subdesenvolvidos permitiria revelar uma especificidade de sua evolução em relação às dos países desenvolvidos. Essa especificidade aparece claramente na organização da economia, da sociedade e do espaço, e, por conseguinte, na urbanização, que se apresenta como um elemento numa variedade de processos combinados.

Os componentes do espaço são os mesmos em todo o mundo e formam um *continuum* no tempo, mas variam as combinações entre eles e seu processo de fusão. Os espaços dos países subdesenvolvidos caracterizam-se pela sua descontinuidade e instabilidade e por serem multipolarizados, são marcados pelas enormes diferenças de renda na sociedade, que se exprimem, no nível regional, por uma tendência à hierarquização das atividades e, na escala do lugar, pela coexistência de atividades de mesma natureza, mas de níveis diferentes (SANTOS, 2008, p. 21).

Essas disparidades de renda são menos importantes nos países desenvolvidos influenciando muito pouco o acesso a um grande número de bens e serviços. O comportamento do espaço acha-se assim afetado por essas enormes disparidades de situação geográfica e individual. “Essa seletividade do espaço, no nível econômico assim como no social, é a chave da elaboração de uma teoria espacial” (SANTOS, 2008, p. 21), na expressão de dois termos significativos no processo de acumulação do capital “produção e consumo”. A produção tende a se concentrar em certos pontos do território com tanto mais força quanto se trate de atividades modernas. O consumo responde a forças de dispersão, mas a seletividade social age como um freio, pois a capacidade de consumir não é a mesma qualitativamente e qualitativamente (SANTOS, 2008, p. 21).

Segundo Santos (2008, p. 22), no entanto, o aparelho econômico deve adaptar-se ao mesmo tempo aos imperativos de uma modernização poderosa e às realidades sociais, novas ou herdadas. Isso é válido tanto para o aparelho de produção como para o de distribuição. Criam-se dois circuitos econômicos, responsáveis não só pelo processo econômico, mas também pelo processo de organização do espaço (SANTOS, 2008, p. 22).

3.4 A NATUREZA DO ESPAÇO: O FUNDAMENTO CRÍTICO COMO ALICERCE DO SISTEMA DE PENSAMENTO DE MILTON SANTOS

A obra *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, publicada originalmente, por Milton Santos em 1996 é uma obra densa e complexa, composta de 384 páginas. Reúne grande parte das teorizações do autor, ao longo de sua carreira acadêmica. Originou-se de pesquisas teóricas e variadas fontes bibliográficas. Seu escopo teórico envolve contribuições de filósofos, sociólogos,

economistas, historiadores, antropólogos, além de geógrafos e autores de outros campos de conhecimento.

Para tratar dessa temática, do ponto de vista crítico-analítico e descritivo, especificamente nessa obra, Santos (2012, p. 341-367), em sua lista bibliográfica, apresentou quatrocentos e setenta e sete autores, alguns se repetindo em obras diferentes de mesma autoria; quinhentos e vinte e nove autores no índice de nomes citados (SANTOS, 2012, p. 369-376); cento e trinta e nove temas e quatrocentos e quatro subtemas, no índice de assuntos (SANTOS, 2012, p. 377-384).

De acordo com o autor seu desejo explícito era a produção de um sistema de ideias que fosse, ao mesmo tempo, um ponto de partida para a apresentação de um sistema descritivo e para um sistema interpretativo da geografia. Na sua concepção, a “disciplina sempre pretendeu construir-se como uma descrição da terra, de seus habitantes e das relações destes entre si e das obras resultantes, o que inclui a ação humana sobre o planeta” (SANTOS, 2012, p. 18). Sua preocupação era sobre o que seria uma boa descrição.

Descrição e explicação são inseparáveis, para Santos (2012, p. 18), como explicitou: “o que deve estar no alicerce da descrição é a vontade de explicação, que supõe a existência prévia de um sistema”. Argumentou ainda, que: “o *corpus* de uma disciplina é subordinado ao objeto e não ao contrário”. Desse modo, a discussão é:

Sobre o espaço e não sobre a geografia; e isto supõe o domínio do método. É indispensável uma preocupação ontológica, um esforço interpretativo de dentro, o que tanto contribui para identificar a natureza do espaço, como para encontrar as categorias de estudo que permitam corretamente analisá-lo. Essa tarefa supõe o encontro de conceitos, tirados da realidade, fertilizados reciprocamente por sua associação obrigatória, e tornados capazes de utilização sobre a realidade em movimento. A isso também se pode chamar a busca de operacionalidade, um esforço constitucional e não adjetivo fundado num exercício de análise da história (SANTOS, 2012, p. 19).

Outro tema trabalhado por Santos (2012, p. 19) é a união espaço-tempo, considerando a inseparabilidade das duas categorias. A ideia de período e de periodização constitui um avanço na busca dessa união espaço-tempo. O papel do lugar e do espaço no processo social, também tem importância, para o autor.

Na visão de Santos (2012, p. 20) é a partir do espírito de sistema que emergem os conceitos-chave que, por sua vez, constituem uma base para a construção, ao mesmo tempo, de um objeto de uma disciplina. O autor coloca como

desafio, “separar da realidade total um campo particular, suscetível de mostrar-se autônomo e que, ao mesmo tempo, permaneça integrado nessa realidade total”, concebendo o critério da realidade total como uma forma de controle.

Nessa abordagem, para que o espaço possa aspirar a ser um ente analítico independente, dentro do conjunto das ciências sociais, é indispensável que conceitos e instrumentos de análise apareçam dotados de condições de coerência e de operacionalidade. Nas diversas disciplinas sociais são as categorias analíticas e os instrumentos de análise que constituem a centralidade do método (SANTOS, 2012, p. 20-21).

Como ponto de partida, Santos (2012, p. 21) propõe que “o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”. A partir dessa noção de espaço:

Podemos reconhecer suas categorias analíticas internas. Entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo. Da mesma maneira e com o mesmo ponto de partida, levanta-se a questão dos recortes espaciais, propondo debates de problemas como o da região e o do lugar, das redes e das escalas. Paralelamente, impõe-se a realidade do meio com seus diversos conteúdos em artifício e a complementaridade entre uma tecnosfera e uma psicosfera. E do mesmo passo podemos propor a questão da racionalidade do espaço como conceito histórico atual e fruto, ao mesmo tempo, da emergência das redes e do processo de globalização (SANTOS, 2012, p. 22).

O conteúdo geográfico do cotidiano também se inclui entre esses conceitos constitutivos operacionais, próprios à realidade do espaço geográfico, junto à questão de uma ordem mundial e de uma ordem local. O estudo dinâmico das categorias internas enumeradas por Santos (2012, p. 23) supõe o reconhecimento de alguns processos básicos, originariamente externos ao espaço: a técnica, a ação, os objetos, a norma e os eventos, a universalidade e a particularidade, a totalidade e a totalização, a temporalização e a temporalidade, a idealização e a objetivação, os símbolos e a ideologia.

Segundo Santos (2012, p. 23) “a coerência interna da construção teórica depende do grau de representatividade dos elementos analíticos ante o objeto estudado”. Ou seja, as categorias de análise, formando sistema, “devem esposar o conteúdo existencial, isto é, refletir a própria ontologia do espaço, a partir das estruturas internas a ele” (SANTOS, 2012, p. 23). Já a coerência externa se dá por intermédio das estruturas exteriores consideradas abrangentes.

Essas estruturas “definem a sociedade e o planeta, tomados como noções comuns a toda a história e a todas as disciplinas sociais e sem as quais o entendimento das categorias analíticas internas seria impossível”, conforme foi enfatizado por Santos (2012, p. 23). Nessa análise, a centralidade da técnica reúne as categorias internas e externas, permitindo empiricamente assimilar coerência interna.

A técnica deve ser vista sob um tríptico aspecto: como reveladora da produção histórica da realidade; como inspiradora de um método unitário (afastando dualismo e ambiguidades) e, finalmente, como garantia da conquista do futuro, desde que não se deixe ofuscar pelas técnicas particulares, e seno guiado, pelo método. A partir do método, o fenômeno técnico deve ser visto filosoficamente. Isto é, como um todo (SANTOS, 2012, p. 23).

Ao expor tais premissas, o autor expôs o objetivo, do livro:

Deseja ser uma contribuição geográfica à produção de uma teoria social crítica, e em sua construção privilegiamos quatro momentos. No primeiro, tentamos trabalhar com as noções fundadoras do ser do espaço, suscetíveis de ajudar a encontrar sua buscada ontologia: a técnica, o tempo, a intencionalidade, materializados nos objetos e ações. No segundo momento, retomamos a questão ontológica, considerando o espaço como forma-conteúdo. No terceiro momento, estas noções estabelecidas são revisitadas à luz do presente histórico, para apreendermos a constituição atual do espaço e surpreendermos a emergência de conceitos, cujo sistema é aberto. E cuja dialética, nas condições atuais do mundo, repousa na forma hegemônica e nas demais formas de racionalidade. No quarto momento, o reconhecimento de racionalidades concorrentes, em face da racionalidade dominante, revela as novas perspectivas de método e de ação, autorizando mudanças de perspectiva quanto à evolução espacial e social e aconselhando mudanças na epistemologia da geografia e das ciências sociais como um todo (SANTOS, 2012, p. 23-24).

Como se percebe a teoria social crítica proposta pelo autor é complexa. Ao trabalhar com as noções fundadoras para uma “ontologia do espaço”, alguns aspectos foram considerados e merecem ser destacados, em relação às técnicas, ao tempo e ao espaço geográfico. Para compreender a visão do autor:

- A principal forma de relação entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida ao produzir e, ao mesmo tempo, criar espaço. Essa forma de ver a técnica não é, todavia, completamente explorada (SANTOS, 2012, p. 29).

- Só o fenômeno técnico na sua total abrangência permite alcançar a noção de espaço geográfico (SANTOS, 2012, p. 37).
- A técnica, ela própria é um meio (SANTOS, 2012, p. 38).
- Há necessidade de um enfoque mais abrangente. No domínio das relações entre técnica e espaço, uma primeira realidade a não esquecer é a propagação desigual das técnicas. Num mesmo pedaço de território, convivem subsistemas técnicos diferentemente datados, isto é, elementos técnicos provenientes de épocas diversas (SANTOS, 2012, p. 42).
- As rugosidades não podem ser apenas encaradas como heranças físicas territoriais, mas também como heranças socioterritoriais ou sociogeográficas (SANTOS, 2012, p. 43).
- O valor de um dado elemento do espaço, seja ele o objeto técnico mais concreto ou mais performante, é dado pelo conjunto da sociedade, e se exprime através da realidade do espaço em que se encaixou (SANTOS, 2012, p. 43).

Na realidade toda técnica é história embutida. Através dos objetos, a técnica é história no momento da sua criação e no de sua instalação e revela o encontro, em cada lugar, das condições históricas (econômicas, socioculturais, políticas, geográficas), que permitiram a chegada desses objetos e presidiram a sua operação. A técnica é tempo congelado. Revela uma história

Na análise de Santos (2012, p. 49), o uso dos objetos através do tempo demonstrou histórias sucessivas no lugar e fora dele. Cada objeto foi utilizado segundo equações de força originadas em diferentes escalas que vão mudando ao longo do tempo. Assim, a unidade entre tempo e espaço pode ser entendida através da história das técnicas.

Nesse sentido:

A epistemologia analítica permite construções lógicas, um discurso elegante e talvez coerente em si mesmo, mas frequentemente externo à realidade. Com ela, podemos correr o risco de construir um discurso metafísico da geografia, que não permita a produção de conceitos operacionais. Mediante um enfoque que leve em consideração e aperfeiçoe as premissas, a geografia deve, ao menos, ser vista como um estudo de caso para as filosofias das técnicas, senão propriamente como uma contribuição específica para a produção de uma filosofia das técnicas. Quanto ao problema epistemológico propriamente dito da geografia, ele passa pelo

encontro do caminho adequado para sistematizar as relações da técnica com o “tempo” e com o “espaço” (SANTOS, 2012, p. 49).

Nessa análise, há uma relação entre as técnicas e a empiricização do tempo. Tempo, espaço e mundo para Santos (2012, p. 54) “são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora”. Em qualquer momento, segundo essa visão, “o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se, sobre uma base material: o espaço e o seu uso; o tempo e o seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições” (SANTOS, 2012, p. 54).

De acordo com Santos (2012, p. 54) “empiricizamos o tempo, tornando-o material, e desse modo o assimilamos ao espaço, que não existe sem a materialidade”. A ‘técnica’ entra como um traço de união, historicamente e epistemologicamente. As técnicas, nesse sentido, possibilitam a empiricização do tempo e a qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham. Essa empiricização pode ser uma base de sistematização, solidária com as características de cada época.

Ao longo da história, as técnicas vistas como sistemas, são diferentemente caracterizadas. “É por intermédio das técnicas que o homem, no trabalho, realiza a união entre espaço e tempo” (SANTOS, 2012, p. 54). A técnica, nesse sentido, pode ser fundamento de “uma teoria do espaço”, e também, de uma “teoria do tempo”. As técnicas são datadas e incluem tempo, qualitativamente e quantitativamente, podendo ser entendidas como medidas do tempo: o tempo do processo direto de trabalho, o tempo da circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação.

O espaço, concebido nessa perspectiva, associado às técnicas, é formado de objetos técnicos, assim como o espaço do trabalho, que, em relação à medida do tempo, também contém técnicas.

O espaço distância é também modulado pelas técnicas que comandam a tipologia e a funcionalidade dos deslocamentos. O trabalho supõe o lugar. A distância supõe a extensão: o processo produtivo direto é adequado ao lugar e a circulação é adequada à extensão. Essas duas manifestações do espaço geográfico unem-se, no uso do tempo.

As técnicas participam na produção da “percepção do espaço e também da percepção do tempo, tanto por sua existência física, que marca as sensações diante

da velocidade, como pelo seu imaginário” (SANTOS, 2012, p. 55). Esse imaginário, a partir dessa concepção, tem uma forte base empírica.

O espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de viver bem. Como meio operacional, presta-se a uma avaliação objetiva e, como meio percebido, está subordinado a uma avaliação subjetiva (SANTOS, 2012, p. 55).

No entanto, o mesmo espaço pode ser visto como terreno das operações individuais e coletivas, ou como realidade percebida. Entre o operacional e o percebido, a técnica está na origem. A técnica é, pois, um dado constitutivo do espaço e do tempo operacionais; e do espaço e do tempo percebidos. Sendo uma referência comum ou um elemento unitário, a técnica é capaz de assegurar a “equivalência” tempo-espaço. Através do processo da produção, o “espaço” torna o “tempo” concreto, na avaliação de Santos (2012, p. 56).

A natureza do espaço na concepção de Santos (2012, p. 61-87) concebida como “sistemas de objetos e sistemas de ação” foi esclarecida em três hipóteses de trabalho. Essas hipóteses foram qualificadas como marcos do tempo ou resultado de uma produção histórica, por meio da técnica. Cada hipótese significando periodizações da técnica.

A primeira hipótese revelada no final da década de 1970 reconhecia a geografia como uma construção, a partir da consideração do espaço, como um conjunto de fixos – fixados em cada lugar; e fluxos – resultados diretos ou indiretos das ações que se instalam nos fixos, se modificando e modificando a significação e o seu valor. Fixos e fluxos em interação, expressando a realidade geográfica como foi analisado por Santos (2012).

A segunda hipótese, divulgada pelo autor no final da década de 1980 visou outro par de categorias: a configuração territorial – dada pelo conjunto formado dos sistemas naturais existentes em uma área e associada aos elementos materiais humanos impostos a esses sistemas naturais; e as relações sociais – que tem na existência material própria da configuração territorial ou geográfica, existência social real.

A terceira proposta de hipótese, explicitada a partir da década de 1990, considerava que caberia a essa disciplina estudar “o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que formam o espaço” (SANTOS, 2012, p.

62). Para explicar sobre dinâmica e transformação do espaço, na interação dos sistemas de objetos e ações, Santos (2012, p. 63) argumentou: “Copiando de forma simplória o que está escrito por Marx, teríamos um sistema de objetos sinônimo de um conjunto de forças produtivas e um sistema de ações que nos dariam um conjunto das relações sociais de produção”. Entretanto, a interpretação simplória da relação dialética entre forças produtivas e relações de produção seria insuficiente.

Seria irrelevante afirmar que o “desenvolvimento das relações de produção conduz ao desenvolvimento das forças produtivas e, ao revés, que o desenvolvimento das forças produtivas conduz ao desenvolvimento das relações de produção” (SANTOS, 2012, p. 63). Desse modo, “um enfoque no estudo do espaço que apenas desejasse partir da dialética das forças de produção e das relações de produção não poderiam levar a nenhuma clareza metodológica”, na visão de Santos (2012, p. 64).

Considerar o espaço como conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, nessa proposta, permitiria a um só tempo, trabalhar o resultado conjunto dessa interação, como processo e como resultado. Mas a partir de categorias suscetíveis de um tratamento analítico que, através de suas características próprias, daria conta da multiplicidade e da diversidade de situações e de processos (SANTOS, 2012, p. 64).

A questão colocada por Santos (2012) era, sobretudo, uma questão de método: a construção de um sistema intelectual que permitisse, analiticamente, abordar uma realidade, a partir de um ponto de vista.

Nesse sentido, tratar-se-ia de formular um sistema de conceitos (jamais um só conceito! – exclamação de Santos) “que explicasse o todo e as partes em sua interação” (SANTOS, 2012, p. 77). A proposta de considerar o espaço geográfico como a soma indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações poderia ajudar ao projeto de formular esse sistema de conceitos que explicasse a dinâmica do todo como realidade e como processo; e suas partes, em interação.

Em sua argumentação, o autor ressaltou que objetos e ações são reunidos numa lógica que é, ao mesmo tempo, a lógica da história passada (sua datação, sua realidade material, sua causação original) e a lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presentes). Tratava-se, portanto, de reconhecer o valor social dos objetos, mediante um enfoque geográfico, desempenhando papel relevante no processo social.

De acordo com Santos (2012, p. 331) a racionalização do espaço geográfico é essencialmente devida à emergência de um meio técnico-científico-informacional, que busca substituir o meio natural. O próprio meio técnico produz os espaços da racionalidade. Constitui o suporte das principais ações globalizadas. Nesse sentido, a técnica constitui em si mesma, uma ordem: a ordem técnica, sobre a qual se assenta uma ordem social planetária e da qual é inseparável, criando, juntas, novas relações entre o “espaço” e o “tempo”, unificados sob as bases empíricas.

O exame da realidade geográfica originária dessas transformações permitiu a Santos (2012, p. 332) destacar três considerações:

- 1) O espaço geográfico considerado como conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações;
- 2) As ações, mesmo “desterritorializadas”, no plano global, constituem normas de uso dos sistemas localizados de objetos, enquanto no plano local, o território, em si mesmo, constitui uma norma para o exercício das ações;
- 3) A partir dessas duas ordens, se constituem, paralelamente, uma razão global e uma razão local que em cada lugar se superpõem e, num processo dialético, tanto se associam, quanto se contrariam.

É nesse sentido que o lugar defronta e confronta o mundo, graças à sua própria ordem na concepção de Santos (2012, p. 332).

O espaço geográfico de Santos (2012, p. 332), concebido como “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”, previa formas variadas de definição de acordo com a natureza dos objetos e a natureza das ações presentes em cada momento histórico. Entendendo o papel social da técnica, o autor admitia que os sistemas de objetos e ações em conjunto constituíam sistemas técnicos, cuja sucessão constituiu-se como história do espaço geográfico.

Os objetos que constituíram o espaço geográfico, nesse contexto histórico, foram intencionalmente concebidos para o exercício de certas finalidades, intencionalmente fabricados e localizados. A ordem espacial assim resultante foi, também, intencional. Frutos da ciência e da tecnologia, esses objetos técnicos buscaram a exatidão funcional, constituindo-se em bases materiais para as ações (SANTOS, 2012, p. 332). Sob essa perspectiva, o mundo da ação se concretiza em tempo real. Como as etapas da ação podem ser rigorosamente previstas, a ordem

temporal obtida se associa à ordem espacial dos objetos, para atribuir a maior produtividade econômica ou política às ações e ao espaço em que incidem. Trata-se da possibilidade de uma ação racional sobre um espaço racional.

3.5 O APELO DE SANTOS POR UMA GEOGRAFIA CRÍTICA NA BUSCA DE UM NOVO PARADIGMA

Na obra já referida, *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*, Santos (2012, p. 191- 267) enfatizou que estava buscando um novo paradigma para a geografia – “uma geografia nova” (SANTOS, 2012, p. 17-18) – admitindo ter “um projeto ambicioso” (SANTOS, 2012, p. 20) na defesa “por uma geografia crítica” (SANTOS, 2012, p. 191). O autor afirmou, ainda, que sabia dos riscos a que se expunha – “um risco necessário”, bem como dos “obstáculos” encontrados na “tarefa da renovação da ciência”, sempre equivalendo à tarefa da “renovação das formas de pensar da sociedade” (SANTOS, 2012, p. 24).

No entanto, conforme se enfatizou, “nenhum risco, porém, é tão grave quanto o de formular uma verdade científica como uma certeza eterna”, pois, a missão científica é arriscada por definição, na visão de Santos (2012, p. 193). Para esse autor, na engrenagem do trabalho científico, esse risco ainda era maior. Certos pensadores e pesquisadores, ao chegarem a resultados válidos, após uma reflexão frequentemente longa, passam a utilizá-los como verdadeiros dogmas. Com isso, toda discussão sendo feita em termos de validade ou não do postulado, substituiria a procura dos corretivos impostos pela própria evolução das coisas. (SANTOS, 2012, p. 193).

Para Santos (2012, p. 194) “toda teoria é revolucionária” Nesse caso, “a ciência exerce seu papel fundamental de renovação das teorias”. Quando se procede, no sentido de recusar a renovação de teorias, cujo preceito doutrinário adquire uma função de controle, a consequência é o obstáculo para que a realidade seja conhecida. Desse modo, para esse autor, “toda verdadeira teoria é sinônimo de teoria revolucionária” (SANTOS, 2012, p. 195). Nasce historicamente, a partir da observação de fatos concretos, como novo sistema de ideias, resultante da própria realidade. Sua validade está subordinada à prova dos fatos. No entanto, a realidade dos fatos é mutável.

A história humana é marcada por saltos quantitativos e qualitativos, que significam uma nova combinação de técnicas, uma nova combinação de forças produtivas, e, em consequência, um novo quadro para as relações sociais, na visão de Santos (2012, p. 198). O contexto de transformações constitui-se como uma nova visão de mundo, correspondente à representação de um novo paradigma, pertencente à história e aos movimentos históricos de fundo. Não é apenas derivado de uma história particular de uma ciência. O paradigma novo se impõe a todas as ciências e lhes impõe transformações consideráveis e até brutais. A dinâmica da ciência é confrontada com a dinâmica dos fatos.

De acordo com Santos (2012, p. 199) “Basta uma modificação importante (sejam as técnicas, os modos de produção, as relações de produção, as relações de trabalho), para que todo o edifício teórico caia e deva ser imediatamente substituído”. Nesse enfoque, é fundamental reconhecer o espaço humano, em qualquer que seja o período histórico, como um resultado da produção. O ser social, na ótica desse autor, se formou, a partir do momento em que começou a produzir. Através de técnicas e instrumentos de trabalho criados, em regime de cooperação, com objetivo definido. Para alcançar um resultado preestabelecido.

Nesse sentido, nenhuma produção, por mais simples que seja, pode ser feita “sem que se disponha de meios de trabalho, sem vida em sociedade, sem divisão do trabalho. A partir dessa primeira organização social, a vida em comum passa a ter uma existência organizada, planificada” (SANTOS, 2012, p. 202). Por seus próprios ritmos e formas, a produção impõe formas e ritmos à vida e à atividade, pelo simples fato de ser a produção indispensável à sobrevivência do grupo. É um resultado das necessidades próprias da produção.

É assim que, ao mesmo tempo, na visão desse autor, em que o *homo faber* se transforma em *homo sapiens*, um valor particular é atribuído ao tempo, impondo uma organização específica do espaço. Um arranjo particular dos objetos através dos quais se transforma a natureza. Cada vez que o uso social do tempo muda, a organização do espaço muda igualmente, pois toda técnica nova é revolucionária quanto ao comando do espaço. No enfoque espaço-temporal de Santos (2012), o tempo é empírico. Tudo que existe articula o presente e o passado, pelo fato de sua própria existência. Por essa mesma razão, articula igualmente o presente e o futuro.

Como conceito, o autor sugeriu que o tempo deveria ser capaz de medida: é assim que ele se define como uma variável geográfica. Mas a medida, não é

obrigatoriamente um sinônimo de quantificação rígida e imutável. Tem significado de existência empírica, de extensão – significação propriamente espacial – e não apenas métrica. Assim sendo, os eventos se realizam na atualidade do espaço, por isso são espaciais e temporais, devendo ser interpretados na totalidade da qual eles emanam e reproduzem. O espaço social não pode ser explicado sem o tempo social. Sendo objetos da experiência, a análise da produção do espaço, proposta por Santos (2012, p. 253-254) só poderia ser feita a partir de duas premissas essenciais:

a) O tempo não é um conceito absoluto. É relativo. Ele não é o resultado da percepção individual. Trata-se de um tempo concreto. Ele não é indiferenciado, mas dividido em seções, dotada de características particulares. Constitui-se uma periodização, baseada em parâmetros capazes de ser empiricizados, como dados em suas inter-relações. Seguindo essa linha, chega-se à identificação de sistemas temporais.

b) As relações entre os períodos históricos e a organização espacial também devem ser analisadas. Elas revelam uma sucessão de sistemas espaciais na qual o valor relativo de cada lugar está sempre mudando no decorrer da história.

Santos (2012, p. 254-256) inseriu a ideia de periodização, a partir dessas premissas. Assim, a noção de tempo é inseparável da ideia de sistema, no estudo do espaço. Entretanto, a simples referência à filiação histórica de um fenômeno, ou a busca de explicações parciais (interessando apenas a um ou outro elemento do conjunto) não basta. Isso, porque suprime a significação da variável no decorrer do tempo e, porque de um ponto de vista geográfico, o que se deve levar em conta é a sucessão de sistemas e não a de variáveis ou subsistemas isolados.

O espaço se define “por uma combinação integral de variáveis e não por uma ou alguma delas, por mais significativas que sejam. Cada variável é inteiramente desprovida de significação fora do sistema ao qual pertence” (SANTOS, 2012, p. 254). Nessa visão, a reconstrução dos sucessivos sistemas temporais e dos sistemas espaciais sucessivos é um dado fundamental quando se busca uma explicação para as situações atuais. Isso implica uma identificação exata das periodizações em diferentes níveis ou escalas, assim como o isolamento (com fins metodológicos) dos fatores dinâmicos próprios a cada período e a cada nível ou escala.

Sob a perspectiva da racionalidade econômica, Santos (2012, p. 256) ressaltou que, deve-se levar em conta, “direta ou indiretamente, o papel da

acumulação do capital em escala mundial e suas repercussões nas diversas escalas geográficas: a do país, a da região e das sub-regiões, a das cidades e dos lugarejos”.

Ao interpelar por uma geografia crítica, Santos (2012, p. 261-262) direcionou sua discussão para a “questão do espaço-mercadoria e a geografia de classes”. De acordo com esse autor, a construção do espaço é obra da sociedade em sua marcha histórica ininterrupta. No entanto não bastaria dizer que o espaço é o resultado da acumulação do trabalho da sociedade global, trabalhando com uma noção abstrata de sociedade, onde não se leva em conta o fato de que homens se dividem em classes.

A sociedade, como argumentou se transforma em espaço pela sua redistribuição sobre as formas geográficas, e isto ela faz em benefício de alguns e em detrimento da maioria; ela também o faz para separar os homens entre si, atribuindo-lhes um pedaço de espaço segundo um valor comercial. O espaço-mercadoria vai aos consumidores como uma função de seu poder de compra. O estudo do espaço exige que se reconheçam os agentes dessa obra, o lugar que cabe a cada um, seja como organizador da produção, dono dos meios de produção, seja como fornecedor de trabalho.

Nesse contexto sugerido, de uma “geografia crítica”, o autor também interpelou por uma “geografia liberada”, cuja meta para conhecer uma realidade seria conhecer a forma como ela se produz. Do ponto de vista genético, como sugeriu, “o espaço é analisável por intermédio da reconstituição da história de sua produção, mas o processo de reprodução do qual o espaço participa é assumido pela luta de classes criada pelo próprio processo produtivo” (SANTOS, 2012, p. 263). Para esse autor, somente o estudo da história dos modos de produção e das formações sociais permitirão reconhecer o valor real de cada coisa no interior da totalidade. A ciência espacial de seu desejo não era a geografia oficial, pois, segundo ele, a geografia “viúva do espaço”, não era a ciência espacial que deveria ser. A geografia tal como ela era, em sua opinião ajudava a desenvolver e a manter um “saber ideológico” (SANTOS, 2012, p. 263).

O novo saber, de seu espaço proposto, deveria “ter a tarefa essencial de denunciar todas as mistificações que as ciências do espaço puderam criar e difundir. A nova geografia, pretendida, seria presidida pelo interesse social” (SANTOS, 2012, p. 263).

Nesse contexto, tornaria necessário nessa concepção, a tarefa de desmistificar o espaço, juntando as características próprias do espaço e da formação social, correspondente em uma teoria saída da realidade. Tratar-se-ia de encarar o espaço como ele é – uma estrutura social, como as outras estruturas sociais – dotada de autonomia no interior do todo e participando com as outras de um desenvolvimento interdependente, combinado e desigual.

Para desmistificar o espaço, nessa perspectiva, seria preciso considerar dois dados essenciais: a paisagem, funcionalização da estrutura tecnoprodutiva e lugar da reificação; e a sociedade total, a formação social que anima o espaço. Assim, desmistificar-se-ia o espaço e o homem, na visão de Santos (2012, p. 266).

De acordo com Santos (2012, p. 267) “os geógrafos, ao lado de outros cientistas sociais, deveriam se preparar para colocar os fundamentos de um espaço verdadeiramente humano, um espaço que una os homens por e para seu trabalho”. E ainda, “um espaço, natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um artifício; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem artificializado”. Em suas outras obras, escritas pós década de 1970, o autor também interpelou pela necessidade de se renovar a geografia oficial.

Na obra, já referida *A natureza do espaço* estimulou a criação de novas teorias com fundamento crítico e apresentou conceitos aprimorados para uma ontologia do espaço. Suas noções fundadoras tinham como base as técnicas, associadas ao tempo e ao espaço geográfico, aos sistemas de objetos e aos sistemas de ação e a noção de espaço geográfico como um híbrido.

Apontou ainda o autor, como necessidade epistemológica a distinção entre paisagem e espaço. Para analisar a produção das formas-conteúdo, apresentou sua visão de espaço em relação à noção de totalidade, descrevendo fatos históricos e aspectos relevantes dos processos e eventos ocorridos no espaço da diversificação da natureza à divisão territorial do espaço.

Ao analisar o sistema técnico de sua atualidade, na dimensão do território e na difusão das inovações, o autor interpelou “por uma geografia do presente” (SANTOS, 2012, p. 169), “por uma geografia das redes” (SANTOS, 2012, p. 261) e “por uma geografia do movimento” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 167-184).

Nesse contexto, foram expostas como categorias analíticas as unicidades da técnica, do tempo, das normas no território, advindas dos objetos e das ações,

construindo o conceito de meio técnico-científico-informacional, a partir da explicação do meio natural e suas periodizações.

Isso, para analisar as dialéticas do território, o global e o local, os arranjos espaciais – verticalidades e horizontalidades – relacionadas à ação política, enfatizou a necessidade de uma geografia das redes, no entendimento da produção de uma racionalidade do espaço.

Para o estudo da cidade em sua organização social intraurbana e para a análise da economia política urbana, com vistas à divisão social, territorial e repartição dos instrumentos do trabalho, Santos (2012[1994]) também interpela “por uma economia política da cidade”.

Na visão desse autor “uma economia política da cidade deve trabalhar com noções clássicas, como a divisão do trabalho, as relações entre capital e trabalho, entre capital constante e variável, entre natureza e sociedade” (SANTOS, 2012, p. 116).

De acordo com Santos (2012, p. 116) deve ainda incluir a questão do meio ambiente construído e da socialização capitalistas. Assim como a problemática da convivência na cidade, de diversos subsistemas “capitalistas” e a emergência de novas contradições com a globalização das metrópoles, no debate sobre valores de uso e valores de troca.

Foram ressaltados ainda, aspectos relevantes do lugar e do cotidiano, como atividade racional e atividade simbólica no espaço, assim como as questões referentes à globalização do espaço, como imposição de normas globais, ao território.

Em suas três visões de uma globalização, Santos (2012), em sua última obra escrita sobre globalização, apresentou sua utopia por uma globalização social.

3.6 A UTOPIA MILTONIANA POR UMA GLOBALIZAÇÃO SOCIAL

A obra *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, de Milton Santos foi publicada originalmente, em 2000⁹⁹. Nessa obra, o autor analisou o sistema estrutural da sociedade globalizada.

⁹⁹ O livro de Milton Santos “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal” foi publicado originalmente, pelo autor em 2000. O livro lido, como uma das fontes analíticas dessa tese, encontrava-se na 24ª edição, publicado no Rio de Janeiro, pela Editora

Conforme foi esclarecido pelo autor, o trabalho intelectual desenvolvido na produção da referida obra foi fruto de sua dedicação (e equipe) ao entendimento do que é “o espaço geográfico” e tributário de outras realidades e disciplinas acadêmicas, apesar de não oferecer em suas páginas, listagens copiosas de citações dirigidas à seara acadêmica. Seu desejo foi alcançar o “vasto mundo”. O que dispensaria sob sua perspectiva, a obrigação cerimonial das referências (SANTOS, 2015, p. 11-12).

A originalidade da obra na visão do autor, era a interpretação ou a ênfase própria, a forma individual de combinar o que existia e o que era vislumbrado: a própria definição do que constituía sua ideia. A intenção foi “tratar da realidade, tal como ela é, ainda que se mostrasse pungente; e, sugerir a realidade tal como ela poderia vir a ser” (SANTOS, 2015, p. 13).

A ênfase central ressaltada por Santos (2015, p. 14), na referida obra, vinha de sua “convicção do papel da ideologia na produção, disseminação, reprodução e manutenção da globalização atual”; e de sua visão em relação às transformações históricas.

Essas transformações históricas, conforme foi ressaltado por Santos (2015, p. 14) possibilitariam entrever a emergência de situações mais promissoras. De acordo com seus argumentos enfatizou que estava convencido de que a mudança histórica em perspectiva proviria de um movimento de baixo para cima, “tendo como atores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado partícipe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único” (SANTOS, 2015, p. 14).

O autor acreditava “na força das ideias, no papel do intelectual, no papel do pensamento livre” (SANTOS, 2015, p. 14). De forma independente e de pensamento livre, analisou o processo de globalização.

Nesse contexto, buscou explicar por que a globalização atual é perversa, “fundada na tirania da informação e do dinheiro, na competitividade, na confusão dos espíritos e na violência estrutural, acarretando o desfalecimento da política feita

Record Ltda, em 2015. As datas e páginas de referência nas citações dessa tese são da 24ª edição, lida e analisada integralmente.

pelo Estado e a imposição de uma política comandada pelas empresas” (SANTOS, 2015, p. 15).

Sob a perspectiva analítica do espaço geográfico, apresentou aspectos relevantes sobre as finanças e o território nas escalas global e local e o papel da economia contemporânea, apontando descaminhos da racionalidade dominante e a emergência de novas variáveis centrais, reforçando o papel dos pobres na produção do presente e do futuro (SANTOS, 2015, p. 15).

Nesse sentido, como enfatizou esse autor, os temas versados realçavam as manifestações pouco estudadas do país de baixo, desde a cultura até a política, raciocínio que se aplica também à própria periferia do sistema capitalista mundial, cuja centralidade apresentava-se como um novo fator dinâmico da história – história universal – possível de mudar, a partir desses atores.

Conforme foi extraído e interpretado das páginas constituídas por suas próprias palavras, Santos (2015, p. 11-12) se desprende com seu pensamento livre, nesse livro, buscando alívios em sua inspiração, revelação ou crença, em um futuro melhor. Por isso, é possível dizer, que as ideias contidas nessa obra em questão, tiveram como ponto de partida, sua própria experiência, de convicções políticas e crenças pessoais de uma visão do futuro, do devir e da esperança pautada na solidariedade, na justiça social, na benevolência dos que ele chama “pobres”.

Ao associar “espaço” e “globalização”, globalização perversa (SANTOS, 2015, p. 37) e esquizofrenia do espaço (SANTOS, 2015, p. 112) denunciou a “tirania” do dinheiro e da informação, o sistema “ideológico”, a “violência estrutural” e a “perversidade sistêmica”, assim como a “pobreza”, a “publicidade” e o assombro das “técnicas”.

O autor demonstrou, em suas páginas escritas, do início ao final de sua obra em questão, o desejo de mudança pela revolução social no mundo capitalista, propondo “uma outra globalização”. Sob essa perspectiva, advogou seu ato político de postular e pontificar seu sonho de liberdade anticapitalista, mesclada aos sonhos de igualdade (ao denunciar as desigualdades), de fraternidade (ao fazer alusões repetidas à solidariedade) e de justiça social e democrática (ao propor uma política de todos e para todos).

Na obra, em particular *Por uma outra globalização*, o autor despojou-se do rigor científico e das comprovações empíricas de dados – como ele próprio optou e

assumiu publicamente em sua obra (SANTOS, 2015, p. 11-12). Deixou fluir seu pensamento livre, dando vazão, a um manifesto político. Mas consciente de sua segurança em ter uma experiência já reconhecida: academicamente e midiaticamente, em “seu” espaço histórico, literário e geográfico.

Em sua visão, em sua utopia, propôs a superação dos problemas e das dores do mundo capitalista por outra globalização – a globalização social, proclamada pelo grupo, que ele classifica: “de baixo”. O autor – geógrafo crítico enxergava isso, como esperança pessoal e coletiva. Tentou ser porta-voz social e crítico. Essa, não foi a sua tese. Foi a sua utopia política.

3.6.1 A lógica do pensamento de Milton Santos e suas três visões de globalização: uma lógica científica ou política?

Como foi enfatizada, a visão miltoniana vem da convicção do papel da ideologia na produção, disseminação, reprodução e manutenção da globalização de sua atualidade e de sua existência. Por ser perversa, levaria a maioria da população a tomar consciência de um pensamento ideológico de homogeneização da globalização e do consumismo pela “tirania do dinheiro e da técnica”. Sendo assim, levaria essa população à transformação para uma consciência universal que promoveria a mudança política e a mudança econômica. Consequentemente, a um outro tipo de globalização: a social, que viria a superar as dificuldades e ser “solidária”.

Do ponto de vista de um pensamento livre, quer-se dizer, aqui, que há coerência intelectual, em suas ideias livres e em suas projeções futuras. Pode-se considerar ainda, que, a ideia encadeada via pensamento do autor em *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* (2015) deva ser caracterizada como um ponto de vista sobre a globalização. Essa materializada pela técnica e pela informação, classificada como perversa; e sobre a globalização “imaginária”, prevista por ele, a ser materializada no futuro.

O mundo que ele reconhecia, em sua obra, o qual criticava, era o mundo social da tecnociência. Ao ontologizar o espaço que considerava ser o “espaço-mundo da tecnociência” e a “humanidade como um bloco revolucionário”, Milton Santos apresentou suas três visões de globalização.

A primeira definição sugerida é a “globalização como fábula”, a ser entendida como o mundo tal como se fazia “crer”.

A segunda, “globalização como perversidade”, definida como o mundo tal como é – o mundo real de sua existência entendido como “perverso”.

A terceira visão, concebida como “o mundo como poderia ser”, ou o que está por vir em forma de “uma outra globalização”. Como “pano de fundo”, a base explicativa utilizada é o progresso das ciências com os novos materiais artificiais que autorizam a precisão e a intencionalidade e todas as vertigens criadas a começar pela velocidade. Seus dados de referências são “o mundo das ciências e das técnicas, com a velocidade”.

O autor afirmou que “sobre a base material se produz a história humana, verdadeira e responsável pela criação da torre de babel que vive a era da globalização”. O autor apoiou-se em sua obra *A natureza do espaço* para explicar que o mundo é “imposto aos espíritos”, como um “mundo de fabulações” que se aproveita do alargamento de todos os contextos para consagrar o discurso único. Seus fundamentos são a informação e o seu império. Encontram alicerce na produção de imagens e do imaginário, e se põe a serviço do “império do dinheiro”, fundado este na economização e na monetarização da vida social e da vida pessoal.

Ele considerava três mundos em um só, cujos mundos se explicam em suas três maneiras de ver o mundo globalizado, ou seja, definido em suas visões de globalização.

O “mundo como fábula” é o subliminar advindo da repetição de fantasias relacionadas ao progresso e atua como máquina ideológica: sustentáculo das ações preponderantes, feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema.

Em busca de uniformidade a serviço dos atores hegemônicos, com o fortalecimento para atender os reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, sugere uma “ideologização maciça” do exercício de fabulações.

Em relação à “globalização como perversidade”, o autor a caracteriza com o fato, de que a globalização se impõe como uma fábrica de perversidades para a maior parte da humanidade. Isso na forma de desemprego, aumento da pobreza, perda de qualidade das classes médias, tendência de baixas nos salários médios, fome e desabrigo, novas enfermidades, mortalidade infantil apesar dos progressos médicos, fome e desabrigo, generalizados em todos os continentes, educação de

qualidade cada vez mais, inacessível alastramento e aprofundamento de males espirituais e morais, como egoísmo, cinismo, corrupção. Ou seja, uma perversidade sistêmica na raiz da evolução negativa da humanidade, com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos de ações hegemônicas.

Para Santos (2015), as bases materiais do período histórico vigente, no momento de escrita da obra em questão, são caracterizadas como a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta, pela informação ideologizada pela publicidade. E, como ela afirma, é nas bases técnicas que o grande capital se apoia para construir a globalização perversa.

No entanto, não foram apresentados dados ou resultados apurados de pesquisas empíricas ou pelo menos, fundamentados em pesquisas críticas e/ou comparativas que provassem as suas convicções. Mesmo assim, concluiu suas hipóteses fundamentadas nas bases técnicas e na perversidade da globalização, como uma forma de servir a outros objetivos contrários às ações hegemônicas e à unicidade do pensamento forçado pela ideologia, como possibilidades de construção de outro mundo, mediante a uma globalização mais humana, com fundamentos sociais e políticos.

O autor acreditava que, as condições históricas do fim do século XX, tanto no plano empírico quanto no plano teórico apontavam para a possibilidade e emergência de uma nova história fundada em “uma outra globalização”. Como fenômeno desta possibilidade, apontava a enorme mistura de povos, raças, culturas, em todos os continentes aliada ao progresso da informação, à mistura de filosofias em detrimento do racionalismo europeu, à produção de uma população aglomerada em áreas cada vez menores, o que permitiria um maior dinamismo e a existência de uma verdadeira sociodiversidade. Como ele mesmo disse maior que a biodiversidade unida à cultura popular que se serviria dos meios técnicos exclusivos da cultura de massas em uma verdadeira revanche.

No plano teórico, o autor acreditava na produção de um novo discurso a partir da universalidade empírica, definida como experiência ordinária de cada homem como história concreta. A outra globalização, então, seria uma perspectiva futura, baseada em suposições ou hipóteses *a priori*. Não apresentou resultados de pesquisa científica relacionada à globalização, modelos de projeção estatística ou, pelo menos uma fundamentação de elementos estruturantes do processo econômico vigente, global, que provaria, em parte as suas ideias.

Em seu livro *Técnica, espaço, tempo* Santos (2013, p. 15) apresentou seus argumentos sobre a “globalização e redescoberta da Natureza”. Referiu-se ao que chamou “Sistemas da Natureza sucessivos, onde esta é continente e conteúdo do homem, incluindo os objetos, as ações, as crenças, os desejos, a realidade esmagadora e as perspectivas” (SANTOS, 2013, p. 16), num processo de descobrimento desde o fim da História Natural e criação da Natureza Social.

Essa evolução, de acordo com o autor da obra culmina na fase atual, onde a economia tornou-se mundializada e todas as sociedades passaram a adotar, de forma mais ou menos total e de maneira mais ou menos explícita, um modelo técnico único que se sobrepõe à multiplicidade de recursos naturais e humanos. Nessas condições, a mundialização unificou a natureza e a tornou, abstrata (SANTOS, 2013, p. 18).

A natureza, entendida como um sistema unificado pela História em sua relação com o trabalho torna-se mecanizada. Nesse sentido a natureza tecnicizada acaba por ser uma natureza abstrata, pois as técnicas, [no dizer simondoniano] insistem em imitá-la. Porém, fornecendo objetos técnicos, artificiais. Cujas gestões, técnicas e racionalizadoras, que leva ao assassinato da criatividade e da originalidade se impõem “em nome do cientificismo, comportamentos pragmáticos e raciocínios técnicos que atropelam os esforços de entendimento abrangente da realidade” (SANTOS, 2013, p. 24).

Nesse raciocínio, o autor buscou explicações para o processo de transformação da sociedade industrial em sociedade informacional concreta, sistêmica e de natureza dinâmica, como significação à uma nova totalidade (SANTOS, 2013, p. 116). Nesse exercício, o ponto de vista adotado foi em relação ao espaço territorial, espaço humano, cuja interdependência no nível global assegurava o interesse das demais ciências sociais.

Para Santos (2013, p. 116-117), o meio técnico-científico ou período técnico-científico foi marcado pela revolução científico-técnica, antes dependente da técnica e da ciência, tratando-se depois da interdependência da ciência e da técnica em todos os aspectos da vida social, em todas as partes do mundo e em todos os países.

Como sugeriu o autor, o próprio espaço geográfico poderia ser chamado de meio técnico-científico mundializado. Esse marcado por novos signos, como: a multinacionalização das firmas e internacionalização da produção e do produto; a

generalização do fenômeno do crédito, que reforça as características da economização da vida social; os novos papéis do Estado em uma sociedade e uma economia mundializadas; o frenesi de uma circulação tornada fator essencial da acumulação; a grande revolução da informação que liga instantaneamente os lugares, graças aos progressos da informática.

Na visão de Santos (2013), foi nessa nova configuração espacial que a concepção de uma geografia completamente nova surgiu com o aparecimento de dois novos fenômenos: a unicidade técnica em todos os lugares com os conjuntos técnicos; e a fragmentação do processo produtivo em escala internacional, realizada em função dessa mesma unicidade técnica, apesar do grau diferente de complexidade. A impulsão recebida pelos conjuntos técnicos tinha como única fonte, a mais-valia – lei do valor em escala universal em termos de dinheiro – tornada mundial ou mundializada por meio das firmas e dos bancos internacionais.

De acordo com o autor, o papel crescente da informação nas condições da vida econômica e social permite pensar que o espaço geográfico e o sistema urbano considerado como o esqueleto produtivo da nação são hierarquizados por fluxos de informação superpostos a fluxos de matéria.

Para explicar o caso brasileiro nesse contexto de unidade técnica em relação ao “território usado”, Santos e Silveira (2001) relacionaram o meio técnico-científico-informacional com a globalização. Segundo eles, “a união entre ciência e técnica que, a partir dos anos 70, havia transformado o território brasileiro revigorou-se com os novos e portentosos recursos da informação, a partir do período da globalização e sob a égide do mercado” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 52-53).

Sob essa perspectiva na visão desses autores, o mercado, graças à ciência, à técnica e à informação tornou-se um mercado global. O território ganhou novos conteúdos e impôs novos comportamentos, dada às enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e informações, das ordens e dos homens. Ou seja, diante do fenômeno técnico e do progresso capitalista, como analisou Neder (2010, p. 5).

No artigo “O Brasil na globalização: crítica à perspectiva de Milton Santos” Loch e Diniz Filho (2014, p. 63-98) fizeram uma análise epistemológica das teorias de Milton Santos acerca da globalização confrontando as contribuições desse autor com um estudo de caso sobre o Brasil do final do século XX e início do século XXI. Identificaram as fontes teóricas usadas por esse autor e analisaram *Por uma outra*

globalização: do pensamento único à consciência universal assumido pelo autor como movimento político e o livro *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional* constituído de um conjunto de ensaios que articulam as reflexões teóricas elaboradas sobre o tema ao longo de muitos anos (LOCH; DINIZ FILHO, 2014, p. 64). O livro *Brasil: território e sociedade no início do século XXI* também foi objeto de análise dos autores em relação às temáticas abordadas.

Ao relacionarem o conceito de globalização das teorias miltonianas à mudança de paradigma da economia brasileira, Loch e Diniz Filho (2014, p. 64-65), enfatizaram que o conceito de globalização, como todos os conceitos que tratam da relação entre sociedade e espaço, tais como região ou paisagem, é altamente polissêmico.

Isso ocorre porque o conceito de globalização, em vez de designar um objeto empírico concreto, funciona como um instrumento intelectual que permite identificar, com base em critérios definidos pelo pesquisador, um conjunto de relações e processos cuja dimensão espacial é objeto de investigação científica. Daí que o termo globalização é empregado numa série de estudos que tratam de processos políticos, culturais, identitários, geográfico econômicos, e assim por diante.

O conceito de globalização utilizado por Loch e Diniz Filho (2014, p. 65) se referiu “aos processos de integração – financeira; produtiva e comercial – que, a partir do início da década de 1970, ampliaram a inserção dos sistemas econômicos nacionais na dinâmica da economia mundial”. Conforme foi justificado pelos autores, não se tratava, pois, “de pensar esses processos integrativos como tendo o condão de tornar as taxas de crescimento econômico dos vários Estados nacionais progressivamente indiferenciadas umas das outras” (LOCH; DINIZ FILHO, 2014, p. 65). E nem como processos que tenderiam a produzir uma “fragmentação da economia nacional”, entendida como a constituição de taxas de crescimento regionais dessincronizadas dentro de um mesmo território nacional.

Os autores analisaram os impactos sociais dos processos relacionados à globalização econômica no Brasil dos anos 1990 de modo a avaliar a consistência lógica e empírica das teorizações de Milton Santos sobre o que ele denominava “globalização perversa”.

Loch e Diniz Filho (2014, p. 85), analisaram estudos que trataram de temas referentes aos impactos da mudança do paradigma econômico sobre a população e

demonstraram o modo como a abertura comercial permitiu a queda da inflação e a melhoria do bem-estar social. Os autores destacaram em suas análises o mecanismo denominado “Âncora Verde” (LOCH; DINIZ FILHO, 2014, p. 85) e a melhor acessibilidade alimentar da parcela mais pobre, fazendo com que, conseqüentemente, a população brasileira como um todo, melhorasse sua qualidade de vida (LOCH; DINIZ FILHO, 2014, p. 89).

Conforme esclareceram Loch e Diniz Filho (2014, p. 85), o modo como a agricultura e, conseqüentemente os alimentos contribuíram para o controle da inflação é chamado pela leitura especializada de “Âncora Verde”. Ela é apontada, junto com a “Âncora Cambial”, como a responsável pelo reconhecido sucesso do Plano Real.

Esses autores dedicaram ainda, ao estudo de caso, focando a mudança de paradigma da economia, na economia brasileira. Isso ocorreu quando o modelo de economia fechada foi substituído por um de economia aberta, durante a década de 1990, quando foram aplicadas políticas que visavam diminuir a influência do Estado na economia e a “integração competitiva” do país ao cenário econômico internacional (DINIZ FILHO, 2000 apud LOCH; DINIZ FILHO, 2014, p. 79). Ou seja, de um modelo essencialmente voltado ao mercado interno, com indústrias protegidas, para uma economia integrada “mais aberta”, em que o comércio internacional possui um papel fundamental, como avaliaram Loch e Diniz Filho (2014, p. 80).

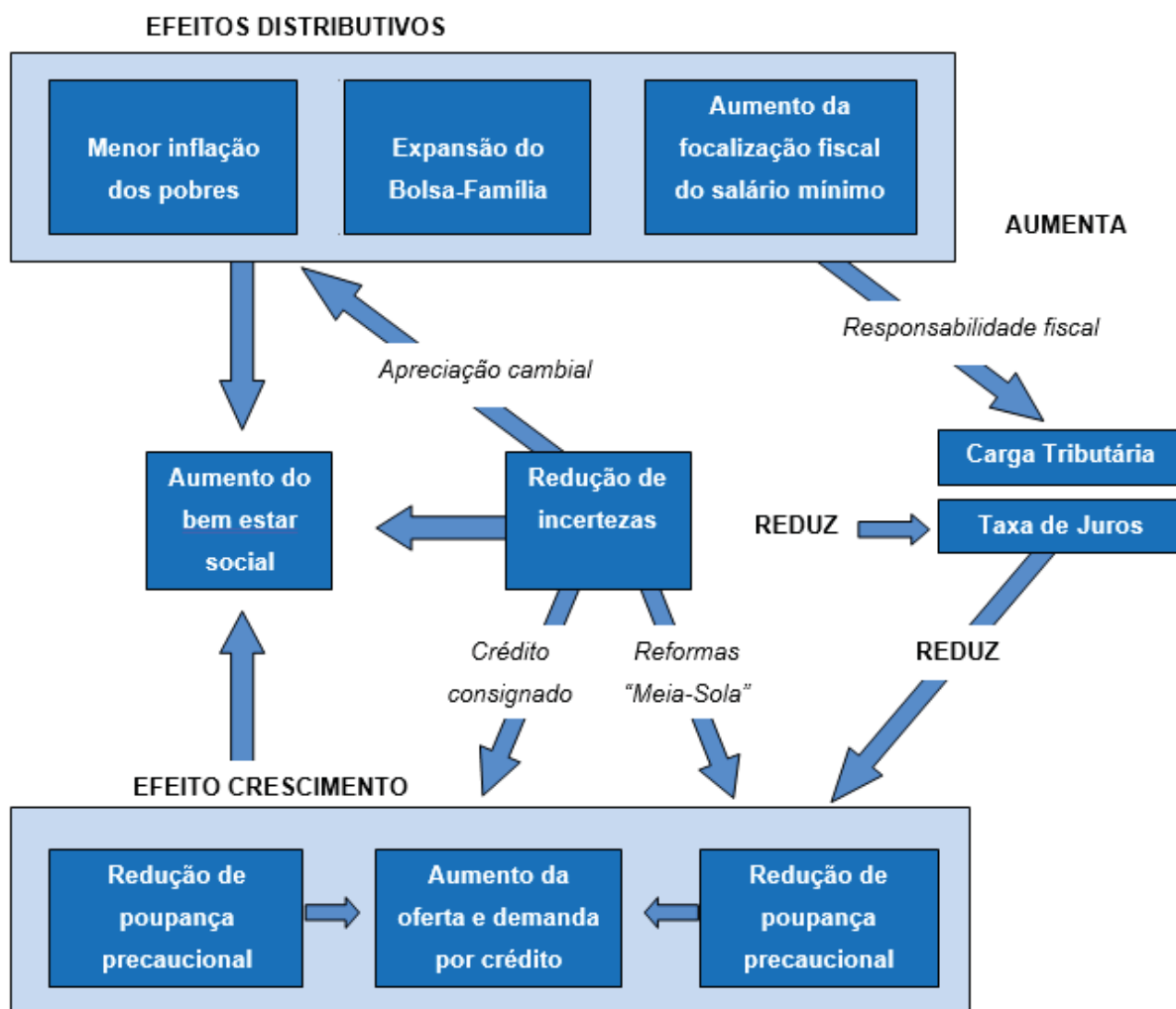
O país, como relataram Loch e Diniz (2014, p. 83) “se inseriu na economia internacional em 1994 e essa mudança de paradigma macroeconômico possibilitou o comércio internacional de diversos produtos, inclusive alimentos”. Isso permitiu que a inflação acelerada do final da década de 1980 ficasse sob-relativo controle.

Na análise de Loch e Diniz Filho (2014, p. 89), citando o trabalho do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada foi descrita como essa instituição de pesquisas econômicas resumiu o modo como a abertura econômica aumentou o bem-estar social da população. Em especial, a parcela mais pobre.

Os autores relataram que a mudança de paradigma, na concepção do instituto teve efeitos sobre a “distribuição de renda e efeitos sobre o crescimento econômico. O principal efeito distributivo foi a queda da inflação e a estabilidade permitiu que o governo expandisse programas de distribuição de renda, assim como permitiu o aumento de salário mínimo e do bem-estar social” (LOCH; DINIZ FILHO,

2014, p. 89). Os efeitos da mudança de paradigma econômico podem ser interpretados a partir da figura 3, utilizada como recurso analítico na análise de Loch e Diniz Filho (2014, p. 89) no artigo já referido.

Figura 3 - EFEITOS DISTRIBUTIVOS



FONTE: IPEA, 2007.

A figura 3 revela que, mesmo em um ambiente de incertezas, o capital estrangeiro chegou novamente no Brasil. Com isso, a oferta de crédito aumentou e, em longo prazo, as taxas que estavam altas em momento inicial apresentaram uma tendência de queda. Com a elevação de crédito e a maior disponibilidade deste, bem como a redução da poupança precaucional, impulsionaram o aumento de investimento, causando efeitos positivos no crescimento. As reformas “meia-solas” compreenderiam as reformas trabalhistas dos anos 1990 e colaborariam no efeito crescimento (LOCH; DINIZ FILHO, 2014, p. 90). Nesse contexto, é possível dizer,

com base nas reflexões de Loch e Diniz Filho (2014, p. 90) que a mudança de paradigma econômico, também entendida como um aprofundamento da inserção do país na globalização promoveu o bem-estar da população.

Esse modelo paradigmático de abertura econômica, como avaliaram os autores, possibilitou o aumento da produtividade nacional, através da importação de produtos e insumos mais baratos. Esse efeito positivo foi repassado para toda a economia permitindo a estabilidade das taxas da inflação em baixos patamares e o aumento do poder de compra dos brasileiros. Esses fatores fizeram entender os mecanismos que levaram o Brasil, apesar do baixo crescimento econômico, a reduzir a pobreza na última década do século XX (LOCH; DINIZ FILHO, 2014, p. 90). Os autores concluíram em suas análises que, de fato, há equívoco em estudos que afirmam que as reformas dos anos 1990 levaram ao aumento da pobreza e/ou desigualdade de renda. As ideias de globalização “perversa”, de Santos encontram-se nessa condição, como sugeriram Loch e Diniz Filho (2014, p. 90).

Com o objetivo de pesquisar dados e estudos estatísticos sobre o crescimento da economia brasileira, a evolução do PIB e seus componentes no período atual foi analisado um documento do Departamento de Pesquisa Econômica do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social publicado em abril de 2018. A intenção foi também buscar referências do Brasil em sua conjuntura no processo de globalização da economia, nesse início do século XXI, já chegando em sua segunda década.

O documento “Perspectivas DEPEC 2018 – O Crescimento da Economia Brasileira 2018-2023” elaborado por Guilherme Tinoco e Fábio Giambiagi (2018, p. 7-60) é um estudo minucioso de projeções estatísticas que apresenta perspectivas de crescimento para o período 2018-2023, a partir de bases estatísticas e indicadores políticos, econômicos e sociais.

O documento analisa o desempenho recente da economia brasileira em dados referentes a quatro fatores e seus respectivos períodos (crescimento 2003-2008; crescimento 2009-2014; recessão de 2015 e 2016; recuperação em 2017). Além disso, o documento analisa aspectos relevantes sobre as reformas de 2016-2017 (reformas fiscais, reformas monetárias e creditícias; agenda de reformas para o aumento da produtividade), os gargalos estruturais (abertura comercial, estrutura tributária, ambiente de negócios, qualidade da infraestrutura, capital humano) e o desafio fiscal (TINOCO; GIAMBIAGI, 2018, p. 9-34).

No documento elaborado por Tinoco e Giambiagi (2018, p. 35-38) verifica-se ainda, o crescimento das despesas públicas com foco para a questão previdenciária (com benefícios do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social e com a projeção estatística da Estrutura Etária da população: 2000-2060) e a dinâmica do produto potencial (que é uma medida bastante utilizada por economistas para se referirem à capacidade de produção efetiva de uma economia que mantenha o equilíbrio macroeconômico – variável não observável, que leva em conta o estoque de capital existente, a quantidade e qualificação dos trabalhadores e a produtividade da economia, o que tem a ver com as tecnologias utilizadas quanto com a eficiência alocativa dos fatores de produção).

Nesse contexto, Tinoco e Giambiagi (2018, p. 39-41) apresenta uma reflexão sobre o “comportamento recente (hiato)”, elemento relevante no debate recente. O hiato, como esclarecido por esses autores pode ser definido como o grau de ociosidade da economia. É a diferença de quanto ela pode produzir (quando empregados todos os fatores de produção em seus níveis de utilização normais) mantendo um equilíbrio macroeconômico (produto potencial) em relação a quanto ela de fato produz em certo momento.

Em relação às projeções de crescimento 2018 a 2023 – hipóteses, crescimento do estoque de capital, crescimento da PTF, hipóteses adicionais – PIB e investimentos efetivos e hiato inicial, bem como mercado de trabalho (TINOCO; GIAMBIAGI, 2018, p. 42- 45) esclareceram sobre cenários de referência. Basearam-se em dados, analisando possibilidades de crescimento da economia brasileira, utilizando projeções do IBGE, IPEA, PNADC, entre outras instituições para, a partir das hipóteses criarem os cenários para a economia brasileira; 2018-2023.

Os autores concluíram o trabalho com algumas considerações e recomendações em relação às taxas de juros do BNDES no cenário 2018-2023. Para os próximos anos, esperam que, “em um cenário de manutenção das políticas atuais, juntamente com a expectativa de crescimento do produto descrita por eles, a continuidade das reformas permita seguir a trajetória de queda das taxas de juros reais da economia brasileira” (TINOCO; GIAMBIAGI, 2018, p. 52).

Os trabalhos de Loch e Diniz Filho (2014) que analisaram os efeitos positivos da abertura econômica iniciada na década de 1990 e o trabalho do BNDES elaborado por Tinoco e Giambiagi (2018) que analisaram a economia brasileira no período de 2003-2017 (em suas ondas de crescimento, recessão e recuperação, no

clima recente de reformas entre 2016-2017 e perspectivas favoráveis nos cenários de projeção) demonstram claramente a importância da lógica científica, em seu rigor teórico e metodológico. As pesquisas estatísticas são relevantes na captação de dados nas diversas áreas do conhecimento, assim como na geografia. Pois, possibilitam compreender a realidade dos fenômenos espaciais por meio de indicadores socioeconômicos, políticos, ambientais, entre outros.

O trabalho do Departamento de Pesquisa Econômica do BNDES apresenta um breve sumário da trajetória para a evolução do PIB - Produto Interno Bruto na forma de um “exercício de consistência que considera a existência, na economia brasileira, de um hiato inicial do produto que iria se fechando progressivamente ao longo do horizonte de referência adotado, até o ano de 2023” (TINOCO; GIAMBIAGI, 2018, p. 14-15). Conforme esclarecido pelos autores, a dinâmica do crescimento, em que pese a intensidade da queda observada do PIB no biênio 2015-2016, será afetada pela queda muito mais intensa do investimento nesse mesmo período, que, com a redução adicional observada em 2017, alcançou -27% no acumulado de quatro anos: 2014-2017. Conseqüentemente, o crescimento do produto potencial previsto para 2018 é de apenas 1,7%.

De acordo com o relato de Tinoco e Giambiagi (2018), mesmo com o hiato inicial representando um grau de ociosidade de 4,5% em 2017, o maior crescimento do PIB, com uma taxa inicial prevista em 2,5% para 2018, provocaria um encolhimento gradual do hiato do produto ao longo de seis anos. Considera-se que a FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo teria um crescimento de 6% em 2018 e de 7% ao ano nos cinco anos posteriores, de modo que a taxa de investimento em 2023 alcançaria 19,5% do PIB.

Isso exposto pelos autores considera-se um crescimento do PIB compatível com a vigência de um hiato do produto que seja, por hipótese, eliminado até 2023, o que corresponde a um crescimento do PIB a taxas gradualmente crescentes, até alcançar 3,4% em 2023. O cenário adotado contempla um crescimento médio anual, na média dos seis anos entre 2018 e 2023, de 4,3% das exportações reais nas contas nacionais, de 5,7% das importações e de 0,8% do consumo do governo, no contexto de vigência de uma forte restrição fiscal (TINOCO; GIAMBIAGI, 2018, p.14).

Sob essa perspectiva e ainda no cenário adotado, o consumo das famílias, nos seis anos compreendidos entre 2018 e 2023, poderia ter uma expansão real

média de 2,8% ao ano. Como avaliaram os autores, pode-se concluir que, no período considerado, os números apresentados sugerem que a economia brasileira se encontra em condições de crescer a um ritmo da ordem de 2,5% a 3,0%, sem o surgimento de maiores pressões, inflacionárias (TINOCO; GIAMBIAGI, 2018, p. 14).

O gráfico 4 é um dos exemplos trabalhados pelos autores, ao longo do documento “Perspectivas DEPEC/BNDES 2018”. Demonstra o desempenho recente da economia brasileira, marcada por uma forte recessão, após um ciclo de crescimento econômico considerável, com as taxas de crescimento de 2003 a 2017.

Gráfico 4 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB – 2003 A 2017



FONTE: Tinoco e Giambiagi (2018) – DEPEC – Departamento de Pesquisa Econômica
BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Contas Nacionais Trimestrais.

É possível identificar, a partir dos dados apresentados no gráfico 4, três períodos distintos de crescimento. No período entre 2003 e 2008, houve um

crescimento bastante satisfatório. Já no segundo período, entre 2009 e 2014, verifica-se que houve aumento de produto. No entanto já se percebe uma desaceleração de ritmo, com exceção de 2010, ano que marcou uma recuperação após a recessão de 2009, influenciada pela crise internacional. O terceiro período entre 2015 e 2016, caracterizou-se pela acentuada recessão, conforme se observa no gráfico. O ano de 2017 marcou para a economia brasileira, o início da recuperação econômica após a severa recessão que caracterizou o biênio 2015-2016.

Como enfatizado anteriormente, Tinoco e Giambiagi (2018) analisaram de forma minuciosa, além de dados estatísticos, um conjunto de fatores e componentes estruturais da economia brasileira. Tanto na perspectiva de crescimento quanto em relação às crises e à recessão, como bases analíticas de projeções para o período 2018-2023. As tabelas 1 e 2 apresentam a evolução do PIB e seus componentes no período entre 2014 e 2017. Os dados podem ser observados, a seguir.

Tabela 1 - EVOLUÇÃO DO PIB: DEMANDA – 2014 A 2017

ANO	<i>2014</i>	<i>2015</i>	<i>2016</i>	<i>2017</i>	<i>Acumulado</i>
PIB	0,5%	-3,5%	-3,5%	1,0%	-5,5%
Consumo das famílias	2,2%	-3,2%	-4,3%	1,0%	-4,4%
Consumo do governo	0,8%	-1,4%	-0,1%	-0,6%	-1,2%
FBCF	-4,2%	-13,9%	-10,3%	-1,8%	-27,4%
Exportações	-1,1%	6,8%	1,9%	5,2%	13,2%
Importações	-1,9%	-14,2%	-10,2%	5,0%	-20,6%

FONTE: Tinoco e Giambiagi (2018) – DEPEC – Departamento de Pesquisa Econômica

BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Contas Nacionais Trimestrais.

Ao observar a tabela 1, em relação ao PIB e seus componentes de demanda, verifica-se que o consumo das famílias se destacou em 2014 com 2,2%

em 2014, fechando 2017 com elevação de 1%. Esse desempenho refletiu a recuperação do mercado de trabalho (queda da taxa de desemprego ao longo do ano e recuperação do rendimento), conjugada à melhoria nas condições de crédito e, também, à liberação de recursos do FGTS realizada na segundo trimestre do ano. Vale notar que os índices de confiança do consumidor vêm apresentando tendência de alta desde o início de 2016 como ressaltaram Tinoco e Giambiagi (2018).

Destaca-se ainda, pela demanda o desempenho do investimento que, embora tenha caído 1,8% em 2017 – o quarto recuo anual seguido, houve crescimento dessazonalizado nos três últimos trimestres, com aceleração ao longo do ano. Em 2017, a parcela relativa ao segmento de máquinas e equipamentos mostrou recuperação, com crescimento de 3% em 2017.

Tabela 2 - EVOLUÇÃO DO PIB: OFERTA – 2014 A 2017

ANO	<i>2014</i>	<i>2015</i>	<i>2016</i>	<i>2017</i>	<i>Acumulado</i>
PIB	0,5%	-3,5%	-3,5%	1,0%	-5,5%
Agropecuária	2,8%	3,3%	-4,3%	13,0%	14,8%
Indústria	-1,5%	-5,8%	-4,0%	-0,0%	-10,8%
Extrativa Mineral	9,1%	5,7%	-2,7%	4,3%	17,0%
Transformação	-4,7%	-8,5%	-5,6%	1,7%	-16,3%
Produção/distrib. de eletricidade, gás, água, etc.	-1,9%	-0,4%	7,1%	0,9%	5,6%
Construção Civil	-2,1%	-9,0%	-5,6%	-5,0%	-20,1%
Serviços	1,0%	-2,7%	-2,6%	0,3%	-4,1%

FONTE: Tinoco e Giambiagi (2018) – DEPEC – Departamento de Pesquisa Econômica

BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Contas Nacionais Trimestrais.

A tabela 2 apresenta a evolução do PIB e seus componentes, a partir da oferta para o período 2014 a 2017. Ao analisar a tabela 2, referente à evolução do PIB e seus componentes, com base na oferta, no período entre 2014 e 2017,

verifica-se que o grande destaque é da agropecuária, com alta de 13,0%, beneficiando-se da safra excepcional (a mais alta da história).

O resultado global foi prejudicado pela parcela da construção civil, que retraiu 5,6%.

Além disso, embora a indústria tenha apresentado estabilidade no ano, a indústria extrativa e a indústria de transformação também apresentaram um bom desempenho.

Conforme esclareceram Tinoco e Giambiagi (2018), “a indústria extrativa foi beneficiada pelos recordes de produção de petróleo e de minério”. A indústria de transformação “refletiu o bom desempenho do setor de veículos e equipamentos eletrônicos” (TINOCO; GIAMBIAGI, 2018, p. 14).

O problema da indústria foi a construção civil, que caiu 5%, mostrando que o setor ainda estava atrasado na recuperação

3.7 ABORDAGENS BIBLIOGRÁFICAS E HISTORIOGRÁFICAS DE MILTON SANTOS E DESDOBRAMENTOS EM GEOGRAFIAS CRÍTICAS

Alguns autores apresentaram trabalhos historiográficos e biográficos sobre a vida e obra do geógrafo crítico Milton Santos. Para escreverem sobre a trajetória pessoal e acadêmica e analisarem a densa obra do autor basearam-se fundamentalmente na leitura de seus principais livros e de grande parte das entrevistas e depoimentos concedidos.

Contel (2014, p. 393) desenvolveu sua análise, subdividindo-a em duas periodizações. Na primeira analisou “os principais elementos da trajetória pessoal e profissional, desde a infância até o período do exílio provocado pelo golpe militar (1964-1977)”.

Ao tratar de temas relacionados “aos exílios e ao itinerário do intelectual em formação”, esse autor descreveu que “Da infância à juventude, Milton Santos teve uma educação voltada para o desenvolvimento de sua vocação para o trabalho intelectual” (CONTEL, p. 394).

Foi nesse período de vida que teve contato sistemático fazendo leituras de “autores clássicos da filosofia, como Aristóteles, Platão, Leibniz, Alfred Whitehead,

Charles Gide, que vão contribuir para que ele adquira sólida formação humanista” (CONTEL, 2014, p. 394; LEITE, 2007, p. 174).

Nessa época, “datam também suas leituras de Josué de Castro, em especial seu livro ginasial *Geografia humana: estudo da paisagem cultural do mundo de 1939*”, de acordo com a descrição de Contel (2014, p. 394).

Nesse livro Milton Santos estudou temas importantes da disciplina como a formação das paisagens e das regiões, as migrações, as cidades, o debate possibilismo/determinismo (CONTEL, 2014, p. 394).

Apesar de Milton Santos ter feito curso de direito entre os anos de 1944 e 1948, cujo curso era de formação geral e incluía economia política, sociologia jurídica, teoria do Estado, direito constitucional com base em humanidades, escolheu ser professor de geografia, sendo admitido no Ginásio Municipal de Ilhéus. Na época, foi também nomeado correspondente do periódico *A Tarde*, o mais importante jornal da Bahia, posição que aumentou seu prestígio e o projetou no cenário político e intelectual estadual, quando se tornou redator-chefe desse jornal em 1956 (CONTEL, 2014, p. 394-395).

Ao frequentar cursos de férias do CNG – Conselho Nacional de Geografia, do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e de reuniões anuais da AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros no final da década de 1940 e ao participar do Congresso da UGI – União Geográfica Internacional no final da década de 1950, teve contato com grandes nomes da geografia mundial, sobretudo franceses e norte-americanos.

Segundo Contel (2014, p. 395) Milton Santos conheceu nesse congresso Jean Tricart, tornando-se aluno, admirador e amigo desse geógrafo francês, relação que lhe permitiu ir para a França, onde defendeu sua tese de doutorado na Universidade de Estrasburgo. Em 1959 criou a seção baiana da Associação dos Geógrafos Brasileiros, fundou o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais com a ajuda de Tricart e nesse mesmo ano passou a presidir a Imprensa Oficial do Estado da Bahia.

De acordo com a descrição de Contel (2014, p. 395-396) em 1961, após ser escolhido por Jorge Calmon como representante do jornal *A Tarde* para acompanhar o então presidente Jânio Quadros em sua viagem a Cuba, Milton foi nomeado pelo próprio presidente Jânio Quadros como subchefe da Casa Civil na Bahia (cargo apenas menos importante que o do governador do estado).

Terminada a atividade na Casa Civil – com duração de poucos meses, mas que aumentou sobejamente sua importância na casa política estadual –, “Milton presidiu, a partir de 1962, a Comissão Estadual de Planejamento Econômico (CEP), cargo que exerceu até ser preso pelo golpe militar em 1964”, como ressaltou Contel (2014, p. 396).

Contel (2014, p. 396) ressaltou ainda que, na comissão presidida por Milton Santos, ele teve vários colegas “diretamente ligados ao Partido Comunista (PC)”. Enfatizou também, que na “SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que se formava pela intervenção direta de Celso Furtado –, no órgão de planejamento baiano se concentravam quadros da *intelligentsia* nordestina, sequiosos pela implementação de políticas de desenvolvimento regional, com grande apelo popular”. Nesse contexto, Milton Santos:

Pensa e formula projeto para a criação de bancos locais/regionais na Bahia (para uma ação numa escala menor que a do Banco do Nordeste), em consonância com os projetos da SUDENE. Inspira-se em autores franceses, como François Perroux, Jacques Boudeville, Jean Labasse e o próprio Jean Tricart. Tem contato com “uma turma de jovens bem ativos”, que depois dariam suporte intelectual a Jango, como era o caso dos isebianos Guerreiro Ramos e Candido Mendes. O próprio Itamaraty – já no governo de João Goulart –, desejoso de fazer Milton diplomata brasileiro, envia-o para a África, onde conhece uma série de políticos e intelectuais diretamente ligados aos movimentos de descolonização no continente. Por suas posições progressistas na atividade jornalística, suas ligações com o Partido Comunista e com o governo de Jango, e, sobretudo, por afrontar interesses patrimonialistas regionais em suas atividades na Comissão de Planejamento (CEP), Milton “tornou-se um dos alvos mais notórios do primeiro movimento de repressão a intelectuais na Bahia”¹⁰⁰. É preso, com Nestor Duarte, como “bode expiatório”¹⁰¹ do regime ditatorial em instalação. Nesse ínterim, e por solidariedade dos colegas franceses, é nomeado aos 38 anos professor na Universidade de Toulouse, viajando para a França em dezembro de 1964 para realizar seu “segundo exílio”, sua segunda grande “experiência de desenraizamento”¹⁰² (CONTEL, 2014, p. 396).

Apesar da situação de conflito vivenciada por Milton Santos durante o período conturbado de sua vida política, a partir de 1964 iniciou um processo de trabalho profícuo em sua criação intelectual, com densa produção bibliográfica no

¹⁰⁰ Nessa análise de Contel (2014, p. 396), foi citado o autor Fernando Pedrão (1996, p. 61), com a referência de texto “Uma injustiça atinada”, in Souza, Maria A. (org.). *O mundo do cidadão, o cidadão do mundo*.

¹⁰¹ Informação extraída por Contel (2014, p. 396-397) in *Encontros Milton Santos*, organizado por Leite (2007, p. 41).

¹⁰² Conforme informou Contel (2014, p. 393): essa informação encontra-se no texto de José Correia Leite, Odete Seabra e Mônica de Carvalho (Orgs.). *Território e sociedade: entrevistas com Milton Santos* (2000, p. 74).

exterior. A mudança brusca de trajetória – “uma das suas experiências mais dolorosas”¹⁰³ – interferirá em ao menos duas posições de Milton: em primeiro lugar, ele se afasta das atividades políticas de caráter mais “partidário” e institucional, lembrando que esse convívio com a política lhe deu o “completo sentimento da faduidade do poder”¹⁰⁴. Em segundo lugar, aproxima-se definitivamente das atividades acadêmicas, da vida universitária (CONTEL, 2014, p. 396-397).

Quando retornou ao Brasil em 1977, depois de treze anos de exílio “era conhecido e reconhecido em importantes círculos do pensamento progressista mundial, sendo sua obra difundida, criticada e lida por autores da área de geografia e fora dela” (CONTEL, 2014, p. 399). Essa fase foi qualificada por Contel (2014), como uma segunda periodização.

Na segunda periodização demarcada por Contel (2014, p. 393) a análise historiográfica se deteve mais, no entendimento do projeto teórico de Milton Santos, no âmbito acadêmico.

Foram descritas, nessa análise, as propostas para a construção de uma ‘filosofia da geografia’, projeto que Milton Santos consolidou em sua volta ao Brasil, fundamentalmente em seus anos de trabalho na USP – Universidade de São Paulo no período de 1984 a 2001, conforme esclareceu Contel (2014, p. 393).

Desde então, como relatou Contel (2014, p. 401) é possível dizer que a obra de Milton Santos se organiza a partir de duas preocupações.

A primeira, como um “conjunto de estudos voltados para o entendimento da urbanização e da cidadania no território brasileiro”. A segunda, como um conjunto voltado para o “aprofundamento do debate teórico na geografia, para a construção de uma fundamentação filosófica dessa província do saber” (CONTEL, 2014, p. 4001).

Nesse sentido, Milton Santos incorpora em seu trabalho uma “filosofia da geografia” (CONTEL, 2014, p. 400), na produção de uma “metageografia” (LEITE, 2007, p. 109) e elege em definitivo a categoria que julgava ser o cerne do conhecimento geográfico – o espaço geográfico.

¹⁰³ Conforme citado por Contel (2014, p. 396) leia: Silva, M. A. in “Milton Santos: a trajetória de um mestre” in “EL ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos”, Scripta Nova, Universidade de Barcelona, n. 124, 2002, v.VI.

¹⁰⁴ Informação extraída por Contel (2014, p. 396-397) in *Encontros Milton Santos*, organizado por Leite (2007, p. 40).

A partir daí constrói todo seu sistema conceitual e propõe novos parâmetros para a teorização na disciplina, com a incorporação de elementos da filosofia da ciência e dos avanços que a economia e a sociologia registravam em seus debates internos. Em suas propostas, inclui a definição das noções de “tempo espacial” e de “rugosidades”, fundamentais para a construção de uma análise geográfica associada à ideia de tempo histórico (CONTEL, 2014, p. 402). A ideia da geografia como uma “filosofia das técnicas” também foi introduzida por Milton Santos.

Em suas críticas, Milton Santos recorre a um aprofundado diálogo com a história da filosofia, com a história do pensamento geográfico, incorporando em seu discurso os principais autores e debates que ocorriam na geografia, na economia e na sociologia, em especial autores de formação marxista. Tendo em vista a complexidade de autores trabalhados, segundo Contel (2014, p. 403) “é tarefa praticamente impossível definir um ‘viés’ ou uma ‘escola teórica’ à qual Milton Santos pertence”.

Ao buscar uma solução precisa do que seria o “espaço geográfico”, propunha também toda uma “filosofia espontânea” da geografia, a partir dessa definição, como avaliou Contel (2014, p. 403).

Segundo Contel (2014, p. 403), parece ser justamente a incorporação do marxismo em seu discurso a solução teórica que permite a Milton aprimorar sua definição de espaço geográfico e, conseqüentemente, dar novas balizas para o pensamento crítico na geografia. Além de passar a trabalhar em definitivo com a categoria filosófica da “totalidade” introduz em seu discurso as categorias de “estrutura”, “processo”, “forma” e “função”, como mediações para o entendimento geográfico da realidade. Do marxismo de Lenin, Emílio Sereni e Amílcar Cabral, absorve ainda o debate sobre a “formação econômico-social”, que propõe chamar em geografia de “formação socioespacial”.

Desse profícuo aproveitamento do legado de Marx, Milton propõe em *Por uma geografia nova* uma definição relativamente simples do que seria o espaço geográfico: uma “instância social”, Portanto, assim como as instâncias “econômica”, “político-jurídica” e “ideológica”, o processo de totalização histórica estaria também condicionado pela “instância espacial” ou “geográfica” (CONTEL, 2014, p. 403-404).

Contel (2014, p. 404-405), em sua periodização descritiva também fez alusão aos novos conceitos trabalhados por Milton Santos, como “meio técnico-científico” e “período técnico-científico”, fundamentais para o entendimento da “história do presente”. Trabalhou ainda, com o termo “globalização”, retirando do conceito seus conteúdos neoliberais, mostrando que a “geografia também é uma filosofia” e concretizando sua proposta de “ontologia do espaço geográfico”.

Em outras palavras, “Milton Santos criou uma teoria social crítica a partir do principal objeto de estudo da geografia” (CONTEL, 2014, p. 405).

Esse autor ressaltou em seu texto que, na década de 1990, Milton Santos voltou a participar de forma explícita na política do país, por meio de sua “militância pelas ideias” e não por algum tipo de militância político-partidária.

Acreditava que a atividade acadêmica era indispensável à produção do discurso político e que não haveria discurso político que se mantivesse se não fosse precedido de um bom discurso acadêmico (CONTEL, 2014, p. 406 apud LEITE *et al.*, 2000, p. 122-123).

De acordo com Contel (2014, p. 409), Milton Santos redigiu a maior parte de sua obra “recente” numa recusa fundamentada a debates vazios como os do pós-modernismo, do “fim da história” e do “fim da geografia”. Colocou-se contra o pensamento único dos *think-tanks* capitalistas norte-americanos e também foi extremamente avesso ao ecologismo obtuso, que tende a ver aumento na importância da “primeira natureza” como fator determinante na organização do mundo atual.

Em sua “geografia engajada como projeto voltado para o futuro”, Milton Santos “propôs um entendimento que significa, também, sua transformação”¹⁰⁵. Foi um “intelectual público, por meio da práxis intelectual, a partir de suas ideias libertárias” (CONTEL, 2014, p. 408-409).

A autora Grimm¹⁰⁶ (2011, p. 260-278) apresentou uma visão geral sobre a “leitura epistemológica do geógrafo Milton Santos”, a partir da gênese e evolução de conceitos e categorias que foram pilares de seu sistema teórico. Com base na

¹⁰⁵ A esse respeito leia “Milton Santos: uma obra, uma teoria”, de María Laura Silveira.

¹⁰⁶ Grimm (2011, p. 260-261) fez referência a “um grande número de trabalhos acerca de aspectos da trajetória do geógrafo”, publicados. Em sua lista, constaram os seguintes nomes: Maria Adélia de Souza (1996 e 2006), Armen Mamigonian (1996 e 2005), Maurício Abreu (1996), María Laura Silveira (1996 e 2003), Álvaro José de Souza (organizador, 2000), Perla Zusman (2002), Carlos Walter Porto Gonçalves (2002), Pedro de Almeida Vasconcelos (2004), Jacques Lévy (2007) e Adriana Bernardes (2001).

análise realizada, chegou a uma proposta de periodização para a trajetória epistemológica de Milton Santos.

A proposta de Grimm (2011, p. 261) baseou-se principalmente “nas relações entre os grandes temas de pesquisa aos quais Milton Santos se dedicou e em alguns aspectos dos contextos por ele vividos ao longo de mais de cinco décadas de trabalho”. Foram determinados cinco períodos.

Segundo Grimm (2011), dessa periodização preliminar¹⁰⁷, houve um refinamento. Conforme esclareceu “embora os grandes temas e contextos continuem apontados, as relações entre os eixos e o processo de internacionalização de categorias externas foram efetivamente incorporadas” (GRIMM, 2011, p. 262).

Mais que apontar datas precisas para determinar o início e o final de cada período, o que a autora procurou ressaltar, “foram marcos importantes na trajetória”. Esses poderiam corresponder a diversas situações: a apresentação de uma ideia, conceito ou categoria; uma proposta teórica à qual Milton Santos vinha se dedicando nos anos anteriores; à publicação de um livro que traz de maneira sistematizada os resultados de anos de reflexão e pesquisa, ou ainda o tempo vivido em um determinado país.

Situações resultantes de novas escolhas que poderiam levar a novos caminhos, temas e proposições teóricas (GRIMM, 2011, p. 262).

No entanto, foram mantidos, no trabalho da autora, os cinco períodos descritos na citação anterior¹⁰⁸, dos quais um deles foi apontado como “transição”.

O quadro 8 a seguir, apresenta a trajetória epistemológica de Santos (1926-2011), conforme periodização da autora Grimm (2011).

¹⁰⁷ Segundo Grimm (2011, p. 261) “essa periodização preliminar pode ser encontrada com maiores detalhes em Flavia Grimm (2011a)”.

¹⁰⁸ A esse respeito leia *in* Conclusões da tese, todos os detalhes na descrição de Grimm (2011, p. 263-271).

Quadro 8 - TRAJETÓRIA EPISTEMOLÓGICA DE SANTOS (1926-2001)

PRIMEIRO PERÍODO (1948-1964)	Viveu na Bahia, Trabalhos voltados a uma geografia urbano-regional do Estado. Trabalho como professor e pesquisador,
SEGUNDO PERÍODO (1965-1971)	Viveu na França. Lecionou em diferentes universidades e no IEDES. Dedicou-se aos estudos sobre o processo de urbanização nos países subdesenvolvidos.
TERCEIRO PERÍODO (1972-1977)	Viveu e lecionou em diferentes países: Estados Unidos, Canadá, Venezuela e Tanzânia. Aprofundou pesquisas sobre as especificidades da urbanização nos países subdesenvolvidos. Passou a se dedicar com mais afinco a questões relativas à epistemologia da geografia.
QUARTO PERÍODO (MEADOS DE 1977-1980)	Inicia-se com o retorno de Milton Santos ao Brasil. Aprofundou suas reflexões sobre epistemologia da geografia e ontologia do espaço. Dedicou a pesquisas sobre o território brasileiro, principalmente em torno do fenômeno da urbanização. Período marcado pela proposta de definição de espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (1991).
QUINTO PERÍODO (1990-2001)	Marcado pelo contexto de globalização e pela apresentação de uma proposta teórica para a geografia, elaborada e detalhada no livro <i>A Natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção</i> (1996). Estabelecido no Brasil há mais de uma década, se dedicou a uma profunda análise sobre o Brasil, visto a partir dos conteúdos de seu território. Publicou, em coautoria com María Laura Silveira, o livro <i>O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI</i> (2001).

FONTE: Grimm (2011) – Elaboração de Mariza Ferreira da Silva, com base na tese Trajetória Epistemológica de Milton Santos: uma leitura a partir da centralidade da técnica, dos diálogos com a economia política e da cidadania como práxis.

A Coleção *Encontros: a arte da entrevista*, no volume *Milton Santos – Encontros*, organizado por Leite (2007) reúne dez entrevistas selecionadas entre

inúmeras concedidas por Milton Santos a diversos periódicos científicos, jornais e revistas durante um período de aproximadamente 25 anos (LEITE, 2007, p. 11). Apresenta ainda a cronologia do autor. Segundo essa autora, as entrevistas selecionadas foram consideradas como contribuições críticas fundamentais para a compreensão da realidade brasileira, latinoamericana e mundial. Mas também emblemáticas da importância atribuída por ele aos problemas que cercam o papel intelectual e seu compromisso social na atualidade.

Três dessas entrevistas foram relevantes para a compreensão da visão crítica de Milton Santos, na análise dessa tese. A primeira intitulada “Espaço, mundo globalizado, pós-modernidade”¹⁰⁹ resultou em um panorama analítico sobre a evolução e o estágio dos estudos sobre o espaço e sobre a realização efetiva do que se denominava como “geografia crítica”. Milton Santos elencou alguns problemas de natureza epistemológica, colocando como principal a preocupação com a descoberta de categorias analíticas a partir do espaço, que permitam não ficar apenas no discurso do espaço.

Ressaltou ainda que a construção teórica é diferente do discurso. A construção teórica segundo Santos (2007, p. 66) “é a busca de um sistema de instrumentos de análise que provém de uma visão da realidade e que permite de um lado, intervir sobre a realidade como pensador e, de outro, reconstruir permanentemente aquilo que se chamará ou não de teoria” (SANTOS, 2007, p. 66). Ressaltou ainda o autor, que em seu modo de ver essa busca teórica foi atrofiada.

Outro problema colocado por Santos nessa entrevista foi em relação ao enfoque marxista. Uma boa parte dessa corrente da geografia, como analisou esse autor, se contentou com o marxismo, e acabou não sendo mais marxista, embora continue sendo assim rotulada. Então uma boa parcela do que hoje aparece como geografia marxista e ideológica trabalha com uma história que não existe mais, daí certa fixidez dos conceitos. É por isso que a teoria da geografia atrasou, se atrofiou (SANTOS, 2007, p. 68).

A segunda entrevista concedida de relevância nessa análise intitula-se “A globalização e o não-lugar”. Nessa entrevista, Santos (2007, p. 156) analisou a “ideia de tempo como algo empírico, um pedaço da história dotado de uma estrutura, um

¹⁰⁹ Essa entrevista foi publicada originalmente na Revista Margem, em novembro de 1993 e realizada por José Mario Ortiz Ramos, Eliane Robert Moraes, Douglas Santos e Maria Lucia Bueno C. de Paula.

pedaço do tempo visto como sistema”. Qualificou ainda, a globalização como uma moda. Sobre o não-lugar, avaliou que poderia continuar utilizando o termo, mas estava consciente de que isso não existe, “não há um não-lugar” (SANTOS, 2007, p. 157).

Entendendo não-lugar como uma metáfora, Santos (2007) faz alusão à globalização como um período no qual os lugares têm um valor que nunca tiveram antes. Nada se faz sem ser em função de um lugar. E as coisas valem, mais do que nunca, em função dos lugares. De acordo com essa visão, os atores hegemônicos escolhem lugares: as grandes empresas escolhem os seus e deixam os outros para os atores não hegemônicos. Então a palavra não-lugar corresponde a uma moda, nessa visão. Para Santos (2007, p. 157) a expressão “espaço virtual”, assim como a expressão não-lugar, é uma metáfora. Em sua concepção, por ser o espaço “empírico”, ele se nos dá como algo que tem um corpo e um conteúdo, que é sua substância. Então não há o virtual.

É nesse sentido que Santos (2007) justifica tomar a globalização como um período histórico – um pedaço de tempo que tem características próprias que sucede ao imperialismo, que por sua vez é a sucessão de outro período e que vai ser sucedido por outro, usando as mesmas bases materiais e irreversíveis.

De acordo com o autor, definindo esse pedaço de tempo por uma conjunção de variáveis que apenas existem em função umas das outras e não fora desse sistema de tempo, é que se alcança a problematização dos fenômenos. Globalização, na definição de Santos (2007) seria:

Um período da história no qual, no meu entender, se cria um espaço, um meio geográfico, que é fundado na técnica, na ciência e na informação. Isto é, o respondente geográfico da globalização é esse meio técnico, científico e informacional que nunca existiu antes. A globalização é apenas inteligível a partir do fato de que as técnicas dependem das ciências na origem e, na continuação, as ciências dependem da técnica. Exatamente porque ciência e técnica são hoje movidas pelo mercado. Então o mercado tem comando sobre a técnica, que tem comando sobre a ciência, que é por isso mesmo corrompida nesta fase da história. Então o que a gente vê no domínio da cultura, da economia, das relações interpessoais, da política e da própria subjetividade é um pouco o resultado dessa combinação doentia entre técnica, ciência e mercado global, tudo isso conduzido por uma informação tirânica. Nesse sentido, a globalização é diferente do período anterior, porque hoje, a informação, a ciência e a técnica precedem tudo (SANTOS, 2007, p. 158).

Nesse contexto, foi trabalhada por esse autor a noção de contemporaneidade, argumentando que a geografia aparece como uma disciplina que ganha maturidade histórica no processo de globalização como uma perspectiva de produção teórica, filosófica.

Segundo Santos (2007), antes da globalização isso não era possível, pois só com a globalização a técnica passou a existir no mundo inteiro. Assim os geógrafos foram conduzidos a pensar o mundo, porque o território tornou-se inescapável, cujo drama é o mercado global e o sistema de ideias que conduz a ações hegemônicas, ultrapassando as fronteiras.

Na terceira entrevista intitulada “Globalitarismo”, Santos (2007, p. 177) abordou o conceito de globalização, a partir do ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista que, segundo sua argumentação, para entender esse processo, como qualquer momento da história, há dois elementos fundamentais a levar em consideração: o estudo das técnicas e o estado da política.

Essa discussão gira em torno do mercado global que, utilizando o sistema de técnicas avançadas, presididas pelas técnicas da informação resulta na globalização perversa. Tendo em vista o uso político, econômico e cultural na forma de totalitarismo (SANTOS, 2007, p. 177).

Sobre o conceito de globalitarismo, Santos (2007, p. 179), assim definiu em entrevista: “Chamo a globalização de globalitarismo porque estamos vivendo uma nova fase de totalitarismo. O sistema político utiliza os sistemas técnicos contemporâneos para produzir a atual globalização, conduzindo-nos para formas de relações econômicas implacáveis, que não aceitam discussão, que exigem obediência imediata”.

Nessa concepção, o autor justificou ainda, chamar globalização de globalitarismo, “por causa do totalitarismo de uma lógica, onde o sistema político e o sistema econômico não funcionam. Mas também na difusão de ideias, tirania da informação e do dinheiro” (SANTOS, 2007, p. 180).

A obra *Testamento intelectual/Milton Santos*, organizado por Assis e Spósito (2004, p. 77) reúne uma fonte de documentos e obras resultantes do pensamento crítico de Milton Santos e de suas contribuições, no desdobramento de geografias críticas. Outros trabalhos incluindo teses de doutorado de orientações mais ecléticas apresentam análises e discussões geográficas com base nos conceitos trabalhados por Milton Santos. A heterogeneidade dos temas confirma o ecletismo

epistemológico da geografia crítica representada por esse geógrafo crítico. No entanto, nem todos os autores se qualificam como geógrafos críticos ou marxistas.

Teses de natureza biográficas e historiográficas como, por exemplo: as teses de Grimm (2011) que analisou a trajetória epistemológica de Milton Santos; a tese de Nogueira (2013) que recuperou a história de institucionalização da geografia no Brasil e analisou a relação existente entre a expansão espacial do povoamento ocorrida no Brasil na primeira metade do século XX durante o processo de formação territorial do país com o fenômeno de pioneirismo; a tese de Lira (2017) que analisou o processo de formação da geografia brasileira como uma ciência no contexto do capitalismo tardio e recuperou como Nogueira (2013), a biografia e a cronologia de Pierre Monbeig na formação dos primeiros geógrafos brasileiros, se inserem nesse contexto de geografia crítica.

Além dos trabalhos citados, foram analisadas as teses de abordagens econômicas que fazem referência aos conceitos trabalhados na obra de Milton Santos, podendo ser considerados desdobramentos de orientações epistemológicas da geografia crítica: o trabalho de Tunes (2015) sobre a geografia da inovação, com o tema território e inovação no Brasil no século XXI; o trabalho de Contel (2006) sobre território e finanças que analisou as relações do território brasileiro com o fenômeno das finanças; o trabalho de Bomfim (2007) que analisou o projeto geopolítico para o território nacional sob a perspectiva do Estado e planejamento no período pós-64, a partir da concepção da “ostentação estatística”.

Outro trabalho analisado para essa tese foi o de Menezes (2016). Sua pesquisa teve como objetivo analisar as formas, com que o trabalho tomado como categoria da análise social foi inserido na crítica do movimento de renovação da geografia no Brasil.

Os trabalhos e as discussões relacionadas à obra de Santos (1926-2001) revelaram a densidade e a complexidade de suas teorias geográficas. Suas reflexões em relação à geografia, ao espaço-tempo, ao território, ao meio técnico-científico-informacional, à globalização na sociedade capitalista, assim como as questões referentes aos circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos possibilitaram conhecer a trajetória epistemológica do autor.

CAPÍTULO 4 – AVALIAÇÃO DA CIENTIFICIDADE DA GEOGRAFIA CRÍTICA À LUZ DE KARL POPPER

Esse capítulo visa recuperar as discussões do capítulo 1, a partir das ideias científicas de Karl Popper, em relação à lógica da ciência fundamentada na crítica filosófica da racionalidade moderna, do indutivismo positivista e dos conceitos totalizantes. Visa recuperar também as discussões dos capítulos 2 e 3, a partir das teorias elaboradas pelos geógrafos críticos David Harvey e Milton Santos para avaliar a geografia crítica radical marxista e suas implicações filosóficas no contexto atual, tendo em vista a heterogeneidade de suas orientações teóricas e metodológicas. Na abordagem popperiana, a discussão gira em torno da racionalidade e da objetividade do método científico. Sob a ótica da filosofia da ciência, do racionalismo crítico de Karl Popper e da proposta de método dedutivo de provas – com base nos critérios de falseabilidade, refutabilidade e falseamento de teorias – fundamenta-se a avaliação da cientificidade da geografia crítica. Na geografia crítica radical, o foco principal é a crítica à racionalidade econômica e à sociedade capitalista. Os geógrafos críticos analisam os problemas econômicos a partir da concepção de espaço social como totalidade contraditória de formas, estruturas e processos produzidos pela sociedade capitalista. As abordagens popperianas e as abordagens geográficas críticas têm em comum a crítica ao positivismo e à racionalidade moderna. Entretanto, seguem orientações epistemológicas diferentes. A visão de Popper se opõe frontalmente ao uso dos conceitos totalizantes, por entender que esses conceitos abrangem uma quantidade enorme de fenômenos, não compatível com a lógica científica. Nesse sentido, torna-se inviável o falseamento de teorias advindas desses conceitos. Ou seja, essas teorias não são falseáveis. Nessas condições, teorias não colocadas à crítica científica ou à prova do falseamento correm o risco de serem dogmatizadas por pressupostos que se postulam como verdade absoluta e universal. Por isso, de conotação metafísica e teologizante – base de sustentação para a crítica epistemológica e a avaliação que se propõe fazer, à luz da filosofia da ciência e do racionalismo crítico de Karl Popper.

4.1 A QUESTÃO FILOSÓFICA DO MÉTODO CIENTÍFICO E A REFUTAÇÃO DO POSITIVISMO

Nas obras *The Logic of Scientific Discovery* [A lógica da pesquisa científica] e *Die beiden Grundprobleme der Erkenntnistheorie* [Os dois problemas fundamentais da teoria do conhecimento], publicadas originalmente por Karl Popper em 1934 e em 1979, respectivamente foram apresentadas as sínteses explicativas dos problemas fundamentais à lógica científica. Identificou e analisou os dois problemas fundamentais do conhecimento científico – o problema da indução de Hume e o problema da demarcação, de Kant – objetivando elucidar conceitos básicos referentes ao psicologismo, à prova dedutiva de teorias, à experiência como método, a falseabilidade como critério da demarcação e o problema da base empírica.

Para explicar o problema da teoria do método científico, os conceitos de objetividade científica e de convicção subjetiva são relevantes na visão de Popper. Por essa ótica, ao eliminar o psicologismo e os abusos do subjetivismo de universalização de princípios de explicação de uma gama de fenômenos de manifestação contínua, como série de repetições, resolve-se o problema da base empírica reforçada pela experiência (indução).

Na abordagem popperiana, o método científico é aplicado como prova dedutiva de teorias. Ou seja, nesse sentido, a experiência (empíria, indução) é vista como método dedutivo de prova, tomando como base de referência o critério de falseabilidade como demarcação.

Para compreender a lógica da pesquisa científica e o conceito de objetividade, Popper apresentou noções básicas de alguns componentes estruturais de uma teoria da experiência, colocando em questão o campo das ciências empíricas. Para ele, a tarefa lógica da pesquisa científica, ou da lógica do conhecimento é proporcionar uma análise lógica do processo de investigação científica, ou seja, analisar o método das ciências empíricas, caracterizadas pelo fato de empregarem os chamados “métodos indutivos”.

A lógica da pesquisa científica se identificaria com a lógica indutiva, mas de forma crítica. Isto é, com a análise lógica desses métodos indutivos. Diz-se “indutiva” uma inferência, caso ela se conduza de enunciados singulares ou “particulares” (tais

como descrições dos resultados de observações ou experimentos) para enunciados universais (tais como hipóteses ou teorias).

Popper é incisivo em dizer que está longe de ser óbvio, de um ponto de vista lógico, haver justificativa no inferir enunciados universais de enunciados singulares, independentemente de quão numerosos forem, pois qualquer conclusão colhida desse modo sempre pode revelar-se falsa. A questão de saber – se as inferências indutivas se justificam e em que condições – é que é conhecida como o problema da indução. O problema da indução também pode ser apresentado como a indagação acerca da validade ou verdade de enunciados universais que encontram base na experiência, tais como as hipóteses e os sistemas teóricos das ciências empíricas. Mas, como indagou, será que inferências indutivas se justificam logicamente?

Para estabelecer um meio de justificar as inferências indutivas é necessário determinar um princípio de indução: um enunciado capaz de auxiliar na ordenação das inferências indutivas em forma logicamente aceitável, o que seria de extrema importância para o método científico, aos olhos dos defensores da lógica indutiva. Pois determinar a verdade das teorias científicas e eliminar o princípio de indução da ciência empírica seria privá-la do poder de decidir quanto à verdade ou falsidade de suas teorias. Conseqüentemente, perderia o direito de separar suas teorias de criações fantasiosas e arbitrárias do espírito de poeta. Ou seja, não seria possível demarcar o limite entre ciência e ficção científica, ou mesmo metafísica.

Popper analisou que o princípio de indução não pode ser uma verdade puramente lógica, tal como uma tautologia¹¹⁰ ou um enunciado analítico. Se existisse algo assim como um princípio puramente lógico de indução, não haveria problema de indução. Em tal caso, todas as inferências indutivas teriam de ser encaradas como transformações puramente lógicas ou tautológicas, exatamente como as inferências no campo da lógica dedutiva. Assim sendo, o princípio da indução há de constituir-se num enunciado sintético. Ou seja, um enunciado cuja negação não se mostre contraditória. Mas logicamente possível. Dessa maneira, surge a questão de saber por que tal princípio deveria merecer aceitação e como poderíamos justificar-lhe a aceitação em termos racionais.

¹¹⁰ Expressão mais utilizada nas abstrações matemáticas.

Popper em sua teoria opõe-se frontalmente a todas as tentativas de utilizar as ideias da lógica Indutiva. Para ele, ela poderia ser chamada de teoria do método dedutivo de prova, ou de concepção segundo a qual uma hipótese só admite prova empírica – e tão somente após haver sido formulada. Ele elaborou a concepção, que ele mesmo diz que poderá ser chamada de “dedutivismo”, em oposição ao “indutivismo”, deixando clara a distinção entre a psicologia do conhecimento, que se ocupa de fatos empíricos, e a lógica do conhecimento, que se preocupa exclusivamente com relações lógicas.

O filósofo afirmou ainda que a crença na lógica indutiva deve-se em grande parte devido a uma confusão entre problemas psicológicos e problemas epistemológicos, assinalando que essa confusão traz dificuldade não apenas para a lógica do conhecimento, mas também para a psicologia do conhecimento, esclarecendo que o trabalho do cientista consiste em elaborar teorias e pô-las à prova, fazendo a distinção entre o processo de conceber uma ideia nova e os métodos e resultados de seu exame sob um prisma lógico.

A tarefa que toca à lógica do conhecimento – em oposição à psicologia do conhecimento – parte da suposição de que ela consiste apenas em investigar os métodos empregados nas provas sistemáticas, a que toda ideia nova deve ser submetida para que possa ser levada em consideração. Para Popper (2013), não existe um método lógico de conceber ideias novas ou de reconstruir logicamente esse processo. Sua maneira de ver, como ele mesmo afirmou, pode ser expressa na afirmativa de que toda descoberta encerra um “elemento irracional” ou “uma intuição criadora”, no sentido de Bergson¹¹¹. De modo similar, Einstein fala da “busca daquelas leis universais [...] com base nas quais é possível obter, por dedução pura, uma imagem do universo”. “Não há caminho lógico”, diz ele, “que leva a essas [...] leis”. Elas só podem ser alcançadas por intuição, alicerçada em algo assim como um amor intelectual (*Einführung*) aos objetos da experiência (POPPER, 2013, p. 31).

Durante o estágio inicial, no ato de conceber ou inventar uma teoria, não se reclama análise lógica, nem a ela isso é suscetível. A questão de saber como uma ideia nova ocorre ao homem – seja um tema musical, um conflito dramático ou uma teoria científica – pode revestir-se de grande interesse para a psicologia empírica, mas não interessa à análise lógica do conhecimento científico que diz respeito não a

¹¹¹ Popper fez referência a um filósofo.

questões de fato (o *quid facti?* de Kant), mas apenas a questões de justificação ou validade (o *quid júris?* de Kant). Suas indagações são do tipo seguinte: pode um enunciado ser justificado? Em caso afirmativo, como? Ou talvez os contradiga? Para que um enunciado possa ser examinado logicamente sob esse aspecto, deve ter-nos sido apresentado previamente. Alguém deve tê-lo formulado e submetido a exame lógico.

Popper (2013, p. 31) rejeitou a tarefa da epistemologia de proporcionar a “reconstrução racional” das fases que conduziram o cientista à descoberta – ao encontro de alguma verdade nova. Para ele, os processos envolvidos na estimulação e produção de uma inspiração, não são considerados em sua concepção como tarefa da lógica do conhecimento, mas sim, à Psicologia Empírica e não à Lógica.

O autor apresentou a prova dedutiva de teorias como método de submeter criticamente à prova as teorias e de selecioná-las conforme os resultados obtidos. Argumentou que, a partir de uma ideia nova, formulada conjecturalmente e ainda não justificada de algum modo – antecipação, hipótese, sistema teórico ou algo análogo – podem-se tirar conclusões por meio de dedução lógica. Essas conclusões são em seguida comparadas entre si e com outros enunciados pertinentes, de modo a descobrir-se que relações lógicas (equivalência, dedutibilidade, compatibilidade ou incompatibilidade) existem no caso (POPPER, 2013, p. 31).

Popper (2013, p. 31) distinguiu quatro diferentes linhas ao longo das quais se podem submeter à prova uma teoria:

a) a comparação lógica das conclusões umas às outras, com o que se põe à prova a coerência interna do sistema;

b) a investigação da forma lógica da teoria, com o objetivo de determinar se ela apresenta o caráter de uma teoria empírica ou científica, ou se é, por exemplo, tautológica;

c) a comparação com outras teorias, com o objetivo, sobretudo, de determinar se a teoria representará um avanço de ordem científica, no caso de passar satisfatoriamente as várias provas.

d) a comprovação da teoria por meio de aplicações empíricas das conclusões que dela se possam deduzir, cuja finalidade é verificar até que ponto as novas consequências da teoria – quaisquer que sejam os aspectos novos que esta apresenta no que assevera – respondem às exigências da prática, suscitada quer

por experimentos puramente científicos quer por aplicações tecnológicas práticas. Aqui, também, o processo de prova mostra seu caráter dedutivo. Com o auxílio de outros enunciados previamente aceitos, certos enunciados singulares – que poderíamos denominar “predições” – são deduzidos da teoria; especialmente predições suscetíveis de serem submetidas facilmente à prova ou predições aplicáveis na prática.

Nessa linha, dentre os enunciados referidos, selecionam-se os que não sejam deduzíveis da teoria vigente e, em particular, os que essa teoria contradiga. A seguir, procura-se chegar a uma decisão quanto a esses (e outros) enunciados deduzidos, confrontando-os com os resultados das aplicações práticas e dos experimentos. Se a decisão for positiva, isto é, se as conclusões singulares se mostrarem aceitáveis ou comprovadas, a teoria terá, pelo menos provisoriamente, passado pela prova: não se descobriu motivo para rejeitá-la. Contudo, se a decisão for negativa, ou, em outras palavras, se as conclusões tiveram sido falseadas, esse resultado falseará também a teoria da qual as conclusões foram logicamente deduzidas.

Importa acentuar que uma decisão positiva só pode proporcionar alicerce temporário à teoria, pois decisões negativas subsequentes sempre poderão constituir-se em motivo para rejeitá-la. Na medida em que a teoria resista a provas pormenorizadas e severas e não seja suplantada por outra, no curso do progresso científico, poderemos dizer que ela “comprovou sua qualidade” ou foi “corroborada” pela experiência passada. Esse é o processo esquematizado por Popper, que não supõe que se possa sustentar a verdade de teorias a partir da verdade de enunciados singulares. E nunca supôs que, por força de conclusões “verificadas”, seja possível ter por “verdades” ou mesmo por meramente “prováveis” quaisquer teorias.

No livro *A lógica da pesquisa científica*, Popper (2013) faz uma análise minuciosa dos métodos de prova dedutiva e mostra que, dentro da estrutura dessa análise, podem-se enfrentar todos os problemas normalmente chamados “epistemológicos”. Em particular, os problemas a que a lógica indutiva dá origem podem ser eliminados sem que, em seu lugar, surjam outros. Quanto ao problema da demarcação, Popper, inicialmente, responde por que rejeitou o método de indução. Diz que a razão principal pela qual rejeitou a lógica indutiva consiste, precisamente, em ela não proporcionar conveniente sinal diferenciador do caráter

empírico, não metafísico, de um sistema teórico, ou seja, consiste em ela não proporcionar adequado “critério de demarcação”. Ele denomina “problema de demarcação” o problema de estabelecer um critério que nos habilite a distinguir entre as ciências empíricas, de uma parte, e a Matemática e a Lógica, bem como os sistemas “metafísicos”, de outra.

4.2 IMPLICAÇÕES ÉTICAS E POLÍTICAS NA FILOSOFIA DA CIÊNCIA E REFUTAÇÃO DE POPPER AO MARXISMO

A obra *The Open Society and Its Enemies* [A sociedade aberta e os seus inimigos] publicada originalmente em língua inglesa em 1945¹¹² é uma introdução crítica à filosofia da política e da história e uma análise de alguns princípios de reconstrução social, como esclareceu o autor, ao prefaciá-la em 1943 (POPPER, 2012, p. 9). Na segunda edição prefaciada em 1950, o autor esclareceu de forma mais detalhada a sua intenção em escrever o livro e a razão de suas críticas:

Não era altura de medir as palavras – ou, pelo menos, assim me pareceu então. Nem a guerra nem qualquer outro acontecimento contemporâneo eram explicitamente mencionados no livro, mas havia nele uma tentativa de compreender esses acontecimentos e os seus antecedentes, bem como algumas das questões que surgiriam depois de se ter vencido a guerra. A expectativa de que o marxismo se tornaria um problema importante foi a razão de tratá-lo com bastante detalhe. Na sombria perspectiva da atual situação do mundo, a crítica do marxismo que se tenta aqui fazer é suscetível de ser vista como a principal razão deste livro. É uma impressão não totalmente descabida e talvez inevitável, embora os objetivos do livro sejam muito mais amplos. O marxismo não passa de um episódio – um dos muitos erros que cometemos na luta perigosa e cíclica pela construção de um mundo melhor e mais livre (POPPER, 2012, p. 11).

Entendendo o marxismo como um erro que se comete pela luta perigosa na intenção de construir um mundo melhor, uma sociedade mais livre, Popper (2012, p. 29) apresentou uma comparação entre “as duas mais importantes versões modernas do historicismo, como uma crítica da interpretação teística da História: a filosofia histórica do racismo ou fascismo, por um lado (o direito); e a filosofia histórica marxiana, por outro (o esquerdo)” (POPPER, 2012, p. 29).

¹¹² A obra consultada para essa tese foi publicada em Lisboa: Edições 70, LDA, no ano de 2012. As referências de citações textuais e páginas foram extraídas desta edição.

Popper advertiu que na sua comparação entre as duas formas de historicismo (fascismo e marxismo), a doutrina do povo eleito seria tomada apenas como uma ilustração e não como uma crítica severa à religião. Na primeira forma de historicismo indicada por Popper “o racismo substitui o povo escolhido pela raça escolhida (escolhida por Gabineau), eleita, como instrumento do destino, em última instância herdeira da Terra” (POPPER, 2012, p. 29). Em contrapartida, na análise de Popper: “a filosofia histórica de Marx substitui-lhe a classe eleita, instrumento da criação da sociedade sem classes e, ao mesmo tempo, classe destinada a herdar a Terra” (POPPER, 2012, p. 29).

Ambas as teorias, na visão de Popper baseiam os seus vaticínios históricos numa interpretação da História que conduz à descoberta de uma lei da sua evolução. No caso do racismo, é considerada uma espécie de lei natural: a superioridade biológica do sangue da raça eleita explica o curso da História passada, presente e futura: não é mais do que a luta das raças pela hegemonia. No caso da filosofia da história de Marx, a lei é econômica: toda a história tem de ser interpretada como uma luta entre classes pela supremacia econômica (POPPER, 2012, p. 29).

O caráter historicista destes dois movimentos torna pertinente uma avaliação do contexto analítico da História, pois tanto um movimento quanto o outro remontam diretamente à filosofia de Hegel, no sentido dialético, mas também no sentido de uma luta pela espacialidade: a Terra eleita, a escolhida para um Povo eleito, o escolhido (POPPER, 2012, p. 29). Contra a visão determinista da história, na interpretação de Espada (2012, p. VIII), em relação ao marxismo e suas previsões futuras:

Karl Popper argumentou, em primeiro lugar, que é impossível prever o futuro. Existe uma razão puramente lógica para esta impossibilidade. Ela decorre do fato de termos de reconhecer que os nossos conhecimentos técnicos e científicos futuros influenciarão em larga medida o futuro das nossas sociedades. Mas também temos de reconhecer que não podemos conhecer hoje os nossos conhecimentos técnicos e científicos futuros – caso contrário, eles deixariam de ser futuros e passariam a ser presentes. Logo, concluiu Popper, não podemos conhecer o futuro. Em segundo lugar, as profecias historicistas acerca do sentido inevitável da história não são em regra suscetíveis de teste. Este é o caso flagrante do marxismo, que profetizou o advento inexorável do socialismo e do comunismo sem lhe atribuir um horizonte temporal definido – e, simultaneamente, reclamando um estatuto científico para essa profecia. Mas, esta profecia não pode ter caráter científico, argumentou Popper, porque nenhum teste – que, quando ocorrer, ocorrerá sempre “no presente”

– pode refutar uma teoria que anuncia a sua concretização sempre “para o futuro”. A “previsão” marxista sobre o inevitável advento do socialismo no futuro trata-se, por isso, apenas de uma crença ou de uma superstição (ESPADA, 2012, p. VIII).

A inverossimilhança dessa superstição foi empiricamente ilustrada por Espada (2012, p. VIII-IX): (1) O socialismo nunca ocorreu nos países em que a teoria previa que devia ocorrer, os países de capitalismo maduro, mas naqueles em que não devia ter ocorrido, os países pré-capitalistas ou de capitalismo incipiente; (2) Mais grave do que isso, depois de 1989, o socialismo em muitos desses países deu lugar ao capitalismo democrático, o que estava excluído pela teoria. Ainda assim, os crentes na profecia marxista podem continuar a dizer que, no futuro, o socialismo é inevitável. Isso apenas mostra, concluiu Popper, que se trata de uma crença e não de uma teoria científica suscetível de teste. No entanto, como salientou Espada (2012, p. IX):

“Foi precisamente em nome desta profecia historicista – o chamado “socialismo científico” – que o marxismo capturou a imaginação dos intelectuais e concretizou alguns dos regimes políticos mais violentos do século XX. O impulso moral humanitário do socialismo original foi corrompido pelo historicismo alegadamente científico, sustentou Popper. E isso deve-se à mensagem moral profundamente relativista do historicismo. Ao proclamar que todos os princípios e valores morais são relativos ao contexto e época históricos, o historicismo marxista esvaziou a moral de todo e qualquer conteúdo autônomo, subordinando-a por inteiro à doutrina do sucesso histórico. A consequência não se fez esperar: libertado de todo o escrúpulo moral absoluto ou intemporal, o marxismo teórico deu lugar ao marxismo realmente existente – o das ditaduras sanguinárias (ESPADA, 2012, p. IX).

Como se percebe, Karl Popper alerta sobre o perigo dos regimes ditatoriais e dos regimes políticos violentos, baseados em suposições ou profecias historicistas. No caso do socialismo, do marxismo e dos fenômenos advindos desses, não há possibilidade de comprovação científica por meio de testes dada a abrangência de suas concepções. Da mesma maneira, é impossível chegar-se à comprovação científica de previsões futuras.

4.2.1 Sociedade aberta e falibilismo

Para captar o conceito popperiano de sociedade aberta é necessária uma breve incursão na sua filosofia do conhecimento, como avaliou Espada (2012, p.

XII), cuja filosofia foi originalmente apresentada por Popper, na obra já analisada sobre a lógica da pesquisa científica.

No centro do argumento epistemológico de Popper está uma observação muito simples que é costume designar por “assimetria dos enunciados universais”. Essa assimetria reside no fato de que, enquanto nenhum número finito de observações (positivas) permite validar definitivamente um enunciado universal, basta uma observação (negativa) para invalidá-lo ou refutá-lo. Para outras palavras, basta encontrar uma observação negativa para ter certeza de que é falso o enunciado universal, conforme lembrou Espada (2012, p. XII-XIII).

De acordo com esse autor, Popper, conforme já analisado, fundou nesta assimetria dos enunciados universais a sua teoria falibilista do conhecimento em geral e do conhecimento científico em particular. Em suas reflexões, argumentou que o conhecimento científico não se assenta no chamado método indutivo, mas numa contínua interação entre conjecturas e refutações, pois é no enfrentamento de problemas que o cientista formula teorias conjecturais para tentar solucioná-los, submetendo essas teorias a testes (ESPADA, 2012, p. XIII).

Nesse sentido, na análise desse autor, caso as teorias submetidas à prova forem refutadas, essas serão corrigidas (ou simplesmente eliminadas) dando origem a novas teorias que, por sua vez, voltarão a ser submetidas a teste.

No entanto, se, porventura as teorias não forem refutadas, isso não significa que resistirão às provas sempre que forem testadas, tornando-se justificadas, infalíveis ou verdadeiras. Elas serão apenas corroboradas, admitindo-se que, no futuro, poderão ainda vir a ser refutadas por testes mais severos.

Isso permite dizer na visão popperiana que o conhecimento é por isso, fundamentalmente conjectural e progride por ensaio e erro. Ou seja, de acordo com essa visão as teorias são consideradas falseáveis quando submetidas a testes e por resistirem a esses testes. Nota-se ainda, que a lógica popperiana não está em provar teorias como verdade, mas provar que há na natureza das próprias teorias, sua condição de falseabilidade.

A validade das teorias na concepção popperiana, não é atemporal e definitiva mediante testes e comprovação de uma sucessão de eventos ou mediante constatação de ocorrência de inúmeros fenômenos. Os testes propostos por Popper confirmarão a resistência de uma teoria pela refutação e não simplesmente pela sua condição de aceitação ou imposição de uma ou de infinitas experiências. Basta

apenas uma hipótese negativa diferente do conjunto positivo, para tornar falsa uma teoria dita universal, pela sucessão de eventos.

Na interpretação de Espada (2012, p. XIII) sobre a concepção popperiana, entre as múltiplas consequências da visão sobre o progresso do conhecimento encontram-se duas que terão particular importância para a filosofia política e moral de Popper. Em primeiro lugar, o chamado critério de demarcação entre asserções científicas e não científicas: serão asserções científicas apenas aquelas que sejam suscetíveis a teste, isto é, de refutação. Este ponto foi de crucial importância para a crítica de Popper ao historicismo marxista.

Em segundo lugar, a possibilidade de criticar uma teoria, de submetê-la a teste e de tentar refutá-la é condição indispensável para o progresso do conhecimento, pois a liberdade de crítica é indispensável nesse processo. É na aceitação ou não da liberdade de crítica que Popper vai fundar a distinção fundamental entre sociedade aberta e sociedade fechada. Na primeira, existe espaço para a liberdade de crítica e para a gradual alteração de leis e costumes através da crítica racional. Na segunda, pelo contrário, leis e costumes são vistos como tabus imunes à crítica e à avaliação pelos indivíduos (ESPADA, 2012, p. XIII).

Na interpretação de Oliveira (2011, p. 71) fazendo referência às questões éticas e morais da lógica científica popperiana e de suas ideias sociais e políticas, “Popper parecia valorizar nas grandes personalidades a possibilidade de busca do novo, do melhor, de novos horizontes e novas perspectivas, não se contentando com meias-verdades acabadas e definitivas, ou com aquilo que é convencional” (OLIVEIRA, 2011, p. 71). Por outro lado, trata-se ainda, de:

Um homem de ciência, ligado a um determinado ramo do conhecimento, conhecedor de métodos e teorias, criador de métodos e teorias, formulador de novas conjecturas; além disso, é um estadista, alguém preocupado com os rumos do Estado, crítico das leis e do regime vigente, sensível à questão do poder público, da democracia e da liberdade; finalmente, como humanista, ele demonstra sua sensibilidade para com a pessoa humana, seus direitos, seus valores, os grandes problemas que enfrenta e a ameaça constante de perda de liberdade e da própria vida. [...] citando o explorador norueguês Fridtjof Nansen [...], Popper fez perceber a importância de teorias ousadas, mesmo de hipóteses temerárias (OLIVEIRA, 2011, p. 70-71).

De acordo com Oliveira (2011, p. 72) ao analisar suas impressões a respeito da lógica popperiana e suas influências: “É importante notar que os riscos a serem assumidos por um cientista são riscos de natureza moral: o que está em jogo

é, de fato, a sua honestidade intelectual, ou seja, a sua atitude pessoal em relação à verdade. Ainda mais, o espírito corajoso de quem formula ‘hipóteses ousadas’ não deve anestesiar a sua consciência” (OLIVEIRA, 2011, p. 72).

Oliveira (2011, p. 95) levantou uma questão fundamental que, em seguida, se apressa em responder na perspectiva da base ética da filosofia de Popper: Porém, então, onde ficam os aspectos lógicos tais como a assimetria entre verificação e falsificação e as dificuldades da indução? Devem considerar-se tais aspectos como secundários, dado que o falibilismo e o criticismo foram uma experiência de Popper com o marxismo?

Contudo, esse autor dá respostas afirmativas indicando “que não se pode subestimar a importância desses problemas lógicos na filosofia de Popper, que ocupam lugar de primeira grandeza”¹¹³. Oliveira (2011, p. 96) percebe neles, uma base ética em dois aspectos: “por um lado, surgem como consequência de experiências éticas, e, por outro, seu significado é parte de problemas mais amplos e profundos que implicam a responsabilidade ética de toda pessoa humana” (OLIVEIRA, 2011, p. 96).

A experiência de Popper por ter sido marxista, como avaliou Oliveira (2011, p. 96), teve consequências em toda a sua vida, pois ele sentiu que “quase foi pego pela armadilha ideológica marxista porque tinha profundas razões morais que o levavam a fazer o que lhe parecia ser seu dever moral, e que depois experimentou uma grande comoção moral que o levou a uma profunda aversão moral” (OLIVEIRA, 2011, p. 96-97).

Nesse contexto analítico é possível dizer que o debate da geografia crítica sobre o marxismo, socialismo e sociedade capitalista se insere, quando se pretende avaliar a cientificidade das teorias de abordagens econômicas de viés marxista e de natureza socioespacial. Principalmente quando as teorias advindas desse debate têm como objetivo a transformação social e a luta anticapitalista.

Nesse sentido, o objetivo que se busca é refletir como essas ideias de sociedade (aberta ou fechada; capitalista ou socialista) estão interligadas e

¹¹³ Nesse contexto analítico: “problemas lógicos na filosofia de Popper, que ocupam lugar de primeira grandeza” (Oliveira, 2011, p. 96 apud ARTIGAS, s.d., p. 144). O autor não citou data da edição de referência citada. No entanto, deixou como referência o título do texto analisado: *Lógica y ética en Karl Popper*, de Mariano Artigas.

conectadas à resposta científica de Popper quando se trata de métodos científicos das ciências sociais e políticas.

Tomando-se como exemplo as visões marxistas empregadas na geografia, em suas concepções totalizantes e abrangentes de sociedade capitalista e de acumulação de capital de âmbito global, indaga-se como seriam avaliadas essas concepções no modelo de lógica científica de Karl Popper, utilizando-se dos critérios de cientificidade e falseabilidade sugeridos pelo filósofo.

Nessa perspectiva, é possível indagações referentes a: Como submeter a testes de falseamento, teorias que fazem uso de conceitos totalizantes e abrangentes de sociedade? Como testar cientificamente a totalidade socioespacial, seja em relação à política de Estado, à concepção de mercado global ou ao processo de globalização? Como provar a cientificidade dos fenômenos e a complexidade da sociedade total, concebida analiticamente como uma categoria de acumulação de capital? Como provar cientificamente uma gama de fenômenos da sociedade capitalista? E mais, como testar “cientificamente a globalização e a sociedade do futuro”?

Na próxima seção algumas ideias referentes às abordagens econômicas marxistas produzidas pela geografia crítica serão avaliadas.

4.3 AVALIAÇÃO DAS TEORIAS ECONÔMICAS PRODUZIDAS OU UTILIZADAS PELA GEOGRAFIA CRÍTICA

É possível analisar as influências marxistas que marcaram a geografia crítica em suas abordagens econômicas. Como ramo da teoria social crítica, conforme analisou Diniz Filho (2013) essa tradição de pensamento engloba autores marxistas e inúmeros outros intelectuais que produzem trabalhos, partindo do interesse assumido de formular a crítica radical à sociedade capitalista. Conforme foi comprovado na análise de diversas obras analisadas durante as pesquisas que originaram essa tese.

Com o intuito de elaborar uma forma inovadora de produzir e ensinar conhecimento geográfico, mediante a utilização de paradigmas teórico-metodológicos com forte conteúdo de crítica à sociedade capitalista, as novas temáticas divulgadas pela geografia crítica estabeleceram um estreito vínculo entre ciência, ética e política.

Com o decorrer do tempo, já é possível avaliar que essa vertente de pensamento foi afastando-se pouco a pouco da objetividade científica que tratava das questões referentes ao espaço como categoria geográfica e de dimensões físico- naturais associadas à natureza. Consequentemente, aproximou-se cada vez mais do pensamento social e político, mas de viés ideológico partidário de esquerda, anticapitalista e com vistas ao socialismo, tendo como meta a luta social, engajada e militante e visando a superação da sociedade capitalista.

Em oposição aos postulados clássicos da geografia como ciência de síntese ou ciência de contato, os geógrafos críticos classificaram a geografia como uma ciência social, tendo no estudo da organização social do espaço a base de sua autonomia epistemológica em relação às outras disciplinas sociais. A categoria espaço social, ou simplesmente espaço, passou a ser a categoria central de análise (DINIZ FILHO, 2013, p. 16-17).

Ainda de acordo com a avaliação de Diniz Filho (2013, p. 17):

A concepção humanizada e politizada do espaço se contraporia aos conceitos meramente empíricos, abstratos e não históricos trabalhados pelas demais vertentes da geografia, tais como os de espaço terrestre, organização espacial e espaço topológico abstrato, entre outros. Para a maioria dos geógrafos críticos, o próprio objeto de estudo da disciplina seria definido pela categoria espaço. A partir dessa visão, procuraram demonstrar que os problemas socioespaciais e ambientais investigados pelos geógrafos eram causados pela lógica intrínseca de funcionamento do capitalismo, o que significa afirmar que a geografia seria capaz de elaborar uma crítica radical a essa sociedade por meio de estudos centrados na análise do espaço e/ou das relações sociedade/espaço (DINIZ FILHO, 2013, p. 17).

Sendo assim, conforme avaliou Diniz Filho (2013, p. 17-18), negaram ou minimizaram “a possibilidade do planejamento estatal ‘responder’ adequadamente a esses problemas, com base no pressuposto de que somente uma transformação radical da sociedade (isto é, a superação do capitalismo) poderia efetivamente dar resposta a eles”.

Os geógrafos críticos acusaram ainda, todas as demais vertentes da geografia de produzir teorias justificadoras dos fenômenos por elas investigados e propuseram que a geocrítica se diferenciaria por demonstrar o caráter histórico, e por isso potencialmente transformável, da realidade socioespacial. Assim, os estudos produzidos pelas outras correntes seriam nada mais que ideologias legitimadoras que ocultavam a própria existência de interesses de classe inconciliáveis no seio da sociedade. Por sua vez, a perspectiva crítica estaria alinhada com os interesses das “classes dominadas” e exerceria uma militância voltada para a realização de uma utopia libertadora (DINIZ FILHO, 2013, p. 17-18).

Foi com base nesses pressupostos, como esclarecido por Diniz Filho (2013) que os geógrafos críticos apresentaram a geografia renovada como um instrumento de transformação social. Postularam a necessidade de uma ação militante dos geógrafos para que o potencial revolucionário da geografia pudesse realizar-se e também para substantivar a unidade entre teoria e “práxis social”. (DINIZ FILHO, p. 19).

Essa militância se exerceria pela atuação dos professores, nos debates acadêmicos internos à geografia (mediante a crítica teórica e ideológica dos discursos produzidos pelos próprios geógrafos) e ainda na análise questionadora de todas as formas de discurso de poder, fosse ele político, científico, religioso ou de qualquer outro tipo¹¹⁴.

Nesse contexto, de acordo com Diniz Filho (2013, p. 42-43) “os geógrafos críticos são claros em afirmar que a geografia é uma ciência social, mas que tem no estudo do espaço produzido pela sociedade, das relações sociedade/espaço e das formas de apropriação da natureza a base de sua autonomia epistemológica em relação às outras disciplinas da sociedade”. Assim:

No intuito de produzir uma teoria crítica do capitalismo a partir dos fenômenos estudados pela geografia e, portanto, sem proceder à mera reprodução de teorias já elaboradas pelas outras ciências sociais, os geógrafos recorreram a diversos conceitos de natureza totalizante (originários ou não do marxismo) para definir seu objeto. As definições de espaço como acúmulo desigual de tempos de trabalho e como um conjunto indissociável de um sistema de objetos e um sistema de ações demonstram isso, o que também ocorre com os conceitos de valorização do espaço e de dialética socioespacial. Mas essas definições totalizantes são capazes de dirimir a tensão entre as abordagens centradas na construção de uma teoria do espaço e aquelas que enfatizam o estudo das lutas sociais? (DINIZ FILHO, 2013, p. 42-43).

Como esclareceu Diniz Filho (2013, p. 47), em suma, “a geocrítica utiliza conceitos totalizantes de espaço, produção do espaço, dialética socioespacial e território para produzir teorias geográficas anticapitalistas. Tal procedimento leva ao dilema de escolher entre aplicar teorias produzidas por outras ciências para explicar os conflitos sociais ou produzir teorias que afirmam o papel “ativo” do espaço. Mas que são facilmente criticáveis por perderem o foco nas lutas políticas e/ou por descreverem essas lutas por meio de metáforas espaciais fetichistas”.

¹¹⁴ (LACOSTE, 1989; MORAES, 1988 e 1985; VESENTINI, 1985 e 1984; OLIVEIRA, 1984; MOREIRA, 1982 apud DINIZ FILHO, 2013, p. 19).

Considerando-se que as dificuldades de lidar com essa questão já se arrastam por mais de quarenta anos, Diniz Filho (2013, p. 47) reconheceu que “está na hora de discutir o se problema não se deve à impossibilidade lógica de elaborar uma teoria do espaço que consiga ser também uma crítica ‘de raiz’ ao capitalismo sem incorrer em alguma forma de fetichismo espacial, impossibilidade essa que nenhuma “dialética” consegue disfarçar” (DINIZ FILHO, 2013, p. 47).

O mais importante, porém, como avaliou DINIZ FILHO (2013, p. 47-48) não é discutir se haveria ou não caminhos possíveis para resolver essa contradição. Ressaltar sua existência é relevante para demonstrar que a assimilação do marxismo pela geografia é muito mais problemática do que parece à primeira vista, mas carrega em si o perigo de concentrar os debates numa questão epistemológica interna à disciplina, quando na verdade a crise da geografia é apenas um reflexo da crise mais ampla da teoria social crítica. E essa crise é reflexa não só da ausência de um projeto socialista definido, mas também, e principalmente, da incapacidade desse corpo teórico de explicar os avanços do capitalismo em termos da capacidade de combinar crescimento econômico, democracia e bem-estar social (DINIZ FILHO, 2013, p. 47-48).

Na trajetória histórica da geografia brasileira, no contexto histórico geográfico de formação política da geografia crítica, são constatados em vários trabalhos dessa natureza que são caracterizados diversos eventos relacionados às guerras, aos avanços da fase industrial, à chamada Revolução Verde, entre outros, como fatores determinantes para o fato dos lugares ou regiões não se explicarem por si só. Com isso, firma-se um período marcado pelos confrontos políticos, ideológicos e militares entre o capitalismo e o socialismo.

Esse momento corresponde à aproximação da teoria marxista na geografia e, a partir dos anos 1960 surge a crítica à Geografia Tradicional que tem como pressupostos as relações entre a sociedade, o trabalho e a natureza na produção e na apropriação dos lugares e territórios. A partir de então:

Muitos geógrafos passaram a fazer a crítica a uma Geografia que “naturalizava” as ações do Estado e de classes sociais (no caso a dominante) e propunham em seu lugar uma ciência preocupada com as lutas e as denúncias sociais. Entendiam, portanto, uma ciência que estudasse a sociedade mediante as relações de trabalho e da apropriação humana da natureza para poder produzir e distribuir os bens necessários a essa sociedade. Essa maneira de entender a geografia trouxe uma nova forma de ver, entender e interpretar as categorias de espaço, território e

paisagem. A crítica a essa Geografia fixou-se no fato dela ser, para muitos, construída a partir de um discurso de retórica, uma vez que teria criado uma contradição. Essa vertente ficou conhecida como Geografia Crítica¹¹⁵ (SOARES, 2011, p. 139).

Correia (2015) concentrou suas análises na geografia radical ou crítica, devido a sua repercussão no ensino da geografia brasileira atual, tendo como hipótese de investigação a doutrinação ideológica no ensino de Geografia (CORREIA, 2015, p. 16). Segundo esse autor:

Geógrafos envolvidos pelas críticas marxistas, a exemplo de Lacoste¹¹⁶, as quais incitam a uma luta ideológica e militância política provocam retrocesso. Então, essa geografia autodenominada crítica comporta-se, de certa forma, de maneira acrítica e doutrinadora, mesmo pregando a pluralidade de pensamento. A geografia crítica, pela própria origem dogmática, isto é, vem de pressupostos teórico-ideológicos marxistas nutre-se densamente pelo mote político, o qual influi negativamente do ponto de vista científico. A ciência geográfica, em sua breve atuação como saber convalidado pelos seus cânones científicos, deixou muitas contribuições relevantes, assim como algumas críticas quanto ao seu caráter científico e sua contribuição a este conhecimento, principalmente, por sua fácil transição em aspectos políticos assumidos por determinados grupos, instituições, nações e estados. Várias teorias foram incorporadas à Geografia; muitas voltadas a questões de poder, portanto políticas, no tocante ao domínio de território, lugares, regiões e demais conceitos espaciais ligados à Geografia (CORREIA, 2015, p. 16).

Diante dessa situação, Correia (2015, p. 17) enfatizou que na geografia crítica “há certo apelo político em detrimento do científico”, tendo em vista “a absorção do pensamento marxista”. Nesse sentido, trata-se da doutrinação consubstanciada no pensamento geográfico de influência advinda, precipuamente, do teor político e doutrinário-ideológico de seu discurso, materializado nos discursos de geógrafos críticos, de base marxista.

¹¹⁵ No PCN, de acordo com Soares (2011, p. 139): “há uma crítica clara a essas duas vertentes, presentes na história da Geografia”. Diz o documento: Tanto a Geografia Tradicional como a Geografia Marxista militante negligenciaram a dimensão sensível de perceber o mundo: o cientificismo positivista da Geografia Tradicional, por negar ao homem a possibilidade de um conhecimento que passasse pela subjetividade do imaginário; o marxismo ortodoxo e militante do professor, por tachar de idealismo alienante qualquer explicação subjetiva e afetiva da relação da sociedade com a natureza que não priorizasse a luta de classes” (PCNs, 1998, p. 22).

¹¹⁶ Para Lacoste (1997, p. 31) as intenções da geografia voltavam-se para o Estado Maior ou para a geografia dos professores, transformando-se esta última em discurso ideológico que desvia os raciocínios centrados no espaço: “funciona, até certo ponto, como uma tela de fumaça que permite dissimular, aos olhos de todos, a eficácia estratégias políticas, militares, mas também estratégias econômicas e sociais” (LACOSTE, 1997, p. 33).

Menezes (2016) analisou em sua tese intitulada “O trabalho nas fissuras da crítica geográfica”, o trabalho como categoria central para a análise da sociedade moderna. Analisou “as formas como essa categoria foi inserida na crítica geográfica, especificamente no movimento de renovação empreendido por geógrafos brasileiros desde a década de 1970 até os dias atuais” (MENEZES, p. 11). Como explicitou o autor: “Não é só: é sobremodo”,

A fundamentação da tese de que no processo de inserção do trabalho, como fundamento da afirmação da crítica social geográfica, há na internalidade do seu movimento teórico a negação de sua própria dialética. Ou seja, que sobre trabalho não se buscou o entendimento em seu movimento contraditoriamente crítico, o que tendeu a levar, por um lado, a redução de seu conceito à unilateralidade concreta (imediata ou ontológica), e, por outro, às possibilidades de sua negação diante da concorrência epistemológica posta em relação à categoria a ser centralizada: o espaço. A perda da totalidade da dialética do trabalho não apenas o tornou vulnerável às reduções sintéticas e conciliatórias que possibilitaram forjar as principais perspectivas teóricas, tão importantes para a positivação da nova epistemologia pretendida, como também fundamentou a composição de uma crítica geográfica estruturalmente marcada por fissuras que expõe suas contradições internas (MENEZES, 2016, p. 11).

Menezes (2016, p. 12) enfatizou que, uma tensão se impôs entre as proposições teóricas que emergem do movimento de renovação e a realidade socioeconômica cada vez mais criticamente estabelecida. A mesma crise que marca o contexto de final da década de 1960 e início da de 1970 haveria de ser, a um só tempo a condição histórico-objetiva, para a existência da chamada Geografia Crítica. Seria também, objeto de suas soluções teóricas (ao menos num primeiro momento).

Na visão do autor, por um lado, o movimento de renovação buscou estabelecer suas bases para o desenvolvimento da teoria especificamente geográfica; por outro, contradições cada vez mais radicais questionando a efetividade e estabilidade dessas bases que pretendem referenciar o próprio desenvolvimento teórico-geográfico. Da referida tensão se abre um problema de ordem prática para o exercício teórico: a realidade, posta como criticamente contraditória, não está disposta a se “resolver” pelas soluções teóricas ou epistemológicas.

Na estrutura argumentativa intitulada “O Trabalho nas Fissuras da Solução Teórico-Epistemológica e Ontológica”, Menezes (2016, p. 28-220) tratou do debate interno das principais perspectivas que se dispuseram no movimento de renovação crítica: “da crítica ao capitalismo à valorização do espaço: em busca da solução

teórica; a necessidade epistemológica: crítica da crise à crise da geografia; a solução ontológica e os limites para a centralização do espaço” no debate das grandes áreas: teoria, epistemologia e ontologia.

O objetivo do autor foi demonstrar “o desenvolvimento interno das proposições críticas referenciadas no ‘trabalho’, basicamente na crítica do capitalismo em sua fundamentação na teoria do valor e a busca da estruturação ontológica” (MENEZES, 2016, p. 25).

Analizou, também, os conflitos estabelecidos com a própria necessidade de exposições relativamente prematuras pela urgência da renovação: a formulação teórica como solução para vazio teórico que passou a ser estabelecido diante do criticismo contra a tradição regional francesa e neopositivista; a epistemologia como necessidade de oferecimento de uma estruturação discursiva que se pretendia coerente e a ontologia como estatuto de legitimação do objeto (o espaço) ou do enfoque geográfico.

Ao tomar como ponto de partida o “trabalho” e sua inserção em cada uma das grandes áreas da renovação da crítica – teoria, epistemologia e ontologia – Menezes (2016, p. 25) constatou “a nítida tensão entre a definição da natureza da análise que se pretendia nova e o resguardo dessa mesma tradição, isso pela própria garantia de conservar a legitimidade da disciplina”. Como exemplificou o autor, o trabalho, diante da perspectiva que se adotou da teoria do valor, tendeu a subsidiar a leitura sobre o processo de “fixação” de homens e capitais. Isso acabou por reforçar o distanciamento de suas dimensões mais abstratas e vinculadas à própria valorização do capital (ao mesmo tempo em que se pretendia partir delas).

O componente “técnico do capital orgânico” passou a interessar mais a leitura geográfica porque, como parecia óbvio, a técnica carregava em si os elementos providenciais de assimilação à leitura geográfica. A centralização da técnica permitiu um grande avanço diante da necessidade de solucionar os problemas teóricos, epistemológicos e ontológicos.

Contudo, não foi observado que tão relevante quanto o componente técnico era a “composição-valor do capital orgânico” do qual contém os elementos explicativos do processo de desvalorização tanto do capital como da própria técnica posta como valorização em seu processo de fixação (MENEZES, 2016, p. 25).

Menezes (2016, p. 221- 386) abordou o debate tomando como referência o problema da contradição e como fora ela abordada por uma crítica que, em última

análise, se apresentava desprovida da autocrítica, forjando-se uma unidade, porque necessária de autorreconhecimento por autossustentação (MENEZES, 2016, p. 27). O autor justificou que, para analisar a origem e gênese contraditória da crítica em suas disputas e conflitos e diante da unidade pretendida, ele buscou compreender quais foram as fissuras que permitiram penetrar em sua internalidade, no sentido de expor suas contradições.

Tal busca pelas fissuras se deu a partir dos conflitos não admitidos diante do enquadramento normativo posto como necessário para a consolidação da unidade da geografia crítica: sobredeterminação ou não diante da necessidade epistemológica; crítica geográfica versus geografia crítica; crítica política versus crítica epistemológica; crítica social versus crítica institucional; crítica genérica versus crítica especificamente geográfica (MENEZES, 2016, p. 27).

Na discussão sobre o trabalho entre as vias da crítica social e crítica geográfica e a síntese proposta em torno das vias por onde se fundem, mas também se confrontam, o autor demonstrou como o trabalho esteve afirmado/negado em todas as vias de conformação da crítica geográfica: via dogmática-positiva; via teórica-afirmativa; via da negatividade, via positiva-epistêmica.

Na via dogmática-positiva, analisada acerca das “composições primárias da crítica geográfica” (MENEZES, 2016, p. 313) é notória a forma denunciativa e mecânica com que a “dialética” foi importada do “socialismo real” para o ocidente.

Do ponto de vista do trabalho, no plano histórico, isso significa, segundo Menezes (2016, p. 315) que, não só se mantiveram inalteradas as condições alienantes da natureza do valor da riqueza social (a partir das taxas de sobretrabalho) como dela foram sustentadas, a partir do discurso ideológico “proletário” (soviético e/ou socialdemocrata) em defesa forçosa das condições insustentáveis que se seguiam, como “dependentes do objeto que negavam”¹¹⁷. Nessa perspectiva, a “sociedade do trabalho” prometida, sem as devidas mediações com a crítica dialética, torna-se seu próprio corolário na forma das mediações mesmas do capital.

Para a geografia, na avaliação de Menezes (2016) essa via dogmática ainda tem relativa importância, pois ainda permanece presente e atuante sob o julgo da necessidade de uma prática revolucionária imediatista. Todavia, estaria ela

¹¹⁷ MÉSZÁROS (2011, p. 29) citado por SOARES (2016, p. 314).

carregada de inconsistência no rigor teórico que envolve o exercício dialético e que, conseqüentemente, lhe impossibilitaria uma prática efetivamente emancipatória.

Sem o aprofundamento em tal exercício, no que diz respeito ao rigor dialético de pensar e experimentar o mundo a partir do reconhecimento da “contradição”, a tendência é o esvaziamento e até o abandono, tanto em relação à ação prática política-emancipatória sobre a realidade concreta, como em relação à prática teórica (MENEZES, 2016, p. 315).

Na via teórica-afirmativa, Menezes (2016) levou em consideração de que se o legado combativo-emancipatório da via militante com que a crítica genérica e universal se reproduziu importou mais do que a própria dialética da conformação da teoria crítica, tornou-se necessário reconstituir a dialética para além do pragmatismo apriorístico e, por vezes, positivista, e ao mesmo tempo propor um viés teoricamente afirmativo e não menos combativo-emancipatório.

Para a via da negatividade, a condição ontológica “claramente transitória do trabalho” que se desenvolve sob as influências de Lukács como de Mészáros são as mais elementares influências para a proposição da geografia do trabalho: do primeiro a herança ontológica de uma perspectiva emancipatória do ser social; do segundo as mediações concretas do tempo histórico para a efetivação de uma teoria que possibilite a “passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade” (MENEZES, 2016, p. 343).

Em relação à via positiva-epistêmica, Menezes (2016, p. 363) esclareceu que dentre as propostas teóricas para a renovação crítica da geografia, todas elas admitiram a necessidade eminente da crítica geográfica se estruturar em um corpo epistemológico propriamente geográfico, concordando com a postura de ser o espaço geográfico uma “instância da realidade”, ou uma “subtotalidade” interdisciplinar e assumindo que suas propostas se alinhavam ao ideal estruturalista de ciência.

Menezes (2016, p. 387- 408) apresentou em suas explicações conclusivas, para a importância da história da crítica no movimento de renovação e a relação do trabalho com a crítica geográfica. Vale a pena apresentar três reflexões de Menezes (2016, p. 387-388):

- O destino histórico do trabalho na crítica social coincide, em um primeiro olhar, ao destino histórico da crítica na Geografia: de seu momento denunciativo-dogmático, passando por sua fase de

maturação crítica propositiva-afirmativa ou negativa, para a sua “sistematização epistemológica” desenvolvida em torno de uma crítica ampla e até “plural” que resolvesse, não somente dos “anacrônicos” desdobramentos da relação capital-trabalho, mas do espaço humano, sobretudo no âmbito da globalização ou mundialização.

- É necessário reconhecer que as diferentes vias de desenvolvimento da crítica continuam a se reproduzir em “unidades”, ou “correntes teóricas”, relativamente independentes e concorrentes, tanto nas ciências sociais em geral, como na Geografia (algumas por resistências, outras por perspectiva de sociedade, outras pela unidade epistemológica e científica, e até mesmo aquelas por modismo).
- Tal reconhecimento interfere na forma de analisar o desenvolvimento histórico da crítica social e geográfica, pois se torna inconcebível entendê-las a partir de uma linearidade, como se uma fosse o prelúdio da outra (como supõe as leituras sobre a “unidade” da Geografia Crítica a partir de seu mero resgate histórico). Por exemplo, a “via denunciativa” originária de parte dos geógrafos franceses não pode ser simplesmente entendida como o momento prematuro da Geografia Crítica desenvolvida no Brasil, ainda que tenha sido sua principal influência. Tal como a via dogmática do “marxismo soviético” não pode ser simplesmente considerada o “embrião” da leitura desenvolvida pela teoria crítica da chamada Escola de Frankfurt, ainda que não tenha deixado de ser. São muito mais influências “negativas”, no sentido de que a maturação de uma não se dá exatamente na posituação do desenvolvimento da outra.

O “salto” para uma nova estruturação epistemológica revelaria uma escolha política. Os interesses políticos da “teoria do agir comunicativo”, desenvolvida por Habermas (e parcialmente assimilada por Milton Santos) a partir da descentralidade do trabalho assume uma posição política oposta ao significado de *Para Além do Capital* de Mészáros (2011): “o objetivo estratégico real de toda transformação socialista é, e continua sendo, a radical transcendência do próprio capital, em sua complexidade global, e na totalidade de suas configurações históricas dadas e potenciais, e não meramente dessa ou daquela forma particular de capitalismo mais ou menos desenvolvida (subdesenvolvida)” (MÉSZÁROS, 2011, p. 1065-1066).

4.3.1 Implicações científicas das teorias econômicas produzidas ou utilizadas pela geografia crítica à luz de Karl Popper

Para avaliar as influências do marxismo sobre a geografia, Diniz Filho (2002, p. 77-108) analisou alguns elementos pertinentes para se repensar a geografia crítica, tendo em vista que a assimilação do marxismo foi a pedra angular na edificação da chamada geografia crítica e influenciou de modo intenso todos os seus aspectos teórico-metodológicos e ideológicos.

De acordo com Diniz Filho (2002, p. 78):

Baseando-se essencialmente no instrumental teórico e metodológico fornecido pelo marxismo, quer dizer, uma geografia marxista de fato, isso significaria que o marxismo forneceria um método de análise (o materialismo histórico dialético), uma teoria crítica abrangente da sociedade capitalista (da qual se desdobravam várias teorias específicas, como a teoria da renda da terra, as “leis do desenvolvimento desigual e combinado” etc.) e ainda uma teoria de transformação social, ou da revolução. Com base nesses elementos, seria possível, entre outras coisas, repensar o objeto da ciência geográfica, derivar das teorias econômicas marxistas teorias capazes de explicar a dimensão espacial do capitalismo e, por fim, tornar a geografia apta a exercer um papel revolucionário (DINIZ FILHO, 2002, p. 78).

Como foi analisado por Diniz Filho (2002, p. 81) “não foi apenas no âmbito das discussões sobre o objeto da geografia que se manifestava a influência do marxismo no Brasil”. Conceitos e teorias marxistas também ocupavam um lugar central em praticamente todos os trabalhos de destaque produzidos entre o final dos anos 70 e primeira metade dos 80.

A partir dessa fase, o marxismo tornou-se predominante em relação às demais correntes de renovação da geografia exemplo do neopositivismo. A obra de Milton Santos representou um caso até certo ponto peculiar nesse contexto, procurando conferir autonomia epistemológica à geografia a partir da proposição de que “o objeto dessa disciplina deveria ser o espaço, tendo dedicado cerca de vinte anos de sua vida principalmente à tarefa de constituir um sistema de conceitos que permitisse estudá-lo como um ‘ente analítico independente, dentro de um conjunto das ciências sociais” (DINIZ FILHO, 2002, p. 81 apud SANTOS, 1996, p. 18).

No entanto, como esclareceu Diniz Filho (2002, p. 81) “o autor nunca teve a intenção de realizar essa tarefa mediante a construção de uma geografia crítica

marxista, visto que suas formulações teóricas revelam nitidamente um elevado ecletismo epistemológico”.

Ainda assim, sua produção intelectual das décadas de 70 e 80 atribuía grande importância a teorias e conceitos de extração marxista, tais como o conceito de formação econômico-social e a definição de espaço como um “acúmulo desigual de tempos de trabalho”, tendo em suas obras mais recentes a influência do marxismo mais intensa, quando passou a predominar a definição de espaço como “um sistema de objetos e um sistema de ações” (DINIZ FILHO, 2002, p. 81-82 apud SANTOS, 1996, 1978, s. p.).

Ainda na avaliação de Diniz Filho (2002, p. 82) “Em que pese o ecletismo epistemológico explícito desse autor, não há como negar que sua visão crítica da sociedade capitalista sempre esteve afinada com teorias e ideologias marxista”. Milton Santos nunca escondeu seu apoio aos regimes socialistas, sua concepção “terceiro-mundista” das relações políticas e econômicas internacionais – inclusive no que tange ao contexto da globalização como analisou Diniz Filho (2002, p. 82) ao citar Santos (2000). Mas também, em relação às suas críticas à ação do capital internacional e das grandes empresas.

Em termos político-ideológicos, a única diferença importante entre Milton Santos e a enorme maioria dos intelectuais marxistas, geógrafos ou não, residia em sua recusa a desempenhar qualquer tipo de militância (DINIZ FILHO, 2002, p. 82). Outra questão pertinente analisada por Diniz Filho (2002, p. 97) foi avaliar “se é válida a preocupação em dotar a geografia de independência epistemológica”. Por outro lado, essa busca pode, em certos casos, “predispor à assimilação e/ou formulação de teorias que incorrem em formas variadas de fetichismo do espaço”.

É significativo notar, como ressaltou Diniz Filho (2002, p. 97) que, “se as acusações de fetichismo são comumente lançadas pelos geógrafos marxistas que defendem a natureza ‘reflexiva’ do espaço frente à sociedade, por outro lado o próprio marxismo vulgar forneceu instrumentos para a fetichização” (DINIZ FILHO, 2002, p. 97).

Ainda, na visão analítica de Diniz Filho (2002, p. 97) que vale a pena considerar: “No afã de valorizar a análise espacial e dotar a geografia de instrumentos que lhe permitissem elaborar uma crítica radical da sociedade capitalista, até mesmo autores sofisticados terminaram por se aproximar de certas

teorias marxistas surgidas nos anos 70 que pautavam por um simplismo extremado” (DINIZ FILHO, 2002, p. 97).

De acordo com Diniz Filho (2002, p. 97), “Isso fica nítido na forma como um autor do porte de David Harvey – que jamais poderia ser reduzido a um exemplar marxista estreito – encampou mesmo assim as teorias de Gunder Frank sobre trocas desiguais e o desenvolvimento do subdesenvolvimento’, apesar de estudos que, já nos anos 70, apontavam a fragilidade teórica e empírica dos trabalhos de Frank” (DINIZ FILHO, 2002, p. 97 apud Harvey, 1996 e 1980, p. 198 e 225-226).

Nessa direção analítica, Diniz Filho (2002, p. 96-98) avaliou alguns riscos e armadilhas decorrentes da postura pluralista de combinar teorias marxistas e “pós-modernas”, como sugeriu Soja (1993) e verificou-se na geografia nos anos 80 e 90. A intenção dessa junção, com a crise do marxismo, constituiu uma tentativa renovada de concretizar uma das maiores promessas da geografia crítica radical.

A tentativa dessa hipótese foi conferir “aos geógrafos a capacidade de formular uma crítica ‘de raiz’ à sociedade capitalista por meio de uma análise essencialmente baseada no espaço e nas relações sociedade/espaço” conforme ressaltou Diniz Filho (2002, p. 97-98).

O conteúdo crítico e a valorização da análise espacial presentes em várias perspectivas de análise classificáveis como pós-modernas favoreceu essa aproximação. Entender esse recurso a novas fontes epistemológicas, como propõe esse autor exige uma análise da trajetória da geografia crítica em seus aspectos teóricos, correlacionando com a crise do marxismo, como propõe Diniz Filho (2002, p. 98):

De imediato, percebe-se que a utilização de teorias marxistas na análise espacial (não apenas dos geógrafos, mas também de profissionais de outras áreas) mostrou-se mais complexa do que se supunha inicialmente. Na geografia econômica, os estudos que buscavam explicar a ‘lógica do capital no espaço’ evidenciaram a dificuldade de conciliar a perspectiva histórica de análise (essencial dentro do marxismo) com o esforço de teorizar o fenômeno do desenvolvimento desigual a partir da análise do movimento do capital em geral. As construções teóricas resultavam formais e abstratas, pois a historicidade dos processos econômicos aparecia nelas apenas com ‘herança’, ou seja, como criação de condições iniciais de desenvolvimento desigual a serem investigadas. Além disso, a aplicação exclusiva de categorias marxistas à geografia econômica conduzia à tese de difusão das formas de reprodução do capital ‘tipicamente capitalistas’ produzindo uma homogeneização total do espaço econômico, o que levou economistas e geógrafos enfatizarem as diferenciações que persistiriam e que seriam produzidas pelo próprio avanço do capitalismo monopolista (DINIZ FILHO, 2002, p. 98).

Mais especificamente, na área de estudos urbanos e regionais, verificou-se a incorporação do marxismo. Por si só, não auxiliava na resolução de algumas controvérsias epistemológicas importantes, acerca de conceitos como ‘região, e ‘espaço urbano’, ou mesmo na explicação de alguns processos centrais na organização do espaço nessas escalas¹¹⁸ (DINIZ FILHO, 2002, p. 98).

Com base nas reflexões originárias das análises referentes à cientificidade da geografia crítica, à influência marxista na geografia e à filosofia da ciência popperiana e das variadas interpretações das teorias geográficas de inspiração econômicas marxistas de David Harvey e Milton Santos – analisadas nessa tese e, com o objetivo de avaliar a geografia crítica à luz de Karl Popper, é pertinente apresentar ainda, algumas considerações.

Diante das reflexões dos autores e da lógica científica de Karl Popper é possível dizer que, a cientificidade da geografia crítica é questionável porque, ao teorizar o espaço, um objeto de pesquisa extremamente amplo, que abrange um universo imenso de processos e de objetos, não consegue ir além de descrição e classificações que não conduzem à elaboração de previsões. Ou seja, da afirmação de relações de causa e efeito entre a “lógica do capitalismo” e fenômenos abrangidos pelo conceito de espaço, relações essas que derivam de teorias e ideologias críticas externas à geografia.

Confirma-se então, a tese de que nessa vertente de pensamento geografia crítica a premissa refutada por Popper (1934) “de que se pode inferir de um grande número de casos particulares observados no espaço, ou da observação de uma gama de fenômenos socioespaciais, leis universais” que corroborem mediante testes de refutação empírica, a cientificidade da geografia crítica.

Seria inadequado pensar em tornar falseáveis as teorias de acumulação do capital na sociedade capitalista proposta pela geografia crítica do ponto de vista do modelo popperiano, tendo em vista que os conceitos utilizados na teorização do espaço são abrangentes, vagos e imprecisos.

Da mesma forma seria inadequado prever que, com o ecletismo de orientações epistemológicas e heterogeneidade de temas num universo múltiplo, global e diverso na dimensão de um conceito de totalidade, ou por meio de uma

¹¹⁸ A esse respeito leia informações mais detalhadas em Villaça (2001); Diniz Filho (2000); Gomes (1996).

repetição ou regressão infinita de fenômenos socioespaciais, econômicos, políticos e culturais presentes na sociedade capitalista chegar-se-ia a provar por meio da cientificidade da geografia crítica a realidade da sociedade capitalista.

Não se explicaria por meio de teste de refutação e com base no critério de falseabilidade de Karl Popper os limites da ciência ou não ciência denominada geografia crítica. Muito menos se provaria cientificamente a demarcação entre as “contradições do capitalismo e o seu fim” conforme argumentos e previsões de David Harvey (2016 [2014]). Não se constituiria ciência, na lógica popperiana, “uma outra globalização” que seria futura; ou mesmo a “perversidade da globalização”, sua ideologia e sua fabulação, nas previsões de Milton Santos (2015 [2000]).

As utopias de um socialismo científico que poderia ser real, em sua totalidade, mas em um tempo histórico de previsão futura, como se constata nas previsões desses e de outros geógrafos críticos, jamais seria comprovados pela lógica científica popperiana, de falseamento.

Diante desse contexto analítico, justifica-se dizer que não seria possível comprovar pela ciência, o grau de certeza ou de incerteza, da transformação da realidade do sistema capitalista, mediante testes empíricos de refutação e objetividade científica. Isso apesar de comprovações empíricas de inúmeras ações e movimentos sociais revolucionários. Ou mesmo, a partir de divulgações das crenças advindas da luta anticapitalista nas proposições de Harvey (2016 [2018]).

Diante das reflexões dos autores e da lógica científica de Karl Popper é possível dizer que, a cientificidade da geografia é questionável porque, ao teorizar o espaço, um objeto de pesquisa extremamente amplo, que abrange um universo imenso de processos e de objetos, não consegue ir além de descrição e classificações que não conduzem à elaboração de previsões. Ou seja, da afirmação de relações de causa e efeito entre a “lógica do capitalismo” e fenômenos abrangidos pelo conceito de espaço, relações essas que derivam de teorias e ideologias críticas externas à geografia.

Se todas as evidências, nas explicações dessa vertente de pensamento tendem a direcionar as pesquisas dos autodenominados geógrafos críticos e autodeclarados críticos do modelo clássico de geografia, impulsionando pesquisadores a transformarem a sociedade capitalista, por que ela ainda não se transformou, depois de mais de 40 anos de atuação? Melhor dizendo... Meio século?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese de natureza epistemológica possibilitou realizar a avaliação da geografia crítica, uma das vertentes do pensamento geográfico, colocando em questão a sua cientificidade. Para isso, tornou-se relevante investigar e construir um arcabouço teórico sobre os fundamentos epistemológicos da ciência em geral e da ciência geográfica. Em particular, nessa tese, foi analisada a geografia crítica em duas vertentes principais: a geografia crítica marxista de David Harvey e a geografia crítica não marxista de Milton Santos caracterizada por uma visão assumidamente eclética.

Por meio da análise das obras dos autores e da avaliação da geografia crítica, foram identificados pontos relevantes em relação à teorização do espaço e da sociedade capitalista. Foi possível verificar avanços em suas teorias, do ponto de vista crítico. No entanto, as investigações da tese possibilitaram verificar grandes fragilidades científicas na geografia crítica, tais como a sua perspectiva quase que exclusivamente economicista em muitos casos. Ser determinista, do ponto de vista econômico é uma dessas fragilidades. Refutar as outras formas de aplicar estudos geográficos com base em outras abordagens científicas, também é uma fragilidade.

Em relação ao método, como foi verificado nas obras avaliadas, o método dialético (ou o materialismo histórico) não alcança de modo satisfatório, explicar as questões culturais e ambientais. Uma das falhas da geografia crítica é o distanciamento da geografia física, como se os aportes teóricos da geografia física não tivessem importância nas abordagens dessa vertente de pensamento. Outra falha da geografia crítica é que, embora nem todos os geógrafos críticos demonstrem ter uma visão profética ao apresentarem suas argumentações, o fato de muitos desses profetizarem que o socialismo aconteceria de qualquer modo, já demonstra em si, não ser uma atitude científica.

Considera-se ainda que, é uma falha grave a recusa da contribuição dos clássicos, por alguns grupos mais ortodoxos. Esses grupos são muito fechados (como castas). Embora alguns grupos de geógrafos críticos se organizem como uma unidade por muito tempo, formando uma instituição ou escola em coesão, essa atitude não serviria de modelo único. Poderia ser vista como modismo de alta temporada, mas se dissolveria com o tempo. Não se pratica ciência, assim. É mais

adequado que haja debate e diálogo sempre, contrapor ideias sem preconceitos. Se a realidade é múltipla e diversa por que não aceitar o contraditório?

Nesse sentido, torna-se necessário avançar na prática de compreender e explicar a realidade, no sentido de compartilhamento e convivência com a diversidade de pensamento.

Em relação à natureza filosófica do conhecimento científico para a avaliação da cientificidade da geografia crítica, o resultado foi uma discussão densa, dando ênfase à filosofia da ciência e às ideias científicas de Karl Popper sobre a lógica da pesquisa científica e sobre os dois problemas fundamentais da teoria do conhecimento. A relevância das ideias desse filósofo está em suas discussões referentes à metodologia científica, à análise crítica da validade e da eficácia dos conceitos fundamentais da ciência e, portanto dos princípios e dos resultados da pesquisa científica, tomando como referência o conceito de falseabilidade de hipóteses e suas respectivas teorias.

Conforme constatado nas pesquisas, Popper refutou as ideias positivistas e neopositivistas do Círculo de Viena com sua interpretação diferente a respeito dos fundamentos empíricos da ciência e aos seguidores dessa corrente de pensamento. Refutou ainda, o marxismo, por entender que essa postura era uma doutrina dogmática. Fez parte dela em sua juventude, mas tomou a decisão de abandonar a prática marxista.

A discussão iniciada com as ideias científicas na filosofia de Popper permitiu verificar os desdobramentos de seu pensamento, nas interpretações de outros pensadores filósofos, sociólogos e geógrafos que lidam com a epistemologia e com métodos de rigor científico, em abordagens que discutem a questão da verdade ou validade científica. Ou seja, quando se pretende analisar hipóteses de verificações e falseamentos para adoção ou rejeição de modelos, na aplicação do método científico, quando se produz leis ou teorias, deve-se verificá-las por meio da experiência.

A experiência, na visão crítica popperiana deve ser concebida como método dedutivo de prova. Nessa perspectiva a ciência baseada na experiência tem caráter hipotético-dedutivo. Entretanto, na visão popperiana esse método não tem a pretensão de ser método único para tornar uma teoria válida para sempre. Pelo contrário, a utilização desse método tem objetivo de falsear a teoria, por meio de uma hipótese experimental. As proposições universais que superam o teste da

experiência apenas podem reivindicar validade provisória até o momento em que novas experiências exigem correções. A proposta de Popper não parte da experiência, mas dos problemas decorrentes dessa. Para testar os erros decorrentes de uma dada experiência [ou experimentação], ele a utiliza como meta da fundamentação de proposições. Nega a proposição experimental, testando-a a partir da própria experiência. Ou seja, não se parte de observações singulares para uma proposição universal, ao contrário, parte do universal para um evento singular observável.

Se no caso singular, se verificar o que realmente se aceita, ainda assim não se pode concluir que a proposição geral é verdadeira, pois se afirma o que se pode observar apenas em um caso concreto, para todos os outros possíveis. Torna-se explícito que, com isso a proposição universal ou teórica também é negada e enquanto não for falsificada, poderá até ser aceita como verdadeira. Nesse sentido, Popper concorda com o princípio de que uma proposição da qual se podem deduzir proposições falsas, também é falsa. Afirma ainda que uma proposição, da qual se podem concluir proposições verdadeiras, pode ser verdadeira, mas não necessariamente.

As verificações e falseamentos de teorias, cujas decisões em determinado momento, tendem a conservar ou rejeitar um modelo dito científico, não provém de critérios abstratos e gerais. As práticas científicas não buscam tanto verificar as teorias, mas falseá-las, pois a questão da verdade da ciência implica em verificar, no sentido de testar ou debilitar uma teoria, falseando-a. Só assim, na prática, os cientistas avançam em suas pesquisas procurando determinar os limites dos modelos utilizados, tentando mostrar como os modelos são falsos. A ciência moderna se quer experimental. Ou seja, entende-se por experimental, que uma de suas características é só considerar os modelos ou discursos, na medida em que eles têm certos efeitos práticos. Mesmo assim essas práticas não são regras para todos os casos e situações.

Em termos mais precisos, só se aceitará como discurso científico o discurso a respeito do qual se possa eventualmente determinar uma situação em que o modelo poderá não funcionar. É o que se chama de critério de falseabilidade, determinado por Popper. Nessa perspectiva, pode-se dizer que os cientistas rejeitam os discursos que funcionam para tudo. Ou seja, só são aceitáveis cientificamente, os discursos que podem fazer uma diferença na prática, não no sentido positivo, mas

em sua condição de falibilidade. Só se aceitam [cientificamente] os discursos falseáveis [um discurso falseável] não é, na visão de Popper, um discurso necessariamente falso. Mas um discurso do qual se pode dizer: não é automaticamente verdadeiro, isto poderia se revelar falso. Isto pode ser testado e o resultado poderia não ser positivo.

Diante dessas reflexões, a interpretação de um discurso científico, do ponto de vista crítico, estará sempre associada a uma contradição. Não se pode esperar que as comprovações de uma teoria submetida a provas, ou a um caso em particular e em determinado tempo, se revelem apenas no sentido verdadeiro, validando-se para todas as situações, mesmo que pela experiência se comprovou por inúmeras vezes um determinado fenômeno.

A meu ver, está colocada a questão da cientificidade de uma teoria, a partir da visão de Popper [em sua condição de ser ou não ser, falseável], significando dizer que não se avalia uma teoria no sentido de dizer que é uma teoria falsa ou verdadeira, errada ou certa, necessariamente. Mas significa dizer que uma teoria precisa ser colocada à prova em condição de ser testada. Quando se cria uma teoria, objetiva-se testar as hipóteses que se originaram de uma problemática em questão, confrontar com a realidade as conclusões e os postulados oriundos do processo de investigação. Testar, colocar à prova é demarcar o limite em sua condição de falseabilidade, entre a realidade [concreta] e o modelo construído [abstrato], por meio do rigor da experiência [método] que, na visão crítica popperiana é concebido como o método dedutivo de prova.

Estando de acordo com a visão de lógica científica de Popper que busca na experiência o método dedutivo de prova; e no critério de falseabilidade a refutabilidade e o falseamento de teorias, a decisão foi colocar a cientificidade da geografia crítica em questão.

O objetivo foi avaliar essa cientificidade com base na teoria científica de Popper e com o intuito de analisar as teorias críticas radicais do capitalismo e da sociedade capitalista, por meio de teorias que adotam categorias marxistas adjetivadas à geografia, à sociedade e às categorias espaciais (geografia da acumulação capitalista, geografia do poder de classe, geografia marxista, produção capitalista do espaço, geografia da história do capitalismo, entre outras). Essas teorias fundamentadas nos pilares da teoria social crítica buscam referências no

marxismo e no pós-modernismo, independentemente de serem geógrafos críticos marxistas, pós-modernistas, estruturalistas ou pós-estruturalistas, radicais ou não.

O sentido de avaliar as teorias de geógrafos críticos foi fundamentar as críticas com base nos parâmetros filosóficos da ciência e da geografia como instituição científica. No sentido de compreender no contexto histórico-social e político, a forma lógica de estruturação do pensamento crítico-filosófico no rigor do método científico proposto por Popper. Avaliar de maneira tal que implicassem pesquisar, por meio dessa tese, em que condições uma teoria pode ser considerada “válida”, o que não quer dizer “verdadeira ou certa” e em que condições uma teoria se tornaria dogmática, por não revelar a sua condição de falseabilidade, falibilidade, refutabilidade e falsificação, possibilitando um método de prova para que seja testada e falseada (o que não significa ser falsa ou errada).

O sentido de objetividade científica em seus limites e no seu alcance, como validação do valor e dos limites de conhecimento foram tratados de forma a estabelecer a relação entre ciência e ética, em suas variadas formas de indagar sobre a realidade. Ou seja, o de construir uma representação da reflexão ética e do seu vínculo com a política, mas no sentido das escolhas, tendo em vista a abertura que ajude a perceber diversas abordagens da realidade e a não encerrá-la dentro de um método unidimensional das ciências nas práticas institucionais, sociais e políticas de aplicação de teorias, de forma hegemônica.

Nessa concepção, a metodologia aplicada às investigações dessa tese possibilitou uma discussão densa, a partir de diversos autores ao explicar as concepções teóricas de Popper, Milton Santos e David Harvey, na problematização da ciência contemporânea e da geografia crítica em questão. A proposta foi exatamente conhecer pontos de vista diferentes sobre os autores em foco, que de certa maneira, foram paradigmáticos em sua contemporaneidade e influenciaram aqueles que buscaram referências em suas ideias, sendo protagonistas ou antagonistas do cenário explicativo dos autores em questão, em relação à sociedade capitalista e à condição socioespacial nessa sociedade ainda vigente.

Uma das investigações da tese que foi relevante sobre a natureza filosófica do conhecimento científico foi uma constatação da existência de uma dupla revolução epistemológica: a primeira que ocorreu no período entre o paradigma neopositivista e o paradigma do racionalismo crítico, do qual Popper foi o eminente.

Durante esse período, passou-se da ciência que procedia de maneira empírica e indutiva com elaboração de leis gerais a uma concepção dedutiva, falível e falseável. Nesse percurso, Popper, de concepção mais liberal e democrática no debate científico, reconhecidamente convicto de sua postura de lógica analítica e crítica, tornou explícito de que não há verdade absoluta, mas uma possibilidade de demonstrar erros e corrigir interpretações, quando submetidas à crítica.

Com a mesma convicção, diante da condição do Estado, Popper também tornou explícito que, este deve ser liberal, no sentido de permitir em todas as instâncias a discussão livre, a crítica livre, pois, o Estado centralizado corre o risco de ser totalitário, porque a planificação centralizada tende a ser um saber teórico ideológico do conjunto, não submetido a retificações constantes, o que implica uma hipótese falsificada. Indo à contracorrente do Ciclo de Viena, Popper considerou que é impossível encontrar um critério (ou um conjunto de critérios) que permita provar a verdade de uma proposição ou teoria. No entanto, se não se pode provar que uma proposição é verdadeira, pode-se provar que ela é falsa, sob a condição de que se possa testá-la, colocá-la à prova. Se ela satisfizer a essa condição, é uma teoria científica.

A segunda revolução foi a do paradigma pós-empírico, da indeterminação e complexidade, história da irreversibilidade, multiplicidade e auto-organização, como componentes indispensáveis a toda pesquisa científica. Esse questionamento racionalista clássico é um evento que não atingiu apenas a filosofia da ciência, mas a toda modernidade, por causa do abandono de um grande número de posições e crenças qualificadas em geral de “modernas”. Nesse contexto nasce a geografia, como instituição científica moderna.

Essa revolução “pós-moderna”, corresponde a uma crise profunda da racionalidade. Do ponto de vista epistemológico, abalou a fronteira entre as ciências da natureza, envolvendo a crise da física e as ciências humanas. Com a proposta de um conceito amplo de razão, as barreiras entre disciplinas são colocadas em questão. A tônica de se pensar a ciência deslocou-se da categoria “verdade” para a categoria “objetividade”. A dimensão ontológica do conhecimento desapareceu da ciência. Tornou-se evidência que não se conhece a verdade única das coisas.

Como mostrou Popper em sua filosofia da ciência, por razões lógicas não podemos jamais provar que uma lei é universal, porque é sempre possível – mesmo se isso aparece como muito improvável – que uma experiência anule uma lei: é por

isso que as leis podem ser consideradas sempre hipóteses. Isso não significa que não se pode visar uma busca da verdade. Significa dizer que não se pode jamais ter a certeza de que se atingiu a verdade absoluta.

As discussões filosóficas, sociológicas e geográficas que fundamentaram a tese em relação à avaliação da cientificidade da geografia crítica foram pertinentes e de grande relevância para compreender os momentos de rupturas epistemológicas e verificar a origem e a natureza científica do conhecimento geográfico, que é filosófico, do ponto de vista de sua condição social e histórica. E no caso específico da geografia crítica em seu determinismo econômico, catastrófico, de natureza irredutível e de pretensão infalível. Por isso, inspiradora para que se faça uma avaliação crítica e autocrítica.

Entende-se que, a decisão de relacionar a filosofia da ciência com a ciência geográfica para avaliar a geografia crítica foi adequada. Conhecendo a origem da ciência em geral e tendo como parâmetro o método científico e não a historiografia das correntes e escolas geográficas identificou-se a origem filosófica, social e econômica das ideias expostas nas teorias de Santos (1926-2001) em busca de uma geografia nova e no apelo a uma geografia crítica, tornando-se eclético e conservando de certa maneira, a sua originalidade. Essa foi uma das maiores contribuições desse autor, assim como a sua determinação pela utopia da causa social dos menos favorecidos e pela visão de uma universidade mais politizadora e menos dogmática, apesar das fragilidades dos conceitos abrangentes e não falseáveis de suas teorias.

A investigação epistemológica possibilitou também, identificar a origem popperiana das discussões de Harvey no início de suas discussões epistemológicas e geográficas, que em seguida, adotou uma visão neopositivista com base na geografia quantitativa de abordagem econômica, até assumir uma convicção marxista, com vistas à revolução social e à luta anticapitalista. A sua originalidade está na luta pela justiça social e na persistência de suas convicções.

Do ponto de vista da discussão epistemológica da geografia, verificou-se que, as ideias de Popper que foram apresentadas sobre a lógica da pesquisa científica são contribuições relevantes para entender o contexto histórico-social e filosófico da ciência, no decorrer do século XX e a repercussão dessas ideias nesse início do século XXI. Assim como, compreender os limites e os equívocos das concepções marxistas aplicadas à geografia do período atual, tendo em vista que

sua origem datada do século XIX fazia a crítica à economia política e ao processo de produção do capital. Não se nega aqui, a importância do tratado filosófico, econômico e social de Marx, fundamentado nas ideias de Hegel e muito menos a relevância de sua crítica ao modelo da “burguesia” de sua contemporaneidade.

No entanto, é pertinente deixar claro que, do ponto de vista popperiano, é impossível testar e tornar falseável pela experiência de quem investiga no presente, hipóteses de um tempo passado ou hipóteses de previsões futuras (devir). Fazer projeções, estudos de probabilidade, identificar tendências, na visão de Popper, é possível. Mas do ponto de vista lógico-científico, testando a falseabilidade das hipóteses e das teorias advindas dessas, por meio da experiência como método dedutivo de prova e/ou método hipotético-dedutivo, em sua condição de falibilidade e falseabilidade e em seu processo de refutabilidade. Nesse sentido, sim, esse método pode ser considerado adequado.

Nessa ótica analítica, para o entendimento de um processo investigativo científico, que lida com métodos (de indução e dedução) em uma diversidade de procedimentos, visando verificar e comprovar hipóteses e teorias a partir do método empírico que é dado pela experiência, considera-se pertinente o modelo popperiano de falseamento com base no critério de falseabilidade e demarcação.

Na perspectiva científica popperiana, torna-se possível construir um método dedutivo de prova a partir da experiência, desde que tenha como meta o falseamento de teorias por meio da falsificação de hipóteses, tendo como referência de aplicação e de testes de refutação de teorias o critério de falseabilidade.

O critério de falseabilidade também concebido como critério de demarcação é o limite dado por meio de testes empíricos, entre os aspectos metafísicos e os aspectos científicos de uma teoria. Ou seja, no decorrer dos procedimentos metodológicos de pesquisa científica é possível identificar entre esses elementos, a objetividade científica de fato. E extraí-la desse contexto.

No entanto, torná-las falseáveis como abordado no modelo popperiano significaria dizer que não se pode comprovar a verdade de uma teoria para sempre. Mas pode-se comprovar a possibilidade de uma teoria ser falsa em momento posterior, diante de novos fatos no percurso temporal.

Ter a condição de falseabilidade não significaria dizer que a teoria está certa ou errada, tendo em vista que as teorias são aprimoradas, reelaboradas e

trazem elementos novos quando colocadas à prova, podendo ser refutadas ou corroboradas com a aplicação de novos testes.

A geografia, assim como as ciências em geral, constroem seu arcabouço teórico e seu *corpus* de conhecimentos, seus métodos e sua epistemologia, testando hipóteses para validar teorias. Concebida como ciência, a geografia é a dinâmica do pensamento, do discurso científico e metodológico. É inteligível.

As ideias de Popper (1934), cujas ideias referentes ao modelo falseacionista de ciência foram corroboradas na interpretação de Oliveira (2011, p. 69), que as justificou: "Com efeito, as teorias devem ser colocadas à prova, devem correr riscos e lutar pela sobrevivência" (OLIVEIRA, 2011, p. 69).

Esse autor que fez uma releitura da obra de Karl Popper no campo da filosofia da ciência, mas, que também revalidou as reflexões popperianas em torno das questões sociais e políticas, citou em sua obra *Da ética à ciência* o trecho que julgou significativo sobre o modelo falseacionista: "Pois o que caracteriza o método empírico é a sua maneira de expor à falsificação [...] o sistema a ser submetido à prova. Seu objetivo não é o de salvar a vida de sistemas insustentáveis, mas, pelo contrário, o de selecionar o que se revele, comparativamente, o melhor, expondo-os todos, à mais violenta luta pela sobrevivência" (KARL POPPER, 1934, p. 44 apud OLIVEIRA, 2011, p. 69).

Com essas palavras sobre a lógica científica de Popper, é oportuno fazer um balanço do trabalho investigativo da tese e apresentar suas contribuições.

A tese revelou pontos relevantes em relação à ciência, à filosofia, à geografia em sua extensão avaliativa de investigação crítica: a geografia crítica.

Nos quatro capítulos originados pela tese, foi possível verificar mediante as pesquisas sobre a filosofia da ciência, o racionalismo crítico de Popper e a interpretação crítica de autores geógrafos e não geógrafos a vinculação de ideias que perpassaram pelo campo filosófico de reflexão científica em relação à epistemologia das ciências e pelo campo epistemológico da geografia que analisou seus fundamentos científicos.

Em relação às críticas filosóficas à racionalidade moderna e contribuições de Karl Popper à epistemologia das ciências, a tese possibilitou a reflexão sobre ideias inerentes à epistemologia e à concepção de ciência, a partir da visão panorâmica de autores que interpretaram concepções referentes à ciência geral e, em particular, a geografia crítica de influência marxista e pós-modernista como

campos da teoria social crítica. Mas, também à geografia crítica não marxista de visão mais eclética, bem como, suas diversas orientações epistemológicas.

A fundamentação filosófica das análises sobre a ciência de concepção popperiana e suas interpretações advindas de diversos autores incluindo geógrafos, norteou o trabalho de pesquisa e a elaboração dessa tese.

Tendo em vista que a geografia é concebida como uma ciência que analisa o espaço em sua dimensão física e humana no contexto filosófico, sociocultural, político e econômico, por isso dotado de diversas formas de manifestação de pensamento e matrizes científicas, a intenção dessa tese foi mostrar, por meio da avaliação crítica, que não deveria existir uma única matriz científica (imposta como se constatou no movimento de renovação da geografia crítica) que gere dicotomias (física *versus* humana). Ou mesmo, que anule as outras geografias, de igual importância no contexto social, disciplinar e científico.

A influência das teorias crítica do capitalismo e da revolução social na visão do geógrafo crítico marxista David Harvey, possibilitou compreender a construção teórica e o pensamento crítico desse autor, que iniciou sua trajetória geográfica intelectual com base nas ideias científicas de Karl Popper e, posteriormente se converteu ao marxismo.

Já marxista, desenvolveu suas reflexões com foco para a transformação político-econômica do capitalismo no final do século XX, trabalhando com as obras de Marx e elaborando suas teorias sob a forte influência das ideias concebidas por esse filósofo crítico do capitalismo, da acumulação do capital e da teoria do Estado.

Tornando-se anticapitalista, David Harvey sustentou suas teorias com base no “Projeto Marx” e nas contradições do capitalismo, apontando diretrizes derivadas dessas contradições, na crença do fim do capitalismo que, pela luta anticapitalista, acredita que se chegará à transformação radical da sociedade.

A obra de David Harvey foi problematizada por alguns geógrafos. Seus argumentos filosóficos e científicos se inserem tanto nas críticas da pós-modernidade, quanto na teoria da regulação e influenciam geógrafos críticos em formação e líderes de movimentos sociais. Influenciam ainda, as bases explicativo-analíticas da geografia econômica marxista.

As críticas radicais de Milton Santos à geografia clássica moderna, ao positivismo da geografia teórica quantitativa e seus desdobramentos em geografias críticas, possibilitaram analisar a base de construção da geografia crítica

brasileira, cuja noção de cientificidade da geografia crítica se manifesta no discurso geográfico na atualidade e tem como pano de fundo, orientações mais ecléticas de discernimentos de metodologias que se ocupam dos estudos espaciais.

As ideias reunidas nesse contexto possibilitaram constatar as contribuições desse geógrafo crítico brasileiro e sua trajetória epistemológica, assim como o seu testamento intelectual.

Verificou-se por meio das pesquisas bibliográficas e da leitura analítica de suas obras que, apesar de haver rupturas nessa forma de pensamento crítico em trabalhos recentes de geógrafos que investigam o espaço utilizando-se de métodos marxistas, houve uma constatação da aplicação de conceitos originários das reflexões de Milton Santos em pesquisas diversas.

A avaliação da cientificidade da geografia crítica à luz de Karl Popper apresenta de forma crítica algumas reflexões relacionadas à questão filosófica do método científico, na refutação do positivismo assumido por Karl Popper. Com isso, o filósofo explicou suas razões para aplicação de suas ideias referentes à lógica científica, demonstrando que com o critério de falseabilidade há uma possibilidade de redirecionar o campo científico.

O enfoque popperiano possibilita maior abertura em relação às provas científicas que tornam falseáveis as teorias, pois, apesar de utilizar métodos rigorosos, Popper tornou o método empírico, com base na experiência, em método dedutivo de prova. Entretanto esse filósofo diferiu dos positivistas de sua contemporaneidade que, tenderam, com vistas aos seus procedimentos científicos, iniciar uma pesquisa focando apenas a experiência para justificá-la de forma conclusiva, com a própria experiência, mas repetindo-a indutivamente.

No caso popperiano, a investigação científica inicia-se com o problema advindo da experiência para, ao criar a teoria, colocá-la à prova por meio de teste de refutação e falseá-la.

Para Popper, as teorias que são falseáveis corroboram de fato, a existência de sua cientificidade, por não tentarem justificar a sua veracidade ou difundi-las como verdade, tornando-as dogmas ou doutrinas ideológicas.

No âmbito geral a investigação epistemológica apresentou resultados, podendo ser resumidos da seguinte maneira: em relação às ideias de Karl Popper foi possível identificar os problemas filosóficos que impediram os avanços da ciência. Em relação aos componentes estruturais da teoria da experiência foi

possível identificar sua lógica e seus princípios. Foi possível ainda, analisar implicações da epistemologia da geografia em relação à filosofia da ciência e à lógica da pesquisa científica, no âmbito acadêmico e social.

Em relação às análises geográficas de abordagens econômicas, nas teorias de geógrafos críticos identificou-se: influências marcantes de âmbito acadêmico das teorias crítica do capitalismo e da revolução social nas visões dos geógrafos críticos David Harvey e Milton Santos, a partir da década de 1960; interpretações de diversos autores que avaliaram criticamente os fundamentos da ciência em geral, da filosofia e da história das ideias, assim como da geografia, da geografia crítica e da geografia econômica; existência de forte inclinação política nas demandas de pesquisas “engajadas” sob a perspectiva de uma luta anticapitalista na crença de uma transformação social com o fim do capitalismo; domínio quase exclusivo de leituras e interpretação de obras marxistas e suas derivações com base na geografia crítica, para explicar a geografia da acumulação capitalista e as relações entre Estado, mercado e sociedade, na corrida desenvolvimentista e na escala do subdesenvolvimento.

Verificou-se também, com as pesquisas, um retorno ao passado para explicar a história do presente e o contexto de institucionalização da geografia brasileira como disciplina acadêmica em um período qualificado como capitalismo tardio. Nas pesquisas constatou-se ainda, reprodução de ideias de autores que comungavam com o mesmo espírito de renovação da geografia, adotando pressupostos teóricos como válidos, sem passar por exame empírico crítico.

Apesar dessas considerações é preciso dizer que não se nega a importância das teorias elaboradas e as crenças dos autores analisados. Pelo contrário, a intenção foi avaliar os fundamentos filosóficos e geográficos dessas elaborações no contexto social, político e econômico da sociedade capitalista vigente, que sendo científicas ou filosóficas; ideológicas ou políticas se inserem no contexto da geografia científica, acadêmica e disciplinar, propiciando um debate profícuo e emancipador.

A maior contribuição dessa tese foi fazer a reflexão epistemológica sobre a ciência geográfica, no sentido de avaliar a cientificidade da geografia crítica, por meio das teorias de dois geógrafos críticos que, apesar de suas convicções diferentes de analisar criticamente a sociedade capitalista, demonstraram em suas teorias alguns pontos em comum. Enquanto Santos buscou explicar o espaço de

forma ontológica, como um conjunto de objetos e ações indissociáveis, Harvey em suas teorias, busca explicar a ontologia do capital, a partir da obra de Marx. Outro ponto em comum que se verificou é o engajamento político-ideológico, na determinação em refutar o lado perverso e catastrófico do capitalismo e da globalização; e no estímulo às lutas sociais anticapitalistas. A visão ontológica presente nas teorias, também é uma questão comum entre os dois autores.

Considerando a visão miltoniana de que o espaço se define por uma combinação integral de variáveis e não por uma ou alguma delas, por mais significativa que sejam, cada variável é inteiramente desprovida de significação fora do sistema ao qual pertence (SANTOS, 2012, p. 254) é possível dizer que essa afirmação reforça os conceitos de totalidade, de sistema e de estrutura.

Ou seja, o “ente espaço” é uma coisa em si, fechada em si mesma. Se no processo de conhecimento desse ente espaço, entendido como coisa em si, tornasse preciso reconhecer uma parte (uma das variáveis ou categorias espaciais), separando-a de sua totalidade, sistema ou estrutura, essa tornaria irreconhecível, desprovida de significado.

Conduzindo essa análise de visão do espaço como ente descrito anteriormente e tomando como referência a sociedade capitalista e suas categorias analíticas, não se poderia então, analisar mercadoria, capital, classe, divisão territorial do trabalho, fora de sua estrutura e de sua conjuntura sistêmica? Muito menos fora do limite interior de sua totalidade? Nesse sentido, poder-se-ia dizer que as fronteiras [que fazem parte da totalidade – espaço global, sociedade global, região global, território global, paisagem global, cidade global...] não teriam existência e que a relação entre esses sistemas não teriam significado? Ou então, que não existiria a relação entre *input* e *output*? Como se explicaria a conexão de entrada e saída no sistema ou entre sistemas, sabendo-se que essa condição alteraria esse sistema?

Esse detalhamento de análise demonstra que não é possível falsear esse tipo de conceito, dada à imprecisão de sua totalidade conceitual sistêmica-estrutural e da imprecisão da totalidade de suas partes. A hipótese não é falseável, embora possa ser até compreendida. Denota fazer parte de outro sistema de conhecimento, que não seja o científico. Se não é científico, não se pode provar com testes e rigor científico a combinação das variáveis integrais, sendo dissociadas do sistema ou não.

De outra maneira, com o mesmo exemplo analisado, pode-se dizer que, por meio dos critérios de falseabilidade, refutabilidade e falseamento de teoria, o pressuposto de que uma teoria científica adequada não é aquela que explica uma vasta gama de fenômenos, mas aquela que “proíbe coisas de acontecer”, conforme esclareceu Diniz Filho (2018) pode ser corroborada com a teoria científica de Popper, ao falsear com testes empíricos apenas uma das hipóteses que fazem parte da combinação integral de variáveis do sistema ao qual pertence.

Ou seja, concebendo o espaço como um sistema dinâmico, dotado de seu conjunto de variáveis (fenômenos espaciais), uma dessas variáveis pode ser separada como amostra a ser falseada por meio de teste empírico, passar pelo crivo do rigor científico e revelar a falseabilidade do sistema, comprovando a sua cientificidade. Não por ser uma amostra (hipótese) verdadeira. Mas pela condição de falseamento e refutabilidade de todo o sistema (teoria), proibindo coisas de acontecer. Nessa perspectiva, a previsão ou probabilidade de um evento, posterior ao falseamento da teoria passou pelo crivo do teste. Foi colocado à prova. Fez previsões restritivas acerca da observação dos fenômenos.

Com esse exemplo e a partir das discussões sobre a ciência, registradas nesse trabalho de investigação epistemológica, deixa-se registrado de forma explícita a tese de que, os conceitos e pressupostos mais abrangentes da geografia crítica, avaliados com base na teoria científica de Popper, não são falseáveis. Nesse sentido, se não são falseáveis por teste empírico que comprove a condição de validade, que não quer dizer condição de verdade necessariamente (como exemplos: totalidade global, totalidade local, sociedade global, espaço total, reprodução do espaço capitalista, loucura do capital, capitalismo selvagem, globalização perversa, esquizofrenia do espaço, tirania do dinheiro, entre outros) não podem ser considerados científicos.

No entanto, as abordagens, conceitos e pressupostos da geografia crítica que se sustentam na experiência como método dedutivo de prova e que a partir dos dados empíricos, possam lidar com a possibilidade de falseamento e refutação, cuja condição possa ser comprovada por meio de testes, colocando-se à prova as hipóteses dessas teorias, podem ser considerados científicos. Para Popper, uma teoria falseável não significa ser falsa necessariamente. Significa ser científica. Na visão popperiana, é ciência, exatamente pelo fato de ser falseável. Ou seja, se for

passível de teste e refutação, ao ser colocado à prova, ao exame crítico de suas hipóteses, mediante testes empíricos.

Ao concluir sobre essa questão metodológica da ciência e da cientificidade da geografia crítica é relevante dizer que, se uma teoria é qualificada como verdadeira ou como falsa antes mesmo de ser testada, ou no devir, já significa que não necessitará de passar pela prova do rigor científico para ser testada. Obviamente, então, se não pode ser falseada não é científica.

Essa tese trabalhou na perspectiva da avaliação epistemológica da ciência, incluindo aportes teóricos de diversos autores que contribuíram significativamente, com a questão do método científico, ao interpretarem a visão científica de Popper e as visões dos geógrafos críticos em relação à ciência geográfica.

O procedimento metodológico de abordagem analítico-interpretativa e descritiva, ao apresentar a análise das ideias expostas nas obras selecionadas, teve como critério principal, a análise da trajetória do pensamento crítico desses autores a partir de interpretações e visões variadas de outros autores, para uma mesma problemática.

Vale notar que não se pretendeu que a escolha da análise para avaliação fosse pela via biográfica ou historiográfica dos autores em questão, mas pelas obras de cada um, cuja leitura e síntese foram realizadas de forma minuciosa e com leitura integral de cada uma das obras, página a página. As teses de referência também foram lidas em sua integralidade. Por isso, a escolha metodológica possibilitou uma reflexão densa, abordando aspectos filosóficos, epistemológicos, sociológicos e geográficos relacionados à geografia crítica e à cientificidade e propiciou realizar a avaliação proposta, entendendo que avaliar é fazer uma crítica fundamentada, no que se investiga e examina.

Nessa perspectiva, visou criar um parâmetro ou paradigma crítico para a geografia crítica, cujo exame analítico de obras revelou contribuições, mas também fragilidades nos discursos. As investigações de tese revelaram avanços e retrocessos inerentes à construção do raciocínio, da elaboração do pensamento em si de cada um dos autores avaliados. Isso é compreensível, pois pensar significa estar propenso à reconstrução, à reelaboração e ao aprimoramento do próprio pensamento que se constrói diante de realidades. Faz parte da trajetória da vida, da maturidade, do discernimento. Quiçá da ciência!

A busca metodológica nessa tese foi uma avaliação da geografia crítica por meio de uma análise epistemológica ou crítica geográfica, entendendo ser essa, uma atitude diferente de se fazer uma geografia crítica separada das outras geografias. O entendimento aqui é de que todas elas (as geografias científicas e, portanto, dotadas de rigor científico, sejam elas de natureza explicativa, descritiva, analítica ou compreensiva) também são necessariamente críticas, no âmbito da ciência geográfica.

Quero deixar explícito que, a geografia é crítica por sua natureza de ser física, humana, política, filosófica, social, cultural, fenomenológica, ambiental e todas as outras adjetivações referentes à análise do espaço e que de certa maneira, tratam com rigor as suas metodologias científicas. Essa foi uma das melhores contribuições dessa tese.

A ideia foi partir da lógica científica de Popper para a avaliação da cientificidade da geografia crítica. Mas, as pesquisas conduziram uma forma mais interessante de relacionar à avaliação os aspectos relevantes da filosofia social e política desse autor e de outros filósofos, sociólogos e geógrafos. Isso foi válido, à medida que possibilitou ir além de um método único analítico, já que o que se propunha era também a reflexão das ideias de todos os autores presentes nas discussões de tese, inclusive a contribuição dos geógrafos críticos para a avaliação.

As pesquisas realizadas para essa tese, em sua diversidade, trouxeram à tona a visão dos autores avaliados, mas também a visão interpretativa de outros, contrapondo dialeticamente ideias e possibilitando uma crítica teórica e metodológica, com base na avaliação e na reflexão de aspectos relevantes para a ciência geográfica e para a cientificidade da geografia crítica em questão.

Diante das reflexões presentes na tese, fruto de pesquisas diversas e horas incontáveis de trabalho e dedicação, afirmo que essa tese é uma importante contribuição à Epistemologia da Geografia, constituindo-se como uma possibilidade de debate aberto de ideias, no contrapondo dos questionamentos dos autores, em relação à teoria e à metodologia científica. Bem como, em relação aos conceitos fundamentais da ciência em geral e da ciência geográfica, em particular.

REFERÊNCIAS

- ARMENDANE, G. D. Contribuições do racionalismo crítico de Karl Popper para a filosofia política e social contemporânea. *Cadernos de Ética e Filosofia Política* n. 15, p. 7-26, 11. Rec. de <http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/82605>
- ASSIS, J. P.; SPOSITO, M. E. (Orgs.). **Milton Santos: testamento intelectual**. São Paulo: Editora Unesp. 2004.
- BAILLY, A. **Les concepts de la géographie humaine**. Paris: Armand Colin. 2005.
- _____; BÉGUIN, H. **Introduction à la géographie humaine**. Paris: Armand Colin. 2005.
- _____; FERRAS, H. **Éléments d'épistémologie de la géographie**. Paris: Armand Colin. 2006.
- BACHELARD, G. **A Formação do Espírito Científico: Contribuição para uma Psicanálise do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BERTEN, A. **Filosofia social: a responsabilidade social do filósofo**. [Tradução Márcio Anatole de Souza Romeiro]. São Paulo: Paulus. 2004. (Coleção filosofia).
- BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. **A ostentação estatística (um projeto geopolítico para o território nacional: Estado e planejamento no período pós 64)**. São Paulo. 2007. 377 f. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- CAMARGO, L. H. R.; GUERRA, A. J. T. A Geografia da complexidade: aplicação das teorias da auto-organização ao espaço geográfico. p. 127-162 *In* VITTE, A. C. (org.). **Contribuições à história e à epistemologia da geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2007. 294p.
- CASTAÑON, G. A. Cognitivismo e Racionalismo Crítico. **Psicol. Argum.**, Curitiba, v. 25, n. 50. P. 277-290, jul./set. 2007.
- CASTREE, D.; GREGORY, D (Ed.). **David Harvey: a critical reader**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd. 2006. (Antipode book series).
- CLAVAL, Paul. Marxismo e geografia econômica na obra de David Harvey. Espaço e Economia [Online], 3/2013, posto online no dia 19 dezembro 2013, consultado 08 de novembro de 2018. URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/570>; DOI: 10.4000/espacoeconomia.570

CONTEL, F. B. Milton Santos. p. 393-409. In PERICÁS, L. B.; SECCO, L. (Orgs.). **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**. 1. Ed. São Paulo: 2014. 416 p.

_____. **Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil**. São Paulo. 2006. 323 f. – Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

CORREIA, M. A. **Doutrinação: a influência do pensamento gramsciano na geografia crítica escolar brasileira**. Curitiba, 2015. 232 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências da Terra. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

COSTA, H. S. **Da ética geocrítica à ética socioambiental: a doutrinação no campo geográfico brasileiro e na geografia escolar**. Curitiba, 2016. 156 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências da Terra. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

DINIZ FILHO, L. L. Contribuições e equívocos das abordagens marxistas na geografia econômica: um breve balanço *in Terra Livre*. São Paulo. Ano 18, vol. 1, n. 18. p. 143-160. Jan.- jun./2002.

_____. Certa má herança marxista: elementos para repensar a geografia crítica. In: KOZEL, S.; MENDONÇA, Francisco Assis (Org.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002. p. 77-108.

_____. A geografia crítica brasileira: reflexões sobre um debate recente. **Geografia**, Rio Claro, v. 28, n. 3, p. 307-321, set./dez. 2003.

_____. **Fundamentos epistemológicos da geografia**. Curitiba: Editora Ibpex. 2009. (Coleção metodologia do ensino de história e geografia, v. 6).

_____. **Por uma crítica da geografia crítica**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013. 230 p.

GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 368p.

FOUREZ, G. **A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética da ciência**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. 1995. (Biblioteca básica).

GRIMM, F. C. A. **Trajatória Epistemológica de Milton Santos: uma leitura a partir da centralidade da técnica, dos diálogos com a economia política e da cidadania como práxis**. – Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. 2011.

HAHN, H.; NEURATH, O.; CARNAP, R. A concepção científica do mundo – o círculo de Viena: dedicado a Moritz Schlick in **Cadernos de História e Filosofia da Ciência** 10. 1986 [Viena, ago.1929], p. 5-20.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. 23 ed. São Paulo. Edições Loyola Jesuítas, 2012.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume; 2005. Coleção Geografia e Adjacências.

_____. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. Tradução Rogério Bettoni. 1. Ed. São Paulo: Boitempo. 2016.

_____. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. Tradução Artur Renzo. 1. Ed. São Paulo: Boitempo. 2018.

KHUN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2013, 12ª Edição, 323 p.

KONINCK, R. La géographie critique. In BAILLY, Antoine (Coord.). **Les concepts de la géographie humaine**. Paris: Armand Colin. 2005. Cinquième édition. p.185-198.

LEITE, M. A. P. (Org.) **Milton Santos – Encontros**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Beco do Azougue Editorial Ltda. 2007. Coleção Encontros.

LIRA, L. A. **Pierre Monbeig e a formação da geografia brasileira: uma ciência no contexto do capitalismo tardio. Erosão dos valores literários. “tentação à ação” e sistematização do método (1925-1957)**. São Paulo, 2017. 418 f. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. da Universidade de São Paulo.

LOCH, F. A. S.; DINIZ FILHO, L. L. O Brasil na globalização: crítica à perspectiva de Milton Santos. **Revista Geografar**. Curitiba, v. 9, n. 1, p. 63-98, jun./2014. Disponível em www.ser.ufpr.br/geografar. ISSN: 1981-089X

MARCONIS, R. **Introduction à la géographie**. Paris: Armand Colin. 2005.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução Maria Helena Barreiro Alves. Revisão da Tradução Carlos Roberto F. Nogueira. 5ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2016 (Clássicos WMF).

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. Supervisão editorial Mario Duayer. Tradução Mario Duayer, Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 2011. (Coleção Marx-Engls).

_____.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Tradução Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Martin Claret. 2014. (Coleção a obra-prima de cada autor; 44).

MENDONÇA, F. A.; KOZEL, S. **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

MENEZES, S. O. **O Trabalho nas fissuras da crítica geográfica**. São Paulo. 2016. 420 f. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira; Sérgio Lessa. 1. Ed. Revista. São Paulo: Boitempo. 2011. (Mundo do Trabalho).

MOLINARO, A. **Metafísica: curso sistemático**. 1ª Ed. Tradução [João Paixão Neto, Roque Frangiotti]. São Paulo: Paulus, 2002.

NEDER, R. T. **Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia**. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/Centro de Desenvolvimento Sustentável. CDS. Ciclo de Conferências Andrew Feenberg. Série Cadernos PRIMEIRA VERSÃO: CCTS – Construção Crítica da Tecnologia & Sustentabilidade. Vol. 1. Número 3. 2010. ISSN 2175.2478.

NOGUEIRA, C. E. **O lugar da fronteira na geografia de Pierre Monbeig**. São Paulo. 2013. 361 f. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, P. E. **Da Ética à ciência: uma nova leitura de Karl Popper**. São Paulo. PAULUS, 2011.

POPPER, K. R. **Textos escolhidos/Karl Popper**. Organização e tradução David Miller. Tradução Vera Ribeiro. Revisão de Tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio. 2010.

_____. **A sociedade aberta e os seus inimigos**. 1º v. Lisboa: Edições70. Lda. 2012. (Biblioteca de teoria política, 2v.).

_____. **A Lógica da Pesquisa Científica**. Tradução: Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo. Cultrix, [1959]; 2013.

_____. **Os dois problemas fundamentais da teoria do conhecimento**. Tradução Antonio Ianni Segatto. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp. 2013.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia: de Freud à atualidade** [Tradução Ivo Storniolo]. V. 7. São Paulo: Paulus. 2006. (Coleção história da filosofia).

ROHDEN, V.; MOOSBURGER, U. B. (Trad.). Crítica da razão pura. In **Immanuel Kant**. Tradução de Valerio Rohden e Udo Baldur Moosburger. 4. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os Pensadores; 7).

ROSER, M.; ORTIZ-OSPINA, E. “**Pobreza extrema global**”. Publicado online em Our World In Data. org. Retirado de: ‘<https://ourworldindata.org/extreme-poverty>’[Recurso online].

SANTOS, M. **Por Uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6, Ed. 2. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2012. (Coleção Milton Santos; 2).

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª Ed. 7. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2012. (Coleção Milton Santos; 1).

_____. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo**. 2.ed. 1 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2012. (Coleção Milton Santos; 14).

_____. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed. 2. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2012. (Coleção Milton Santos; 7).

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. 1. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2013. (Coleção Milton Santos: 11).

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 24ª Ed. Rio de Janeiro: Record. 2015.

_____. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. Tradução Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. 2ª Ed. 2ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2011. (Coleção Milton Santos; 3).

_____. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. Tradução Myrna T. Rego Viana. 2ª ed. 1. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2008. (Coleção Milton Santos; 4).

_____.; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 18. ed. Rio de Janeiro – São Paulo: Editora Record. 2014.

SOARES, M. O. **O novo paradigma produtivo e os parâmetros curriculares nacionais de geografia**. São Paulo. 2011, 181f. – Tese (doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Tradução [da 2. ed. inglesa] Vera Ribeiro. Revisão técnica: Bertha Becker e Lia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

TINOCO, G.; GIAMBIAGI, F. **Perspectivas DEPEC 2018** – O crescimento da economia brasileira 2018-2023. Elaborado pelo Departamento de Pesquisa Econômica do BNDES. Editado pelo Departamento de Comunicação. 2018. Disponível em www.bndes.gov.br

TUNES, R. H. **Geografia da Inovação: território e inovação no Brasil no século XXI.** São Paulo. 2015. 526 f. – Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

WOLFGANG, L. M.; MELLO, M. L.; OLIVEIRA, C. (Trad.). O mundo como vontade e representação, III parte; Crítica da filosofia kantiana; Parerga e paralipomena, capítulos V, VIII, XII, XIV. In **Arthur Schopenhauer.** Traduções de Wolfgang Leo Maar, Maria Lúcia Melo e Oliveira Cacciola. 5. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os pensadores)

ZILLES, U. **Teoria do Conhecimento e Teoria da Ciência.** Coleção Filosofia. São Paulo: Paulus, 2005. (Coleção Filosofia).